

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO TECNOLÓGICO
DEPARTAMENTO DE ENG. DE PRODUÇÃO E SISTEMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE
PRODUÇÃO**

PAULO HENRIQUE SIMON

**SISTEMA DE GOVERNANÇA EM ASSENTAMENTOS RURAIS
EM SANTA CATARINA**

**FLORIANÓPOLIS-SC
2012**

PAULO HENRIQUE SIMON

**SISTEMA DE GOVERNANÇA EM ASSENTAMENTOS RURAIS
EM SANTA CATARINA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de doutor em Engenharia de Produção, área de Inteligência Organizacional.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Antônio Forcellini

**FLORIANÓPOLIS-SC
2012**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Simon, Paulo Henrique
Sistema de governança em assentamentos rurais em Santa
Catarina [tese] / Paulo Henrique Simon ; orientador,
Fernando Antônio Forcellini - Florianópolis, SC, 2012.
323 p. ; 21cm

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em
Engenharia de Produção.

Inclui referências

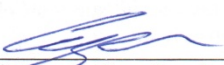
1. Engenharia de Produção. 2. governança. 3. capital
social. 4. sustentabilidade . 5. assentamentos rurais. I.
, Fernando Antônio Forcellini. II. Universidade Federal de
Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de
Produção. III. Título.

PAULO HENRIQUE SIMON

**SISTEMA DE GOVERNANÇA EM ASSENTAMENTOS
RURAIS EM SANTA CATARINA**

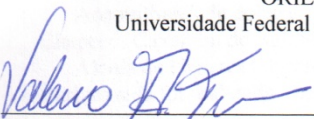
Esta tese foi julgada adequada para obtenção do Título de “Doutor em Engenharia de Produção”, no Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina.

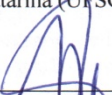
Florianópolis, 19 de novembro de 2012.

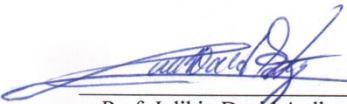

Prof. Antonio Cezar Bornia, Dr.
Coordenador do Curso

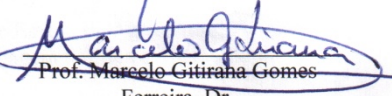
Banca Examinadora:



Prof. Fernando Antônio Forcellini, Dr.
ORIENTADOR
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)


Prof. Valério Alcécio Turnes, Dr.
Universidade do Estado de Santa
Catarina (UDESC)


Profa. Neiva Aparecida
Gasparetto, Dra.
Universidade Federal de Santa
Catarina (UFSC)


Prof. Julibio David Ardigo, Dr.
Universidade do Estado de Santa
Catarina (UDESC)


Prof. Marcelo Gitrana Gomes
Ferreira, Dr.
Universidade Federal de Santa
Catarina (UFSC)


Prof. Manoel Agrasso Neto, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

AGRADECIMENTOS

Agradeço,

A Deus pela vida.

Aos meus pais Henrique Silvestre Simon (*in memmoriám*) e Elisabeth Mathild Simon (*in memmoriám*), por terem me ensinado o caminho da virtude, da perseverança e do amor.

Aos meus filhos, Paulo Henrique Simon Júnior e Carla Simone Simon, motivo maior da minha existência.

À Dilse Batistelli Simon, por ter tolerado os meus momentos de ausência.

Aos meus professores, especialmente aqueles que me ensinaram a ler e escrever. Destaca-se os professores do PPGEP, secretaria, pessoal de apoio, por sempre estarem prontos a servir.

Aos milhares de colegas, nesta longa jornada: em Nova Teutônia, Chapecó, Caxambu do Sul, Seara, Concórdia, Joaçaba, Florianópolis, Alcalá de Henares (Espanha), e na Universidade Federal de Santa Catarina onde foi realizada a presente investigação, como resultado das matérias aqui cursadas.

Aos meus colegas de trabalho, na ACARESC e EPAGRI, em Bom Jardim da Serra, Campos Novos e Florianópolis.

Aos colegas da Secretaria de Estado da Agricultura, por terem me permitido entender a abordagem política e técnica do meio rural catarinense.

Aos meus alunos, nestes mais de 20 anos de docência, seja na ESAG ou em outras unidades, por me inspirarem a ser melhor a cada dia.

Aos colegas do Grupo de Engenharia de Produtos, Processos e Serviços (GEPPS), que me acolheram com carinho, amizade e participação nestes dois últimos anos.

Ao diretor Mário César Barreto Morais, e à direção, funcionários,
professores e alunos da ESAG.

À família Lavratti pela luta.

Aos colaboradores anônimos, aos investigadores estudados, às escolas
abordadas e ao saber conhecido.

Aos assentados da reforma agrária dos assentamentos Sandra, Papuan II
e Roseli Nunes, pelas relevantes contribuições para construção desta
tese.

Ao pessoal do INCRA, do MST, dos sindicatos, das prefeituras, o
governo do estado, e aos demais atores que foram direta ou
indiretamente abordados.

Aos membros da banca examinadora deste trabalho.

Ao colega Samuel Borges Barbosa por não ter medido esforços em
ajudar, em todos os momentos necessários a construir e qualificar este
trabalho.

Ao Professor Manoel Agrasso Neto, companheiro de jornada, e um
colaborador incansável na construção de uma frutífera parceria em
publicações.

Por último, agradeço ao Professor Dr. Fernando Antônio Forcellini pela
sua segura, qualificada, e entusiástica orientação.

“Antes trabalhava de arrendatário, virando pedras no morro, lavrando com bois, plantio e colheita manual. Hoje trabalhamos no que é nosso, temos um terreno bom para trabalhar, a maioria do serviço é feito com máquinas. Temos uma vida confortável, mas precisa muito a melhorar”

Assentado do Papuan II
(março de 2012)

SIMON, Paulo Henrique. **Sistema de governança em assentamentos rurais em Santa Catarina**. 2012. 323 p. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

RESUMO

Este estudo, tem por objetivo propor um sistema de governança em assentamentos rurais em Santa Catarina. O sistema pretende ter um grau de especificidade tal, que atenda as particularidades de Santa Catarina, mas que, seja flexível e possa ser aplicável a outros contextos com características assemelhadas. Fundamentado em uma pesquisa teórica – conceitual, o sistema proposto é sustentado no estudo de caso e estudo de campo realizados nos assentamentos Sandra, Papuan 2 e Roseli Nunes, localizados no município de Abelardo Luz – Santa Catarina. O sistema proposto sugere que governança em assentamentos rurais trata-se de conciliação e interdependência, nas dimensões sociais, políticas, econômicas, técnicas e ambientais, com valores impactando no comportamento dos atores, sob o mesmo dispositivo normativo e regulatório para atingir os objetivos comuns. A aplicação e análise do sistema evidenciaram quais os atores e quais as dimensões que detêm a confiança para estabelecer a governança.

Palavras-chave: governança; capital social; sustentabilidade; assentamentos rurais; sistema de governança.

ABSTRACT

The study aims to propose a system of governance in rural settlements of Santa Catarina. The system claims to have a degree of specificity such that it meets the peculiarities of Santa Catarina, but that is flexible and can be applied to other contexts with similar characteristics. Based on a theoretical – conceptual research, the proposed Sandra, and two Papuan 2 and Roseli Nunes, located in the municipality of Abelardo Luz - Santa Catarina. The proposed system suggests that governance in rural settlements it is reconciliation and interdependence, in its social, political, economic, technical and environmental values impact the behavior of actors, under the same legal and regulatory device to achieve common goals. The system application and analysis revealed which actors and dimensions hold the trust to establish governance.

Keywords: governance, social capital, sustainability, rural settlements; governance system.

LISTA DE SIGLAS

AT – Assistência Técnica
CEPAL – Comissão Econômica das Nações Unidas Para a América Latina e o Caribe
CIDASC – Companhia Integrada de Desenvolvimento Agropecuário de Santa Catarina
COOPEAL – Cooperativa de Assentados de Abelardo Luz
CooperOeste - Cooperativa do Oeste de Santa Catarina
COOPTRASC – Cooperativa de Trabalhadores na Reforma Agrária de Santa Catarina
DEL – Desenvolvimento Econômico Local
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
FATMA – Fundação do Meio Ambiente
GINI – Medida de desigualdade desenvolvida por Corrado Gini
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IC – Instituto Cidadania
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
MPA – Movimento de Pequenos Agricultores
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MSU – Universidade do Estado de Michigan
ONGS – Organizações Não Governamentais
PA – Projeto de Assentamentos
PCHs – Pequenas Centrais Hidrelétricas
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PT – Partido dos Trabalhadores
SEAP – Secretaria Especial de Agricultura e Pesca
UDR – União Democrática Ruralista
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Governança em assentamentos rurais: condições de contorno.....	42
Figura 2 - Índices de concentração de terra no Brasil (Gini).....	45
Figura 3 – Relação dos capítulos da tese com os objetivos.....	50
Figura 4 - Resultado da busca pelos termos “governança em assentamentos rurais” e “capital social” no Portal de Periódicos CAPES.....	56
Figura 5 - Número de Propriedades e Respectiva Área de Terras no Brasil.....	57
Figura 6 - Número de Propriedades e Respectivas Áreas de Terras em Santa Catarina.....	58
Figura 7 - As três dimensões da Governança na presente investigação.	88
Figura 8 - Visão sistêmica preliminar sobre a governança em assentamentos rurais.....	90
Figura 9 – Proposta de Sistema de Governança em Assentamentos Rurais em Santa Catarina.	92
Figura 10 - Mapa dos assentamentos, por regiões, em Santa Catarina.....	96
Figura 11 - Mapa localizador do município de Abelardo Luz.....	98
Figura 12 - Mapa localizador dos assentamentos rurais no município de Abelardo Luz.	99
Figura 13 - Número de famílias assentadas por região em Santa Catarina.....	99
Figura 14 - Número de famílias assentadas por município na região oeste.	100
Figura 15 - Número de famílias assentadas nos três assentamentos escolhidos para a pesquisa.....	100
Figura 16 - Número de residentes por família - dados gerais.....	108
Figura 17 - Número médio de residentes por família por assentamento e total.	109
Figura 18 - Área dos lotes.	110
Figura 19 - Área média dos lotes.	111
Figura 20 - Principal fonte de renda da família.	112
Figura 21 - Principal fonte de renda da família por assentamento - dados percentuais.	113
Figura 22 - Renda familiar por assentamento - dados percentuais.....	114

Figura 23 - Escolaridade do respondente por assentamento - dados percentuais.....	115
Figura 24 - Gênero do respondente por assentamento - dados percentuais.....	117
Figura 25 - Idade do respondente por assentamento - dados percentuais.....	118
Figura 26 - Tempo de assentado por assentamento - dados percentuais.....	119
Figura 27 - Tempo de assentado.....	120
Figura 28 - Possui carro próprio - dados percentuais.....	122
Figura 29 - Utiliza bois como força de trabalho por assentamento - dados percentuais.....	123
Figura 30 - Possui trator individual por assentamento - dados percentuais.....	124
Figura 31 - Possui trator coletivo por assentamento - dados percentuais.....	126
Figura 32 - Possui criação individual para consumo próprio para assentamento - dados percentuais.....	127
Figura 33 - Possui linha de ônibus por assentamento - dados percentuais.....	128
Figura 34 - Mercado que atende a comunidade é do assentamento - dados percentuais.....	130
Figura 35 - A loja agropecuária que atende a comunidade é do assentamento - dados percentuais.....	131
Figura 36 - Todos são convidados para as festas - dados percentuais.....	133
Figura 37 - Código de conduta escrito no assentamento - dados percentuais.....	134
Figura 38 - Código de valores implícito no assentamento - dados percentuais.....	136
Figura 39 - Prestação de contas da diretoria do assentamento - dados percentuais.....	138
Figura 40 - Articulação horizontal.....	142
Figura 41 - Média ponderada - articulação horizontal.....	143
Figura 42 - Decisões com negociações.....	144
Figura 43 - Média ponderada - decisões com negociações.....	145
Figura 44 - Normas comuns.....	
Figura 45 - Média ponderada - normas comuns.....	
Figura 46 - Normas externas.....	148
Figura 47 - Média ponderada - normas externas.....	149
Figura 48 - Todos Contribuem.....	150

Figura 49 - Média ponderada – todos contribuem.	151
Figura 50 - Média ponderada - transparência.	152
Figura 51 - Transparência.	153
Figura 52 - Média ponderada - participação.	154
Figura 53 - Participação.	155
Figura 54 - Média ponderada - responsabilidade.	156
Figura 55 - Responsabilidade.	157
Figura 56 - Média ponderada - eficácia.	158
Figura 57 - Eficácia.	159
Figura 58 - Média ponderada - coerência.	160
Figura 59 - Coerência.	161
Figura 60 - Conceito de governança - todos.	162
Figura 61 - Conceito de governança - Sandra.	162
Figura 62 - Conceito de governança - Papuan II.	163
Figura 63 - Conceito de governança - Roseli Nunes.	163
Figura 64 - Conceito de governança e princípios da governança - diagrama radar.	164
Figura 65 - Média ponderada - conselho comunitário.	166
Figura 66 - Valores percentuais - conselho comunitário - dados gerais.	167
Figura 67 - Média ponderada - câmara de vereadores.	168
Figura 68 - Valores percentuais - câmara dos vereadores - dados gerais.	169
Figura 69 - Média ponderada - governo municipal.	170
Figura 70 - Valores percentuais - governo municipal - dados gerais.	171
Figura 71 - Média ponderada - governo estadual.	172
Figura 72 - Valores percentuais - governo estadual - dados gerais.	174
Figura 73 - Média ponderada - governo federal.	175
Figura 74 - Valores percentuais - governo federal - dados gerais.	176
Figura 75 - Média ponderada - COOPEAL.	177
Figura 76 - Valores percentuais - COOPEAL - dados gerais.	178
Figura 77 - Média ponderada - CooperOeste.	179
Figura 78 - Valores percentuais - CooperOeste - dados gerais.	180
Figura 79 - Média ponderada - INCRA.	181
Figura 80 - Valores percentuais - INCRA - dados gerais.	182
Figura 81 - Média ponderada - MST.	183
Figura 82 - Valores percentuais - MST - dados gerais.	184
Figura 83 - Média ponderada - partido político.	185
Figura 84 - Valores percentuais - partido político - dados gerais.	186
Figura 85 - Média ponderada - EPAGRI.	187
Figura 86 - Valores percentuais - EPAGRI - dados gerais.	188

Figura 87 - Média ponderada - CIDASC.....	189
Figura 88 - Valores percentuais - CIDASC - dados gerais.	190
Figura 89 - Média ponderada - FATMA.	191
Figura 90 - Valores percentuais - FATMA - dados gerais.	192
Figura 91 - Média ponderada - IBAMA.	193
Figura 92 - Valores percentuais - IBAMA - dados gerais.....	194
Figura 93 - Média ponderada - ONGs.	195
Figura 94 - Valores percentuais - ONGs - dados gerais.	196
Figura 95 - Média ponderada - sindicatos.	197
Figura 96 - Valores absolutos - sindicatos.....	198
Figura 97 - Média ponderada - SEAP.....	199
Figura 98 - Valores percentuais - SEAP - dados gerais.	200
Figura 99 - Média ponderada - Microbacias.....	201
Figura 100 - Valores percentuais - Microbacias - dados gerais.	202
Figura 101 - Média ponderada - Universidades.	203
Figura 102 - Valores percentuais - Universidades - dados gerais.	204
Figura 103 - Média ponderada - bancos.	205
Figura 104 - Valores percentuais - bancos - dados gerais.....	206
Figura 105 - Média ponderada - compradores e fornecedores de B&S.....	207
Figura 106 - Valores percentuais - compradores e fornecedores de B&S - dados gerais.....	208
Figura 107 - Média ponderada - EMBRAPA.	209
Figura 108 - Valores percentuais - EMBRAPA - dados gerais.....	210
Figura 109 - Média ponderada - PRONAF.....	212
Figura 110 - Valores percentuais - PRONAF - dados gerais.	213
Figura 111 - Média ponderada - Assistência Social.	214
Figura 112 - Valores percentuais - Assistência Social.	215
Figura 113 - Média ponderada - igreja.	216
Figura 114 - Valores percentuais - igreja - dados gerais.	217
Figura 115 - Média ponderada - Escola Comunitária.....	218
Figura 116 - Valores percentuais - Escola Comunitária - dados gerais.....	219
Figura 117 - Média ponderada - Associações Comunitárias.....	220
Figura 118 - Valores percentuais - Associações Comunitárias - dados gerais.	221
Figura 119 - Média ponderada - Posto de Saúde.....	222
Figura 120 - Valores percentuais - Posto de Saúde - dados gerais.....	223
Figura 121 - Média ponderada - Rádio Comunitária.....	224
Figura 122 - Valores percentuais - Rádio Comunitária - dados gerais.....	225

Figura 123 - Atores - ordenados por esfera de poder.	228
Figura 124 - Atores - ordenados por dimensão.....	230
Figura 125 - Atores - ordenados de forma crescente.....	232
Figura 126 - Valores percentuais - comprometimento e pertencimento.	234
Figura 127 - Valores percentuais - consenso.....	236
Figura 128 - Valores percentuais - responsabilidade.....	239
Figura 129 - Valores percentuais - consulta a família.	241
Figura 130 - Valores percentuais - respeito à opinião.	243
Figura 131 - Valores percentuais - confiança nos vizinhos.....	245
Figura 132 - Valores percentuais - proteção ao meio ambiente.	248
Figura 133 - Valores percentuais - flexibilidade e cooperação.	250
Figura 134 - Valores percentuais - comunicação geral.....	252
Figura 135 - Síntese da confiança - esfera de poder - Média.	270
Figura 136 - Síntese da confiança - dimensão - Média.....	272

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estrutura fundiária no Brasil.....	57
Tabela 2 - Estrutura fundiária em Santa Catarina.....	58
Tabela 3 - Número de residentes por família - dados gerais.....	107
Tabela 4 - Numero médio de residentes por família por assentamento e total.....	108
Tabela 5 - Área dos lotes.....	110
Tabela 6 - Área média dos lotes.....	111
Tabela 7 - Principal fonte de renda da família por assentamento - dados absolutos.....	112
Tabela 8 - Principal fonte de renda da família por assentamento - dados percentuais.....	112
Tabela 9 - Renda familiar por assentamento - dados absolutos.....	113
Tabela 10 - Renda familiar por assentamento - dados percentuais.....	114
Tabela 11 - Escolaridade do respondente por assentamento - dados absolutos.....	115
Tabela 12 - Escolaridade do respondente por assentamento - dados percentuais.....	115
Tabela 13 - Gênero do respondente por assentamento - dados absolutos.....	116
Tabela 14 - Gênero do respondente por assentamento - dados percentuais.....	116
Tabela 15 - Idade do respondente por assentamento - dados absolutos.....	117
Tabela 16 - Idade do respondente por assentamento - dados percentuais.....	118
Tabela 17 - Tempo de assentado por assentamento - dados absolutos.....	119
Tabela 18 - Tempo de assentado por assentamento - dados percentuais.....	119
Tabela 19 - Tempo de assentado.....	120
Tabela 20 - Possui carro próprio por assentamento - dados absolutos.....	121

Tabela 21 - Possui carro próprio por assentamento - dados percentuais.....	121
Tabela 22 - Utiliza bois como força de trabalho por assentamento - dados absolutos.	122
Tabela 23 - Utiliza bois como força de trabalho por assentamento - dados percentuais.	123
Tabela 24 - Possui trator individual por assentamento - dados absolutos.....	124
Tabela 25 - Possui trator individual por assentamento - dados percentuais.....	124
Tabela 26 - Possui trator coletivo por assentamento - dados absolutos.....	125
Tabela 27 - Possui trator coletivo por assentamento - dados percentuais.....	125
Tabela 28 - Possui criação individual para consumo próprio por assentamento - dados absolutos.	126
Tabela 29 - Possui criação individual para consumo próprio para assentamento - dados percentuais.	127
Tabela 30 - Possui linha de ônibus por assentamento - dados absolutos.....	128
Tabela 31 - Possui linha de ônibus por assentamento - dados percentuais.....	128
Tabela 32 - Mercado que atende a comunidade é do assentamento - dados absolutos.	129
Tabela 33 - Mercado que atende a comunidade é do assentamento - dados percentuais.	129
Tabela 34 - A loja agropecuária que atende a comunidade é do assentamento - dados absolutos.	130
Tabela 35 - A loja agropecuária que atende a comunidade é do assentamento - dados percentuais.	131
Tabela 36 - Todos são convidados para as festas - dados absolutos. .	132
Tabela 37 - Todos são convidados para as festas - dados percentuais.....	132
Tabela 38 - Código de conduta escrito no assentamento - dados absolutos.....	133

Tabela 39 - Código de conduta escrito no assentamento - dados percentuais.....	134
Tabela 40 - Código de valores implícito no assentamento - dados absolutos.....	135
Tabela 41 - Código de valores implícito no assentamento - dados percentuais.....	135
Tabela 42 - Prestação de contas da diretoria do assentamento - dados absolutos.....	137
Tabela 43 - Prestação de contas da diretoria do assentamento - dados percentuais.....	137
Tabela 44 - Média ponderada - articulação horizontal.....	143
Tabela 45 - Média ponderada - decisões com negociações.....	144
Tabela 46 - Média ponderada - normas comuns.....	146
Tabela 47 - Média ponderada - normas externas.....	148
Tabela 48 - Média ponderada - todos contribuem.....	150
Tabela 49 - Média ponderada - transparência.....	152
Tabela 50 - Transparência.....	152
Tabela 51 - Média ponderada - participação.....	153
Tabela 52 - Participação.....	154
Tabela 53 - Média ponderada - responsabilidade.....	155
Tabela 54 - Responsabilidade.....	156
Tabela 55 - Média ponderada - eficácia.....	157
Tabela 56 - Eficácia.....	158
Tabela 57 - Média ponderada - coerência.....	159
Tabela 58 - Coerência.....	160
Tabela 59 - Média ponderada - conselho comunitário.....	166
Tabela 60 - Valores absolutos - conselho comunitário - dados gerais.....	166
Tabela 61 - Valores percentuais - conselho comunitário - dados gerais.....	167
Tabela 62 - Média ponderada - câmara de vereadores.....	168
Tabela 63 - Valores absolutos - câmara dos vereadores - dados gerais.....	168
Tabela 64 - Valores percentuais - câmara dos vereadores - dados gerais.....	169

Tabela 65 - Média ponderada - governo municipal.....	170
Tabela 66 – Valores absolutos - governo municipal - dados gerais... 171	171
Tabela 67 - Valores percentuais - governo municipal - dados gerais. 171	171
Tabela 68 - Média ponderada - governo estadual.....	172
Tabela 69 - Valores absolutos - governo estadual - dados gerais.....	173
Tabela 70 - Valores percentuais - governo estadual - dados gerais....	173
Tabela 71 - Média ponderada - governo federal.....	174
Tabela 72 - Valores absolutos - governo federal - dados gerais.....	175
Tabela 73 - Valores percentuais - governo federal - dados gerais.....	175
Tabela 74 - Média ponderada - COOPEAL.....	176
Tabela 75 - Valores absolutos - COOPEAL - dados gerais.....	177
Tabela 76 - Valores percentuais - COOPEAL - dados gerais.	177
Tabela 77 - Média ponderada - CooperOeste.	178
Tabela 78 - Valores absolutos - CooperOeste - dados gerais.	179
Tabela 79 - Valores percentuais - CooperOeste - dados gerais.	179
Tabela 80 - Média ponderada - INCRA.....	180
Tabela 81 - Valores absolutos - INCRA - dados gerais.....	181
Tabela 82 - Valores percentuais - INCRA - dados gerais.....	181
Tabela 83 - Média ponderada - MST.....	182
Tabela 84 - Valores absolutos - MST - dados gerais.....	183
Tabela 85 - Valores percentuais - MST - dados gerais.....	183
Tabela 86 - Média ponderada - partido político.....	184
Tabela 87 - Valores absolutos - partido político - dados gerais.	185
Tabela 88 - Valores percentuais - partido político - dados gerais.	185
Tabela 89 - Média ponderada - EPAGRI.....	186
Tabela 90 - Valores absolutos - EPAGRI - dados gerais.....	187
Tabela 91 - Valores percentuais - EPAGRI - dados gerais.	187
Tabela 92 - Média ponderada - CIDASC.....	188
Tabela 93 - Valores absolutos - CIDASC - dados gerais.	189
Tabela 94 - Valores percentuais - CIDASC - dados gerais.	189
Tabela 95 - Média ponderada - FATMA.	190
Tabela 96 - Valores absolutos - FATMA - dados gerais.....	191
Tabela 97 - Valores percentuais - FATMA - dados gerais.....	191
Tabela 98 - Média ponderada - IBAMA.....	192
Tabela 99 - Valores absolutos - IBAMA - dados gerais.....	193

Tabela 100 - Valores percentuais - IBAMA - dados gerais.....	193
Tabela 101 - Média ponderada - ONGs	194
Tabela 102 - Valores absolutos – ONGs - dados gerais.	195
Tabela 103 - Valores percentuais - ONGs - dados gerais.....	195
Tabela 104 - Média ponderada - sindicatos.	196
Tabela 105 - Valores absolutos - sindicatos.....	197
Tabela 106 - Valores absolutos - sindicatos.....	197
Tabela 107 - Média ponderada - SEAP.....	198
Tabela 108 - Valores absolutos - SEAP - dados gerais.....	199
Tabela 109 - Valores percentuais - SEAP - dados gerais.	199
Tabela 110 - Média ponderada - Microbacias.....	201
Tabela 111 - Valores absolutos - Microbacias - dados gerais.	201
Tabela 112 - Valores percentuais - Microbacias - dados gerais.	202
Tabela 113 - Média ponderada - Universidades.	203
Tabela 114 - Valores absolutos - Universidades - dados gerais.	203
Tabela 115 - Valores percentuais - Universidades - dados gerais.	204
Tabela 116 - Média ponderada - bancos.	205
Tabela 117 - Valores absolutos - bancos - dados gerais.	206
Tabela 118 - Valores percentuais - bancos - dados gerais.....	206
Tabela 119 - Média ponderada - compradores e fornecedores de B&S.	207
Tabela 120 - Valores absolutos - compradores e fornecedores de B&S - dados gerais.	208
Tabela 121 - Valores percentuais - compradores e fornecedores de B&S - dados gerais.....	208
Tabela 122 - Média ponderada - EMBRAPA.....	209
Tabela 123 - Valores absolutos - EMBRAPA - dados gerais.....	210
Tabela 124 - Valores percentuais - EMBRAPA - dados gerais.....	210
Tabela 125 - Média ponderada - PRONAF.....	211
Tabela 126 - Valores absolutos - PRONAF - dados gerais.	212
Tabela 127 - Valores percentuais - PRONAF - dados gerais.	212
Tabela 128 - Média ponderada - Assistência Social.....	213
Tabela 129 - Valores absolutos - Assistência Social.	214
Tabela 130 - Valores percentuais - Assistência Social.	214
Tabela 131 - Média ponderada - igreja.	215

Tabela 132 - Valores absolutos - igreja - dados gerais.....	216
Tabela 133 - Valores percentuais - igreja - dados gerais.....	216
Tabela 134 - Média ponderada - Escola Comunitária.	217
Tabela 135 - Valores absolutos - Escola Comunitária - dados gerais.	218
Tabela 136 - Valores percentuais - Escola Comunitária - dados gerais.....	218
Tabela 137 - Média ponderada - Associações Comunitárias.....	219
Tabela 138 - Valores absolutos - Associações Comunitárias - dados gerais.....	220
Tabela 139 - Valores percentuais - Associações Comunitárias - dados gerais.....	220
Tabela 140 - Média ponderada - Posto de Saúde.....	221
Tabela 141 - Valores absolutos - Posto de Saúde - dados gerais.....	222
Tabela 142 - Valores percentuais - Posto de Saúde - dados gerais.	222
Tabela 143 - Média ponderada - Rádio Comunitária.	223
Tabela 144 - Valores absolutos - Rádio Comunitária - dados gerais.	224
Tabela 145 - Valores percentuais - Rádio Comunitária - dados gerais.....	224
Tabela 146 - Atores - ordenados por esfera de poder.....	226
Tabela 147 - Atores - ordenados por dimensão.	228
Tabela 148 - Atores - ordenados de forma crescente.....	231
Tabela 149 - Valores absolutos - comprometimento e pertencimento.	233
Tabela 150 - Valores percentuais - comprometimento e pertencimento.	233
Tabela 151 - Valores absolutos - consenso.....	236
Tabela 152 - Valores percentuais - consenso.....	236
Tabela 153 - Valores absolutos - responsabilidade.	238
Tabela 154 - Valores percentuais - responsabilidade.	238
Tabela 155 - Valores absolutos - consulta a família.....	240
Tabela 156 - Valores percentuais - consulta a família.....	241
Tabela 157 - Valores absolutos - respeito à opinião.....	242
Tabela 158 - Valores percentuais - respeito à opinião.....	243
Tabela 159 - Valores absolutos - confiança nos vizinhos.....	245
Tabela 160 - Valores percentuais - confiança nos vizinhos.	245

Tabela 161 - Valores absolutos - proteção ao meio ambiente.	247
Tabela 162 - Valores percentuais - proteção ao meio ambiente.	247
Tabela 163 - Valores absolutos - flexibilidade e cooperação.	249
Tabela 164 - Valores percentuais - flexibilidade e cooperação.	250
Tabela 165 - Valores absolutos - comunicação geral.	252
Tabela 166 - Valores percentuais - comunicação geral.	252
Tabela 167 - Síntese da confiança - esfera de poder - Sandra.	268
Tabela 168 - Síntese da confiança - esfera de poder - Papuan II.	269
Tabela 169 - Síntese da confiança - esfera de poder - Roseli Nunes. .	269
Tabela 170 - Síntese da confiança - esfera de poder - Média.	269
Tabela 171 - Síntese da confiança - dimensão - Sandra.	270
Tabela 172 - Síntese da confiança - dimensão - Papuan II.	271
Tabela 173 - Síntese da confiança - dimensão - Roseli Nunes.	271
Tabela 174 - Síntese da confiança - dimensão - Média.	271

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Evolução social do assentamento - opiniões dos assentados - Sandra.	255
Quadro 2 - Evolução social do assentamento - opiniões dos assentados - Papuan II.	256
Quadro 3 - Evolução social do assentamento - opiniões dos assentados - Roseli Nunes.	257
Quadro 4 - O que ajuda a unir - opiniões dos assentados.	260
Quadro 5 - O relacionamento com as instituições - opiniões dos assentados.	262
Quadro 6 - Sugestões de melhorias - opiniões dos assentados.	264
Quadro 7 - Perspectivas futuras - opiniões dos assentados.	267

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....	15
LISTA DE FIGURAS	17
LISTA DE TABELAS.....	23
LISTA DE QUADROS	31
CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO.....	37
1 INTRODUÇÃO	37
1.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	37
1.2 RECORTE TEÓRICO	38
1.2.1 Governança	38
1.2.2 Capital Social	40
1.2.3 Sustentabilidade	41
1.2.4 Informação e comunicação.....	41
1.2.5 Considerações finais.....	42
1.3 CONTEXTUALIZAÇÃO, JUSTIFICATIVA E PROBLEMA DE PESQUISA	43
1.4 OBJETIVOS	45
1.4.1 Objetivo geral	45
1.4.2 Objetivos específicos	45
1.5 RELEVÂNCIA, INEDITISMO E CONTRIBUIÇÕES AO CONHECIMENTO	46
1.6 RESULTADOS ESPERADOS	47
1.7 BENEFICIÁRIOS	47
1.8 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	47
CAPÍTULO 2 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	49
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	49
2.1 DELINEAMENTO METODOLÓGICO DE PESQUISA	49
2.2 ABORDAGEM DA PESQUISA	51
2.3 MÉTODOS DE PESQUISA	52
2.4 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA.....	52
CAPÍTULO 3 - REFERENCIAL TEÓRICO	55
3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	55
3.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	56
3.2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA QUESTÃO AGRÁRIA.....	59

3.3 GOVERNANÇA.....	62
3.3.1 Dimensões da Governança	65
3.3.2 Princípios, características e trabalhos da boa governança.....	65
3.3.3 Governança no contexto territorial.....	68
3.4 CAPITAL SOCIAL	71
3.4.1 Desenvolvimento humano, governança territorial e capital social.....	76
3.5 SUSTENTABILIDADE	80
3.6 INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	83
CAPÍTULO 4 - SISTEMA PROPOSTO	87
4.1 GOVERNANÇA E SUAS DIMENSÕES	87
4.2 VISÃO SISTÊMICA PRELIMINAR SOBRE A GOVERNANÇA EM ASSENTAMENTOS RURAIS	89
4.3 PROPOSTA DE SISTEMA DE GOVERNANÇA EM ASSENTAMENTOS RURAIS.....	91
CAPÍTULO 5 - IDENTIFICAÇÃO DA AMOSTRA E CARACTERIZAÇÃO DA REALIDADE DOS ASSENTAMENTOS	95
5.1 CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO DE PESQUISA E ESCOLHA DA AMOSTRAGEM	95
5.2 CARACTERIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS	101
5.2.1 Informações documentais.....	102
5.2.2 Apresentação, análise e discussão da pesquisa de campo	107
5.2.3 Considerações finais sobre a caracterização dos assentamentos	138
CAPÍTULO 6 - APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS COLETADOS	140
6 ANÁLISE DE DADOS	141
6.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	141
6.2 ABORDAGEM DE SORENSEN E TORFING.....	142
6.2.1 Articulação horizontal	142
6.2.2 Decisões com negociações	143
6.2.3 Normas comuns	145
6.2.4 Normas externas.....	147
6.2.5 Todos contribuem.....	149
6.3 PRINCÍPIOS DA GOVERNANÇA	151
6.3.1 Transparência.....	151
6.3.2 Participação	153
6.3.3 Responsabilidade.....	155

6.3.4 Eficácia	157
6.3.5 Coerência.....	159
6.4 CONCEITO DE GOVERNANÇA EM SORENSSEN E TORFING E PRINCÍPIOS DA GOVERNANÇA EM GOMIDES E SILVA	161
6.5 A IMPORTÂNCIA DA CONFIANÇA.....	164
6.5.1 Conselho Comunitário	165
6.5.2 Câmara de vereadores	167
6.5.3 Prefeitura Municipal.....	169
6.5.4 Governo Estadual.....	172
6.5.5 Governo Federal.....	174
6.5.6 COOPEAL	176
6.5.7 CooperOeste.....	178
6.5.8 INCRA	180
6.5.9 MST	182
6.5.10 Partido Político.....	184
6.5.11 EPAGRI	186
6.5.12 CIDASC.....	188
6.5.13 FATMA	190
6.5.14 IBAMA	192
6.5.15 ONGs	194
6.5.16 Sindicatos	196
6.5.17 SEAP	198
6.5.18 Microbacias	200
6.5.19 Universidades.....	202
6.5.20 Bancos.....	204
6.5.21 Compradores e Fornecedores de Bens e Serviços.....	207
6.5.22 EMBRAPA.....	209
6.5.23 PRONAF (Assistência Técnica)	211
6.5.24 Assistência Social.....	213
6.5.25 Igreja.....	215
6.5.26 Escola Comunitária.....	217
6.5.27 Associações Comunitárias	219
6.5.28 Posto de Saúde	221
6.5.29 Rádio Comunitária.....	223
6.5.30 Atores adicionais	225
6.6 SISTEMATIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DE CONFIANÇA	225
6.7 PRINCÍPIOS DA GOVERNANÇA E INFORMAÇÕES ADICIONAIS	232
6.7.1 Comprometimento e pertencimento.....	232
6.7.2 Consenso	235
6.7.3 Responsabilidade	237

6.7.4 Consulta à família	240
6.7.5 Respeito à opinião	242
6.7.6 Confiança nos vizinhos	244
6.7.7 Proteção ao meio ambiente.....	246
6.7.8 Flexibilidade e cooperação	249
6.7.9 Comunicação geral.....	251
6.8 CONTRIBUIÇÕES.....	253
6.8.1 Evolução social e econômica dos assentados a partir de sua própria perspectiva	253
6.8.2 O que ajuda a unir	258
6.8.3 O relacionamento com as instituições	261
6.8.4 Sugestões de melhorias	263
6.8.5 Perspectivas futuras.....	265
6.9 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO.....	268
CAPÍTULO 7 - CONCLUSÕES.....	274
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	279
APÊNDICES.....	301
ANEXOS	313

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

A proposta de um sistema de governança em assentamentos¹ rurais, com participação direta dos atores nos processos de ação, está diretamente ligada à discussão sobre o desenvolvimento sustentável, o aumento do capital social e os processos de informação e comunicação nos assentamentos rurais de Santa Catarina. A governança é uma temática de investigação recente no Brasil (ZAPATA, 2009).

As organizações tradicionais não são mais suficientes para atender as necessidades pessoais e profissionais dos atores envolvidos, nem do mercado, nem da sociedade e nem do ambiente. Elas não conseguem o resultado desejado sem ter um alto nível de preparo e comprometimento de seus colaboradores. Esta é uma característica das organizações dinâmicas, que consideram as pessoas elementos primordiais no processo organizacional. Portanto, é primordial desenhar organizações flexíveis, participativas, e de confiança.

Por outro lado, a visão de desenvolvimento que norteou a economia brasileira, especialmente no período militar (1964-1985), era marcada por uma concepção dualista² e que foi adotada pelos PNDs (Planos Nacionais de Desenvolvimento). A ideia central, gestada na CEPAL (Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe), era que o setor rural representava o atraso e o

¹ Segundo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) “pensar em assentamento é pensar em organização da produção, pensar em cooperação, educação voltada para a realidade do campo e em uma educação transformadora” (MST, 2012). Para o governo, segundo o Ministério de Desenvolvimento Agrário, um assentamento é uma “Unidade Territorial obtida pelo programa de Reforma Agrária do Governo Federal, ou em parceria com Estados ou Municípios, por desapropriação; arrecadação de terras públicas; aquisição direta; doação; reversão ao patrimônio público, ou por financiamento de créditos fundiários, para receber em suas várias etapas, indivíduos selecionados pelos programas de acesso à terra.” (MDA, 2002)

² Entende-se por dualismo o conceito de transferência dos trabalhadores em uma atividade com menor produtividade marginal no campo, transferindo-os para o setor industrial e incorporando-os ao processo de produção e consumo (Rural = Tradicional X Industrial = Moderno).

industrial o moderno. As consequências deste processo econômico são conhecidas, ou seja, a fuga do campo para as cidades (AZQUETA, 1983). A ideia identificada e apresentada por Azqueta (1983) não faz sentido dentro dos novos conceitos organizacionais. Na linha de mudança ou modernidade, Bauman (2001) fala sobre a dinamicidade e fluidez dos processos participativos, de relacionamentos flexíveis e de confiança. Este pensamento é compartilhado também por outros pensadores das últimas décadas (IACOCCA, 1985; PORTER, 1989; DRUCKER, 1998; WELCH, 2001; COVEY, 2005; SENGE, 2006; SEMLER, 2006). Esta linha de raciocínio, ou seja, dinamicidade e fluidez dos processos participativos de relacionamentos flexíveis e de confiança, conjuntamente com o conceito de governança democrática em rede, segundo Denhardt (2012), tem, obrigatoriamente, uma elevada capacidade de articulação e de relacionamentos, capaz de gerar um ambiente de cooperação, participação, confiança e flexibilidade.

Desta forma, torna-se relevante tecer estas considerações, uma vez que a partir delas é que se formula um novo sistema de governo sem comando (DENHARDT, 2012), onde cada um dos atores tem responsabilidade e autonomia, de modo que todos trabalhem para o bem comum e amparado por um mesmo arcabouço regulatório.

1.2 RECORTE TEÓRICO

Apresenta-se a seguir conceitos de governança, capital social, sustentabilidade, comunicação e informação, como indicativo do recorte teórico que se pretende utilizar neste trabalho. Entende-se por recorte teórico o marco conceitual que delimita a governança, o capital social, a sustentabilidade, a comunicação e a informação.

1.2.1 Governança

Zapata (2009) afirma que:

As ideias sobre governança foram se desenvolvendo no contexto contemporâneo de rupturas e grandes mudanças sociais, provocadas pela globalização e o desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação, que

estão transformando nossa tradicional sociedade hierárquica em uma sociedade horizontalizada e em rede. (ZAPATA, 2009, p.10).

A autora segue o raciocínio lembrando que não podemos confundir o conceito de governança com o de governo. O conceito de governança antecipa e ultrapassa o de governo. Para esta autora a governança contempla a capacidade institucional na gestão pública, com a participação de diferentes atores: governo, agentes de mercado e sociedade civil, ou seja, que busque a articulação de interesses de agentes públicos e privados, sempre primando pela perspectiva do interesse coletivo e de visão de longo prazo.

Araujo (2009) apresenta uma definição de Governança, nos seguintes termos:

Governança é o resultado da inter-relação dos atores sociais, empresas, cidadãos e suas organizações, e governos, que proporciona ao cidadão-gestor atuar co-articuladamente e operando em rede, visando a implementação de objetivos construídos participativamente, dentro duma visão de futuro compartilhada. (ARAUJO, 2009).

Outro conceito que considerado para a presente pesquisa é o de Sorensen e Torfing (2008) apud Denhardt (2012):

1) uma articulação horizontal relativamente estável de interdependência, mas com atores operacionalmente autônomos; (2) que interagem por meio de negociações; (3) que acontecem dentro de um arcabouço regulatório, normativo e imaginário; (4) que, por sua vez, são autorreguladores dentro de limites estabelecidos por mecanismos externos; e (5) contribuem para a produção do mesmo propósito. (SORENSEN e TORFING, 2008, apud DENHARDT, 2012, p. 272).

Para Denhardt (2012) as teorias mais recentes apontam para governança democrática em rede. Neste sentido, o conceito acima especifica a origem não hierárquica da governança e levanta a questão

de como governar quando não há ninguém no comando. O autor cita também o conceito de Borzel e Panke (2008) que definem governança, neste caso em rede e de modo semelhante, como:

Formulação e implementação de decisões coletivamente vinculantes pelo envolvimento sistemático de atores privados com os quais os atores públicos coordenam suas preferências e recursos numa base voluntária (não hierárquica). (BORZEL e PANKE, 2008, apud DENHARDT, 2012, p.272)

Embora sejam considerados outros conceitos, o escolhido para dar base à esta investigação é o apresentado por Sorensen e Torfing (2008) apud Denhardt (2012), que é destacada no capítulo 3 da presente pesquisa.

1.2.2 Capital Social

Dois conceitos relacionados ao capital social foram eleitos para este recorte teórico. Ratter (2002) coloca que a ideia de capital social inicia a ser mencionada a partir da década de 1990, ou seja, ainda em construção. Este autor entende não haver ainda uma definição precisa a respeito do tema. Sublinha que grande parte dos investigadores busca definições relacionadas às funções do capital social, destacando-se ora o uso deste recurso por indivíduos ora aspectos sociais (coletivos). Este autor separa o capital humano do capital social.

O primeiro “é produto de ações individuais em busca de aprendizado e aperfeiçoamento”, enquanto, o capital social “se fundamenta nas relações entre os atores sociais que estabelecem expectativas mútuas, estimulam a confiabilidade nas relações sociais e agilizam o fluxo de informações internas e externas”.

O segundo é a percepção de Siman (2009), que na sua tese analisa os assentamentos numa perspectiva do capital social, e neste ponto afirma:

[...] é necessário que haja continuidade na busca por objetivos comuns e, ao mesmo tempo, que o capital social acumulado seja gerador de autonomia, no sentido de que estes trabalhadores

(assentados) possam conectar-se livremente com os demais atores. [...] permite verificar se essas relações dão condições aos assentados de ascender ao empoderamento³, traduzido na maior participação nas escolhas de políticas e decisões que afetam suas vidas.

1.2.3 Sustentabilidade

Embora o tema sustentabilidade seja amplamente discutido atualmente, não possui um censo comum quanto ao seu significado. Apesar desta falta de consenso são reconhecidas classicamente três dimensões englobadas pela sustentabilidade, que são a ambiental, a social e a econômica.

Coral (2001) discursa sobre a dimensão ambiental, a qual se relaciona aos aspectos ecológicos e recursos ambientais.

Kalbusch (2006) coloca que a dimensão social trata da distribuição da renda de forma igual, diminuindo as diferenças entre os diversos níveis de sociedade e melhorando as condições de vida das populações.

Porter (1989) declara que o foco econômico da sustentabilidade de uma organização pode ser analisado pela força desta mesma organização de manter o seu desempenho acima da média em longo prazo.

Portanto, a sustentabilidade é a capacidade que um sistema tem de atender as necessidades atuais, desenvolver-se permanentemente sem comprometer as suas possibilidades futuras de continuar a se desenvolver (BRUNDTLAND, 1987).

1.2.4 Informação e comunicação

A informação pode ser considerada como o resultado de uma manipulação, organização ou processamento de dados, sendo estes tratados de forma a representar uma modificação no sistema que o

³ O empoderamento, entendido como *empowerment*, é conhecido como um processo de energização, ou seja, percebidas as capacidades e oportunidades que os indivíduos têm de manifestar e fazer escolhas e transformar estas escolhas em ações resultados e desejados.

recebe. As idéias que contornam a informação estão relacionadas a um conjunto de conceitos, como dados, significado, conhecimento e instrução (SERRA, 2007). A informação se gera a partir dos dados, e a partir dela surge o conhecimento.

A comunicação encobre o processo de elaboração e transmissão de informações, tendo em vista que a mensagem entendida seja a mesma que foi transmitida. A comunicação pode ser considerada como de dois tipos principais: interpessoal e pessoal (LUSSIER, 2010).

1.2.5 Considerações finais

Apresentado o recorte teórico da governança, capital social, sustentabilidade, informação e comunicação, as condições de contorno do trabalho estão fundamentadas, conforme pode ser visualizado na figura 1.



Figura 1 - Governança em assentamentos rurais: condições de contorno.

Fonte: elaborada pelo autor.

A região central representa a governança em assentamentos rurais, a qual é ladeada pelo capital social, sustentabilidade e a informação e comunicação. Esses temas são aprofundados no capítulo 3 que trata do referencial teórico.

1.3 CONTEXTUALIZAÇÃO, JUSTIFICATIVA E PROBLEMA DE PESQUISA

Reconhecendo o que Toffler (1980) previu, sobre os processos de tecnologia da informação, o que foi chamado de “A Terceira Onda”, e os processos de competição global, apresentado por Porter (1989), houve uma aceleração dos mecanismos comerciais, culturais e organizacionais nas últimas décadas. Estes recentes processos causaram mudanças na tecnologia e no comércio, com impacto direto na indústria e na sociedade.

Nesta senda há que ter em conta os atores locais e, neste particular, Naisbitt (1994) afirma que “Quanto maior é a economia mundial, mais poderoso são os seus protagonistas menores: nações, empresas e indivíduos”, o que chama de “Paradoxo Global”, isso parece ser a organização dos grandes e o protagonismo dos pequenos. Os atores locais são as organizações públicas e privadas, e os indivíduos.

Percebendo-se que os acordos de Bretton Woods⁴, a constituição de blocos econômicos, o atual sistema monetário internacional em “cheque”, cujo resultado é uma crise econômica acentuada e com reflexos sociais evidentes, permite-se depreender que nesta conjuntura há que pensar ações locais ou formas alternativas de organização que supram, em menor escala, a dependência da competitividade internacional. Entretanto, é possível concordar com Capra (2009) em seu livro “As Conexões Ocultas”, de que não se pode estar ausentes do sofrimento de quem quer que seja. De forma clara, seria como colocar uma gota de água no oceano e tentar resgatá-la

⁴ Bretton Woods foi o nome dado a um acordo de 1944 no qual estiveram presentes 45 países aliados e que tinha como objetivo reger a política econômica mundial. Segundo o acordo de Bretton Woods as moedas dos países membros passariam a estar ligadas ao dólar variando numa estreita banda de +/- 1%, e a moeda norte-americana estaria ligada ao Ouro a 35 dólares. Para que tudo funcionasse sem grandes sobressaltos foram criadas com o acordo Bretton Woods duas entidades de supervisão, o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial. Em: http://www.clubeinvest.com/_technical_analysis/forex/Bretton_woods/Bretton_woods.php, visitado em 29 de julho de 2011.

depois, o que é impossível. Todos são igualmente responsáveis. Nesta linha pode-se pensar como Simmel (1986) quando diz que “ninguém é uma ilha”, onde todos podem se salvar desde que cada um faça sua parte. Em suma, os considerados grandes economicamente não podem prescindir dos pequenos e vice-versa. Todos precisam respeitar-se e ajudar-se mutuamente.

Para o nível local, parecendo paradoxal, torna-se imperativo de sobrevivência adotar uma nova forma de conceber a organização social, com cooperação, confiança, flexibilidade, participação e parceria, dentre outros procedimentos e valores, respeitando-se os concorrentes e trocando tecnologia. Isso permite considerar que Rifkin (2005) tem razão ao afirmar que se precisa passar por uma nova visão de economia, na qual se veja no concorrente um aliado que necessita crescer, num ambiente mais humano, em que a economia se coloca a serviço do social e não o contrário.

Além disso, considera-se também o alto nível de concentração de terra tanto no Brasil quanto em Santa Catarina e o índice de Gini⁵ do Brasil (vide figura 2, apresentada a seguir) que comprova isso, aliado aos conflitos históricos que envolvem os problemas da terra, associados aos assentamentos constituídos, que apresentam evasão, baixo desempenho econômico e dificuldades de coesão, além de pouca autonomia. Acredita-se que, com uma prática de governança, pode-se melhorar a autonomia e viabilizar a emancipação destes mesmos assentamentos.

⁵ O Índice de Gini é uma medida do grau de desigualdade da distribuição de renda ou de um recurso. O índice varia de um mínimo de “zero” ao máximo de “um”. “Zero” representa nenhuma desigualdade e “um” representa o grau máximo de desigualdade.

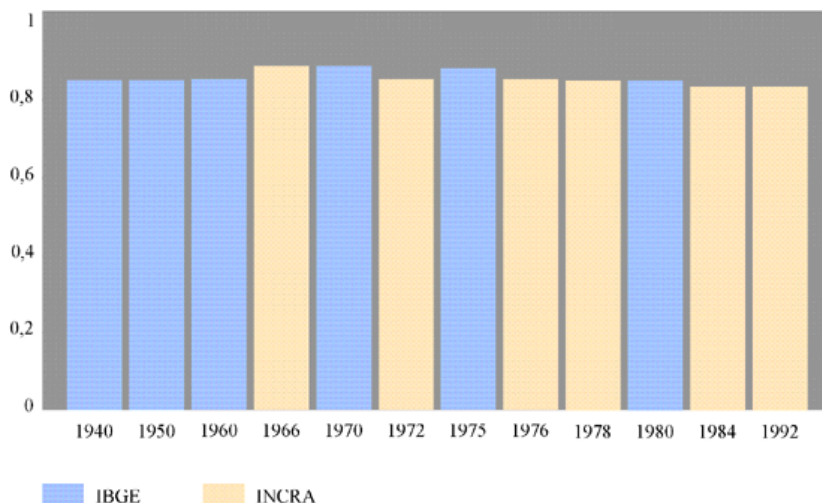


Figura 2 - Índices de concentração de terra no Brasil (Gini).

Fonte: Planalto (1997).

Desta forma o problema de pesquisa é o baixo desempenho dos assentamentos, com reflexos sociais e econômicos, e uma das causas é a falta de uma boa governança.

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo geral

Propor um sistema de governança para assentamentos rurais em Santa Catarina.

1.4.2 Objetivos específicos

1. Identificar e analisar as principais abordagens teóricas relacionadas à governança, ao capital social, à sustentabilidade, a informação e a comunicação, para identificar abordagens que possam contribuir para a construção de um sistema de governança;

2. Caracterizar a realidade dos assentamentos rurais;
3. Identificar as percepções dos assentados quanto ao conceito e princípios de governança. Pretende-se chegar com isso à obtenção de dados que mostrem principalmente os níveis de confiança, problemas de relacionamentos e participação nas decisões entre os assentados e os atores envolvidos;
4. Apresentar, analisar e discutir os dados obtidos;
5. Aplicar e analisar o sistema de governança proposto.

1.5 RELEVÂNCIA, INEDITISMO E CONTRIBUIÇÕES AO CONHECIMENTO

Um país com a dimensão continental como o Brasil teve diversas oportunidades de resolver o problema agrário, mas não reuniu, ainda, força suficiente para encontrar o equilíbrio necessário entre a realidade e a capacidade do aparato governamental, em realizar as transformações estruturais necessárias. Entende-se a reforma agrária como uma estratégia e os assentamentos como ferramenta, e não existem estudos que deem estabilidade à governança dentro do marco teórico que aqui se pretende abordar. Por isso, há uma lacuna a ser preenchida para que os assentamentos se desenvolvam socialmente e progridam economicamente. Eis aqui um desafio, caso melhore a governança em assentamentos, haverá menor evasão e maior sustentabilidade dos assentamentos, sendo então possível criar e emancipar mais rapidamente os assentamentos para que não fiquem muito tempo sob o manto de instituições públicas, como parece estar hoje, em situações não genéricas.

Pelas investigações realizadas e pela realidade percebida, não se encontraram na literatura científica considerações sobre governança em assentamentos rurais. Este fato, aliado à proposta de organização de um sistema de governança em assentamentos rurais se torna relevante. Nesta direção, busca-se a caracterização dos assentamentos e a percepção dos assentados sobre valores e atores que interagem no sistema de governança. Esta investigação pretende contribuir para o avanço dos estudos junto à academia, oferecer elementos de estudo e decisão para as esferas públicas e privadas que participam do sistema a ser proposto. É importante destacar que este trabalho de tese pretende facilitar a

organização dos próprios assentados, suas famílias e suas relações sociais, políticas, administrativas e econômicas.

1.6 RESULTADOS ESPERADOS

Ao final da tese espera-se obter um sistema de governança exequível e operacionalizável. Como resultado secundário espera-se contribuir para ampliação do conhecimento acerca do tema em estudo, capital social, sustentabilidade, informação e comunicação nos assentamentos rurais em Santa Catarina, identificando também as percepções dos assentados e dos demais atores envolvidos, como forma de melhorar a articulação, os relacionamentos e a confiança.

1.7 BENEFICIÁRIOS

Entende-se que os principais beneficiários serão todos os integrantes dos assentamentos. Também os governos nas suas três esferas (federal, estadual e municipal), bem como os demais atores identificados na caracterização dos assentamentos.

1.8 ESTRUTURA DO TRABALHO

A tese será dividida em sete capítulos.

Capítulo 1: São apresentadas as considerações preliminares, recorte teórico, contextualização, justificativa, problema de pesquisa, objetivos, relevância, ineditismo, contribuições ao conhecimento, resultados esperados, beneficiários e estrutura do trabalho.

Capítulo 2: São apresentados os procedimentos: delineamento, abordagem, métodos, e procedimentos da pesquisa.

Capítulo 3: Referencial teórico.

Capítulo 4: Sistema proposto.

Capítulo 5: Identificação da amostragem e caracterização da realidade dos assentamentos.

Capítulo 6: Apresentação, análise e discussão dos dados

coletados.

Capítulo 7: Conclusões.

Bibliografia

Anexos e Apêndices

Definida esta estrutura de organização, passa-se a abordar os procedimentos metodológicos do presente trabalho.

CAPÍTULO 2 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo trata do delineamento metodológico, da abordagem, dos métodos e procedimentos de pesquisa com foco nos objetivos para resolver o problema identificado no estudo.

2.1 Delineamento metodológico de pesquisa

Visando sistematizar a estrutura desta pesquisa, a figura 3, destaca os objetivos do trabalho e sua inserção nos capítulos da tese.

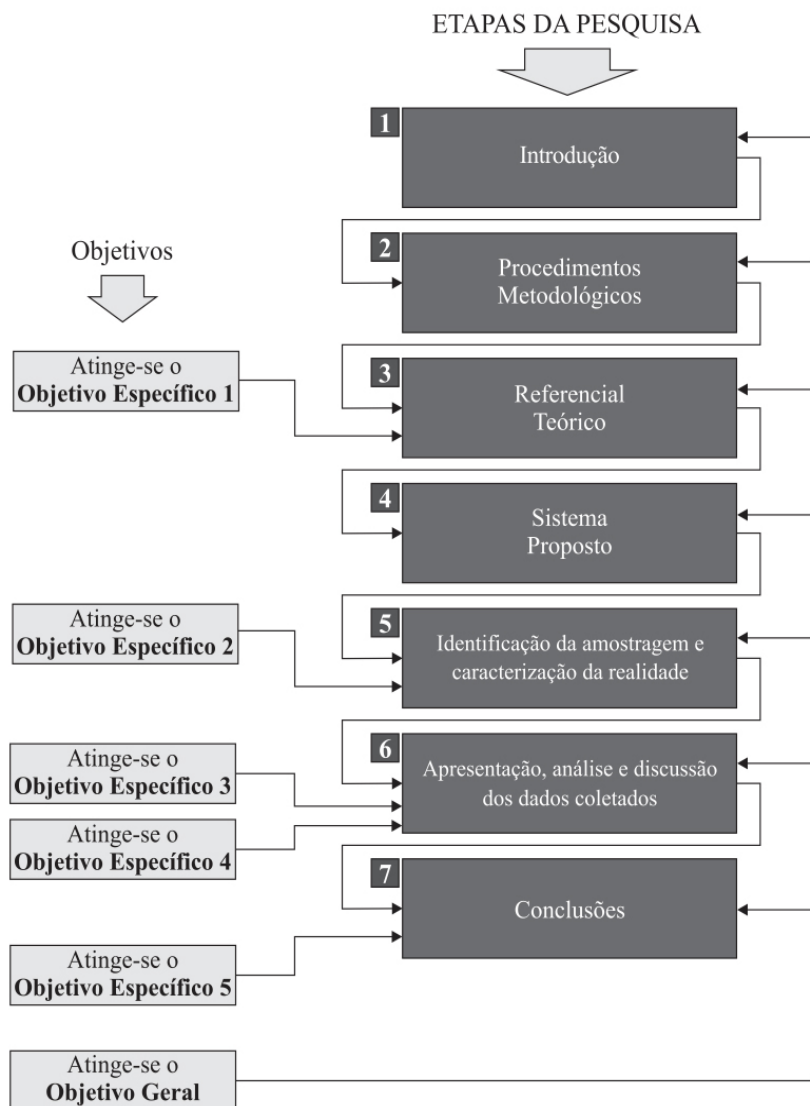


Figura 3 – Relação dos capítulos da tese com os objetivos.

Fonte: elaborada pelo autor.

Conforme mostra a figura 3, no primeiro capítulo foi definido o

tema, identificado o problema de pesquisa, definidos os objetivos, e o recorte teórico. No segundo capítulo são estruturados os métodos de pesquisa, os quais serviram de guia para o desenvolvimento da presente investigação. No terceiro capítulo é apresentado o levantamento bibliográfico, onde se aborda quatro temas: governança, capital social, sustentabilidade, e informação e comunicação. No quarto capítulo apresenta-se o sistema proposto. No quinto capítulo identifica-se a amostragem e caracteriza-se a realidade dos assentamentos rurais com base em informações documentais e pesquisa de campo. No sexto capítulo são apresentados, analisados e discutidos os dados coletados nos assentamentos rurais. No sétimo capítulo são apresentadas as conclusões desta investigação.

2.2 ABORDAGEM DA PESQUISA

Segundo Martins (2010), “[...] como vários autores afirmam, o ato de mensurar variáveis de pesquisa é a característica mais marcante da abordagem quantitativa”. Cita Bryman (1989), que manifesta as principais preocupações desta abordagem que são: mensurabilidade, causalidade, generalização e replicação.

Bryman (1989) apud Martins (2010), referindo-se à abordagem qualitativa diz: “A característica distintiva, em contraste com a pesquisa quantitativa, é a ênfase na perspectiva do indivíduo que está sendo estudado”. Portanto, como nesta pesquisa são apresentados momentos onde há abordagens teóricas e percepções de pessoas, permite-se utilizar a abordagem qualitativa. Na mesma linha, identificam-se dados mensuráveis quanto à realidade dos assentamentos e percepções teóricas que permitem estabelecer médias ponderadas e apresentação de gráficos e figuras a partir delas. Assim, esta pesquisa também aplica a abordagem quantitativa. A parte construtivista do trabalho ampara-se na abordagem teórico-conceitual e na obtenção de informações recebidas dos interlocutores dos assentados.

2.3 MÉTODOS DE PESQUISA

O estudo em foco utilizará o método de estudo de caso⁶ na caracterização da realidade dos assentamentos e na identificação das percepções dos assentados. Quanto à natureza das variáveis o estudo será qualitativo e quantitativo. O estudo de caso e o estudo de campo são apoios para a obtenção dos dados para abordagem quantitativa e qualitativa, visando a aplicação e análise do sistema de governança proposto. Segundo Filippini (1997), Gupta et al. (2006) e Zhao (2007) apud Nakano (2010) o estudo de caso é uma “análise aprofundada de um ou mais objetos (casos) com o uso de coleta de dados e presença da interação entre pesquisador e objeto de pesquisa”. Estudo de campo, identificado por Nakano (2010), refere-se a: “outros métodos de pesquisa (principalmente de abordagem qualitativa) ou presença de dados de campo, sem estruturação formal de método de pesquisa”.

Este método se aproxima da necessidade de atender os objetivos, uma vez que em situação de campo podem ocorrer fatos imprevisíveis ou mesmo a coleta de informações informais ou não. O método teórico conceitual estará presente, pois haverá “discussões conceituais a partir da literatura, revisões bibliográficas e modelagens conceituais” (ZHAO, 2007 apud NAKANO, 2010).

2.4 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

O primeiro procedimento de pesquisa foi determinar o campo de pesquisa que é o problema agrário, logo após se focou nos assentamentos rurais e dentro destes se encontrou uma lacuna na sua organização, notadamente na governança. Neste particular, buscaram-se no tema governança em assentamentos rurais, as suas relações com o capital social, sustentabilidade, e informação e comunicação. Após estas definições e identificado o método, buscou-se um referencial teórico que desse amparo à construção de um sistema de governança, como apresentado no capítulo 4. Para avaliar o sistema de governança

⁶ Este trabalho se ampara no texto “Adoção do Estudo de caso na engenharia de produção”, PP.129-166, do professor Paulo Augusto Cauchick Miguel, no livro Metodologias de Pesquisa em Engenharias de produção e Gestão de Operações (2010), coordenado por ele. Também em Eva Maria LAKATOS e Marina Andrade MARCONI no livro Fundamentos de Metodologia Científica (2001).

proposto foi elaborado um protocolo⁷, utilizando-se um instrumento de coleta de dados (apêndice 1), para ser aplicado em assentamentos existentes, cuja escolha é detalhada no capítulo 5. Para a aplicação e análise do modelo foi feita uma caracterização da realidade dos assentamentos avaliados, descrita no capítulo 5, e uma análise da percepção dos assentados quanto ao referencial teórico, no capítulo 6. No capítulo 7 são apresentadas as conclusões deste trabalho.

⁷ Segundo Cauchick (2010) “protocolo, além do conjunto de questões a serem usadas, deve conter procedimentos e regras gerais de pesquisa para a sua condução, indicação da origem das fontes de informação [...] é um instrumento que melhora a confiabilidade e a validade [...]. Basicamente, um protocolo, deve considerar como partes relevantes (SOUZA,2005): o contexto (área e local, unidade de análise, questões, procedimentos e fontes de informação), a parte a ser estudada (práticas, unidades de análise, questões, procedimentos e fontes de informação) e meios e controles da pesquisa (variáveis da pesquisa e respectivas questões).

CAPÍTULO 3 - REFERENCIAL TEÓRICO

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Inicialmente realizou-se a uma consulta bibliográfica, na qual foi utilizada como ferramenta de busca o Portal de Periódicos CAPES, que permite serem aplicadas buscas simultâneas em diversas bases de dados. Os termos pesquisados foram os seguintes: “governança” e “capital social”, “governança” e “sustentabilidade”, “governança” e “assentamento”, “capital social” e “sustentabilidade”, “governança em assentamentos rurais”, “sistema de governança” e “assentamentos rurais”, “sistema de governança” e “capital social”. Os termos selecionados para a busca estão relacionados com o tema de pesquisa.

A área de conhecimento selecionada foi ciências sociais aplicadas, e subárea todas as bases desta área de conhecimento. As bases pesquisadas foram: (1) Academic Search Premier - ASP (EBSCO), (2) Emerald Fulltext (Emerald), (3) Humanities Abs & Full Text (Wilson), (4) Oxford Journals (Oxford University Press), (5) SciELO.ORG, (6) SCIRUS (Elsevier), (7) SCOPUS (Elsevier), (8) Social Sciences Full-Text (Wilson), (9) OECD - iLibrary, (10) Web of Science.

Na primeira busca: “governança” e “capital social”, localizaram-se 53 registros no período de 2002 a 2010, destacando-se as bases: SCIRUS (Elsevier), com 29 registros e na base OECD - iLibrary com 24 registros.

Nas palavras “governança” e “sustentabilidade” encontraram-se 48 registros no período de 2007 a 2011, tendo a base SCIRUS (Elsevier) apresentando 30 registros, e a base OECD - iLibrary apresentando 18.

A combinação: “governança” e “assentamentos” encontraram-se 31 registros no período de 2007 a 2010, destacando-se também as bases SCIRUS (Elsevier) apresentando 29 registros, e a base OECD - iLibrary apresentando dois registros.

Nas palavras “capital social” e “sustentabilidade” encontraram-se 98 registros no período de 2001 a 2011, apresentando-se as bases SCIRUS (Elsevier), com 30 registros, SCOPUS (Elsevier), 30 registros, OECD - iLibrary, 30 registros, Emerald Fulltext (Emerald), seis registros, e Oxford Journals (Oxford University Press) com dois registros.

Buscando-se por “sistema de governança em assentamentos rurais” nenhum registro foi encontrado.

Por último buscou-se as palavras “governança em assentamentos

rurais” e ”capital social”. Não foi encontrado nenhum resultado para todas as bases de dados. Dada a relevância desta informação para este trabalho, apresenta-se a imagem da busca com as informações resultantes (figura 4).

Você buscou por "Todos os campos="Governança em Assentamentos Rurais") E Todos os campos="Capital Social") em "Ciências Sociais Aplicadas" Ver resultados

Nome da base	Status	Ocorrências
Academic Search Premier - ASP (EBSCO)	FINALIZADO	0
Emerald Fulltext (Emerald)	FINALIZADO	0
Humanities Abs & Full Text (Wilson)	FINALIZADO	0
Oxford Journals (Oxford University Press)	FINALIZADO	0
SciELO.ORG	FINALIZADO	0
SCIRUS (Elsevier)	FINALIZADO	0
SCOPUS (Elsevier)	FINALIZADO	0
Social Sciences Full-Text (Wilson)	FINALIZADO	0
OECD - iLibrary	FINALIZADO	0
Web of Science	FINALIZADO	0
Resultados combinados	Primeiros 0 registros	0

[Retornar para MetaBusca](#)

Figura 4 - Resultado da busca pelos termos “governança em assentamentos rurais” e “capital social” no Portal de Periódicos CAPES.

Além desta busca realizada, de artigos lidos e citados, nas bases onde se encontrou referências, buscou-se também: livros que tratam dos temas e assuntos relacionados, revistas técnicas, documentos do governo, do INCRA, do IBGE, livros com coletâneas de artigos específicos, consultas a especialistas por e-mail que encaminharam informações e artigos, sites, bancos de dados de teses, e relatórios outros. Embora se tenha buscado identificar o estado da arte com artigos pertinentes e atuais percebeu-se carência em estudos específicos sobre o tema sistema de governança em assentamentos rurais. Em face disso utilizaram-se, como apoio, também, livros clássicos quando estes se apresentam como necessário.

3.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Neste tópico são abordados os fundamentos históricos e teóricos que sustentam a presente investigação. Trata-se da contextualização da questão agrária no Brasil, governança, capital social, sustentabilidade,

informação e comunicação.

A relação Estado/Sociedade se faz através do governo (sistema de organização da função pública) que, orientado pelas políticas públicas, das quais o mais importante documento é a Constituição Federal, busca uma identidade de interesses. Para cada área do Estado, existem políticas públicas que orientam o fazer governamental, buscando atender os interesses sociais. Assim, nesta investigação, pretende-se pensar a questão agrária sob o ponto de vista do conceito de governança em assentamentos rurais.

Entretanto, a questão agrária, dada a sua importância para o desenvolvimento social, ambiental, político e econômico do Brasil e de Santa Catarina merece e necessita de um estudo aprofundado, na tentativa de melhorar e facilitar os processos decisórios no que tange a governança dos assentamentos rurais. Os dados a seguir deixam evidentes as graves distorções existentes na questão da concentração da terra (vide tabelas 1 e 2, e figuras 5 e 6).

Entende-se, para efeito desta investigação, que propriedade Pequena é a que possui até 100 ha; Média de 100 a 1000 ha e Grande acima de 1.000 ha, pode-se fazer uma análise demonstrativa de concentração da terra conforme tabela 1 e figura 5.

Tabela 1 - Estrutura fundiária no Brasil.

Propriedade/área	Pequenas	Médias	Grandes
Número de propriedade (%)	85,1	13,2	1,7
Área em Hectares -Ha (%)	20,0	36,3	43,7

Fonte: INCRA (2005).

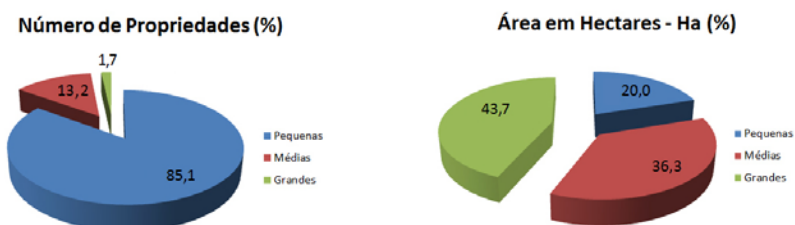


Figura 5 - Número de Propriedades e Respectiva Área de Terras no Brasil.

Fonte: INCRA (2005).

Ou seja, 85,1% do total de propriedades possui 20% do total da área de terras do país, enquanto 1,7% das propriedades possui 43,7% do total de área do Brasil.

Seguindo o mesmo raciocínio, na tabela 2 e figura 6, observa-se que não há evidências de que houve grandes alterações de 2006 a 2012, para o caso de Santa Catarina.

Tabela 2 - Estrutura fundiária em Santa Catarina.

Propriedade/área	Pequenas	Médias	Grandes
Número de Propriedades (%)	96,6	3,2	0,2
Área em Hectares – Há (%)	61,8	28,8	9,4

Fonte: INCRA (2005).

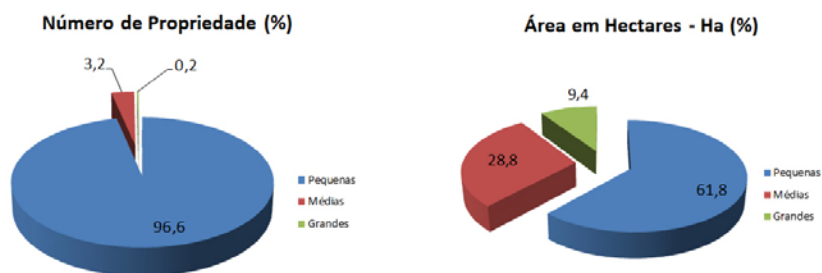


Figura 6 - Número de Propriedades e Respectivas Áreas de Terras em Santa Catarina.

Fonte: INCRA (2005).

Ou seja, 96,6% das propriedades possuem 61,8% da área de Santa Catarina, enquanto 0,2% das propriedades concentram 9,4% da área de Santa Catarina. Portanto, pode-se concluir por estes indicadores, que Santa Catarina possui menor concentração de terras do que o Brasil, no que tange as pequenas propriedades. Entretanto, se considerado que 0,2% das grandes propriedades possuem 9,4% da área, a situação parece ser grave.

3.2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA QUESTÃO AGRÁRIA

Pensar a questão agrária significa pensar ações de governo, ou seja, políticas públicas. Pensadores como: Simonsen (1977), Prado Júnior (1987), Furtado (1986), dentre outros, diziam que os fundamentos sociais e econômicos têm um dos seus pilares fixados na questão agrária ou da terra. Sublinhou Simon (1997) que a questão agrária inicia no país, com a consolidação da equivocada aplicação das Sesmarias Medievais Portuguesas, como nos ensina e deixa bem claro Rau (1982). Observa-se que o Brasil perdeu diversas oportunidades históricas para resolver os conflitos agrários e fazer a tão desejada inclusão social de milhões de famílias, num território tão vasto. Pode ter havido falta de um instrumental operativo para garantir o sucesso desejado.

Em meados do século XIX, sob pressão internacional pelo fim da escravidão, surgiu a Lei de Terras do Império (Lei 601, de 1850), cuja essência era permitir o acesso à terra só através de compra, extinguindo o regime de posses e beneficiando os “Donos do Poder” e o patrimonialismo, como afirma Faoro (1987). Esta Lei proporcionou uma grande massa de excluídos do acesso a terra (escravos livres, mestiços, migrantes descapitalizados). Este ato consolida a grande propriedade: quem tem poder pode mais e volta à produção para exportação, como diz Martins (2003). Não se pode esquecer três grandes eventos ocorridos no século XIX e de alto significado histórico: A Declaração da Independência, a Libertação dos Escravos e a Proclamação da República. Não há dúvida que houve grandes mudanças políticas e sociais nestes eventos, mas incapazes de reverter às desigualdades sociais iniciadas no Brasil Colônia, como afirma Condé (2006).

Mais adiante no período da Primeira República ou República Velha (1889 - 1930), as oligarquias agrárias detinham o poder político. Este fato não permitiu alterações na estrutura da terra, não se fala em reforma agrária e muito menos em desapropriação e criação de assentamentos. Neste mesmo período, houve os mais violentos confrontos de terra na história do país que se tem conhecimento, como a Guerra de Canudos, na Bahia (1896 -1897) e a Guerra do Contestado (1912 - 1916), na fronteira entre Paraná e Santa Catarina. Ambos os conflitos prejudicaram pequenos posseiros, os quais foram violentamente massacrados pelas forças do Exército Nacional, polícia dos Estados e arregimentados para este fim, conforme nos mostram os livros de história de Brasil e de Santa Catarina.

A Revolução de 30 afastou parcialmente o governo das oligarquias agrárias e trouxe a debate a questão agrária, cujas propostas foram derrotadas na Constituinte de 1934, numa clara demonstração da força política dos grandes proprietários, conforme Condé (2006).

A partir da Revolução Cubana e a tentativa de expandir o comunismo pela América Latina por camponeses revoltados, os Estados Unidos promoveram um encontro que produziu “A Carta de Punta del Este”, em 1961, contendo orientações para apaziguar os povos em vias de se revoltar. Na verdade, eram ali definidas as linhas norteadoras do que viria a ser, no caso brasileiro, o Estatuto da Terra.

Com o Golpe Militar de 1964, os movimentos pró-reforma agrária foram sufocados. Porém, em decorrência de pressões internacionais e da “A Carta de Punta del Este” de 1961, já citada, o governo militar (1964 - 1985) tomou algumas medidas para realizar a reforma agrária. O marco mais importante e válido até hoje é o Estatuto da Terra (Lei 4.504 de 30/11/1964), considerada a primeira e mais completa lei de reforma agrária no Brasil, que possibilitava a desapropriação por interesse social, como forma de acabar com as tensões sociais no campo. Este fato, na prática, pouco adiantou. Na verdade, houve o assentamento de 131,8 mil famílias durante o período militar, nos programas de colonização do governo, em terras do governo, numa média de apenas 6,6 mil famílias por ano. Raras foram às desapropriações realizadas, afirma Medeiros (2003, apud Condé, 2006). Estes assentamentos tiveram, assim mesmo, graves problemas de sustentabilidade organizacional, política e econômica.

Em 1985 foi elaborado o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), com a previsão de desapropriar 43 milhões de hectares (ha), para atender 1,4 milhões de famílias, no período de cinco anos (1985-1989). Desta previsão só foi atingido 6,4% do previsto (INCRA, 2000). Surgiram muitas manifestações contrárias a este Plano do Governo. Estas manifestações foram pilotadas pela União Democrática Ruralista (UDR), formada em 1985, no auge da onda das ocupações do Movimento Sem Terra (MST). A UDR, além da repressão natural, utilizou a bandeira da livre iniciativa e do direito à propriedade privada e com isto conseguiu alianças políticas com os empresários do setor industrial e financeiro, conseguindo abortar importantes conquistas que estavam se anunciando na Constituição de 1988, o que provou mais uma vez as forças das elites agrárias que, historicamente, se manifestam e dominam, fazendo valer os seus interesses.

Houve tentativas de solução do problema da terra ao longo da história, e mais recentemente pode-se verificar no governo do presidente

Fernando Henrique Cardoso que tratou a questão agrária, do ponto de vista do mercado⁸. Na mesma linha e com mais ênfase na questão social atuou o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Não se tem ainda uma percepção exata sobre os caminhos que, neste particular, percorre ou tem a intenção de percorrer no governo da Presidenta Dilma Rousseff. Tem-se percebido esforços, mas poucos avanços, diante da magnitude do problema. Para encerrar esta reflexão entende-se ser oportuno citar a manifestação do estudioso Abramovay (2000), quando diz:

A sociedade brasileira não tem dado a devida atenção a um processo molecular - incipiente, é verdade - de tomada de consciência e de organização que pode abrir o caminho para uma nova relação com o seu meio rural. A proliferação de Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, a montagem de centenas de Secretarias Municipais de Agricultura, a pressão social sobre os recursos dos Fundos Constitucionais e sobre a própria política agrícola, a experiência de construção dos assentamentos é um esforço inédito de formação dos agricultores para o exercício da cidadania por parte das próprias organizações que os representam e fazem parte de um movimento que o País mal conhece e, conseqüentemente, não valoriza. (ABRAMOVAY, 2000, p.380).

Considerando que o tema é complexo e que se tem como objetivos neste capítulo da investigação, caracterizar a contextualização histórica do problema agrário, e identificar alguns conceitos de governança, capital social, sustentabilidade, e comunicação e informação, que sejam capazes de nutrir a construção de um sistema de governança

⁸ Para conhecer o tema Reforma agrária de mercado, como dispõe o Banco Mundial, adotado por Fernando Henrique Cardoso e seguido também pelo presidente Lula, pode-se conhecer mais em: MENDES PEREIRA, João Mário. O modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial em questão: o debate internacional e o caso brasileiro. Teoria, luta política, e balanço de resultados. 2004. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em desenvolvimento, agricultura e sociedade (CPDA). Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp000026.pdf>>. Acessado em 28 de julho de 2011.

para assentamentos rurais, em Santa Catarina. Feitas estas considerações, serão tratados a seguir alguns conceitos para esta investigação.

3.3 GOVERNANÇA

O termo governança tem suas raízes na chamada “governança corporativa”, a qual apresenta novos modelos de relacionamento nas organizações privadas que envolvem os trabalhadores nos processos decisórios, os horizontalizando, e reduzindo as fronteiras internas das empresas. Assim também a Governança na Gestão Pública⁹. A governança é a matriz institucional na qual a transação é definida. Governança em rede, por sua vez, implica no exercício de negociação entre atores (WILLIAMSON, 1996).

O conceito de governança, para Goedert (2005), pode ser entendido como um marco de ação para a política regional, que visa a integração dos mecanismos existentes através do desenvolvimento e a sinergia das ações executadas em um dado território. É constituído, segundo ele, por valores, políticas e ações, características do ambiente, mecanismos para o desenvolvimento de ações cooperativadas entre os setores públicos e privados, mecanismos coletivos de decisões a respeito das inversões e instrumentos de políticas de diferentes áreas promotoras do desenvolvimento produtivo.

Outro conceito emergente é o de governança democrática em rede, o qual está surgindo também com Denhardt (2012), e se refere mais a nova governança pública e que talvez possa ser aplicada em outras governanças não públicas.

Para Alstine (1997) apud Goedert (2005) governança apresenta uma definição comportamental, na qual uma rede é um padrão de relações sociais de um conjunto de pessoas, posições, grupos ou organizações. Também coloca uma posição do ponto de vista estratégico, na qual redes são arranjos organizacionais que visam obter vantagens competitivas.

Considerando que governança tem uma forte ação na co-

⁹ Para haver uma aproximação destes dois focos da questão, pode-se visitar o livro: Governança corporativa e governança na gestão pública, de Valmor Slomski...[et. al.], São Paulo: Atlas, 2008. Também o livro: Teorias da Administração Pública, de Robert Denhardt. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

produção e soma das forças do governo no Estado, mercado e terceiro setor, há que considerar que o governo é o administrador do Estado. Entende-se, parece que a esfera pública não pode invadir a esfera privada, neste caso os assentamentos, mas há que considerar que no ambiente globalizante, de alta competitividade do mercado e de interferência do governo nas questões sociais, que em nossa realidade não são exatamente abstencionista, há que criar e identificar formas de governança peculiares a realidade que se vive enquanto sociedade, política e economia.

De acordo com Hajer e Wagenaar (2003), apud Gomides e Silva (2009), um dos acontecimentos que marcam a mudança de vocabulário nos últimos anos tem sido um fato. Termos como: governança, capacidade institucional, redes, complexidade, *trust*¹⁰, deliberação e interdependência, dominam o debate de idéias. Enquanto que termos como: Estado, governo, poder, autoridade e fidelidade, soberania e grupos de interesse perderam sua aderência. Os autores citados, dizem ainda que a palavra governança se estrutura em novas estratégias políticas da cooperação que terminam com as formas clássicas e tradicionais de dominação das instituições políticas. Trata-se de um conceito que emerge das dificuldades em incluir as pessoas no processo decisório. Assim, arranjos de governança podem contribuir na redução dos conflitos existentes dos diversos objetivos não percebidos na forma tradicional de governar. Portanto, pode-se impulsionar e acelerar procedimentos construtivos e comprometedores através de mobilização integrada das sustentabilidades econômica, social, ambiental, política e técnica.

A ideia de que se torna cada vez mais necessário encontrar uma nova forma de governar com mais flexibilidade, cooperação¹¹, parceria, comprometimento e horizontalidade é uma demanda do ambiente competitivo que é presente hoje. Não há mais espaço para autoritarismos, centralismos e de formas de governar que não tenham no centro de suas preocupações a sustentabilidade ambiental, social, econômica e técnica, principalmente.

¹⁰Confiança. Hoje, o tema é motivo de controvérsia. Um lado argumenta que é necessária uma "separação da igreja e do Estado", defendendo a remoção do tema de todo uso público, incluindo moedas e notas de papel. Argumenta-se que a liberdade religiosa inclui o direito de acreditar na não-existência de um Deus e que o uso deste lema infringe os direitos dos não-religiosos.

¹¹ Neste contexto, tenta-se entender o conceito de cooperação, segundo o pensamento de Chester Barnard, em: *The Functions of The Executive*. Escrito em 1938, há tradução para o português no livro denominado: As funções do executivo.

Nesta mesma direção, Zapata (2009) diz que:

Queremos, ainda, deixar explícito, que o conceito moderno de governança diz respeito a uma nova forma de governar, com mais cooperação e horizontalidade, diferente do velho modelo hierárquico, no qual as autoridades de Estado exerciam sempre seu poder sobre o conjunto da sociedade civil (ZAPATA, 2009, p.11).

Assim, é possível entender que com a governança passa-se a um contexto em que as decisões são resultado de um rol de negociações entre as instituições e a sociedade.

Gomides e Silva (2009) complementam ao afirmar que:

Governança é a capacidade das sociedades humanas para se dotarem de sistemas de representação, de instituições e processos, de corpos sociais, para elas mesmas se gerirem em um movimento voluntário. Esta capacidade de consciência (o movimento voluntário), de organização (as instituições, os corpos sociais), de conceitualização (os sistemas de representação), de adaptação a novas instituições é uma característica das sociedades humanas. É um dos traços que as distinguem. (GOMIDES e SILVA, 2009, p.178).

Na mesma direção, o Grupo de Mudanças Climáticas do Fórum Brasileiro de Organizações Não Governamentais e Movimentos Sociais - FBOMS12, em agosto de 2007, definiu governança como: “A capacidade da sociedade determinar seu destino mediante um conjunto de condições (normas, acesso à informação e à participação, regras para a tomada de decisão) que permitem à coletividade (Cidadãos e Sociedade Civil Organizada) a gestão nos rumos do Estado e da Sociedade” (GOMIDES E SILVA, 2009).

¹² O Fórum Brasileiro de Organizações Não Governamentais e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS) é uma coalizão fundada em 1990 para facilitar a participação de grupos da sociedade civil brasileira durante o processo da Rio-92 (Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento - UNCED).

3.3.1 Dimensões da Governança

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (1997, apud Zapata 2009), identificou quatro dimensões da governança:

- a) Econômica: Uma ordem econômica de mercado, competitivo e não discriminatório, que favoreça o crescimento econômico.
- b) Política: instituições políticas participativas, democráticas, legítimas e pluralistas.
- c) Administrativa: uma administração pública eficiente, transparente e responsável.
- d) Sistêmica: instituições sociais que protejam os valores culturais e religiosos, contribuindo para assegurar a liberdade e a segurança das pessoas e que promovam a igualdade de oportunidades para o exercício das capacidades pessoais.

3.3.2 Princípios, características e trabalhos da boa governança

A boa governança pode ser identificada por cinco valores e ao menos oito características e deve ser analisada e promovida atendendo as condições específicas de cada caso e não em um modelo uniforme (GOMIDES e SILVA, 2009). O reforço e a sustentabilidade das instituições constituem os elementos essenciais de todas as ações de governança devendo ter sempre foco no desenvolvimento sustentável e equilíbrio. Os cinco princípios fundamentais da boa governança, segundo esse autor, são: transparência, participação, responsabilidade, eficácia e coerência.

Para Almeida (2004), os doze trabalhos da boa governança são: mais administração para resultados; menos declarações genéricas; antes a seleção pelo mérito do que a escolha corporativa; prefira uma ação sobre os fins, antes que sobre os meios; melhor proteger a manada, mesmo que tenha de sacrificar algum animal; entre a focalização e a universalização, fique com ambas; auto-publicidade é uma forma perversa de gastar recursos públicos; conselheiros do príncipe costumam atuar por ensaio e erro: rejeite riscos; não há conversa em petit comité (poucas pessoas tomam a decisão) que não escape para a “grande assembleia”; não distribua favores restritos, coloque tudo em regime de competição; o grande critério de seleção é o benefício para o maior número: abra, portanto; mercados globais sempre serão melhores do que

a “preferência nacional”; o desenvolvimento é uma atitude mental; não existe mais “terceiro mundo”; e acumulação de capital social, conclui Almeida (2004).

Acredita-se ser relevante também para a boa governança haver liderança com: visão inovadora e qualificada; que utilize como norma processo decisório transparente; deixar claro a todos os atores os interesse envolvidos e o que está ocorrendo (é sabido que a resistência é por falta de conhecimento e participação), portanto, o líder compartilha todas as informações; ter capacidade empreendedora, articulação, construção de consensos, a resolução de conflitos; impulsionar e motivar mudanças e compartilhar a liderança; adoção de regras sociais e políticas válidas para todos os atores; saber usar o poder da confiança (COVEY, 2008); primar pela qualidade, flexibilidade, velocidade, eficiência e eficácia nos processos e produtos; planejamento como processo de mudança¹³; observar o recorte territorial e direcionar as ações sem perder de foco o ambiente externo; o líder deve ser sempre bom exemplo de moral, ética e democracia, ser sensível às diferenças e respeitar a diversidade; liderança compartilhada, para a qual Agranoff citado por Denhardt (2012) usa o termo “colaborarquia”¹⁴.

Acredita-se que estas podem e devem ser posturas a serem adotadas para que os conceitos de governança tenham sucesso, notadamente no ambiente de assentamentos rurais.

As tradicionais habilidades de gestão *top-down* (processo descendente), devem ser substituídas por gestores com habilidades *bottom-up* (processo ascendente). Denhardt (2012) identifica características: “têm que possuir pelo menos algum grau de habilidade em negociação, mediação, análise de riscos, construção de confiança, colaboração e gestão de projetos [...]”. Eles, se referindo aos gestores, continua o autor, “têm que possuir a capacidade e a inclinação para trabalhar através de fronteiras e de setores; eles precisam ter a habilidade de responder com flexibilidade e criatividade a circunstâncias que estão sempre mudando”.

¹³ Segundo Jordán (2009), para que ocorra a mudança, é necessário propor metodologias de mudança que integrem diferentes perspectivas 1) Estruturais: porque será necessário revisar e mudar organogramas, processos, sistemas. 2) Políticas: Verificar e operar sobre grupos de interesse, alianças, parcerias. 3) De recursos humanos: Identificando perfis pessoais dos atores, suas competências e âmbitos de atuação. 4) Culturais: Aprendendo os valores, crenças e até mitos da organização, da comunidade.

¹⁴ O verbo colaborar deriva do latim *com-labor*, que significa trabalhar de comum acordo ou em conjunto, ou simplesmente cooperar para atingir objetivos comuns, trabalhando através de fronteiras em relações multissetoriais. A cooperação baseia-se no valor da reciprocidade. (O’LEARY, GERARD, BINGHAM, 2006, 2009, Apud DENHARDT, 2012, p.274).

A boa governança significa também a ausência de corrupção e de interesses privados, entretanto, os interesses privados podem ser legítimos e serem também objetos da boa governança. É necessário também ter sempre presente a ideia de “ofício público”, no sentido de servir ao coletivo. Boa governança respeita também a boa educação, cultura, saúde, segurança, com alto nível de bem-estar social. Para Zapata (2009) “a boa governança se apoia em fortes interações entre a sociedade civil, os agentes do mercado e as estruturas de governo”, isso significa, segundo a mesma autora, que contempla a acumulação de capital social, tema a ser tratado mais adiante.

Um conceito bastante pertinente, como já dito no recorte teórico, é o conceito de Sorensen e Torfing (2008) apud Denhardt (2012), que se pretende focar prioritariamente e que a proposta de sistema de governança poderá representar. Portanto, eis o conceito de governança que esta investigação se baseia:

1) uma articulação horizontal relativamente estável de interdependência, mas com atores operacionalmente autônomos; (2) que interagem por meio de negociações; (3) que acontecem dentro de um arcabouço regulatório, normativo e imaginário; (4) que, por sua vez, são auto reguladores dentro de limites estabelecidos por mecanismos externos; e (5) contribuem para a produção do mesmo propósito. (DENHARDT, 2012, p.172).

Para Denhardt (2012) as teorias mais recentes apontam para governança democrática em rede. Neste contexto se apresenta o conceito anterior, que especifica a origem não hierárquica da governança e levanta a questão de como governar quando não há ninguém no comando, como descrito no capítulo 1. O autor apresenta ainda o conceito de Borzel e Panke (2008) que definem governança, neste caso em rede de modo semelhante e complementar como:

Formulação e implementação de decisões coletivamente vinculantes pelo envolvimento sistemático de atores privados com os quais os atores públicos coordenam suas preferências e recursos numa base voluntária (não hierárquica). (BORZEL e PANKE, 2008, apud DENHARDT, 2012, p. 272).

Denhard (2012), citando Wachaus (2009), afirma ainda que, as relações entre os participantes são horizontais em vez de verticais e que nenhum participante pode usar o poder hierárquico sem estar bem caracterizado o risco de destruição da rede, ou seja, do próprio entendimento de governança. Portanto, não há como não estar bem caracterizada a participação, flexibilidade e confiança, num sistema de governança para que este crie as condições elementares de funcionamento fluido.

3.3.3 Governança no contexto territorial

No contexto de território, há que considerar a capacidade coletiva de realizar ações de interesse social, com uma visão de futuro e maior qualidade de vida¹⁵ da população local. O território é entendido como “lócus” onde construir a governança, dentro de um marco de sustentabilidade, por meio de pactos e estratégias de gestão do processo de desenvolvimento sustentável.

Segundo Centelles (2006), o Desenvolvimento Estratégico Local - DEL¹⁶ apresenta como características principais:

1. Uma estratégia DEL tem seus pilares em um território e adota um enfoque holístico;
2. Requer a participação dos atores (...) e o diálogo social: concertação e visão compartilhada;
3. Uma estratégia DEL prioriza a mobilização dos recursos endógenos e suas vantagens competitivas, sem renunciar aos aportes externos
4. Está majoritariamente sobre a liderança dos atores locais, tanto na concepção de sua estratégia e em seu impulsionar, como em sua gestão;
5. Nunca pode faltar um tratamento transversal do conhecimento, como principal fonte de informação para

¹⁵ Qualidade de vida pode ser entendido como o método usado para medir as condições de vida de um ser humano. Envolve o bem físico, mental, psicológico e emocional, além de relacionamentos sociais, como família e amigos e também a saúde, educação, poder de compra e outras circunstâncias da vida. Não deve ser confundida com padrão de vida, uma medida que quantifica a qualidade e quantidade de bens e serviços disponíveis. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Qualidade_de_vida. Acesso em 28 de julho de 2011.

¹⁶ DEL é a sigla de Desenvolvimento Estratégico Local, adotado na Espanha para denominar às Estratégias de Desenvolvimento Territorial.

reprodução, transmissão e difusão.

6. A confiança entre os atores é elemento vital para obter o comprometimento e colaboração edificante. Para Zapata (2009) “nas instituições formais e informais, as regras que regem as relações entre os atores, são a base da confiança”.

Por outro lado, também se evidenciam as dificuldades ou desafios para construir uma nova governança, com capital social. Zapata (2009) aponta alguns exemplos de desafios:

1. Elevado grau de centralização política e recursos;
2. Modelos mentais que não avançaram ainda para a sociedade do conhecimento e da inovação;
3. Falta de compreensão de que a competitividade e a coesão social caminham juntas;
4. Falta de articulação e de territorialidade das políticas públicas;
5. Capital social incipiente;
6. Cultura política antiga: clientelismo e paternalismo;
7. Baixo fomento produtivo territorializado;
8. Cultura imediatista de que o dinheiro resolve os problemas;
9. Reduzida prática de monitoramento e avaliação de programas/projetos;
10. Mudanças político-administrativas que não levam em conta projetos de longo prazo;
11. Pensar o Desenvolvimento Econômico Local como um modismo ou uma ideologia;
12. Uso político dos espaços de concertação e a multiplicidade de instâncias de gestão existentes;
13. Risco de deslegitimação: Muitas questões discutidas nos colegiados têm pouca importância estratégica e em geral contemplam poucos recursos;
14. Existência de atores no território que têm canais privilegiados junto aos governos para apresentarem suas reivindicações;
15. Leque de conceitos difusos sobre território: diversidade de abordagens e metodologias;
16. Tipologias diferentes de instâncias de governança: sua maior institucionalização não tem lugar definitivo na estrutura da gestão do Estado;
17. Falta legitimidade das instâncias, que ainda são pouco representativas da diversidade de interesses dos atores do território.

Torna-se pertinente citar Alves (2001) quando aborda que a governança é um conceito difuso, podendo ser aplicada tanto a métodos

de gestão de empresas (Governança Corporativa) quanto a meios de preservação do meio ambiente (Governança Ambiental) ou a forma de combate ao suborno e a corrupção de funcionários públicos (Governança Pública). Também, segundo Kooiman apud Frey (2007), há Governança Urbana, Governança Eletrônica e-governance (e-gov). Pode-se dizer que estando identificados os desafios, pode-se entender que encontrar-se-a dificuldades ao relacionar os conceitos apresentados, pois a realidade pode não ser a encontrada e delimitada pelas fontes de pesquisa citadas.

Por oportuno, salienta-se que a importância da governança para o desenvolvimento sustentável é reconhecida a nível internacional, fazendo parte da Declaração do Milênio¹⁷, das Nações Unidas e do Consenso de Monterrey¹⁸.

Acredita-se que a concepção de Andion (2005) parece ser precisa ao afirmar:

Explorando esses diferentes sentidos, pode-se notar que o termo governança é utilizado tanto para caracterizar a ação pública contemporânea, quanto como uma categoria de análise dessa ação (GAUDIN, 2000). No primeiro sentido, a governança vem retratar a diversidade de situações de interações entre a sociedade civil e o poder público. Reporta-se à mudança na pilotagem da ação pública que ocorre a partir de diferentes redes de atores e políticas públicas, os quais estabelecem entre si relações de cooperação e também de concorrência. No segundo sentido, o termo aparece atrelado à noção de “boa governança”, difundida e legitimada pelo Banco Mundial na década de 1990. Esta noção está ligada à ideia de um estilo ótimo de gestão pública, baseado na transparência, na *accountability* e na eficiência e eficácia da

¹⁷Declaração do Milênio das Nações Unidas, adotada pelos 191 estados membros no dia 8 de setembro de 2000. Criada em um esforço para sintetizar acordos internacionais alcançados em várias cúpulas mundiais ao longo dos anos 90 (sobre meio-ambiente e desenvolvimento, direitos das mulheres, desenvolvimento social, racismo, etc.), a Declaração traz uma série de compromissos concretos que, se cumpridos nos prazos fixados, segundo os indicadores quantitativos que os acompanham, deverão melhorar o destino da humanidade neste século.

¹⁸Em 2002 realizou-se a Conferência sobre o Financiamento do Desenvolvimento, cuja finalidade foi responder às dificuldades sentidas na Cooperação para o Desenvolvimento nas últimas décadas. O resultado desta conferência foi muito importante, considerando-se que a Cooperação para o Desenvolvimento entrou num novo paradigma: o Paradigma do Monterrey Consensus, do Consenso de Monterrey.

aplicação dos recursos públicos. Os princípios de governança aparecem aqui num sentido mais prescritivo, ligado à ideia de reestruturação do Estado (a partir do seu enxugamento e da transferência de responsabilidades para a esfera privada). (ANDION, 2005, p.76).

Com esta ideia se conclui esta abordagem teórica no assunto e que traz imbricada uma nova concepção de democracia, portanto, de participação direta dos atores sociais, econômicos, políticos, técnicos e ambientais. Acredita-se que esta nova visão de organização participativa (presente), pode ser muito útil no desenvolvimento local, notadamente em assentamentos rurais.

3.4 CAPITAL SOCIAL

Neste momento do referencial teórico é apresentada a concepção utilizada sobre o capital social e sua relação com a governança, tendo claro que o conceito de território é também abordado como dimensão geográfica do capital social.

Para dar início à discussão, invocamos a afirmação de Rattner (2002):

No clima geral de incerteza e insegurança quanto ao futuro e, tendo em vista o baixo poder explicativo da epistemologia convencional, torna-se imprescindível à integração de novos conceitos e análises nos debates sobre desenvolvimento. Entre estes, ocupam lugares cada vez mais proeminentes o capital social e o papel da cultura (RATTNER, 2002).

Rattner (2002) parece ser ainda mais preciso quanto da necessidade e importância do capital social ao dizer: “nos debates ocorridos nos últimos anos, o conceito de capital social tem adquirido cada vez mais relevância” [...], “devido à percepção de seus impactos na reformulação das práticas de desenvolvimento”. Rattner (2002) destaca a importância das mudanças políticas e econômicas e principalmente a da democratização que varreu o mundo dos países pobres nas últimas

duas décadas, criando condições favoráveis à revisão crítica das teorias convencionais, “está se impondo a percepção do ser humano como ator social” afirma.

O capital social, segundo Marteleto e Silva (2004), é constituído pelo conjunto de características da organização social, como confiança, normas e sistemas que contribuem para aumentar a efetividade da sociedade. Citam o sociólogo norte-americano James Coleman, que disse: “assim como outras formas de capital, o capital social é produtivo, possibilitando a realização de certos objetivos que seriam inalcançáveis se ela não existisse [...]”. Por exemplo, um grupo cujos membros demonstrassem confiabilidade e que depositem ampla confiança uns nos outros é capaz de realizar muito mais do que outro grupo, que careça de confiabilidade e de confiança.

Seguindo esta ideia, Santos e Rocha (2011) afirmam que capital social pode significar e designar diferentes coisas e que são efetivamente diferentes quando “surtem em diferentes contextos teóricos”. Os autores continuam quando afirmam, seguindo Fukuyama (2002), que “para sociólogos e economistas, o termo não tem o mesmo sentido atribuído pelos cientistas políticos. Capital social é um conjunto de valores ou normas informais partilhados por membros de um grupo que lhes permite cooperar (e confiar) entre si”.

Quanto à dificuldade de medir o capital social, Fukuyama (2003) afirma que “medir o estoque total das relações sociais cooperativas com base em normas de honestidade e reciprocidade não é tarefa pequena”. Como se pode perceber a questão da confiança interpessoal, confiança nas instituições e confiança pública está em todos os casos, no centro da avaliação dos níveis de capital social. Assim, Santos e Rocha (2011) deixam claro: “confiança parece ser a medida de capital social mais largamente utilizada, embora não a única e longe de ser a ideal”.

Os tipos de capital podem ser classificados em várias formas sobejamente conhecidas: natural, humano, financeiro, cultura e mais recentemente o capital social. Segundo a concepção dos economistas do Banco Mundial, eles definem quatro formas básicas de capital na avaliação de projetos de desenvolvimento¹⁹: O capital natural, físico, humano e social. O capital natural é composto por recursos naturais aproveitáveis no seu espaço geográfico-ecológico; o capital físico é

¹⁹Rattner (2002), apresenta: “o desenvolvimento seria o processo de ampliação da capacidade de realizar atividades livremente escolhidas e valorizadas, o que não é consequência natural e automática do crescimento econômico [...] crescimento econômico é necessário porém não suficiente para o desenvolvimento, que é um processo complexo e irreduzível a poucas variáveis econômicas.”

constituído pela sociedade, cite-se: infraestrutura, máquinas, e equipamentos, e o sistema financeiro; o capital humano é derivado do nível de educação, saúde e o acesso aos meios de informação. O capital social (RATTNER, 2002; CAMPOS e SAPELI, 2007) trata-se de um conceito inovador, nas análises e projetos de desenvolvimento. Segundo Campos e Sapeli (2007) o capital social “expressa a capacidade de uma sociedade estabelecer laços de confiança interpessoal e redes de cooperação com a intenção de produzir bens coletivos”.

Nesse contexto não se pode esquecer os seguintes conceitos: confiabilidade, confiança, coesão, cooperação, integração e interesses compartilhados entre os atores de uma mesma organização.

Abramovay (2000) vai direto ao tema e cita um exemplo clássico de possessividade e egoísmo, muito presentes na cultura ocidental capitalista e que dificulta qualquer ação de integração:

Capital social é, antes de tudo, a resposta ao dilema neoclássico da ação coletiva. A base do raciocínio está na constatação de que “as soluções privadas nem sempre funcionam” (Mankiw, 1998) e que por seus interesses imediatos os agentes sociais teriam, diante da cooperação, uma conduta de caráter oportunista. Para ilustrar seu raciocínio utiliza Putnam (1993/1996) que cita David Hume:

Teu milho está maduro hoje; o meu estará amanhã. É vantajoso para nós dois que eu te ajude a colhê-lo hoje e que me ajudes amanhã. Não tenho amizade por ti e sei que também não tens por mim. Portanto, não farei nenhum esforço em teu favor; e sei que se eu te ajudar, esperando alguma retribuição, certamente me decepcionarei, pois não poderei contar com tua gratidão. Então, deixo de ajudar-te; e tu me pagas na mesma moeda. As estações mudam; e nós dois perdemos nossas colheitas por falta de confiança mútua. (ABRAMOVAY, 2000, p.4).

O interesse sobre o tema capital social foi também destacado, quando em abril de 2000, a Universidade do Estado de Michigan - MSU e a Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe - CEPAL, firmaram um memorando de entendimento para uma colaboração ampla em atividades de interesse mútuo. Uma das atividades conjuntas acordadas foi a organização de uma conferência

internacional sobre o Capital Social e a redução da pobreza. Como resultado deste acordo organizaram a conferência: “*Em busca de um nuevo paradigma: capital social y reducción de La pobreza em América Latina y El Caribe*”.

Esta conferência aconteceu na sede da CEPAL de Santiago do Chile, nos dias 24 e 26 de setembro de 2001. O objetivo principal desta conferência foi facilitar uma troca de idéias e experiências relacionadas com o capital social e suas aplicações, nos esforços de reduzir a pobreza na região já identificada. Deste acontecimento foi editado um livro de 19 artigos sobre o tema, apresentado por especialistas na área. Citaremos alguns: Francis Fukuyama, José Antônio Ocampo, Uphoff, Durston, Guillermo Sunkel, dentre outros.

Ocampo (CEPAL/MSU, 2003) disse:

A valorização do capital social dentro dos setores mais pobres, deverá acontecer, juntamente com um sistema econômico dinâmico e incluínte, além de um amplo sistema sociopolítico que seja consistente com os objetivos de inclusão [...] a capacitação dos beneficiários para a sua própria gestão nunca alcançará seus objetivos, a menos que as instituições socioculturais informais de confiança, cooperação, liderança e prestígio sejam reconhecidos como temas de políticas públicas. (CEPAL/MSU, 2003, p. 29).

Para Uphof (CEPAL/MSU, 2003), capital social é uma reserva (stock), que produz um fluxo de benefícios e uma ação coletiva benéfica para todos.

Durston (CEPAL/MSU, 2003) define o capital social como o conteúdo de certas relações sociais, expressadas em atos de confiança, reciprocidade e cooperação, que promovem mais benefícios a aqueles que o têm e menos aos que não têm. Reconhece a importância do capital social em grupos sociais mais pobres para os que têm, que os que não têm, mas também aponta para as classes dominantes que o utilizam como forma de clientelismo.

Sunkel (CEPAL/MSU, 2003), foca em temas como: a participação em redes, a reciprocidade e a proatividade, pois promovem o acúmulo do capital social.

Putnam (1993/1996) apud Abromovay (2001) destaca o capital social como garantidor de recursos financeiros:

O capital social corresponde a recursos cujo uso

abre caminho para o estabelecimento de novas relações entre os habitantes de uma determinada região. Assim como o capital convencional no caso dos mutuários convencionais [do crédito bancário], o capital social serve como uma espécie de garantia, estando porém disponível para os que não têm acesso aos mercados de crédito regulares. Não dispondo de bens físicos para dar em garantia, os participantes, na verdade empenham suas relações sociais. Assim o capital social é usado para ampliar os serviços de crédito disponíveis nessas comunidades e para aumentar a eficiência com que aí operam os mercados. (PUTNAM, 1993/1996, p.178-179, apud ABRAMOVAY, 2001, p.6).

Na percepção de Mello (2008) em sua tese doutoral, busca relacionar o Capital Social, identificando variáveis e constatou que dos assentamentos estudados no Rio Grande do Sul as taxas de evasão são de 22% e em casos específicos, muito superiores. Diz ele:

[...] em 193 assentamentos pesquisados, foram correlacionados a um conjunto de variáveis, como demora de acesso às linhas de crédito; percentual com lotes com tipos diversos de infraestrutura; qualidade dos solos; tipo de assistência técnica utilizada; executor do assentamento; ano de implantação; tipo de público e região de implantação.

Seguiu sua investigação e tratou da coesão, ou seja, como se davam as relações sociais e seu impacto na evasão dos assentados. Percebe-se, neste ponto, que embora fenômenos de governança possam estar presentes no estudo, Mello não tratou de governança como fato de evasão. Conclui que a coesão social tende a estancar a evasão.

Não se pode fugir, no capital social, da ideia de desenvolvimento humano e a governança do território enquanto sendo este (o território) reconhecido como marco geográfico da dimensão social. Assim faremos breves considerações, sobre estes dois pontos.

3.4.1 Desenvolvimento humano, governança territorial e capital social

O PNUD adota o conceito de Desenvolvimento Humano que começa a ser amplamente aceito, segundo Zapata (2009). Diz o PNUD²⁰:

Trata-se de um processo abrangente de expansão do exercício do direito de escolhas individuais em diversas áreas: econômica, política, social e cultural. Algumas dessas escolhas são básicas para a vida humana, as opções por uma vida longa e saudável, ou por adquirir conhecimento, ou um padrão de vida decente, são fundamentais para os seres humanos. Portanto, o desenvolvimento humano é o desenvolvimento das pessoas, pelas pessoas e para as pessoas (PNUD apud ZAPATA, 2009, p.15).

Para se chegar a uma governança territorial, há que pensar o desenvolvimento territorial. Para Arns (2009):

Desenvolvimento Territorial é um conceito polissêmico, podendo significar ao mesmo tempo uma categoria de análise da realidade, onde arbitrariamente, a depender dos interesses (normalmente para fins acadêmicos), são definidos recortes espaciais, sobre os quais, adotando uma abordagem territorial, se busca perceber as diferenças dinâmicas que determinam os rumos do desenvolvimento daquele espaço; pode ser um processo/projeto de transformação social, que se dá pela materialização de “um” projeto político coletivo, geograficamente delimitado e historicamente contextualizado, portanto, a territorialização das dinâmicas territoriais (econômicas, sociais e políticas) que resultam do jogo de cooperação e conflito entre os diferentes interesses e projetos presentes no território; é também uma estratégia de intervenção

²⁰O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) é o órgão da Organização das Nações Unidas (ONU) que tem por atribuição principal, promover o desenvolvimento e eliminar a pobreza no mundo.

sobre uma realidade local, ou seja, uma inovação metodológica, uma ferramenta de mudança intencional da realidade, que vem sendo utilizada principalmente por organismos governamentais. (ARNS, 2009, p.80)

Carrière e Cazella (2003) consideram que o território é uma unidade ativa de desenvolvimento, que dispõe de recursos específicos e não transferíveis de uma região para outra. Trata-se de recursos materiais ou não, a exemplo de um saber-fazer original, ligado geralmente à história local. A consequência disso é que não se pode valorizar esse tipo de recurso em outro lugar. O território não é, portanto, simplesmente uma realidade geográfica ou física, mas uma realidade complexa, ao mesmo tempo humana, social, cultural e histórica. Isso significa que as mesmas condições técnicas e financeiras não geram os mesmos efeitos econômicos em termos de desenvolvimento em dois territórios diferentes. Nesse sentido, o território, como afirmam Pecqueur e Colletis (1993), é o resultado de uma construção social. O que cria o território é o sistema de atores locais, concluem Carrière e Cazella (2003).

Para a governança democrática tanto quanto a gestão participativa, há necessidade de capacitação de equipes de campo, sensibilização, comprometimento e treinamento de todos os atores envolvidos, assim como a avaliação da implementação de programas de apoio ao desenvolvimento e gestão democrática do território. Uma experiência que serve de referência, apontado por Arns (2009), é o Programa Territórios Rurais de Identidade, conduzido pela Secretaria do Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Arns (2009) coloca que o certo é que todos os programas conhecidos, bem como o apontado acima, têm a Governança como pedra angular de sustentabilidade dos trabalhos.

Silveira (2009), afirma que o território, como ator, é impregnado de conhecimento vivo e compartilhado capaz de desenvolver-se. É muito claro ao afirmar que:

[...] trata-se de perceber os territórios não como pontas, mas como centralidades impulsionadoras de mudanças estruturais. A abordagem territorial, em seu sentido profundo e transformador, não é um “recorte” que delimita um alvo para ações verticais, e sim o reconhecimento do território

como matriz de planejamento e gestão, como ator inteligente, como sujeito plural, como produtor de fluxos. (SILVEIRA, 2009, p.31-35).

Diz ainda que a base da construção de territórios sustentáveis é formada pela geração de ambientes intensivos em informação, sendo também fundamental a comunicação, cooperação e criatividade. O autor destaca a necessidade de ações pedagógicas para mudança de percepção da cultura política na ideia de território. Destaca a ênfase que o poder molar (da centralidade que modela), e coloca ênfase na potência molecular (dos agentes periféricos em conexão) e aposta nas experiências concretas em conexões estabelecidas a partir das diversidades locais, da emersão de sujeitos desde as bases da sociedade.

Um dos limites pode-se depreender, é a fragilidade dos laços humanos, como aponta Bauman (2004), isto significa que nossos relacionamentos passam a ser cada vez mais fluídos e menos sólidos. Pode-se entender também, a partir desta ideia, que a condição de confiança fica cada vez mais difícil, ou seja, limitada. Segundo Bauman (2007), pela insegurança que temos junto aos nossos semelhantes, como consolidada em seu livro *Tempos Líquidos*, em que utiliza as formas de “globalização negativa” que é para o autor uma globalização seletiva do comércio e do capital, da vigilância e da informação, da violência e das armas, do crime e do terrorismo.

Ninguém possui a receita para a superação destes limites e da falta de respeito a qualquer fronteira, contudo, o pressuposto básico para a mudança desta situação está num mínimo de consenso em torno de um projeto de desenvolvimento que Casarotto Filho e Pires (1999) chamam com razão de “pacto territorial” e que deve responder a cinco requisitos: (1) mobilizar os atores em torno de uma “ideia guia”; (2) contar com o apoio destes atores não apenas na execução; (3) mas na própria elaboração do projeto; (4) definir um projeto que seja orientado ao desenvolvimento das atividades de um território; (5) realizar o projeto em um tempo definido criar uma entidade gerenciadora que expresse a unidade (sempre conflituosa, é claro) entre os protagonistas do pacto territorial.

Trata-se da construção de um novo sujeito coletivo do desenvolvimento que vai manifestar a capacidade de articulação entre as forças dinâmicas de uma determinada região.

Segundo Bittencourt (1999) as características centrais das experiências problemáticas está na sua precária capacidade de

articulação com outros atores da região e sua estrita dependência dos poderes públicos federais. Ao contrário, as experiências bem sucedidas caracterizam-se sistematicamente pela ampliação do círculo de relações sociais dos assentados no plano político, econômico e social.

Se território é o local onde ocorrem as identidades, pode-se pensar com Goulart et al. (2010) e a sua forma de abordar o tema ao dizer:

[...] tendo em vista o pressuposto de que falar de desenvolvimento local se esteja referindo a um lugar de vida, e sede de atividade econômica, consideramos necessário as bases de assentamento dos grupamentos humanos e a formação sócioespacial em que ocorrem as interações. (GOULART et al., 2010, 395-403).

O investigador continua seu raciocínio e inclui o elemento poder, ao afirmar:

Assim, os acontecimentos produzidos no território, entendidos a partir das relações de poder que engendram e nos quais estão, simultaneamente, engendrados, oferecem categorias importantes de análise para o entendimento das bases de formação, sustentação e avaliação de políticas voltadas para o desenvolvimento. (GOULART et al., 2010, p. 395-403).

Assim, pode parecer, que não há possibilidade de, segundo este raciocínio, separar o desenvolvimento territorial de Capital Social, mesmo porque o Capital Social é a dimensão política do território e este a dimensão geográfica do capital social. Siman (2009) examina a questão do ponto de vista dos assentamentos em sua tese, que passamos a apresentar. Siman (2009) analisa os assentamentos numa perspectiva do capital social, e neste ponto afirma:

[...] é necessário que haja continuidade na busca por objetivos comuns e, ao mesmo tempo, que o capital social acumulado seja gerador de autonomia, no sentido de que estes trabalhadores (assentados). Possam conectar-se livremente com os demais atores. [...] permite verificar se essas relações dão condições aos assentados de ascender

ao empoderamento²¹, traduzido na maior participação nas escolhas de políticas e decisões que afetam suas vias. (SIMAN, 2009, p.34)

Rattner (2002) coloca que a ideia de capital social começa a ser mencionada a partir da década de 90, do século XX, ou seja, ainda em construção. Por isso Rattner (2002) entende não haver ainda uma definição precisa e que a grande parte dos investigadores buscam as definições relacionadas as funções do capital social, destacando-se ora os aspectos sociais (coletivos) ora o uso deste recurso por indivíduos.

Como já apresentado, Rattner (2002) separa o capital humano do capital social. O primeiro “é produto de ações individuais em busca de aprendizado e aperfeiçoamento”, enquanto, o capital social “se fundamenta nas relações entre os atores sociais que estabelecem expectativas mútuas, estimulam a confiabilidade nas relações sociais e agilizam o fluxo de informações internas e externas”. Portanto, o capital social é elemento fundamental, do ponto de vista teórico, para entender a governança em assentamentos rurais. Pode-se dizer que o desenvolvimento humano passa pela governança territorial e esta se ampara no capital social. Mas nada disso é relevante se não se examinar a outra coluna da governança que para esta investigação é a sustentabilidade, sobre a qual faremos algumas considerações.

3.5 SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade “propõe a melhora da qualidade de vida para toda a população mundial, sem com isso aumentar o uso dos recursos naturais além da capacidade de suporte do planeta” (CORAL, 2002). Capra (1996) define uma sociedade sustentável como “aquela que satisfaz suas necessidades sem diminuir as perspectivas das gerações futuras”.

Para Coral (2002) a ideia ecológica de sustentabilidade é de não agredir o meio ambiente, embasada na teoria ecológica, e pode ser cumprida quando “a extração de recursos naturais ocorre dentro da

²¹ O empoderamento, entendido como (empowerment), é conhecido como um processo de energização, ou seja, percebidas as capacidades e oportunidades que os indivíduos têm de manifestar e fazer escolhas e transformar estas escolhas em ações e resultados desejados.

capacidade de reposição natural da base de recursos e, quando os resíduos sólidos transferidos para o sistema ecológico não ultrapassam a capacidade de assimilação dos ecossistemas”.

Por sua vez, Porter (1989), declara que o foco econômico da sustentabilidade de uma organização pode ser analisado pela força desta mesma organização de manter o seu desempenho acima da média no longo prazo, ou seja, ter vantagem competitiva sustentável,

Para o Instituto Cidadania as palavras “Desenvolvimento” e “Sustentável”, juntas, produzem um conceito que muitos ainda consideram contraditório. Desta perspectiva, sustentável significa uma atividade que pode ser continuada em longo prazo. Já desenvolvimento pode ser interpretado como crescimento e aumento de produção física. A ideia de um crescimento infinito é inconcebível em um planeta finito, pois os limites ecológicos, se extrapolados passam a explicitar escassez e degradação. Dependendo dos valores sociais e da capacidade tecnológica, os limites podem ser expandidos ou restringidos. Já o crescimento é importante para que as necessidades humanas sejam satisfeitas. O dilema posto é que tipo de crescimento é necessário para a manutenção da vida humana com a qualidade desejada e como, ao mesmo tempo, não degradar o meio ambiente (INSTITUTO CIDADANIA²², 2006, apud DOWBOR, 2009).

O Relatório BRUNDTLAND²³ é resultado de um pedido da Organização das Nações Unidas à Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Este relatório, publicado em 1987, introduziu o conceito de desenvolvimento sustentável apoiado em três colunas: Crescimento econômico, equidade social, e equilíbrio ecológico. No Relatório está claro que o crescimento econômico é um imperativo estratégico do desenvolvimento. Assinala também que possui “Uma crença inabalável no crescimento econômico como parte essencial da solução para os próprios problemas ambientais” e deixa patenteado que “o desenvolvimento é aquele que responde às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de responder às suas necessidades” (FILIPPIM e FEGER, 2008).

A mudança contemplada no conceito do Relatório

²² DOWBOR afirma que O resultado está sintetizado num documento chamado ‘Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Local’ (INSTITUTO CIDADANIA, 2006), onde são apresentadas dezenas de propostas práticas para ir além das políticas distributivas, e generalizar a inclusão produtiva.

²³ Segundo FILIPPIM e FEGER (2008), em paralelo às propostas do ecodesenvolvimento, em 1983 a ONU solicitou um relatório, presidida pela ministra da Noruega, Sra. Brundtland, e publicado em 1987 sob o título de “Nosso Futuro Comum”.

BRUNTLAND²⁴ (1987), afirma que se trata “do desenvolvimento que atende às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem suas próprias necessidades”. Segundo Zapata (2009), contempla dois conceitos-chaves: necessidades e limitações. As necessidades essenciais dos pobres do mundo devem receber prioridade, bem como as questões das limitações que o presente desenvolvimento tecnológico e de organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras. Entende-se por desenvolvimento sustentável aspectos diferentes como: ambiental, biológico, cultural, socioeconômico, político e ético.

A ECO 92²⁵, e a Agenda 21²⁶, firmaram conceitos e definiram posturas e ações para que houvesse um novo direcionamento com relação ao nosso futuro (humanidade). Embora abordagens vinculadas ao conceito de sustentabilidade ainda estejam em construção e outras já circulando, ainda não é unânime de que a idéia de desenvolvimento econômico não é suficiente para garantir boa qualidade de vida para todos e com durabilidade. “Não é fácil definir quais as necessidades do presente e antecipar as necessidades das gerações que virão e que, por sua vez, terão novos problemas e necessidades”. Na mesma direção, pode-se destacar os elementos que estão presentes na sustentabilidade: Integração entre economia e meio ambiente; obrigações intergeracionais (considerar futuras gerações); equidade social; conservação e uso racional dos recursos ambientais; qualidade de vida e participação social.

Vale lembrar que, quando na década de 1960, Carlson (1964), fez um grande alerta no seu livro *Primavera Silenciosa*, nem esquecer a advertência de Jean Dorst (1973), quando clamava “Antes que a

²⁴Relatório Brundtland é o documento intitulado *Nosso Futuro Comum* (Our Common Future), publicado em 1987. Neste documento o desenvolvimento sustentável é concebido como: “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades.

²⁵A ECO-92, Rio-92, Cúpula são nomes pelos quais é mais conhecida a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), realizada entre 3 e 14 de junho de 1992 no Rio de Janeiro. O seu objetivo principal era buscar meios de conciliar o desenvolvimento sócio-econômico com a conservação e proteção dos ecossistemas da Terra. A Conferência do Rio consagrou o conceito de desenvolvimento sustentável e contribuiu para a mais ampla conscientização de que os danos ao meio ambiente eram majoritariamente de responsabilidade dos países desenvolvidos.

²⁶A Agenda 21 foi um dos principais resultados da conferência Eco-92 ou Rio-92, ocorrida no Rio de Janeiro, Brasil, em 1992. É um documento que estabeleceu a importância de cada país a se comprometer a refletir, global e localmente, sobre a forma pela qual governos, empresas, organizações não-governamentais e todos os setores da sociedade poderiam cooperar no estudo de soluções para os problemas sócio-ambientais.

natureza morra”. Lutzenberger (1986) em seus escritos e centenas de palestras, falava no Fim do Futuro, também não pode ser esquecido, pois era um dos poucos brasileiros a ter a coragem de enfrentar os fatos que para a grande maioria era algo irrelevante. Esteves (2000) faz uma abordagem voltada para a Sustentabilidade e Responsabilidade Social nos negócios. Para encerrar esta parte parece pertinente a frase de Wilson (1994) quando proclama: “Se o *Homo sapiens* está caminhando para ter o mesmo fim dos dinossauros, a responsabilidade é toda nossa”.

3.6 INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Como uma das colunas mestras desta tese é a informação e como ela é comunicada, necessita-se fazer uma abordagem teórica destes componentes. Não é objetivo de este estudo tratar nem medir se as informações comunicadas são efetivamente adotadas. Entretanto, pode-se no trabalho de campo observar se a adoção ocorre.

Segundo Lussier (2010) dados são fatos e números não organizados; já a informação são os dados convertidos numa forma que ajude as pessoas a realizar seu trabalho. Portanto, pensando com Davenport (1998) conhecimento não é dado nem informação, embora esteja relacionado com ambos. Davenport (1998) é claro:

A confusão entre dado, informação e conhecimento – em que difere e o que significa – gera enormes dispêndios com iniciativas de tecnologia que raramente produzem resultados satisfatórios. De modo geral, as empresas investem pesadamente em soluções antes de saber exatamente quais são seus problemas e o resultado, como, não poderia deixar de ser, é desastroso.

Davenport (1998), ao afirmar que dado, informação e conhecimento não são sinônimos, sugere que o fracasso ou o sucesso de uma organização pode depender de saber de qual deles precisamos, com qual deles contamos, e o que podemos ou não fazer com cada um deles. O mesmo autor cita outras entidades, como por exemplo: sabedoria, *insight*, determinação, dentre outros, mas sugere que entendido os três apontados (dados, informação e conhecimento) os demais podem estar

contemplados. Para Davenport (1998) dados são um conjunto de fatos distintos e objetivos, relativos a eventos [...], dados descrevem apenas parte daquilo que aconteceu; não fornecem julgamento nem interpretação, e nem qualquer base sustentável para tomada de decisão [...], dados nada dizem sobre a própria importância ou irrelevância. Porém, os dados são importantes para as organizações, em grande medida certamente, porque são matéria prima essencial à criação da informação.

Davenport (1998) apresenta informação como mensagem, o significado original da palavra “informar” é “dar forma à”, sendo que a informação visa modelar a pessoa a que recebe no sentido de fazer alguma diferença em sua perspectiva. O autor sugere vários métodos para transformar dados em informações: a) contextualização: sabemos qual a finalidade dos dados coletados; b) categorização: conhecemos as unidades de análise ou os componentes essenciais dos dados; c) cálculo: os dados podem ser analisados matematicamente ou estatisticamente; d) correção: os erros são eliminados dos dados; e) condensação: os dados podem ser resumidos para uma fórmula mais concisa.

O conhecimento é, na maioria das vezes, entendido como sendo a expressão de alguém esclarecido, inteligente, e com boa formação cultural. Mas para Davenport (1998) conhecimento é:

uma mistura fluída de experiência condensada, valores, informação contextual, e *insight* experimentado a qual proporciona uma estrutura para a avaliação e incorporação de novas experiências e informações. Ele tem origem e é aplicado na mente de conhecedores. Nas organizações ele costuma estar embutido em documentos ou repositórios, mas também em rotinas, processos, práticas, e normas organizacionais.

Portanto, o conhecimento deriva da informação e essa dos dados. Para que a informação se transforme em conhecimento o autor em tela sugere algumas perguntas: a) comparação: de que forma as transformações relativas a essa situação se compara à outras situações conhecidas? b) consequências: que implicações estas informações trazem para as decisões e tomadas de ação? c) conexões: quais as relações deste conhecimento com o conhecimento já acumulado? d) conversação: o que as outras pessoas pensam dessa informação?

Ao abordar a comunicação, ou sobre aspectos da teoria da

comunicação, com vínculo social construído na comunicação comum, efetua-se num momento em que os sistemas tecnológicos complexos de comunicação e informação exercem um papel estruturante na organização da sociedade, da nova ordem mundial, o que implica necessariamente nas organizações sociais e suas complexidades (MATTELART, 2011), como pode ser o caso dos assentamentos.

Segundo Lussier (2010) comunicação é o processo de elaborar transmitir informações de modo que a mensagem entendida seja a mesma que foi transmitida.

A comunicação organizacional flui formalmente nas direções vertical e horizontal, informalmente por meio das conversas das pessoas. A comunicação vertical é o fluxo de informação que ocorre na cadeia de comando organizacional. É também chamada comunicação formal, já que em regra tem mensagens oficiais (LUSSIER, 2010). O autor continua esta idéia ao dizer que: a comunicação vertical pode ser descendente (quando um superior diz a um subordinado o que fazer e como fazer) e ascendente (quando os subordinados se comunicam com os seus superiores). A comunicação horizontal é o fluxo de informações entre pessoas que ocupam cargos do mesmo nível (é uma comunicação formal, mas não segue a cadeia de comando, ao contrário, é multidirecional) (LUSSIER, 2010). O autor conclui que a comunicação horizontal é a essência da comunicação em equipe. Portanto, pode ser esta a comunicação desejada para a boa governança.

A comunicação informal trata das conversas entre as pessoas, funcionários, colegas, assentados, que reclamam, compartilham idéias, conversas sobre questões profissionais, pessoas e banalidades. As conversas, às vezes chamadas de diferentes denominações, são muitas vezes mais ágeis do que os mecanismos de informação estabelecidos. Isso implica que, necessariamente, não raro os dirigentes precisam ser rápidos em esclarecer fatos antes que os boatos se formem, repercutindo negativamente nos negócios da organização. Ou, caso já tenham se formado e difundido, para explicar a real situação. A comunicação interpessoal mal utilizada gera desavenças, conflitos, contradições, e não raro pode gerar “fofocas”.

Assim sendo, feitas estas considerações sobre o significado da informação e comunicação na construção da governança, pode-se dizer que sem informação qualificada o conceito de capital social não se estabelece e a governança resulta prejudicada.

À luz das informações apresentadas neste capítulo passamos a apresentar o sistema de governança proposto.

CAPÍTULO 4 - SISTEMA PROPOSTO

Este capítulo apresenta o Sistema de Governança em Assentamentos Rurais em Santa Catarina. O processo de construção do sistema proposto se deu em três etapas: (1) na primeira etapa, com base na literatura, foram definidas as dimensões da governança, conforme descrito no item 4.1 e mostrado na figura 7; (2) na segunda etapa, da mesma forma com base na literatura, foram definidos, numa visão sistêmica, os valores básicos presentes nas três dimensões da governança, conforme descrito no item 4.2 e mostrado na figura 8; e (3) na terceira etapa, com base conhecimento pessoal do pesquisador e por contatos mantidos com o INCRA, MST, e Prefeitura Municipal de Abelardo Luz, foram identificados: (a) as interações da governança com o capital social, a sustentabilidade, a informação e a comunicação; (b) a presença em todo o ambiente dos valores confiança, participação e flexibilidade; e (c) os atores envolvidos, conforme descrito no item 4.3 e mostrado na figura 9. Finalizando se apresenta, no item 4.4, a conclusão deste capítulo.

4.1 GOVERNANÇA E SUAS DIMENSÕES

As figuras 7 e 8 mostram uma aproximação quanto ao entendimento do que seja governança em assentamentos rurais, tendo como colunas mestras o Capital Social, Sustentabilidade e a Comunicação e Informação.



Figura 7 - As três dimensões da Governança na presente investigação.

Fonte: elaborada pelo autor.

No centro da figura 7 apresenta-se o tema da pesquisa, que é a governança, e que traz subjacente um conceito de governança. Esta formulação preceitua o envolvimento dos trabalhadores nos processos decisórios, criando mecanismos coletivos de decisão, com horizontalidade e reduzindo-se ao máximo as fronteiras de relacionamento, com a presença constante de negociação entre os atores e mecanismos para ações de cooperação. Portanto, concebida como uma rede de relações sociais em coprodução, deliberações coletivas, e interdependentes. A governança facilita a inserção das pessoas nos processos decisórios sem haver modelo hierárquico prescrito e é, neste caso, influenciada por três dimensões: capital social, sustentabilidade e informação e comunicação.

Capital social são os valores e normas informais que permitem o compartilhamento das pessoas e a confiança entre si. Isto exige honestidade, responsabilidade e reciprocidade. É certo, e está implícito no conceito de capital social, que a confiabilidade é mais realizadora num grupo social do que num ambiente de desconfiança. O capital social tem ainda a capacidade da organização (assentamento), estabelecer laços de confiança interpessoal e redes de cooperação, com a intenção de produzir bens coletivos (SAPELI, 2007).

A sustentabilidade é a capacidade que um sistema tem de atender as necessidades atuais, desenvolver-se permanentemente sem comprometer as suas possibilidades futuras de continuar a se desenvolver (BRUNDTLAND, 1987).

A sustentabilidade é tradicionalmente conhecida por três dimensões básicas: econômica, social e ambiental. A governança deve manter-se em longo prazo sem ser destruída. Pode-se pensar que isso não deva depender de pessoas para progredir e se perenizar. Talvez se deva tratar de um novo conceito, o qual define a sustentabilidade da governança, ainda não percebido segundo estudos realizados. Mas não se pode deixar de reconhecer a importância do conceito de sustentabilidade, como tradicionalmente conhecido, como elemento decisório para o estabelecimento da governança em assentamentos rurais.

A informação gerada e disponível no assentamento deve ser comunicada a todos. Ela permite ao assentamento se organizar para tomar decisões coletivamente construídas. Todos os envolvidos devem ter acesso as informações geradas ou de seu interesse ou de seu assentamento, e mesmo dos demais atores envolvidos, com total transparência, e que fortaleçam as outras dimensões ligadas ao conceito de governança.

4.2 VISÃO SISTÊMICA PRELIMINAR SOBRE A GOVERNANÇA EM ASSENTAMENTOS RURAIS

Na figura 8 estão identificados os valores básicos presentes nas três dimensões que sustentam a governança. Existe uma relação de interdependência entre elas, ou seja, a qualidade de uma interfere diretamente na qualidade das outras e compromete o sistema.

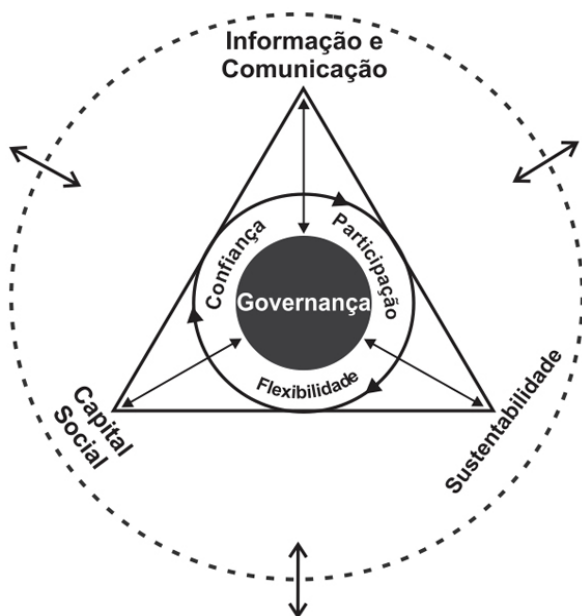


Figura 8 - Visão sistêmica preliminar sobre a governança em assentamentos rurais.

Fonte: elaborada pelo autor.

Como valores básicos foram identificados: confiança, participação e flexibilidade, as quais interagem de forma interdependente em ambiente endógeno e externo, a montante e a jusante, numa visão sistêmica.

Na governança todos devem participar ativamente e todas as informações devem ser compartilhadas com todos com total transparência e sem restrições. Assim, a participação é fundamental para que a governança se concretize. A participação por outro lado é necessária, pois a resistência, na maioria das vezes, é provocada pela falta de participação.

A flexibilidade tanto organizacional quanto política ou administrativa dos líderes, dos membros e dos demais atores deve estar presente para que as decisões sejam coletivamente vinculantes aos interesses individuais e coletivos. Ela possibilita trabalhar com a contradição, permite tratar de conflitos internos e viabiliza mecanismos

de decisão. A cooperação só acontece quando existe participação e confiança e onde se trata as diferenças com flexibilidade.

A confiança é um elemento crítico, pois sem ela não se cria participação, tampouco capital social e também impede a própria governança de obter sucesso. É por essas razões que esses três valores necessitam, à luz do presente estudo, estarem presentes para que a governança se manifeste em assentamentos rurais.

A figura 8 expõe as interações da governança com capital social, sustentabilidade, informação e comunicação. Os valores confiança, participação e flexibilidade estão presentes em todo o ambiente, tanto interno como externo, por isso o círculo é aberto. As setas radiais indicam a relação do ambiente interno do assentamento com o ambiente externo.

4.3 PROPOSTA DE SISTEMA DE GOVERNANÇA EM ASSENTAMENTOS RURAIS

A partir do referencial teórico exposto e identificação dos atores²⁷ é apresentado o modelo proposto de sistema de governança em assentamentos rurais em Santa Catarina.

A figura 9, identificada como proposta de sistema de governança em assentamentos rurais tem como núcleo a governança. A governança se ampara em três pilares: o capital social, a sustentabilidade, e a informação e comunicação. Foram identificados valores como a confiança, participação e flexibilidade. Estes três valores interagindo com os elementos que sustentam a governança permitem a identificação de uma perspectiva de interação com o ambiente externo tanto no campo político, ambiental, econômico, técnico e social. Essa interação acontece no ambiente de transparência, participação, responsabilidade, eficácia e coerência que interagem em todos os campos.

²⁷ Os atores foram identificados pelo conhecimento pessoal do pesquisador e por contatos mantidos com o INCRA, MST, e prefeitura municipal de Abelardo Luz.

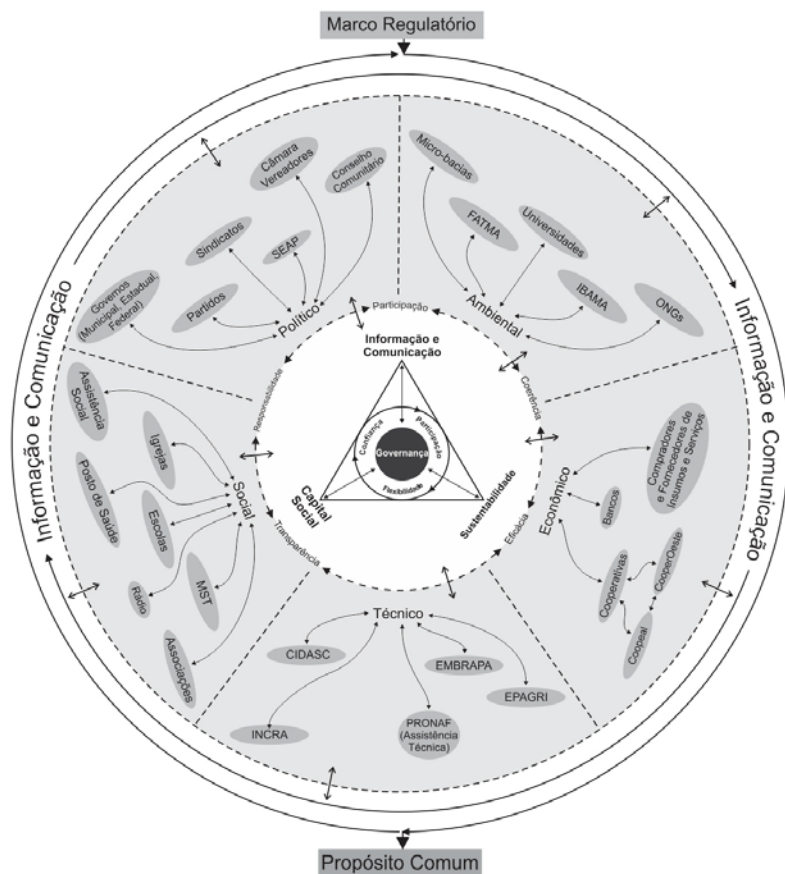


Figura 9 – Proposta de Sistema de Governança em Assentamentos Rurais em Santa Catarina.

Fonte: elaborado pelo autor.

Na abordagem política essa interação acontece com os governos, partidos, câmara de vereadores, secretaria especial de agricultura e pesca, conselho comunitário, e sindicatos. Na abordagem ambiental apresentam-se as interações com universidades, ONGs, IBAMA, FATMA e Micro-bacias. Na abordagem econômica manifesta-se os bancos, as cooperativas COOPEAL e CooperOeste, compradores e fornecedores de insumos e serviços. Na abordagem técnica o CIDASC,

INCRA, PRONAF (assistência técnica), EMBRAPA, e EPAGRI. Na abordagem social os atores foram as igrejas, escolas, MST, associações, postos de saúde, assistência social, e rádio comunitária.

Assim, estando no núcleo à governança e a conceituação teórica passa-se a interação com os diferentes atores nas dimensões política, ambiental, econômica, técnica e social. Interagindo com todo esse referencial está a informação e comunicação.

Uma das características do conceito de Sorensen e Torfing (2008) apud Denhardt (2012) é que todas as interações acontecem em um arcabouço regulatório comum, portanto, como norte do eixo principal do sistema de governança está o marco regulatório, igual para todos. E, seguindo o mesmo autor, onde todos contribuem para um mesmo propósito. Por isso o fim do eixo que perpassa todo o sistema está identificado como o propósito comum. Esta é a ideia que subjaz a figura 9, apresentada a partir da base teórica e da identificação dos atores.

Desta forma, uma vez apresentada a proposta de sistema de Governança em Assentamentos, para realizar a aplicação e análise do sistema proposto optou-se por aplicá-lo em um estudo de caso, ou seja, em assentamentos rurais em Santa Catarina. Assim, no capítulo 5 são caracterizados os assentamentos rurais onde foi aplicado e, no capítulo 6, são apresentados os resultados da aplicação.

CAPÍTULO 5 - IDENTIFICAÇÃO DA AMOSTRA E CARACTERIZAÇÃO DA REALIDADE DOS ASSENTAMENTOS

5.1 CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO DE PESQUISA E ESCOLHA DA AMOSTRAGEM

Neste capítulo, serão identificadas as regiões definidas pelo INCRA em Santa Catarina e a partir delas escolhida uma região para ser foco inicial de pesquisa. São cinco as regiões definidas no estado de Santa Catarina: Extremo Oeste, região Oeste, Planalto, Planalto Norte e Norte/Litoral.

Tendo-se como critério o número de famílias assentadas, chega-se a região oeste, onde estão situadas aproximadamente 50% dos assentamentos do estado, demonstrando concentração de assentamentos e assentados.

Na continuidade, e dentro da região Oeste de Santa Catarina, e seguindo o mesmo critério, chega-se ao município de Abelardo Luz, com 22 assentamentos e 1.418 famílias assentadas, conforme demonstra Strapazzon (2011).

A seguir descreve-se todas as regiões identificadas, a partir da obra de Strapazzon (2011)²⁸, onde foram encontrados dados que contribuíram para a escolha da amostragem.

Nos assentamentos rurais, objeto do presente estudo, se observará inicialmente os aspectos históricos; numero de famílias assentadas; perfil populacional; religião, cultura e lazer; principais produtos e atividades; distribuição e uso do solo; associações, organizações e núcleos.

Conforme o mapa dos assentamentos em Santa Catarina (figura 10), o INCRA utiliza como estratégia de desenvolvimento territorial cinco regiões. A somatória das famílias assentadas em todas as regiões está em 5.703, em 141 assentamentos (anexo 1).

A região do Extremo Oeste abrange os municípios de São Miguel do Oeste, Bandeirantes, Barra Bonita, São José do Cedro, Paraíso, Anchieta, Palma Sola, Campo Erê, Dionísio Cerqueira e Romelândia.

²⁸ João Paulo Strapazzon é o atual superintendente do INCRA de Santa Catarina. A obra que o mesmo apresenta: "A experiência da reforma agrária em Santa Catarina", se ampara em dados obtidos à partir de grupos de trabalho no INCRA, realizados em 2010.

Nesta região, segundo Strapazzon (2011), “predominam as cadeias produtivas de leite, do frango e de conservas” [...], “envolve aproximadamente 520 famílias assentadas”.

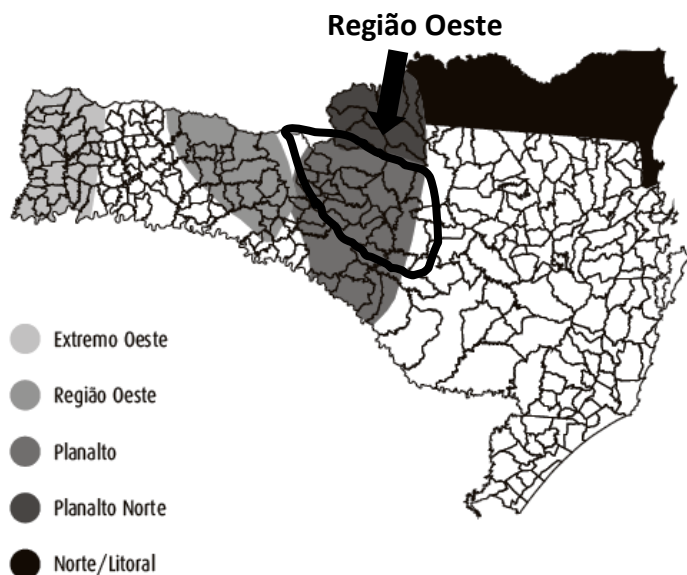


Figura 10- Mapa dos assentamentos, por regiões, em Santa Catarina.

Fonte: Strapazzon (2011).

Strapazzon (2011) considera a região mais desenvolvida e que os dados revelam que se trata de um território de assentamentos cuja qualificação ocorreu por conta própria.

A região Oeste que abrange: Chapecó, Catanduvas, Abelardo Luz, Passos Maia, Vargem Bonita, Água Doce, Vargeão, e Ponte Serrada. Nesta região estão localizadas aproximadamente 2.500 famílias assentadas, a maior de Santa Catarina conforme destacado na figura 4. Destaca-se nesta região o Município de Abelardo Luz, com 22 assentamentos e 1.418 famílias assentadas. Segundo Strapazzon (2011), “é a região que apresenta maior potencial de desenvolvimento, considerando aspectos como número de famílias, qualidade das terras e logística”.

Na região do Planalto, que abrange os municípios de Campos Novos, Fraiburgo, Vargem, Lebon Régis, e Monte Carlo, com 771 famílias assentadas. Para Strapazzon (2011), “o cenário permite prever que o conjunto de assentamentos do Planalto Catarinense, pode assumir a condição de principal produtor entre as áreas utilizadas para reforma agrária em Santa Catarina”.

A região do Planalto Norte que abrange os municípios de Calmon, Matos Costa, e Timbó Grande com 616 famílias assentadas. Segundo Strapazzon (2011), “considero, que essa é uma das mais preocupantes regiões para a questão da reforma agrária e o desenvolvimento sustentável integrado de Santa Catarina”.

A região Norte que abrange os municípios de Rio Negrinho, Canoínhas, Irineópolis, Mafra, Santa Terezinha, Papanduva, Monte Castelo, Garuva e Araquari, com 320 famílias assentadas. Para Strapazzon (2011), “nesta região há um grande potencial e esforço proporcional das diversas instituições, como Banco do Brasil, Embrapa, MST, Cooperativas e UFSC, para a construção de um processo de desenvolvimento sustentável”.

O relatório oficial e atual do INCRA (anexo 1) identifica um total de 95.132,5 ha de área de assentamentos, com 141 projetos de assentamentos (PA) e 5.703 famílias assentadas em Santa Catarina.

Considerando o cenário descrito, optou-se por aplicá-lo em três assentamentos do Município de Abelardo Luz (figura 11), o qual abriga o maior número de assentamentos do estado. Abelardo Luz pertence a região Oeste que concentra aproximadamente cinquenta por cento das famílias assentadas em Santa Catarina.

O município de Abelardo Luz possui uma população de mais de 17.000 habitantes, um PIB de 345.898.000 reais, e uma renda per capita de 20.503 reais (IBGE, 2010). São 22 assentamentos no município de Abelardo Luz, reunindo 1.418 famílias assentadas, representando aproximadamente 25% dos assentados em Santa Catarina.



Figura 11 - Mapa localizador do município de Abelardo Luz.

Fonte: Wikipédia (2011).

Os três assentamentos escolhidos são os assentamentos Sandra (25 de maio), Papuan II e Roseli Nunes. A escolha dos dois primeiros se deveu ao fato de terem sido os primeiros a serem acompanhados pelo pesquisador quando ainda eram ocupações, fato ocorrido no ano de 1985, quando o pesquisador era assessor técnico da Secretaria de Agricultura de Santa Catarina. O terceiro foi escolhido como um contraponto por ser um dos mais novos assentamentos da região. Estas escolhas foram referendadas como representativas dos assentamentos de Abelardo Luz pela liderança do movimento, na pessoa do Senhor Altair Lavratti.

É importante ressaltar que esta escolha foi feita para avaliar e aprimorar o sistema proposto, não tendo sido aleatória nem tampouco representativa do ponto de vista estatístico no sentido de permitir a extrapolação de dados para representar o universo dos assentamentos, quer em nível municipal, estadual ou nacional.

A figura 12 apresenta o mapa localizador dos assentamentos rurais do município de Abelardo Luz.

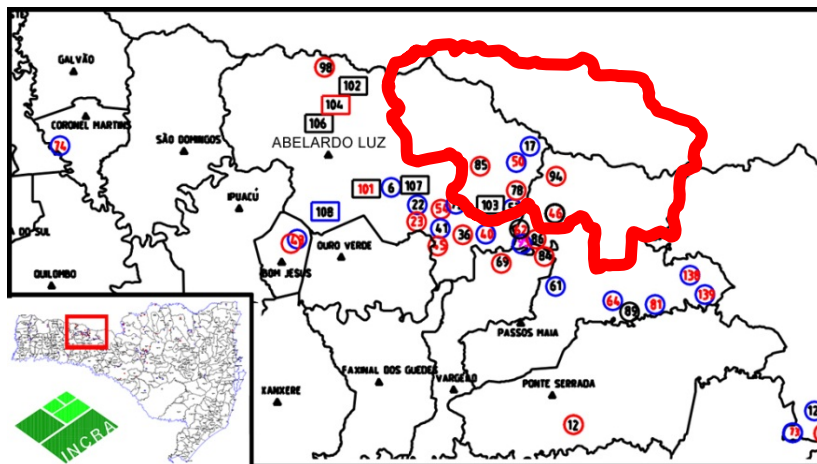


Figura 12 - Mapa localizador dos assentamentos rurais no município de Abelardo Luz.

Fonte: INCRA (2011).

Foram construídos três gráficos que ilustram a escolha dos assentamentos. O primeiro apresenta o número de famílias assentadas em Santa Catarina, divididos por regiões segundo os critérios do INCRA (figura 13).

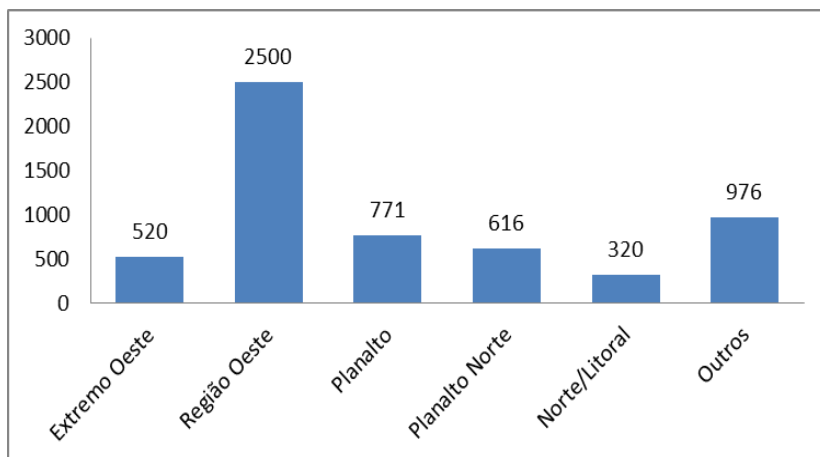


Figura 13 - Número de famílias assentadas por região em Santa Catarina.

Fonte: INCRA (2011).

A figura 14 apresenta o número de famílias que compõem os municípios da região oeste.

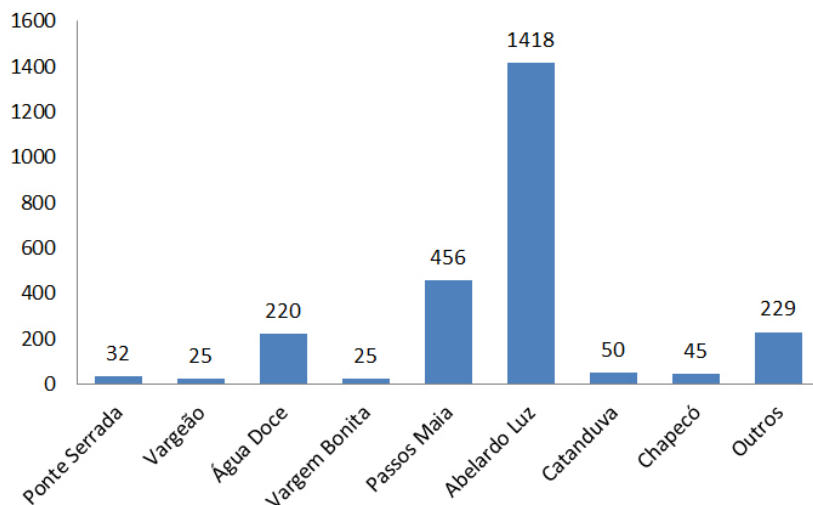


Figura 14 - Número de famílias assentadas por município na região oeste.
Fonte: INCRA (2011).

A figura 15 apresenta o número de famílias assentadas nos três assentamentos escolhidos para a pesquisa (Sandra, Papuan II e Roseli Nunes), que são pertencentes ao município de Abelardo Luz.

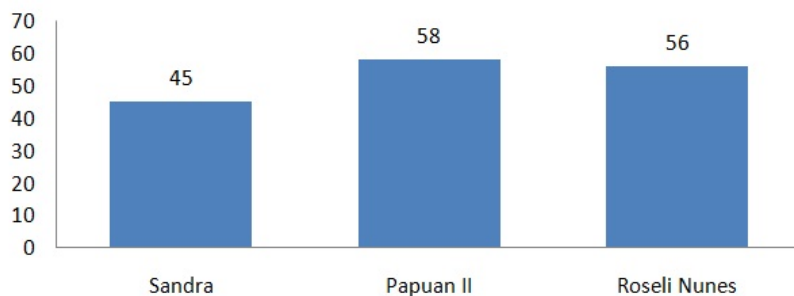


Figura 15 - Número de famílias assentadas nos três assentamentos escolhidos para a pesquisa.
Fontes: INCRA (2011) / COOPTRASC (2012).

Assim, para concluir a caracterização do universo de pesquisa e da escolha da amostra pode-se dizer que os três assentamentos pesquisados contemplam 159 famílias, e destas foram pesquisadas 49 famílias.

Resumidamente há, segundo o INCRA, em Santa Catarina 5.703 famílias assentadas (conforme anexo 1). Na região oeste estão localizadas aproximadamente 2.500 famílias assentadas, conforme figura 7. No município de Abelardo Luz, localizado na região oeste, são 1.418 famílias assentadas (figura 8). No assentamento Sandra, Papuan II e Roseli Nunes estão assentadas 159 famílias (figura 9). Destas, foram pesquisadas um total de 49 famílias, cujos resultados serão apresentados nos capítulos 5 e 6.

5.2 CARACTERIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS

Ao iniciar a caracterização e análise dos dados coletados nos assentamentos com o objetivo de avaliar e/ou verificar o sistema de governança proposto, é importante destacar a margem de erro e a probabilidade de acerto das respostas obtidas dos entrevistados em relação aos assentamentos pesquisados.

A investigação em seu conjunto ocorreu em três assentamentos já identificados: Sandra, Papuan II e Roseli Nunes, compondo um total de 159 famílias assentadas. Tendo em conta esta amostra aleatória dos extratos que compõem o grupo estudado se pode dizer com 95% de probabilidade de acerto que o erro não excede a 11,7%, tomando em conta que do total foram investigados 49 famílias, sendo 13 no assentamento Sandra, 13 no Papuan II e 23 no assentamento Roseli Nunes.

O erro pode ser obtido pela solução da seguinte equação:

$$e = z \sqrt{\frac{0,25}{n}} \cdot \sqrt{\frac{(N-n)}{(N-1)}}, \text{ onde:}$$

Z - constante função da probabilidade para 95% = 1,96

n - amostra adotada = 49 famílias que responderam o questionário

N - Universo de pesquisa = 159 famílias assentadas

e - erro calculado = 11,7%

As informações apresentadas a seguir possuem duas vertentes: a primeira tem como fonte o VPC/Brasil (2005/2006) com interpretação e tabulação dos cadastros das famílias feitas pelos agentes comunitários de saúde do município de Abelardo Luz. A segunda vertente são os resultados de identificação e dados complementares obtidos pela pesquisa de campo.

5.2.1 Informações documentais

5.2.1.1 Sandra

Histórico

O assentamento Sandra, chamado também de 25 de Maio, foi o primeiro a ser implantado no estado de Santa Catarina, e comemora 27 anos de existência. As famílias residentes neste assentamento são provenientes do oeste catarinense, e após a ocupação da fazenda Papuan, foi negociada sua transferência para a fazenda Sandra, onde quatro arrendatários foram incorporados ao grupo inicial na condição de assentados.

O decreto de desapropriação da área foi promulgado em 04 de setembro de 1985, e a emissão de posse em 21 de outubro de 1985. A criação do Projeto de Assentamento é de 14 de janeiro de 1986.

Número de famílias assentadas

O assentamento Sandra está oficialmente parcelado em 58 lotes/famílias. Cabe destacar que ao longo destes anos de existência o assentamento Sandra, que conta com uma boa infraestrutura instalada, sofreu sucessivos processos de parcelamento de sua área comunitária, os quais, além de regulares, imprimiram-lhe características urbanas. Nesta área habitam 22 famílias sem vínculos com a agricultura familiar (são, em geral, peões, trabalhadores urbanos e pequenos comerciantes). Hoje residem no assentamento 45 famílias assentadas (figura 15).

Perfil populacional

O perfil populacional do assentamento Sandra é constituído da seguinte forma: adultos (42,42%), crianças (38,26%), jovens (18,18%) e idosos (1,14%). Dentro da população 49,24% são homens e 50,76% são mulheres. A média de membros por famílias ficou em torno de 4,32.

Esse número não encontrou ressonância na pesquisa de campo, onde foi identificado 3,67 membros por família (tabela 4).

Religião, cultura e lazer

Existem três igrejas no assentamento: uma igreja católica e duas evangélicas. As evangélicas são: Assembleia de Deus, e Deus é Amor. A comunidade conta, entre seus principais espaços de lazer, com um ginásio poliesportivo coberto, playgrounds e bares. Existe ainda um centro comunitário no assentamento.

Principais produtos e atividades

Os principais produtos produzidos no assentamento são: milho (2 ha/família), feijão (1 ha/família), soja (180 ha), fumo (24 famílias), girassol (3 famílias), leite (45 famílias), pinus (8 ha), eucalipto (10 ha).

Distribuição e uso do solo

A distribuição e uso do solo se apresenta da seguinte maneira: solo exposto/arado (26%), agricultura (55%), floresta secundária em estágio avançado (2%), floresta secundária em idade inicial/pastagem (5%), floresta secundária em estágio médio (10%), estradas (2%). Não há presença de lagos na área do assentamento.

Associações, organizações e núcleos

As principais organizações das quais as famílias assentadas do assentamento Sandra participam são as reuniões promovidas pela coordenação de núcleo. Nestas reuniões são tratados assuntos diversos sobre o assentamento. O assentamento está dividido em quatro núcleos. Periodicamente também são promovidas reuniões maiores com o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST). Além destas organizações foram identificados os seguintes grupos e associações: Associação Nova Ação (maquinário) e Associação Santo Dias (comercialização). Algumas famílias integram ainda a Cooperativa Local CooperOeste, que tem sede no local.

5.2.1.2 Papuan II

Histórico

O assentamento Papuan II ocupa a área da antiga fazenda Papuan.

A população local é proveniente da região oeste de Santa Catarina. Antes da ocupação definitiva da área o grupo foi transferido para a fazenda Macieira, onde permaneceu por cerca de um ano. Um fato bastante marcante na trajetória dos assentados do Papuan I e II envolveu as famílias acampadas e os arrendatários da fazenda. Relata-se que na tentativa de impedir a ocupação de Papuan os arrendatários atearam fogo²⁹ na ponte que permite a travessia do rio Chapecó. As famílias acampadas resistiram com destaque para a participação das mulheres e crianças. Este episódio foi simbolizado através de um monumento erigido próximo à referida ponte.

O decreto de desapropriação da área foi promulgado em 27 de julho de 1986, e a emissão de posse em 26 de agosto de 1994. A criação do Projeto de Assentamento é de 01 de abril de 1987.

Número de famílias assentadas

O assentamento Papuan II está oficialmente parcelado em 62 lotes/famílias, divididos em três comunidades: a comunidade Santa Rita (16 famílias); a comunidade Serra do Papuan (9 famílias), e a comunidade Fogo na Ponte (38 famílias). Foram identificadas neste assentamento 58 famílias assentadas.

Perfil populacional

O perfil populacional do assentamento Papuan II é formado por: adultos (46,10%), crianças (27,8%), jovens (23,4%) e idosos (2,6%). Dentro da população 51,30% são homens e 48,70% são mulheres. A média de membros por famílias ficou em torno de 3,73. A pesquisa identificou 3,46 membros por família, dado bastante próximo (tabela 4).

Religião, cultura e lazer

Existe uma igreja católica, localizada na comunidade Santa Rita. Na comunidade Serra do Papuan a escola local funciona como uma igreja. Os evangélicos realizam o culto em casa ou freqüentam outros assentamentos. Os principais espaços de lazer são: o Centro Comunitário (pavilhão) e a escola desativada.

Principais produtos e atividades

Os principais produtos produzidos no assentamento Papuan II são: milho (3 ha/família), feijão (1,5 ha/família), soja (180 ha), fumo (50 famílias), leite (40 famílias), pinus (8 ha), e eucalipto (4 ha).

²⁹ O pesquisador é testemunha deste fato e compareceu ao local logo depois do ocorrido.

Distribuição e uso do solo

A distribuição e uso do solo se apresenta da seguinte maneira: solo exposto/arado (29%), agricultura (44%), floresta secundária em estágio avançado (11%), floresta secundária em idade inicial/pastagem (5%), floresta secundária em estágio médio (8%), lagos (0%), estradas (3%).

Associações, organizações e núcleos

As principais organizações das quais as famílias assentadas do Papuan II participam são as reuniões promovidas pela coordenação de núcleo. Nestas reuniões são tratados assuntos diversos sobre o assentamento. O assentamento está dividido em seis núcleos. Além disso, as famílias também integram associações e grupos, nos quais: Santa Rita, Serra do Papuan e Fogo na Ponte, cada uma com sua associação da comunidade.

5.2.1.3 Roseli Nunes

Histórico

Localizado no Município de Abelardo Luz, o assentamento Roseli Nunes ocupa a área da antiga fazenda Estância das Araucárias. O nome do assentamento é homenagem a uma liderança feminina do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST). As famílias do assentamento são provenientes da região oeste de Santa Catarina.

O decreto de desapropriação da área foi promulgado em dez de maio de 2000 e a emissão de posse saiu em sete de julho do mesmo ano, sendo que a criação do Projeto de Assentamento é de 21 de agosto de 2000. Percebe-se que é um assentamento mais novo e os dados resultantes da pesquisa evidenciam isso claramente.

Número de famílias assentadas

O assentamento Roseli Nunes está oficialmente parcelado em 84 lotes/famílias de acordo com dados do INCRA (2005). Entretanto, o número de famílias contabilizado em campo é de 88. Há lotes desocupados e esta pesquisa identificou 56 famílias assentadas (figura 15).

Perfil populacional

O perfil populacional do assentamento é constituído da seguinte forma: adultos (42,63%), crianças (38,24%), jovens (17,55%), idosos

(1,57%). A população do assentamento é formada por 55,17% de homens e 44,83% de mulheres. A média de membros por família focou em torno de 3,62 pessoas. A pesquisa identificou 3,9 membros por família (tabela 4).

Religião, cultura e lazer

Existe uma igreja católica e os evangélicos costumam celebrar cultos nas residências. Os principais espaços de lazer da comunidade são o centro comunitário e o campo de futebol. As principais festas comemoradas são: a festa de aniversário do assentamento, no mês de agosto, e a festa de São Marcos (24 de abril).

Principais produtos e atividades

Os principais produtos e atividades do assentamento são: milho (2 ha/família), feijão (0,5ha/família), soja (1,5 ha/família), fumo (45 famílias), queijo (5 famílias), leite (25 famílias), mel (300 kg), eucalipto (1ha).

Distribuição e uso do solo

A distribuição e uso do solo é o seguinte: Solo exposto/arado (45%), agricultura (22%), floresta secundária em estágio avançado (3%), floresta secundária em idade inicial/pastagem (12%), floresta secundária em estágio médio (14%), lagos (1%), estradas (3%).

Associações, organizações e núcleos

Os assentados possuem uma organização formal que permite a mobilização dos mesmos tanto para solucionar problemas, quanto para expressar politicamente o assentamento. Esta organização se dá por meio da criação de núcleos, sob a responsabilidade de um ou mais coordenadores. A função mais importante do coordenador de núcleo é o de representar a comunidade perante a assessoria técnica da Cooperativa dos Trabalhadores sem Terra do Estado de Santa Catarina (COOPTRASC) e do INCRA.

Feita esta investigação que em sua base segue a pesquisa VPC/Brasil (2005/2006). Todavia esta pesquisa percebeu a necessidade de atualização de alguns dados. Passa-se agora a apresentação dos dados de identificação e dados complementares da pesquisa de campo.

5.2.2 Apresentação, análise e discussão da pesquisa de campo

A segunda vertente trata dos resultados de identificação e os dados complementares obtidos na pesquisa de campo. A pesquisa em si obteve os resultados expostos a seguir.

5.2.2.1 Identificação

O número de pessoas residentes por família em dados absolutos pode ser percebido na tabela 3 e na figura 16 (apresentadas a seguir).

Tabela 3 - Número de residentes por família - dados gerais.

Número de residentes por família =		3,71
Residentes	Famílias	Percentual
1	1	2%
2	8	16%
3	12	24%
4	12	24%
5	8	16%
6	2	4%
7	2	4%
NR	4	8%
Total Geral	49	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

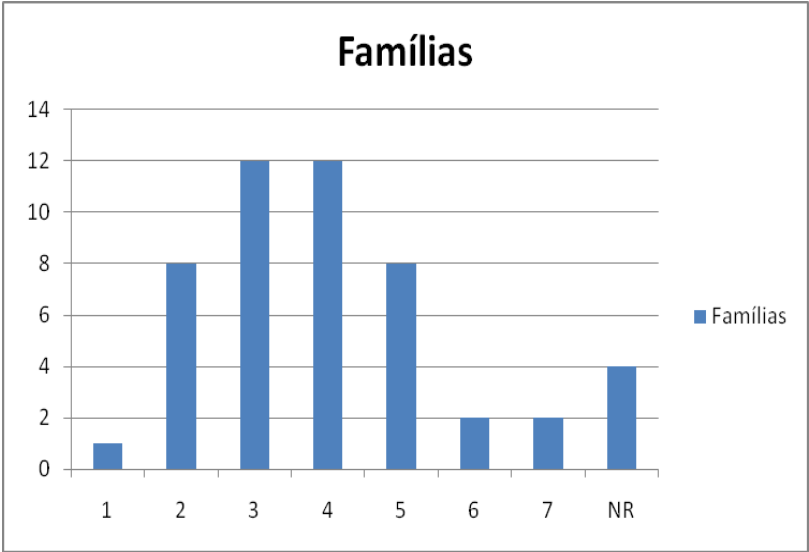


Figura 16 - Número de residentes por família - dados gerais.
Fonte: elaborada pelo autor.

O número médio de residentes por família por assentamento e no total, pode ser observado na tabela 4 e figura 17 (apresentadas a seguir).

Tabela 4 - Numero médio de residentes por família por assentamento e total.

Número de residentes por família				
Residentes	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Média	3,71	3,67	3,46	3,90

Fonte: elaborada pelo autor.

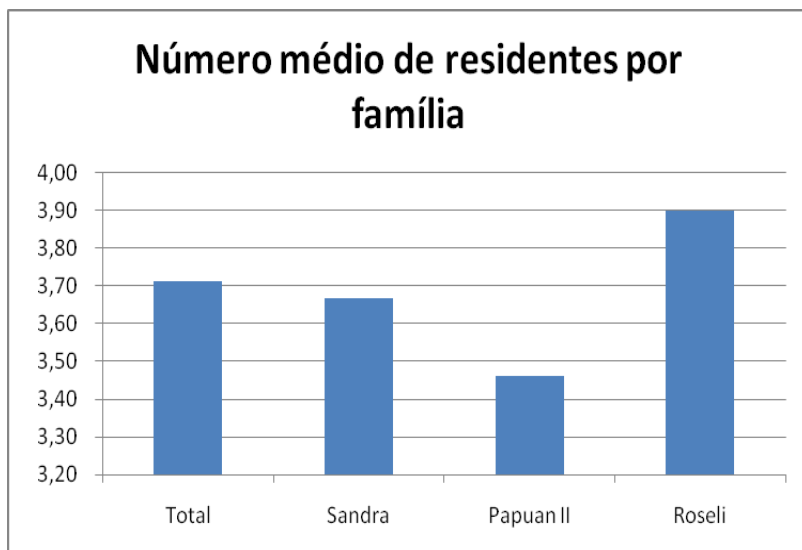


Figura 17 - Número médio de residentes por família por assentamento e total.
Fonte: elaborada pelo autor.

Como se percebe, o número médio de pessoas por família nos três assentamentos investigados foi identificado como 3,71 membros por família. Isso pode ser entendido que além do casal há menos de dois filhos, podendo revelar o mesmo fenômeno que acontece na agricultura tradicional. Nota-se que esta pesquisa, nos três assentamentos, identificou valores diferentes do que os dados apresentados pela pesquisa VPC/Brasil (2005/2006). Entretanto, as mudanças para menos (Sandra e Papuan II) não se mostraram muito discrepantes. Igualmente mudança para mais (Roseli Nunes) também não se mostrou muito discrepante.

Outros dados obtidos e que podem ser considerados como identificação são: a área dos lotes ocupados possui uma média de 12,58 hectares, sendo que a maioria das propriedades possuem 12 (27%), 11 (22%) e 17 (16%) hectares. Os dados detalhados sobre a área dos lotes pode ser observado nas tabelas 5 e 6, e nas figuras 18 e 19. Quanto ao tamanho médio dos lotes³⁰, considerando-se que os solos são férteis e

³⁰ Segundo dados do INCRA, o módulo fiscal na região de Abelardo Luz é igual à 20 hectares, e o módulo rural para efeito de partilha de escrituras públicas não pode ser inferior a 2 hectares.

em sua maioria com o relevo favorável, os mesmos permitem o desenvolvimento das famílias, considerando que há poucos membros por família. Entendendo que a produção para consumo próprio não está considerada na renda bruta obtida.

Tabela 5 - Área dos lotes.

Área média dos lotes (ha) =		12,58
Área	Famílias	Percentual
9	2	4%
10	8	16%
11	11	22%
12	13	27%
13	1	2%
14	0	0%
15	2	4%
16	2	4%
17	8	16%
18	1	2%
NR	1	2%
Total Geral	49	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

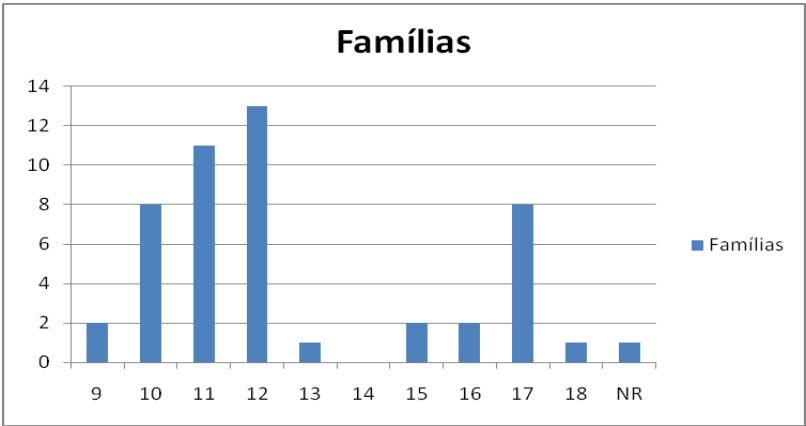


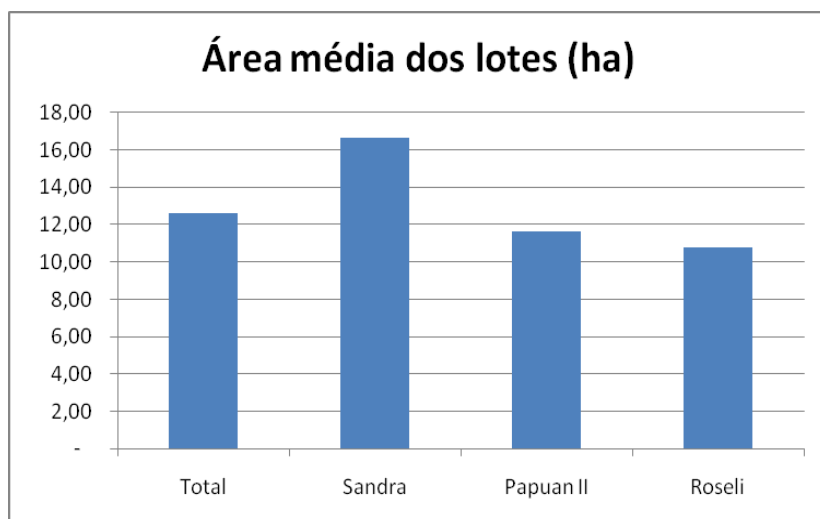
Figura 18 - Área dos lotes.

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 6 - Área média dos lotes.

Tamanho médio dos lotes (ha)				
Área	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Média	12,58	16,62	11,62	10,77

Fonte: elaborada pelo autor.

**Figura 19** - Área média dos lotes.

Fonte: elaborada pelo autor.

Quanto à principal fonte de renda familiar 88% das famílias pesquisadas possuem a renda proveniente de produção própria (ver tabelas 7 e 8, e figuras 20 e 21). O que parece bastante razoável, pois a grande maioria obtêm a renda a partir da produção da propriedade.

Tabela 7 - Principal fonte de renda da família por assentamento - dados absolutos.

Principal fonte de renda da família				
Fonte	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Assalariado	5	4	0	1
Cooperativa	1	1	0	0
Prod. Própria	43	8	13	22
Total Geral	49	13	13	23

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 8 - Principal fonte de renda da família por assentamento - dados percentuais.

Principal fonte de renda da família				
Fonte	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Assalariado	10%	31%	0%	4%
Cooperativa	2%	8%	0%	0%
Prod. Própria	88%	62%	100%	96%
Total Geral	100%	100%	100%	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

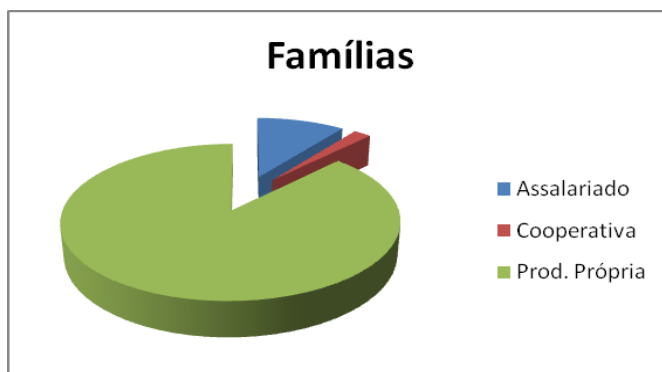


Figura 20 - Principal fonte de renda da família.

Fonte: elaborada pelo autor.

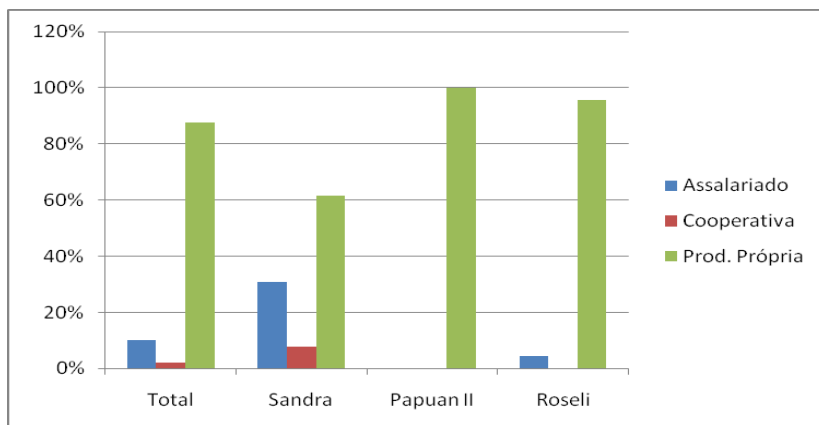


Figura 21 - Principal fonte de renda da família por assentamento - dados percentuais.

Fonte: elaborada pelo autor.

Quanto à renda familiar, 41% recebem até R\$1.000,00 por mês de renda bruta, 49% de R\$1.000,00 a R\$3.000,00, e 8% mais de R\$3.000,00. É importante citar também que 2% das famílias consultadas não responderam (ver tabelas 9 e 10, e figura 22). Isso parece razoável, uma vez que, com exceção de algumas propriedades do assentamento Roseli Nunes, todos possuem boas condições de residência. Isso pode ser percebido pelas visitas feitas aos três assentamentos.

Tabela 9 - Renda familiar por assentamento - dados absolutos.

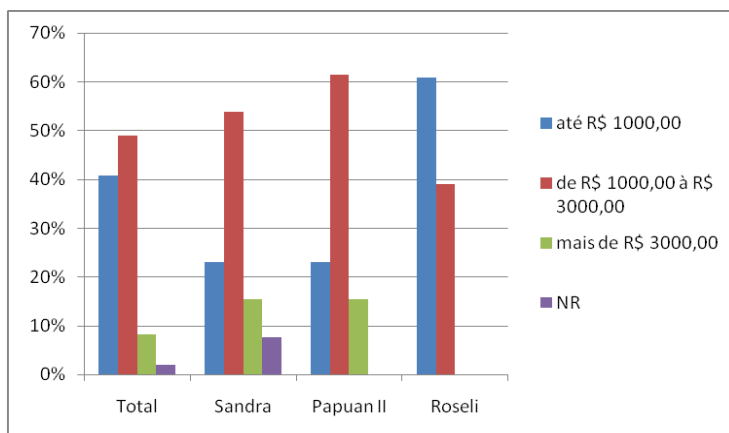
Renda Familiar				
Faixas	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
até R\$ 1000,00	20	3	3	14
de R\$ 1000,00 à R\$ 3000,00	24	7	8	9
mais de R\$ 3000,00	4	2	2	0
NR	1	1	0	0
Total Geral	49	13	13	13

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 10 - Renda familiar por assentamento - dados percentuais.

Renda Familiar				
Faixas	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
até R\$ 1000,00	41%	23%	23%	61%
de R\$ 1000,00 à R\$ 3000,00	49%	54%	62%	39%
mais de R\$ 3000,00	8%	15%	15%	0%
NR	2%	8%	0%	0%
Total Geral	100%	100%	100%	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

**Figura 22** - Renda familiar por assentamento - dados percentuais.

Fonte: elaborada pelo autor.

Quanto à escolaridade 55% possuem ensino fundamental incompleto, 31% ensino fundamental completo, 12% ensino médio completo, e 2% não responderam (ver tabelas 11 e 12, e figura 23). Quanto ao nível de escolaridade pode-se considerar preocupante, pois 55% dos entrevistados disseram não possuir o ensino fundamental completo. Se somados os pesquisados que possuem até o ensino fundamental este número sobe para 86%.

Tabela 11 - Escolaridade do respondente por assentamento - dados absolutos.

Escolaridade do respondente				
Nível	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Fund. Incompleto	27	6	6	15
Fundamental	15	3	4	8
Médio	6	3	3	0
NR	1	1	0	0
Total Geral	49	13	13	23

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 12 - Escolaridade do respondente por assentamento - dados percentuais.

Escolaridade do respondente				
Nível	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Fund. Incompleto	55%	46%	46%	65%
Fundamental	31%	23%	31%	35%
Médio	12%	23%	23%	0%
NR	2%	8%	0%	0%
Total Geral	100%	100%	100%	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

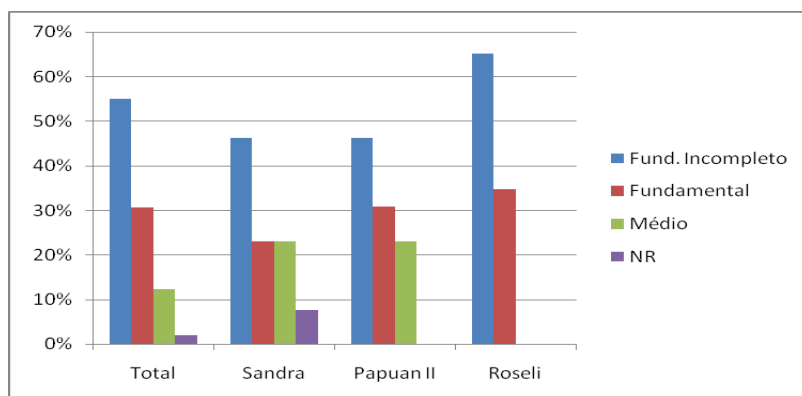


Figura 23 - Escolaridade do respondente por assentamento - dados percentuais.
Fonte: elaborada pelo autor.

Quanto ao gênero dos respondentes, 76% são do gênero masculino e 24% feminino (ver tabelas 13 e 14, e figura 24). Não temos condições de afirmar porque essa diferença ocorreu.

Tabela 13 - Gênero do respondente por assentamento - dados absolutos.

Gênero do respondente				
Gênero	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Masculino	37	11	7	19
Feminino	12	2	6	4
Total Geral	49	13	13	23

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 14 - Gênero do respondente por assentamento - dados percentuais.

Gênero do respondente				
Gênero	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Masculino	76%	85%	54%	83%
Feminino	24%	15%	46%	17%
Total Geral	100%	100%	100%	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

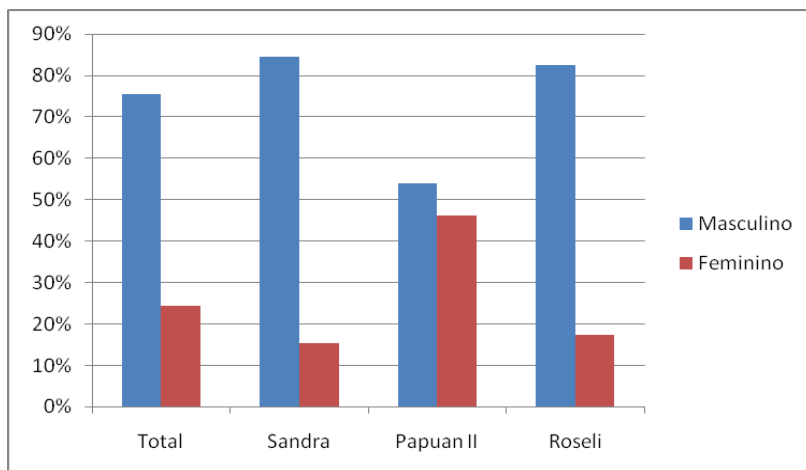


Figura 24 - Gênero do respondente por assentamento - dados percentuais.
 Fonte: elaborada pelo autor.

Quanto à idade, 12% possuem menos de 30 anos, 45% possui de 31 a 50 anos, 41% possuem 51 ou mais anos, e 2% não responderam (ver tabelas 15 e 16, e figura 25). Isso pode significar que os assentamentos estão envelhecendo, especialmente Sandra e Papuan II.

Tabela 15 - Idade do respondente por assentamento - dados absolutos.

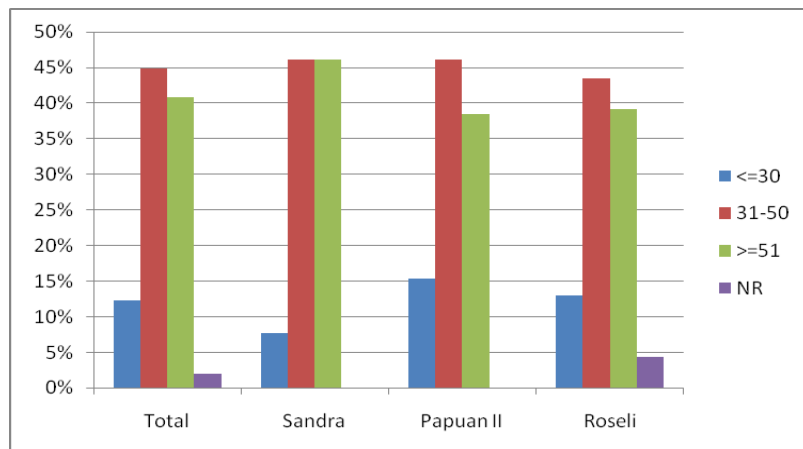
Idade do respondente				
Idade	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
<=30	6	1	2	3
31-50	22	6	6	10
>=51	20	6	5	9
NR	1	0	0	1
Total Geral	49	13	13	23

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 16 - Idade do respondente por assentamento - dados percentuais.

Idade do respondente				
Idade	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
<=30	12%	8%	15%	13%
31-50	45%	46%	46%	43%
>=51	41%	46%	38%	39%
NR	2%	0%	0%	4%
Total Geral	100%	100%	100%	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

**Figura 25** - Idade do respondente por assentamento - dados percentuais.

Fonte: elaborada pelo autor.

Quanto ao tempo de assentado, o último dado de identificação, 22% possuem menos de 10 anos de assentamento, 41% de 10 a 20 anos, 35% mais de 20 anos, e 2% não responderam (ver tabelas 17, 18 e 19, e figuras 26 e 27). Destaca-se que 69% do assentamento Sandra possui mais de 20 anos de assentado, e no Papuan II 54%. O que por si mesmo já apresenta os dados de consolidação da propriedade e do assentamento.

Tabela 17 - Tempo de assentado por assentamento - dados absolutos.

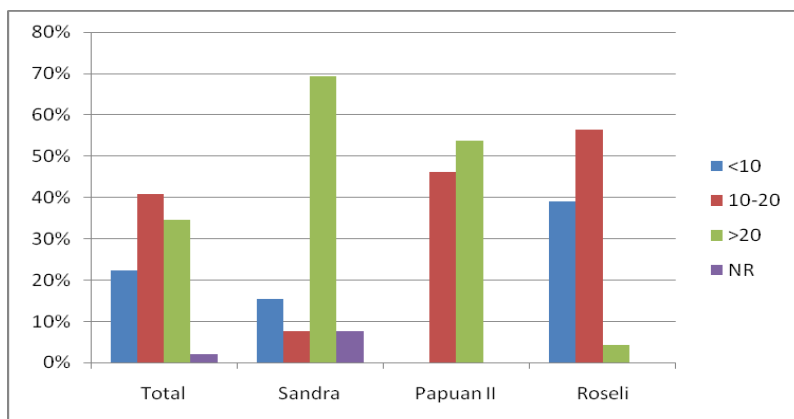
Tempo de Assentado				
Tempo	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
<10	11	2	0	9
10-20	20	1	6	13
>20	17	9	7	1
NR	1	1	0	0
Total Geral	49	13	13	23

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 18 - Tempo de assentado por assentamento - dados percentuais.

Tempo de Assentado				
Tempo	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
<10	22%	15%	0%	39%
10-20	41%	8%	46%	57%
>20	35%	69%	54%	4%
NR	2%	8%	0%	0%
Total Geral	100%	100%	100%	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

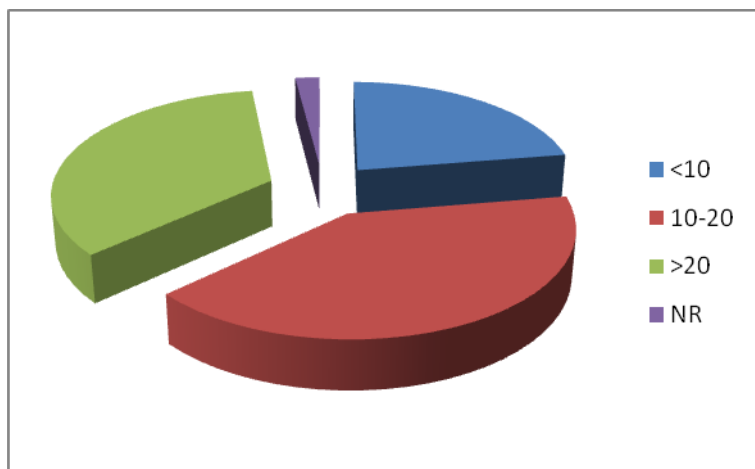
**Figura 26** - Tempo de assentado por assentamento - dados percentuais.

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 19 - Tempo de assentado.

Tempo de Assentado		-
Tempo	Famílias	Percentual
<10	11	22%
10-20	20	41%
>20	17	35%
NR	1	2%
Total Geral	49	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

**Figura 27** - Tempo de assentado.

Fonte: elaborada pelo autor.

5.2.2.2 Dados complementares

Neste item serão expostos os resultados da pesquisa de campo referentes à caracterização da situação social e econômica dos assentados.

Segundo os resultados da pesquisa todas as famílias dispõem de luz elétrica e água corrente. Das famílias pesquisadas, 65% possuem carro próprio, conforme se percebe nas tabelas 20 e 21, e na figura 28. Percebe-se, nitidamente, a diferença entre os três assentamentos neste

ponto. Enquanto que no Sandra 93% possuem carro próprio, no Papuan II 85% e no Roseli Nunes 39%. Esse indicador pode revelar, ou não, uma situação econômica melhor das famílias dos assentamentos Sandra e Papuan II. Pode se depreender disso que o tempo de assentamento é importante na consolidação econômica e financeira da família.

Tabela 20 - Possui carro próprio por assentamento - dados absolutos.

Carro próprio				
Possui	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Sim	32	12	11	9
Não	16	1	2	13
NR	1	0	0	1
Total Geral	49	13	13	23

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 21 - Possui carro próprio por assentamento - dados percentuais.

Carro próprio				
Possui	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Sim	65%	92%	85%	39%
Não	33%	8%	15%	57%
NR	2%	0%	0%	4%
Total Geral	100%	100%	100%	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

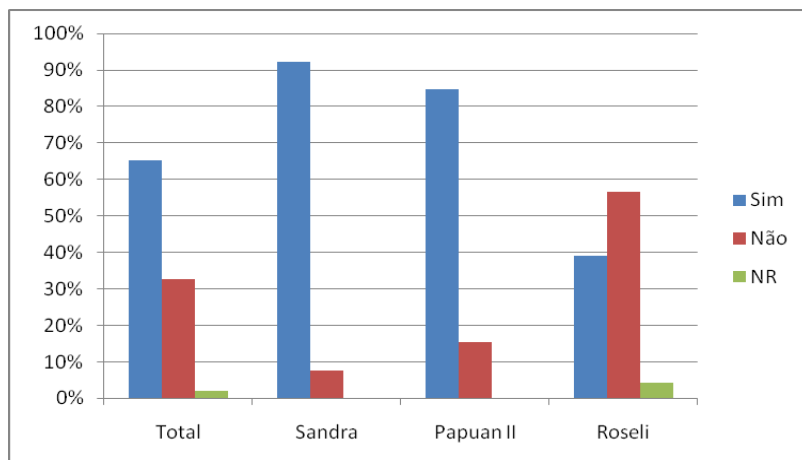


Figura 28 - Possui carro próprio - dados percentuais.

Fonte: elaborada pelo autor.

De todas as famílias pesquisadas apenas três fazem uso do cavalo como meio de transporte, o que representa 6%.

O uso de bois como força de trabalho é praticado por 24 famílias dentre as 49 consultadas (ver tabelas 22 e 23, e figura 29). Parece paradoxal, pois se tem a ideia de que os bois como força motriz já não são mais importantes. Nesse caso se expressam com bastante força no assentamento Roseli Nunes (70%). Isso também pode se relacionar inversamente ao possuir carro. Pois o boi como força de trabalho pode também ser um meio de transporte. Ou seja, o assentamento que possui menor indicador de carros é o que possui maior utilização de bois como força de trabalho.

Tabela 22 - Utiliza bois como força de trabalho por assentamento - dados absolutos.

Bois como força de trabalho				
Possui	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Sim	24	5	3	16
Não	22	5	10	7
NR	3	3	0	0
Total Geral	49	13	13	23

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 23 - Utiliza bois como força de trabalho por assentamento - dados percentuais.

Bois como força de trabalho				
Possui	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Sim	49%	38%	23%	70%
Não	45%	38%	77%	30%
NR	6%	23%	0%	0%
Total Geral	100%	100%	100%	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

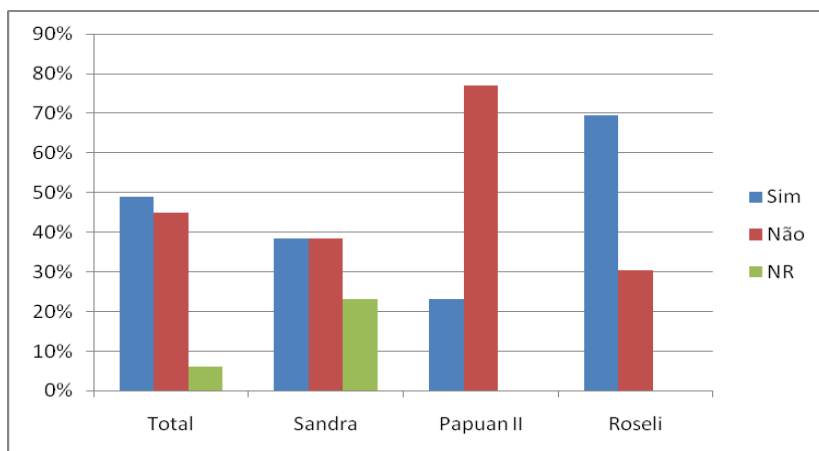


Figura 29 - Utiliza bois como força de trabalho por assentamento - dados percentuais.

Fonte: elaborada pelo autor.

Doze famílias dispõem de trator individual, representando 24% do total de famílias pesquisadas. Esse dado se consolida ao perceber as tabelas 24 e 25, e a figura 30. Entendido que trator é um equipamento caro, a aquisição individual pode se tornar um pouco mais difícil, inclusive mais difícil do que a aquisição do carro como demonstram os dados desta pesquisa. Por isso faz se a pergunta seguinte sobre a utilização do trator coletivo, o que se revelou uma prática utilizada apenas por 10% dos pesquisados.

Tabela 24 - Possui trator individual por assentamento - dados absolutos.

Trator individual				
Possui	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Sim	12	3	5	4
Não	31	8	7	16
NR	6	2	1	3
Total Geral	49	13	13	23

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 25 - Possui trator individual por assentamento - dados percentuais.

Trator individual				
Possui	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Sim	24%	23%	38%	17%
Não	63%	62%	54%	70%
NR	12%	15%	8%	13%
Total Geral	100%	100%	100%	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

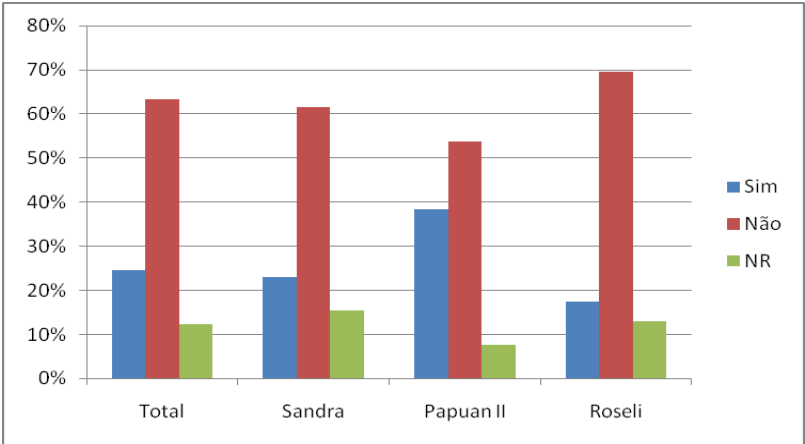


Figura 30 - Possui trator individual por assentamento - dados percentuais.

Fonte: elaborada pelo autor.

Cinco famílias utilizam a prática de uso de trator coletivo, representando 10%, enquanto que 84% não utilizam, e 6% não responderam (ver tabelas 26 e 27 e figura 31).

Tabela 26 - Possui trator coletivo por assentamento - dados absolutos.

Trator coletivo				
Possui	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Sim	5	0	3	2
Não	41	11	10	20
NR	3	2	0	1
Total Geral	49	13	13	23

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 27 - Possui trator coletivo por assentamento - dados percentuais.

Trator coletivo				
Possui	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Sim	10%	0%	23%	9%
Não	84%	85%	77%	87%
NR	6%	15%	0%	4%
Total Geral	100%	100%	100%	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

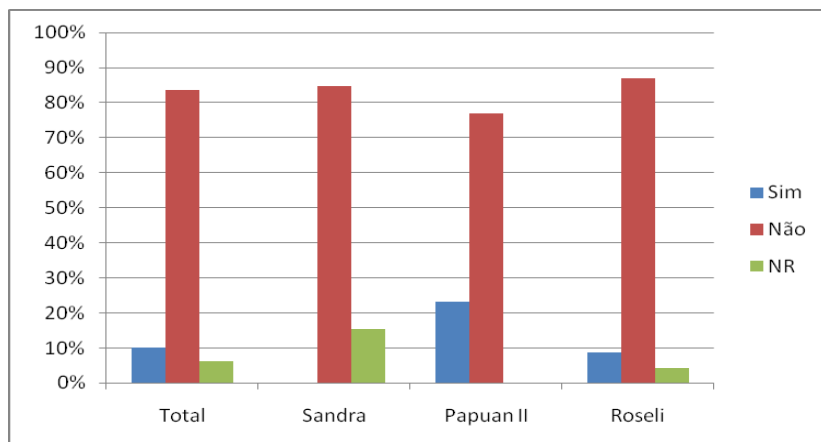


Figura 31 - Possui trator coletivo por assentamento - dados percentuais.

Fonte: elaborada pelo autor.

De todas as famílias consultadas 94% possuem horta individual, e 6% não a possui. Quando consultadas sobre o uso de horta coletiva foi indicado que 98% não possuem, sendo que os 2% restantes não respondeu. O que nos parece que a prática de horta coletiva não existe.

Na mesma linha 86% dos respondentes possuem pomar individual, e 14% não possuem. Apenas uma família, ou seja, 2%, respondeu que possui pomar coletivo. Reitera-se a observação anterior, que o uso de pomar e horta coletiva não é uma prática.

Quanto à criação individual para consumo próprio, 96% respondeu que possuem, e 4% que não possuem, conforme pode ser evidenciado nos dados das tabelas 28 e 29, e na figura 32. O que se evidencia também na mesma linha não coletivista neste aspecto.

Tabela 28 - Possui criação individual para consumo próprio por assentamento - dados absolutos.

Criação individual para consumo próprio				
Possui	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Sim	47	12	13	22
Não	2	1	0	1
Total Geral	49	13	13	23

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 29 - Possui criação individual para consumo próprio para assentamento - dados percentuais.

Criação individual para consumo próprio				
Possui	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Sim	96%	92%	100%	96%
Não	4%	8%	0%	4%
Total Geral	100%	100%	100%	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

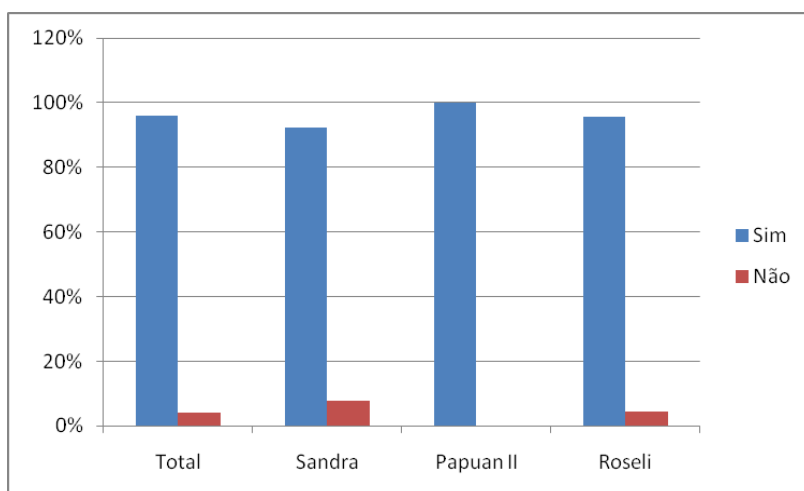


Figura 32 - Possui criação individual para consumo próprio para assentamento - dados percentuais.

Fonte: elaborada pelo autor.

Quando questionados sobre possuir ou não linha de ônibus no assentamento, 46 respondentes indicaram que possuem, representando 94%. Três não responderam. A consolidação destas informações está presente nas tabelas 30 e 31, e na figura 33.

Destaca-se neste quesito, no assentamento Roseli Nunes, que apontaram num indicador de 13% (conforme tabela 31) que não possuem linha de ônibus. Isso implica na necessidade de ações para que todos os assentados do assentamento Roseli Nunes tenham acesso à transporte coletivo, igualmente aos assentamentos Sandra e Papuan II, o qual a pesquisa demonstra que 100% dos respondentes são atendidos

por este serviço.

Tabela 30 - Possui linha de ônibus por assentamento - dados absolutos.

Linha de ônibus na comunidade				
Possui	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Sim	46	13	13	20
Não	3	0	0	3
Total Geral	49	13	13	23

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 31 - Possui linha de ônibus por assentamento - dados percentuais.

Linha de ônibus na comunidade				
Possui	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Sim	94%	100%	100%	87%
Não	6%	0%	0%	13%
Total Geral	100%	100%	100%	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

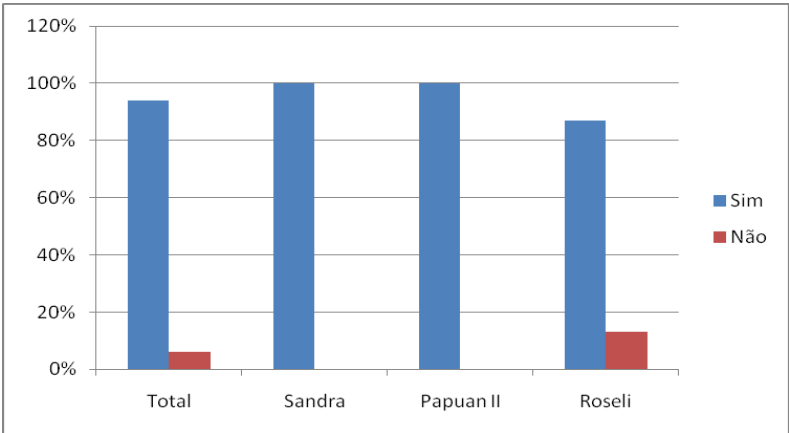


Figura 33 - Possui linha de ônibus por assentamento - dados percentuais.

Fonte: elaborada pelo autor.

Para 55% dos respondentes o mercado que atende a comunidade é do assentamento, já 45% disseram que não, conforme tabelas 32 e 33, e figura 34. Fica claro que do assentamento Sandra 100% responderam que sim, pois lá está a sede da cooperativa que atende a comunidade. O que não é seguro para este pesquisador com relação aos outros dois assentamentos, pois não tem essa informação, nos outros dois assentamentos. Isso pode significar que ou compram em outro lugar ou não há mercado disponível do assentamento.

Tabela 32 - Mercado que atende a comunidade é do assentamento - dados absolutos.

O mercado que atende a comunidade é do assentamento				
Possui	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Sim	27	13	5	9
Não	22	0	8	14
Total Geral	49	13	13	23

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 33 - Mercado que atende a comunidade é do assentamento - dados percentuais.

O mercado que atende a comunidade é do assentamento				
Possui	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Sim	55%	100%	38%	39%
Não	45%	0%	62%	61%
Total Geral	100%	100%	100%	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

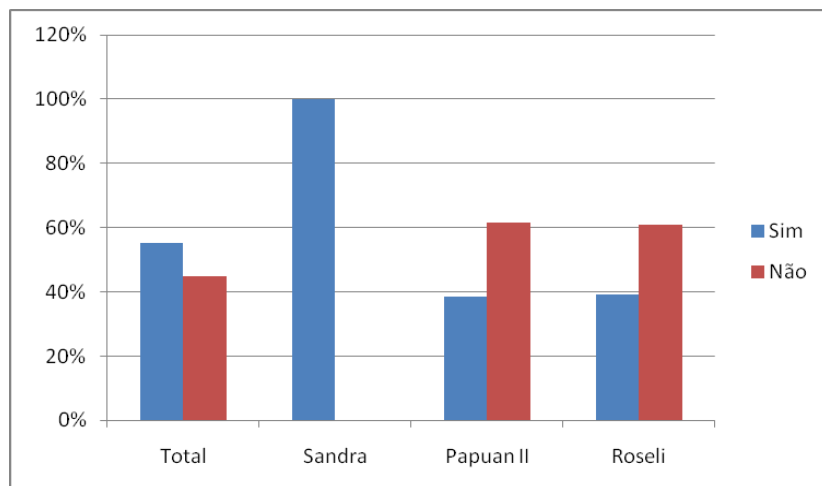


Figura 34 - Mercado que atende a comunidade é do assentamento - dados percentuais.

Fonte: elaborada pelo autor.

Quanto à loja agropecuária que atende a população, 67% responderam que é do assentamento, 31% disseram que não é do assentamento, e 2% não responderam, conforme pode ser evidenciado nas tabelas 34 e 35, e na figura 35. Esta análise, pelos números apresentados, se aproxima da pergunta anterior, referente ao mercado.

Tabela 34 - A loja agropecuária que atende a comunidade é do assentamento - dados absolutos.

A loja agropecuária que atende a comunidade é do assentamento				
Possui	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Sim	33	13	7	13
Não	15	0	6	9
NR	1	0	0	1
Total Geral	49	13	13	23

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 35 - A loja agropecuária que atende a comunidade é do assentamento - dados percentuais.

A loja agropecuária que atende a comunidade é do assentamento				
Possui	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Sim	67%	100%	54%	57%
Não	31%	0%	46%	39%
NR	2%	0%	0%	4%
Total Geral	100%	100%	100%	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

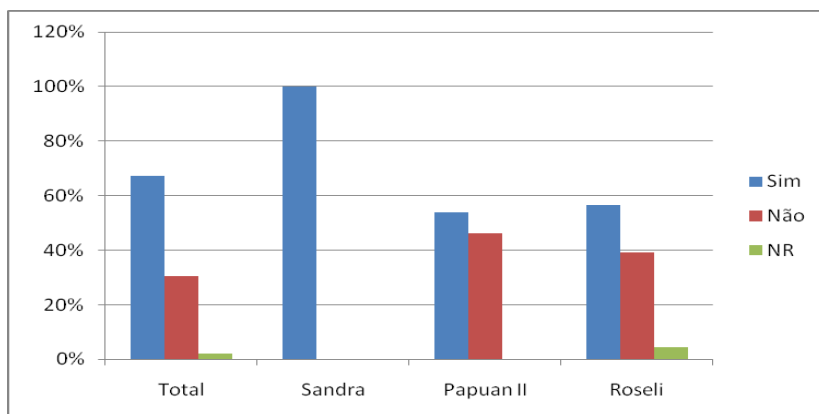


Figura 35 - A loja agropecuária que atende a comunidade é do assentamento - dados percentuais.

Fonte: elaborada pelo autor.

Durante a pesquisa também foram questionados sobre se há salões de festas no assentamento, onde 90% responderam que sim, 6% que não, e 4% não responderam. Se há campo de futebol no assentamento, 69% responderam sim, 22% responderam não, e 8% não responderam. Foi questionado também se o assentamento possui igreja, onde um indivíduo não respondeu e todos os outros responderam que sim. Ao se perguntar se tinham a prática de ir à igreja aos finais de semana, 48 responderam sim, e apenas um respondeu que não. Quando perguntado se todos eram convidados para irem à festas, casamentos, aniversários, 59% responderam que sim, 37% que não e 4% não

responderam. Nesta pergunta destaca-se o assentamento Roseli Nunes, onde 61% responderam não serem nunca convidados para festas (ver tabelas 36 e 37, e figura 36). Estes dados apresentados mostram a integração social que há entre os assentados no assentamento, onde se apresenta com um dado bastante elevado o assentamento Papuan II, seguido pelo assentamento Sandra. O assentamento Roseli Nunes mostrou fragilidades nesse quesito, por ser um assentamento novo e ainda não suficientemente estruturado e integrado.

Tabela 36 - Todos são convidados para as festas - dados absolutos.

Todos são convidados para as festas (aniversário, casamento, etc.)				
Possui	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Sim	29	10	12	7
Não	18	3	1	14
NR	2	0	0	2
Total Geral	13	13	13	23

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 37 - Todos são convidados para as festas - dados percentuais.

Todos são convidados para as festas (aniversário, casamento, etc.)				
Possui	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Sim	59%	77%	92%	30%
Não	37%	23%	8%	61%
NR	4%	0%	0%	9%
Total Geral	100%	100%	100%	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

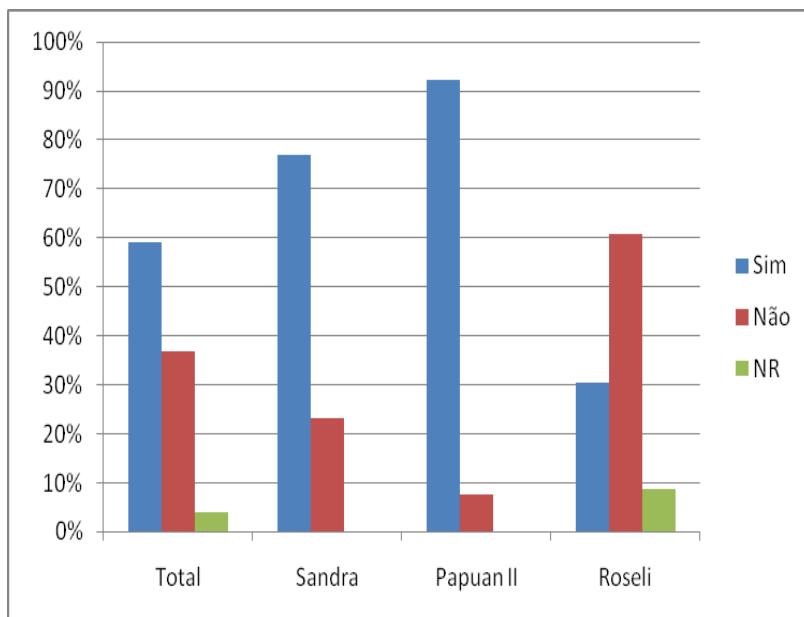


Figura 36 - Todos são convidados para as festas - dados percentuais.

Fonte: elaborada pelo autor.

Outro tema questionado é se o assentamento possuía ou não um código de conduta escrito, sendo que 31% responderam que sim, 47% que não, e 22% não responderam, conforme pode ser percebido nas tabelas 38 e 39, e na figura 37.

Tabela 38 - Código de conduta escrito no assentamento - dados absolutos.

Código de conduta escrito no assentamento				
Possui	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Sim	15	1	7	7
Não	23	10	3	10
NR	11	2	3	6
Total Geral	49	13	13	23

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 39 - Código de conduta escrito no assentamento - dados percentuais.

Código de conduta escrito no assentamento				
Possui	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Sim	31%	8%	54%	30%
Não	47%	77%	23%	43%
NR	22%	15%	23%	26%
Total Geral	100%	100%	100%	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

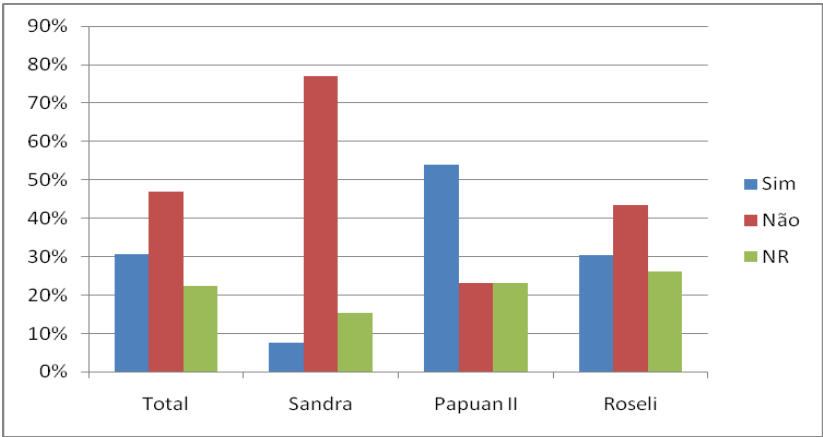


Figura 37 - Código de conduta escrito no assentamento - dados percentuais.

Fonte: elaborada pelo autor.

Na mesma direção e complementando foi perguntado que, mesmo não havendo código de valores por escrito, se haveria valores implícitos praticado no assentamento: 65% responderam que sim, 10% responderam que não, e 24% não responderam (ver tabelas 40 e 41, e figura 38).

No assentamento Sandra, 100% entende que os valores estão implícitos, mesmo não estando escritos. No assentamento Papuan II 77%, enquanto no assentamento Roseli Nunes se mostra mais frágil neste quesito, uma vez que 39% entendem que há um código de conduta, entretanto há de ponderar-se que no Roseli Nunes 20% responderam que não há valores implícitos no assentamento. Um dado

revelador e que pode mostrar a pouca informação contida quanto aos valores praticados, está que 23% do assentamento Papuan II não responderam e 39% do assentamento Roseli Nunes. Enquanto que no assentamento Sandra todos responderam que sim.

Tabela 40 - Código de valores implícito no assentamento - dados absolutos.

Código de valores implícito no assentamento				
Possui	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Sim	32	13	10	9
Não	5	0	0	5
NR	12	0	3	9
Total Geral	49	13	13	23

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 41 - Código de valores implícito no assentamento - dados percentuais.

Código de valores implícito no assentamento				
Possui	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Sim	65%	100%	77%	39%
Não	10%	0%	0%	22%
NR	24%	0%	23%	39%
Total Geral	100%	100%	100%	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

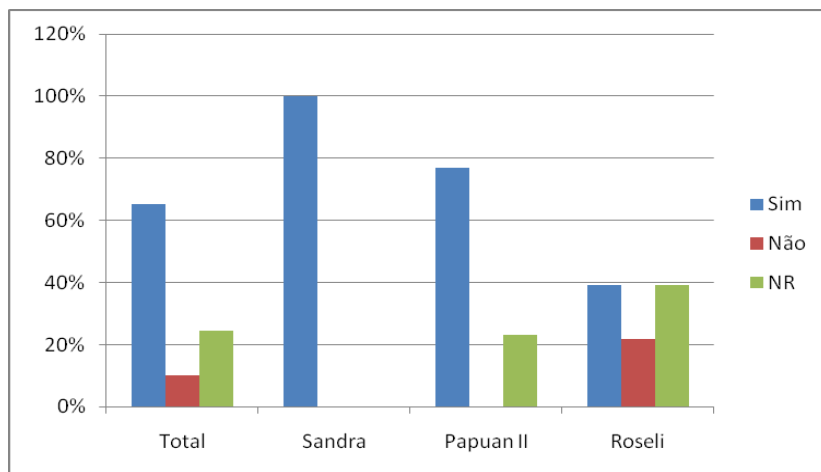


Figura 38 - Código de valores implícito no assentamento - dados percentuais.
Fonte: elaborada pelo autor.

Quando se perguntou sobre a existência de computador na propriedade ligado à internet, 22% responderam que sim e 78% que não. Ao se perguntar para aqueles que tinham computador, se esse era utilizado para negócios do assentamento, 22% responderam que sim, 27% que não, e 51% são os que não possuem computador. Ao serem questionados se possuíam aparelho celular, 82% responderam que sim e 12% responderam que não. Estes dados apontam que a tecnologia da informação e comunicação está se aproximando, mas ainda é incipiente. Ampliando esses instrumentos de comunicação e informação se pode melhorar os indicadores de informação e comunicação do assentamento. Entretanto, não sendo paradoxal, 82% dos respondentes disseram que possuem aparelho celular, o que é um indicativo de utilização de um meio de comunicação atual e de grande utilidade.

Por último foi perguntado se a diretoria presta conta ao assentamento, onde 76% responderam que sim, 14% que não, e 10% não responderam. Esses dados podem ser visualizados nas tabelas 42 e 43, e na figura 39. Pode ser considerado um dado aceitável, especialmente no assentamento Sandra (acima de 90%) e o assentamento Papuan II (85%). O assentamento Roseli Nunes (61%) aponta para a necessidade de trabalhos que permitam maior transparência e participação nas ações dos assentamentos, para que

todos conheçam o que está acontecendo e que a diretoria preste conta dos seus atos.

Tabela 42 - Prestação de contas da diretoria do assentamento - dados absolutos.

Prestação de contas da diretoria do assentamento				
Possui	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Sim	37	12	11	14
Não	7	1	1	5
NR	5	0	1	4
Total Geral	49	13	13	23

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 43 - Prestação de contas da diretoria do assentamento - dados percentuais.

Prestação de contas da diretoria do assentamento				
Possui	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Sim	76%	92%	85%	61%
Não	14%	8%	8%	22%
NR	10%	0%	8%	17%
Total Geral	100%	100%	100%	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

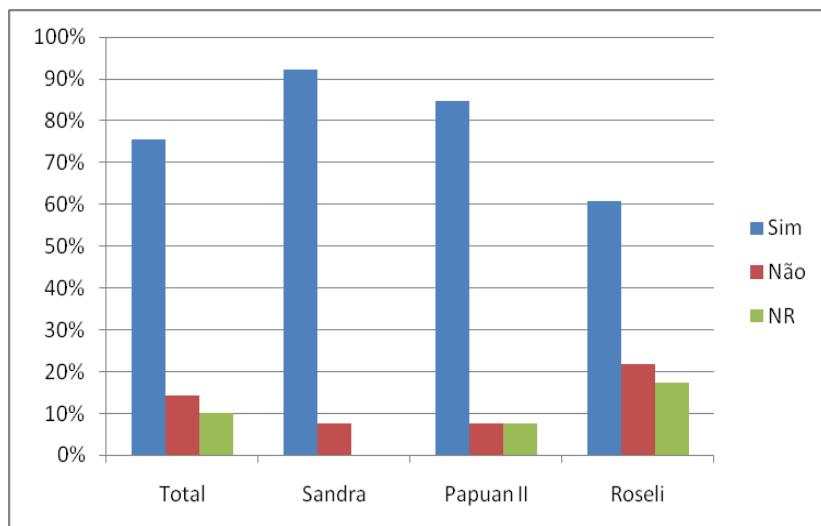


Figura 39 - Prestação de contas da diretoria do assentamento - dados percentuais.

Fonte: elaborada pelo autor.

5.2.3 Considerações finais sobre a caracterização dos assentamentos

Na caracterização dos assentamentos foram identificadas suas características a partir de pesquisa realizada junto a documentos obtidos do VPC/Brasil (2005/2006), recebido das próprias lideranças dos assentados.

Outro ponto relevante foi a apresentação de dados de identificação, como número de famílias, número de residentes em cada propriedade, tamanho do lote, principal fonte de renda, renda bruta mensal, escolaridade do respondente, idade, e tempo de assentamento.

Foram identificadas também, em dados complementares, questões como luz elétrica, água encanada, carro próprio, cavalo como meio de transporte, bois como força motriz, trator, horta, pomar e criações, tanto individuais como coletivas, mercado, loja agropecuária, salão de festas, campo de futebol, igreja, cultos, festas, código de conduta, acesso a internet, telefone celular e prestação de contas do assentamento.

Embora tenham sido percebidas diferenças de níveis, de

compreensão, especialmente o fraco desempenho coletivo, não tem esse capítulo nenhum propósito de juízo de valor a respeito. No próximo capítulo trataremos da teoria examinada e a realidade encontrada.

CAPÍTULO 6 - APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS COLETADOS

6 ANÁLISE DE DADOS

6.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Neste capítulo se apresenta, analisa e discute a parte teórica abordada e a realidade encontrada.

Primeiramente será tratado o conceito de Sorensen e Torfing (2008)³¹ apud Denhardt (2012), conforme evidenciado no recorte teórico e na revisão bibliográfica. Na segunda parte deste primeiro momento serão tratados os cinco princípios fundamentais da governança de Gomides e Silva (2009): transparência, participação, responsabilidade, eficácia e coerência.

No segundo momento trataremos do grau de confiança que os pesquisados atribuem aos diferentes atores com os quais se relacionam.

No terceiro momento serão abordadas questões envolvendo comprometimento, consenso, responsabilidade, consulta familiar, respeito à opinião, confiança nos vizinhos, proteção ao meio ambiente, flexibilidade e cooperação, e se as informações geradas são comunicadas a todos os membros do assentamento.

No quarto e último momento, com abordagem eminentemente qualitativa, serão apresentadas as percepções dos assentados com relação aos seguintes quesitos: o que ajuda a unir ou a desunir o assentamento, quais os atores com os quais se relacionam, o que é mais importante para que o assentamento funcione bem; e sugestões apresentadas para melhorar o assentamento. Por último são transcritas e comentadas quando necessário as manifestações dos pesquisados com relação a sua evolução social e econômica desde a conquista do lote até os dias atuais.

³¹ Embora adotado o conceito de Sorensen e Torfing (2008) apresentado por Denhardt (2012), consultamos também o livro de Sorensen e Torfing: *Theories of Democratic Network Governance*.

6.2 ABORDAGEM DE SORENSEN E TORFING

6.2.1 Articulação horizontal

Quando perguntado: há articulação entre os assentados mas com respeito e independência de cada um, as respostas obtidas utilizando a escala de Likert apresentou uma média ponderada de 71% para o assentamento Sandra, 62% para o assentamento Papuan II, e 69% para o assentamento Roseli Nunes. A média geral ponderada nesta pergunta foi de 67%. Embora com pequenas diferenças o assentamento Sandra apresentou um melhor indicador. O resultado geral a esta pergunta, o qual pode ser lido como média ponderada de 67%, não significa que 67% das famílias considerem que há articulação entre os assentados, mas com respeito e independência a cada um.

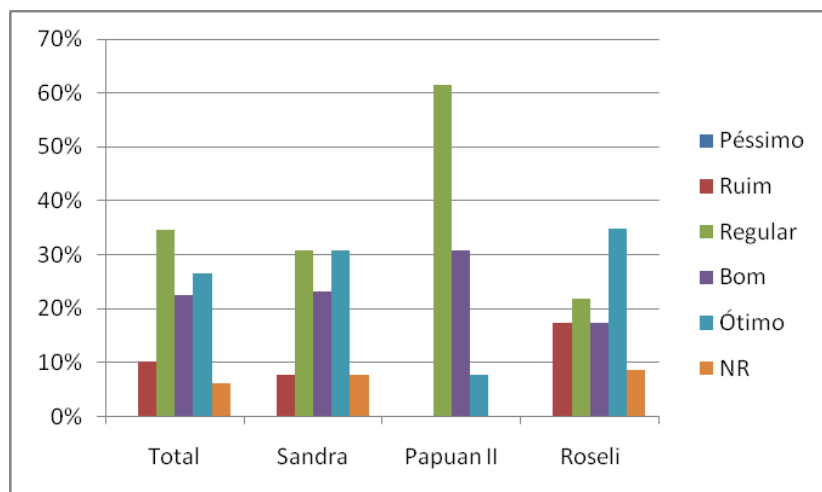


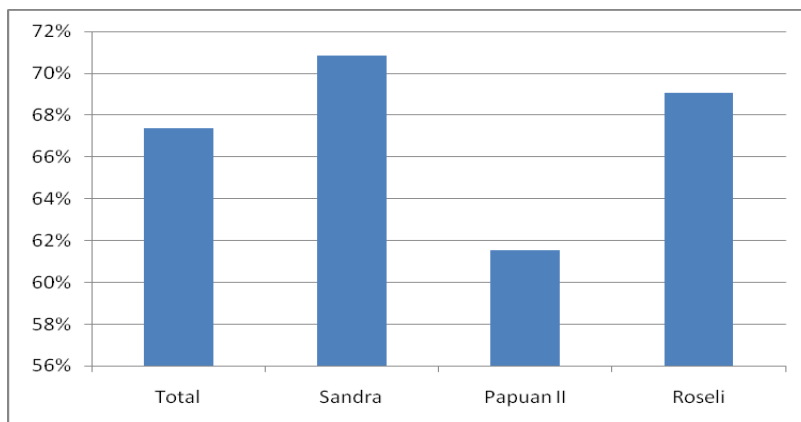
Figura 40 - Articulação horizontal.

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 44 - Média ponderada - articulação horizontal.

Média ponderada da Articulação			
Total	Sandra	Papuan II	Roseli
67%	71%	62%	69%

Fonte: elaborada pelo autor.

**Figura 41** - Média ponderada - articulação horizontal.

Fonte: elaborada pelo autor.

6.2.2 Decisões com negociações

Na sequência foi perguntado se as decisões acontecem por meio de negociações, as respostas, utilizando os mesmos critérios da pergunta anterior, foram: 63% para o assentamento Sandra, 77% para o assentamento Papuan II, e 65% para o assentamento Roseli Nunes. Embora os valores resultantes se apresentem próximos se percebe um melhor resultado no assentamento Papuan II. Portanto, a resposta geral pode ser lida como média ponderada de 65%. Isto não significa que 65% das famílias consideram que as decisões acontecem por meio de negociações.

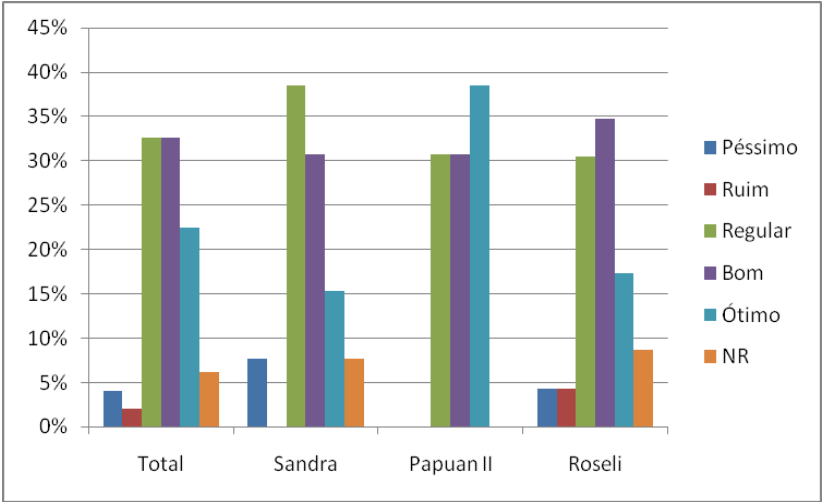


Figura 42 - Decisões com negociações.
Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 45 - Média ponderada - decisões com negociações.

Média ponderada				
	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Negociação	68%	63%	77%	65%

Fonte: elaborada pelo autor.

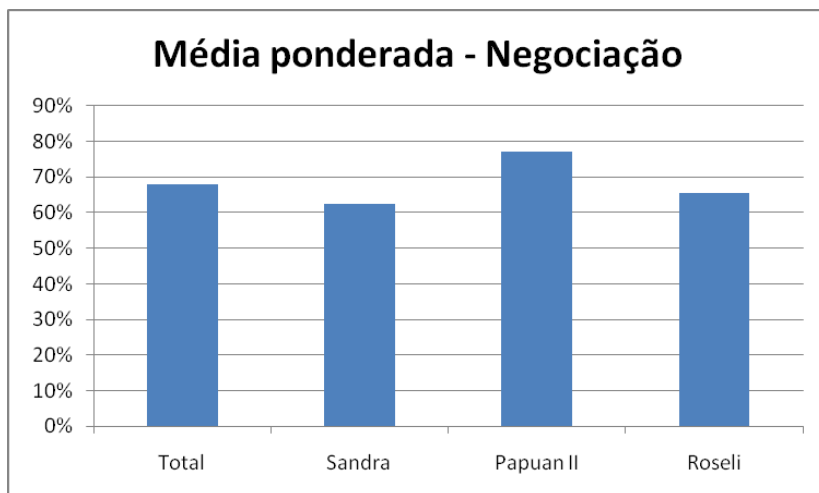


Figura 43 - Média ponderada - decisões com negociações.

Fonte: elaborada pelo autor.

6.2.3 Normas comuns

Na pergunta se as negociações ocorrem dentro de normas comuns as respostas foram: 60% para o assentamento Sandra, 67% para o assentamento Papuan II, e 64% para o assentamento Roseli Nunes. Percebe-se, neste caso, a resposta mais alta para o assentamento Papuan II.

As negociações ocorrem dentro de normas comuns, pode ser lida com uma média geral ponderada de 64%. Isto não significa que 64% das famílias considerem que as negociações ocorram dentro de normas comuns.

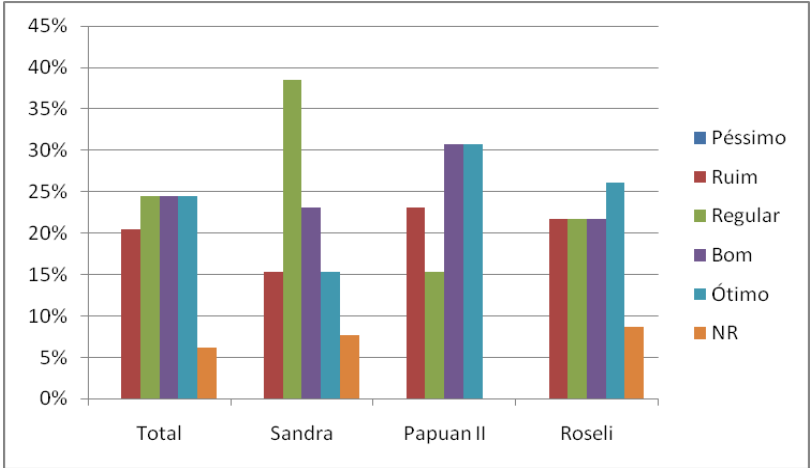


Figura 44 - Normas comuns.
Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 46 - Média ponderada - normas comuns.

Média ponderada				
	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Normas comuns	64%	60%	67%	64%

Fonte: elaborada pelo autor.

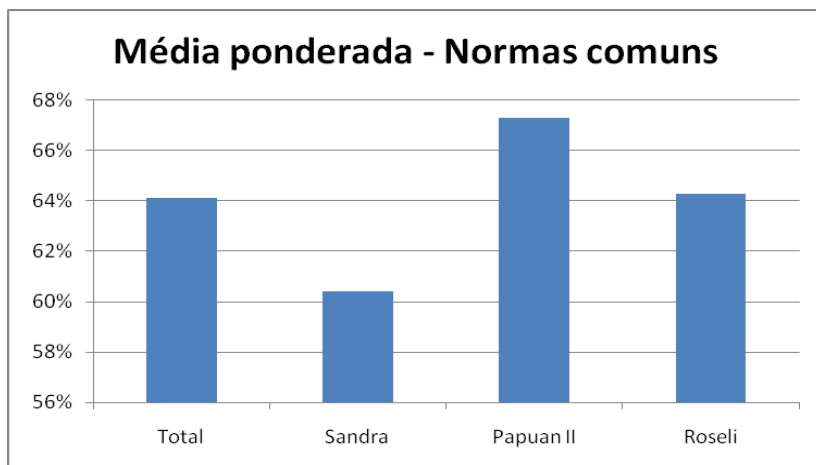


Figura 45 - Média ponderada - normas comuns.

Fonte: elaborada pelo autor.

6.2.4 Normas externas

Quando se perguntou se as normas de negociação são estabelecidas por mecanismos externos obteve-se o seguinte resultado: 44% no assentamento Sandra, 63% no assentamento Papuan II, e 54% no assentamento Roseli Nunes. Esta pergunta pode ser lida como uma média geral ponderada de 54%, pode-se entender, portanto, que as decisões que acontecem por negociações dentro de normas comuns são estabelecidas em 54% por mecanismos externos. Isso não significa que 46% das famílias consideram que as normas são estabelecidas por mecanismos internos.

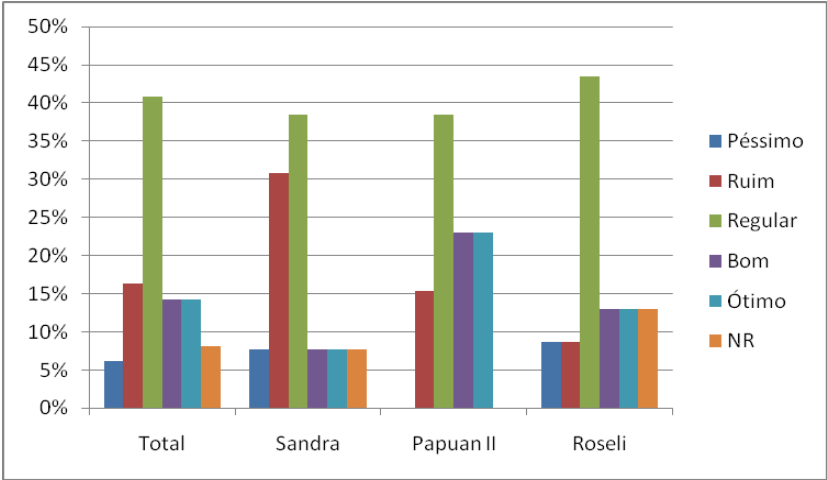


Figura 46 - Normas externas.

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 47 - Média ponderada - normas externas.

Média ponderada				
	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Normas externas	54%	44%	63%	54%

Fonte: elaborada pelo autor.

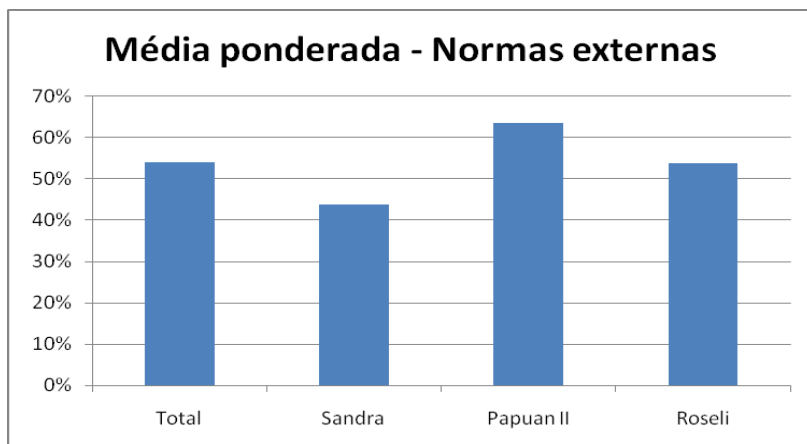


Figura 47 - Média ponderada - normas externas.

Fonte: elaborada pelo autor.

6.2.5 Todos contribuem

A pergunta seguinte foi: todos contribuem para um mesmo propósito? 58% da média ponderada do assentamento Sandra concordaram com a pergunta, 58% do assentamento Papuan II, e 80% do assentamento Roseli Nunes. Isto significa que nesta questão o assentamento Roseli Nunes se destaca dos demais. Há que ponderar que este é o assentamento mais novo dos pesquisados, podendo ser este um fato a contribuir com indicador alto.

Considerando a média ponderada dos três assentamentos a contribuição de todos para o mesmo propósito é de 63%, isto não significa que 63% das famílias considerem que todos contribuem para a produção do mesmo propósito.

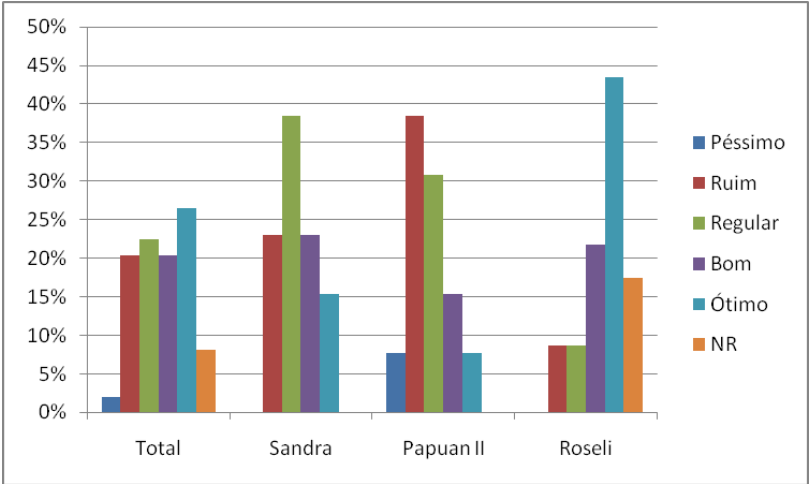


Figura 48 - Todos Contribuem.

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 48 - Média ponderada - todos contribuem.

Média ponderada				
	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Todos contribuem	63%	58%	44%	80%

Fonte: elaborada pelo autor.

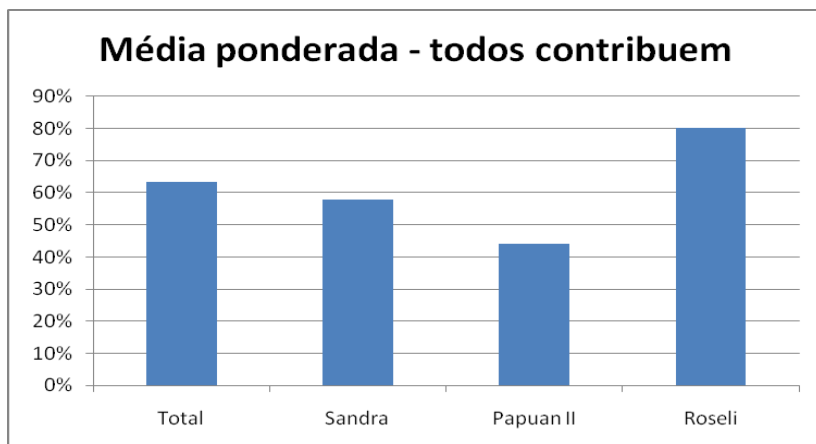


Figura 49 - Média ponderada – todos contribuem.

Fonte: elaborada pelo autor.

6.3 PRINCÍPIOS DA GOVERNANÇA

Além do conceito de Sorensen e Torfing (2008) apud Denhard (2012) foram também examinados os cinco princípios fundamentais da boa governança, apontado por Gomides e Silva (2009) que são: transparência, participação, responsabilidade, eficácia e coerência. Neste caso entende-se coerência como o interesse familiar nas decisões do assentamento.

6.3.1 Transparência

Ao serem questionados se o princípio da transparência estava presente, 52% do assentamento Sandra concordou, 46% do assentamento Papuan II, e 68% do assentamento Roseli Nunes. Pode-se perceber que a transparência é percebida de uma forma melhor pelo assentamento Roseli Nunes. A média ponderada da transparência foi de 57%, sendo que isto não significa que 57% das famílias consideram que há transparência.

Tabela 49 - Média ponderada - transparência.

Média ponderada				
	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Transparência	57%	52%	46%	68%

Fonte: elaborada pelo autor.

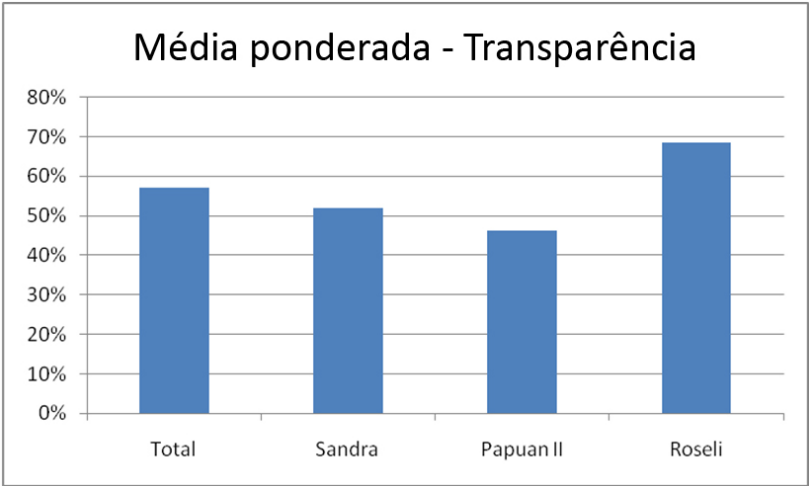


Figura 50 - Média ponderada - transparência.

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 50 - Transparência.

Transparência =		57%
Transp.	Famílias	Percentual
0%	3	6%
25%	7	14%
50%	18	37%
75%	8	16%
100%	9	18%
NR	4	8%
Total Geral	49	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

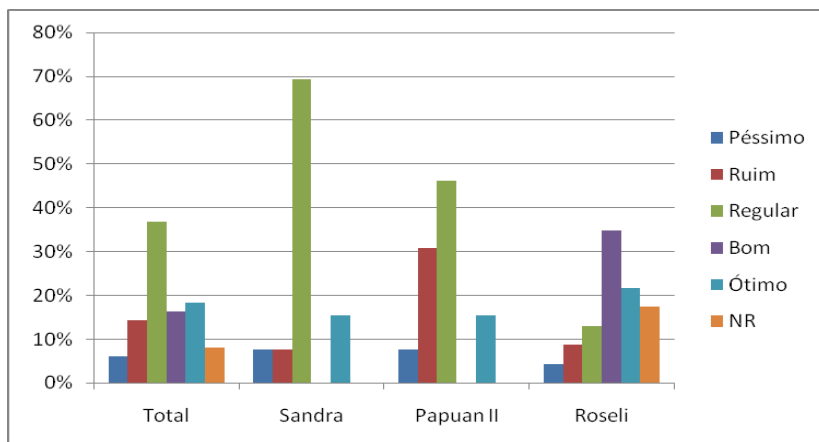


Figura 51 - Transparência.

Fonte: elaborada pelo autor.

6.3.2 Participação

Ao ser questionado se você é convidado para participar das decisões, 44% do assentamento Sandra concordou, 54% do assentamento Papuan II, e 70% do Roseli Nunes. Mais uma vez destaca-se com maior média ponderada de percepção da participação do assentamento Roseli Nunes. Destaca-se que a média ponderada geral da participação nas decisões é de 58%. Isso não significa que 42% das famílias não participem das negociações.

Tabela 51 - Média ponderada - participação.

Média ponderada				
	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Participação	58%	44%	54%	70%

Fonte: elaborada pelo autor.

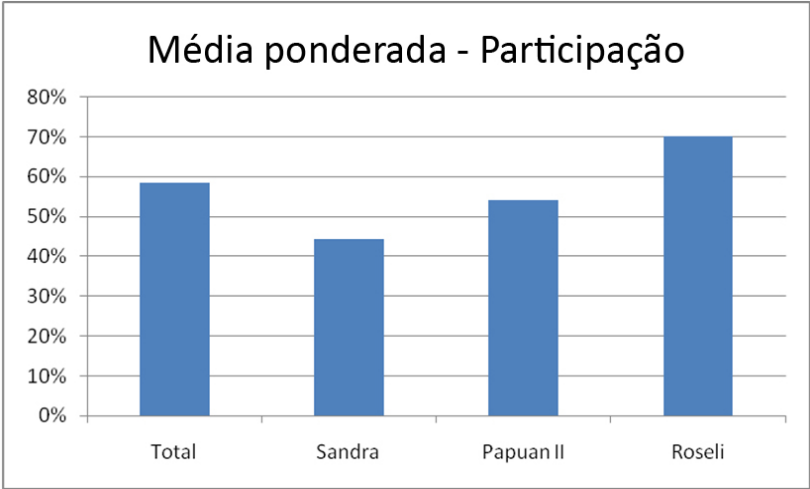


Figura 52 - Média ponderada - participação.
Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 52 - Participação.

Convidado para decisões =		58%
Convidado	Famílias	Percentual
0%	6	12%
25%	6	12%
50%	10	20%
75%	13	27%
100%	10	20%
NR	4	8%
Total Geral	49	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

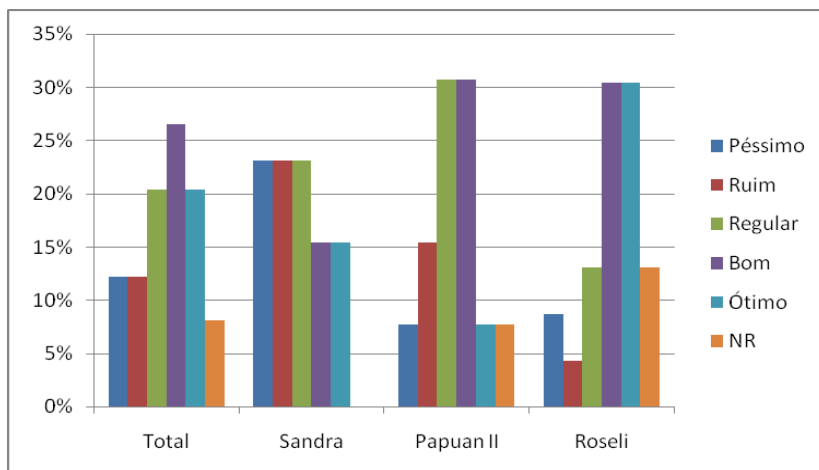


Figura 53 - Participação.

Fonte: elaborada pelo autor.

6.3.3 Responsabilidade

Perguntado se você se sente responsável pelo seu assentamento, 87% do assentamento Sandra concordaram, 71% do assentamento Papuan II concordaram, e 81% do assentamento Roseli Nunes. Neste princípio destaca-se o assentamento Sandra, onde a média ponderada da responsabilidade pessoal pelo assentamento é de 87% e a média geral é de 80%. Isso não significa que os 20% restantes sejam irresponsáveis ou que não tenham responsabilidade. Pode-se entender que, ao você se sentir responsável pelo seu assentamento você manifesta seu sentimento de pertencimento.

Tabela 53 - Média ponderada - responsabilidade.

Média ponderada				
	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Responsabilidade	80%	87%	71%	81%

Fonte: elaborada pelo autor.

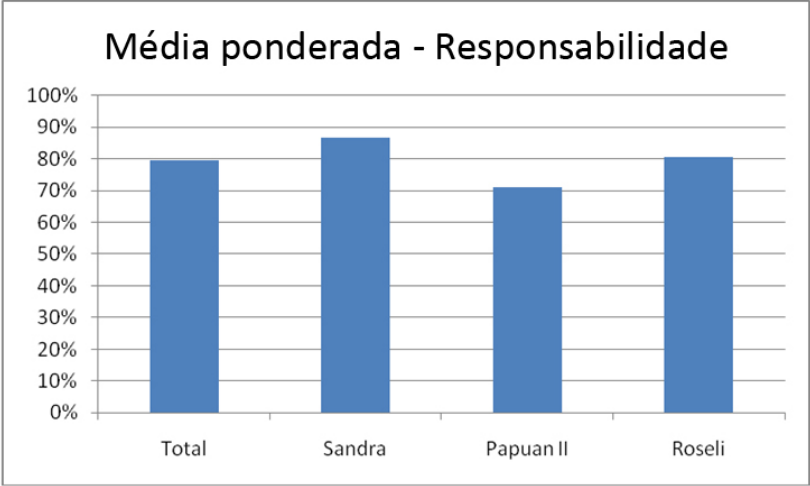


Figura 54 - Média ponderada - responsabilidade.
Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 54 - Responsabilidade.

Responsabilidade pessoal =		80%
Pessoal	Famílias	Percentual
0%	1	2%
25%	2	4%
50%	7	14%
75%	15	31%
100%	23	47%
NR	1	2%
Total Geral	49	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

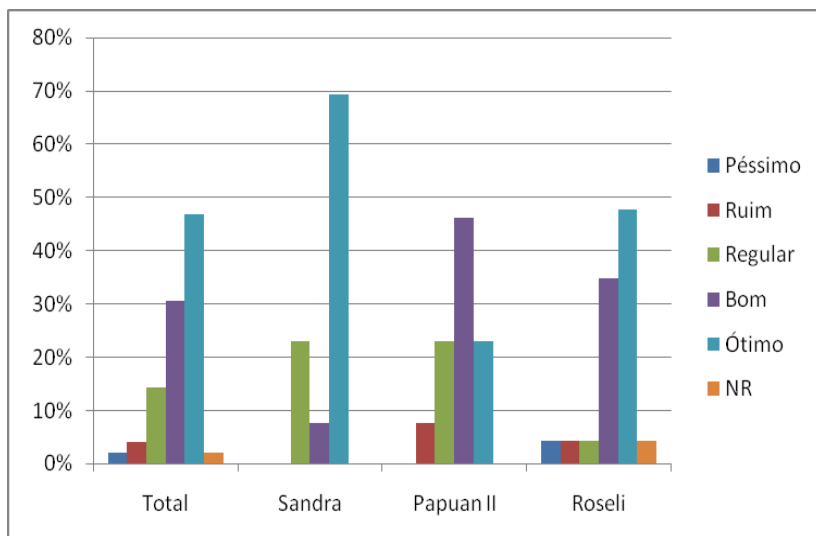


Figura 55 - Responsabilidade.

Fonte: elaborada pelo autor.

6.3.4 Eficácia

Ao se perguntar se as decisões definidas em assembleia do assentamento apresentam resultados, 60% do assentamento Sandra concordaram, 69% do assentamento Papuan II, e 56% do assentamento Roseli Nunes. A média ponderada da eficácia é da ordem de 61%, neste princípio o assentamento Papuan II se destacou com a média ponderada maior (69%). Isso não significa que 61% das famílias considerem que a eficácia seja um valor presente.

Tabela 55 - Média ponderada - eficácia.

	Média ponderada			
	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Eficácia	61%	60%	69%	56%

Fonte: elaborada pelo autor.

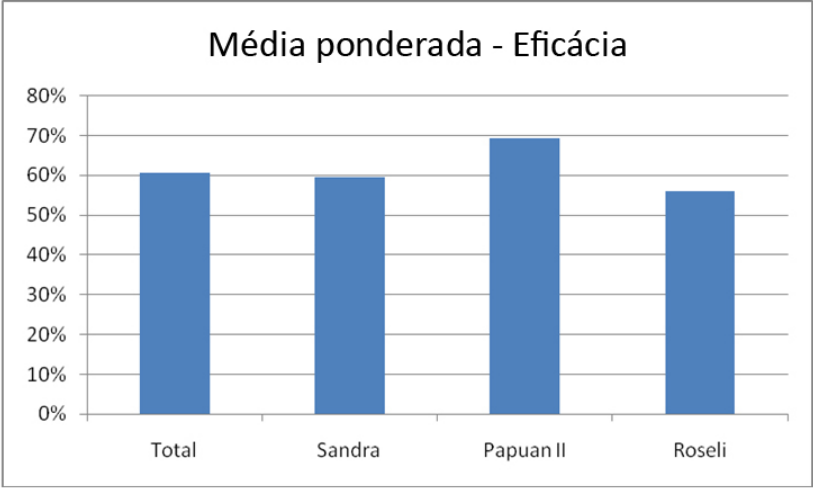


Figura 56 - Média ponderada - eficácia.
Fonte: elaborada pelo autor

Tabela 56 - Eficácia.

Eficácia da Assembléia =		61%
Assembléia	Famílias	Percentual
0%	2	4%
25%	8	16%
50%	12	24%
75%	18	37%
100%	7	14%
NR	2	4%
Total Geral	49	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

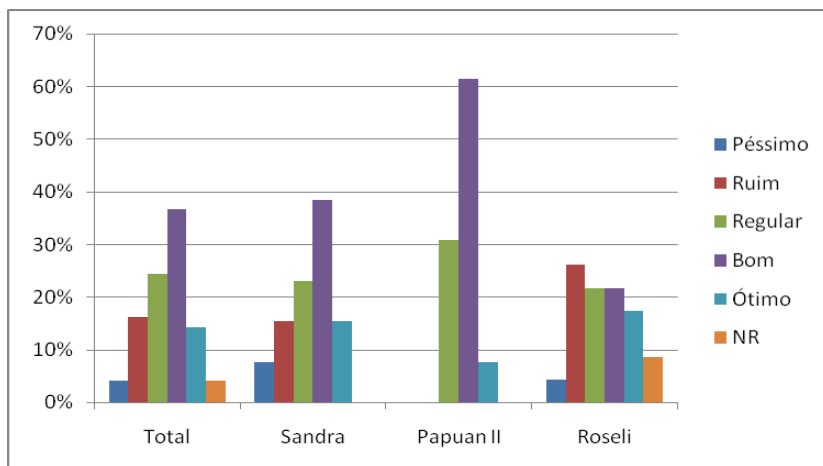


Figura 57 - Eficácia.

Fonte: elaborada pelo autor

6.3.5 Coerência

Ao se perguntar você percebe que as decisões do assentamento são de interesse da sua família, ou seja, que haja coerência entre as decisões do assentamento e os desejos da família, 77% do assentamento Sandra concordaram, 75% do assentamento Papuan II, e 69% do assentamento Roseli Nunes. A média ponderada deste princípio para todos os assentamentos é de 73%. Isso não significa que a média ponderada de 73% das famílias consideram que a coerência seja um valor presente. O assentamento Sandra é que apresenta melhor resultado.

Tabela 57 - Média ponderada - coerência.

Média ponderada				
	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Coerência	73%	77%	75%	69%

Fonte: elaborada pelo autor.

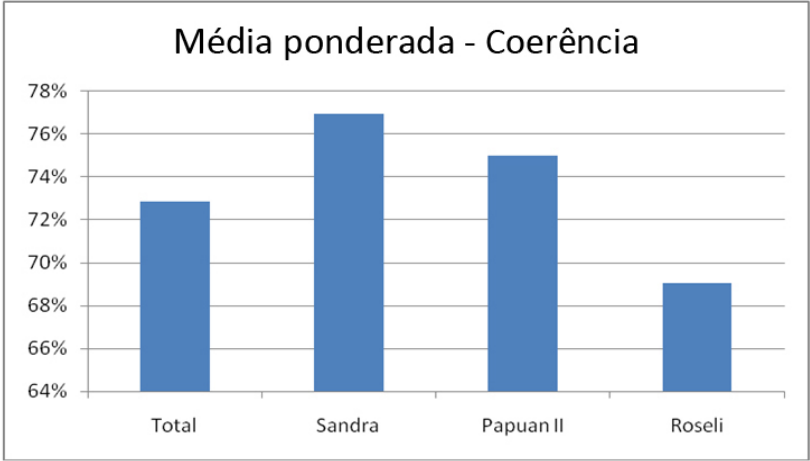


Figura 58 - Média ponderada - coerência.
Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 58 - Coerência.

Assentamento X família =		73%
Família	Famílias	Percentual
0%	1	2%
25%	2	4%
50%	15	31%
75%	11	22%
100%	18	37%
NR	2	4%
Total Geral	49	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

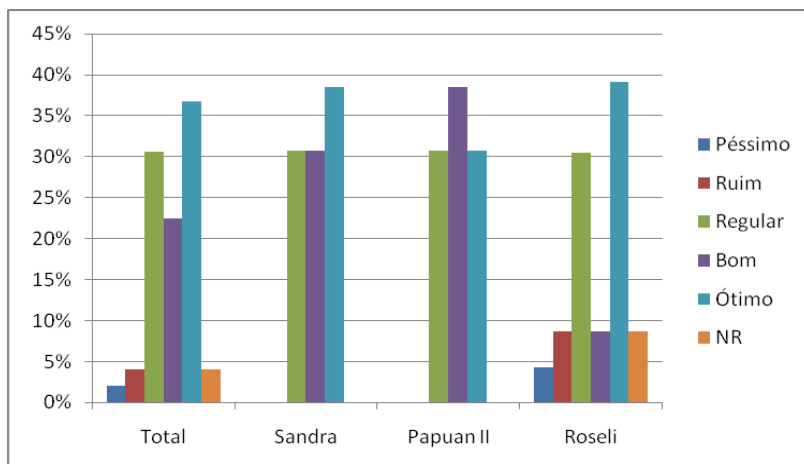


Figura 59 - Coerência.

Fonte: elaborada pelo autor.

6.4 CONCEITO DE GOVERNANÇA EM SORENSEN E TORFING E PRINCÍPIOS DA GOVERNANÇA EM GOMIDES E SILVA

Ao analisar os elementos que sustentam o conceito de Sorensen e Torfing (2008) apud Denhardt (2012) e dos princípios fundamentais da governança de Gomides e Silva (2009) apresenta-se um quadro resumo onde pode ser visualizado que a responsabilidade pessoal, que permite entender a ideia de pertencimento é o elemento melhor avaliado no conjunto dos três assentamentos.



Figura 60 - Conceito de governança - todos.

Fonte: elaborada pelo autor.

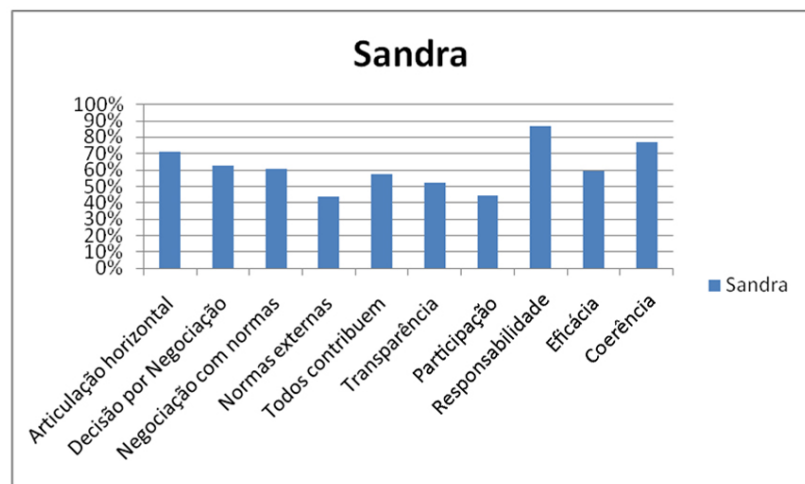


Figura 61 - Conceito de governança - Sandra.

Fonte: elaborada pelo autor.

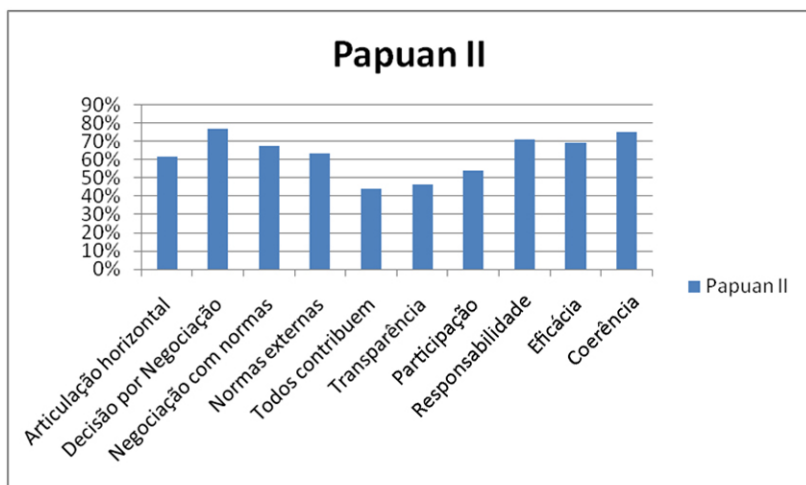


Figura 62 - Conceito de governança - Papuan II.

Fonte: elaborada pelo autor.

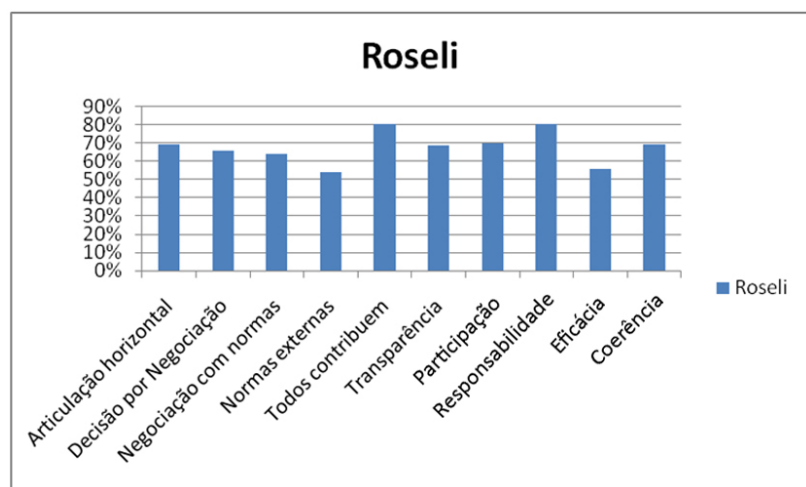


Figura 63 - Conceito de governança - Roseli Nunes.

Fonte: elaborada pelo autor.

Ao final apresenta-se o diagrama de radar com a percepção de todos os assentamentos sobre os valores deste momento, em ordem do

melhor avaliado para o pior avaliado.

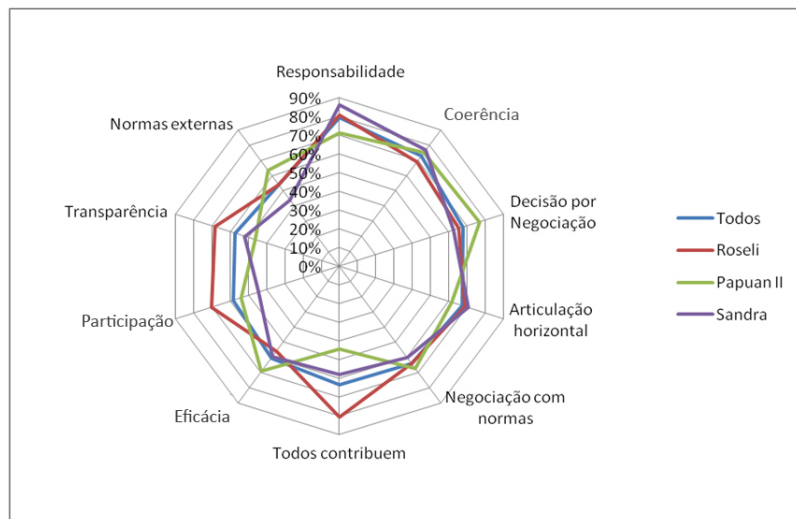


Figura 64 - Conceito de governança e princípios da governança - diagrama radar.

Fonte: elaborada pelo autor.

A figura 64 resume a percepção por assentamento do conceito de governança e dos princípios da boa governança. Note-se que o princípio da responsabilidade, entendido esse como o sentimento de pertencer ao assentamento, juntamente com a coerência, identificado pelo interesse das decisões do assentamento e o interesse da família, são os que apresentam os mais altos indicadores, enquanto que a pergunta se as normas são estabelecidas por mecanismos externos e o princípio da transparência apresenta um indicador de menor percepção. Isso significa que a responsabilidade e a coerência são valores fortemente percebidos pelos pesquisados.

6.5 A IMPORTÂNCIA DA CONFIANÇA

Na construção da governança, a flexibilidade (a ser avaliada mais adiante), a participação (já avaliada) e a confiança são elementos chaves.

No momento inicial já foram medidos os indicadores de participação (figuras 60, 61, 62, 63 e 64), a flexibilidade é o elemento necessário, pois permite trabalhar-se num ambiente de instabilidade, contradição e conflito (tabelas 163 e 164, e figura 133), sem entender o conceito da flexibilidade dificilmente se chegará à cooperação. Tanto no ambiente da flexibilidade quanto da participação o elemento confiança se torna absolutamente necessário para a construção da governança e tendo como pilar principal o capital social. Segundo Marteletto e Silva (2004) o capital social é constituído pelo conjunto das características da organização social, como confiança, normas e sistemas que contribuem para aumentar a efetividade da sociedade. Por exemplo, segue Marteletto e Silva (2004), um grupo cujo os membros demonstrassem confiabilidade e que depositem ampla confiança uns nos outros é capaz de realizar muito mais do que os grupos que careçam de confiabilidade e confiança. Marteletto e Silva (2004) citam James e Coleman, e ratificando esta posição Santos e Rocha (2011), seguindo Fukuyama (2001) “capital social é o conjunto de valores ou normas informais partilhados por membros de um grupo que lhes permite cooperar (e confiar) entre si”. Também, Santos e Rocha (2011) deixam claro: “confiança parece ser a medida de capital social mais largamente utilizada, embora não a única, e longe de ser a ideal”. Seguindo estas ideias foi eleito um conjunto de atores que se relacionam diretamente e indiretamente entre si e com os assentados e por isso optamos por medir segundo critério estabelecido para essa investigação o nível de confiança dos assentados, com relação aos demais atores identificados.

Para medir o grau de confiança foram definidos 29 atores, tendo sido citados mais alguns pelos próprios entrevistados. Utilizou-se como elemento de pesquisa os valores 0 (não confio), 5 (inseguro) e 10 (confio totalmente).

6.5.1 Conselho Comunitário

O conselho comunitário reuniu um grau de confiança de 71% para o assentamento Sandra, 85% para o assentamento Papuan II, e 59% para o assentamento Roseli Nunes. Tendo como média ponderada 69%. Percebe-se que no conselho comunitário do assentamento Roseli Nunes há uma avaliação menor, e no assentamento Sandra maior. Isso não significa que 69% das famílias considerem o conselho comunitário como de confiança.

Tabela 59 - Média ponderada - conselho comunitário.

Média ponderada - Conselho Comunitário				
	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Confiança	69%	71%	85%	59%

Fonte: elaborada pelo autor.

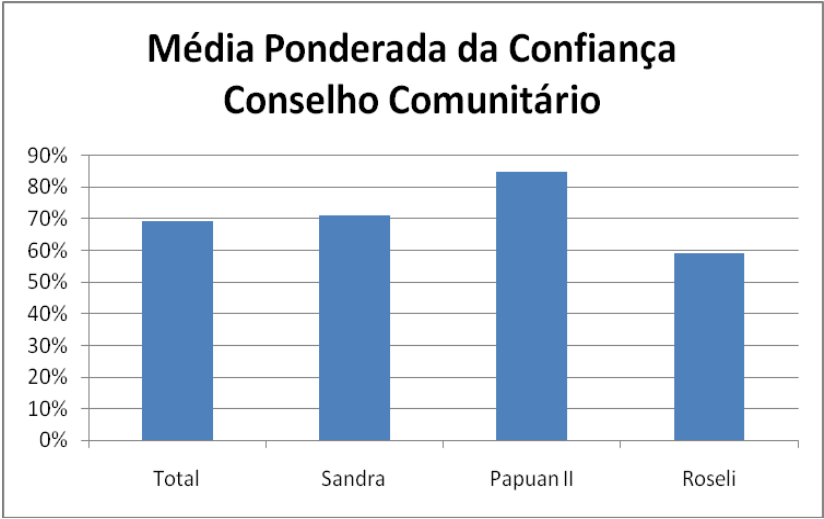


Figura 65 - Média ponderada - conselho comunitário.

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 60 - Valores absolutos - conselho comunitário - dados gerais.

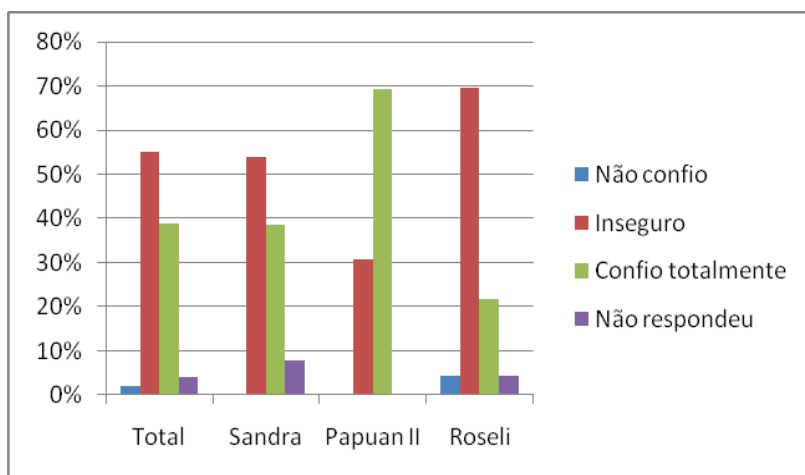
Conselho Comunitário				
Nível de confiança	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Não confio	1	0	0	1
Inseguro	27	7	4	16
Confio totalmente	19	5	9	5
Não respondeu	2	1	0	1
Total	49	13	13	23

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 61 - Valores percentuais - conselho comunitário - dados gerais.

Conselho Comunitário				
Nível de confiança	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Não confio	2%	0%	0%	4%
Inseguro	55%	54%	31%	70%
Confio totalmente	39%	38%	69%	22%
Não respondeu	4%	8%	0%	4%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

**Figura 66** - Valores percentuais - conselho comunitário - dados gerais.

Fonte: elaborada pelo autor.

6.5.2 Câmara de vereadores

A câmara de vereadores teve uma avaliação de apenas 15% no assentamento Sandra, 27% no assentamento Papuan II, e 33% no assentamento Roseli Nunes. A média geral ponderada é de 27% de confiança na câmara de vereadores. Isso não significa que 73% das famílias considerem que a câmara de vereadores não merece confiança.

Há que examinar quais são os problemas de relacionamento que implicam neste resultado tão desfavorável. Portanto, na geração do

capital social a relação dos assentamentos pesquisados com a câmara de vereadores se encontra prejudicado, merecendo por isso ações de aproximação.

O detalhamento dos dados é apresentado a seguir.

Tabela 62 - Média ponderada - câmara de vereadores.

Média ponderada - Câmara de Vereadores				
	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Confiança	27%	15%	27%	33%

Fonte: elaborada pelo autor.

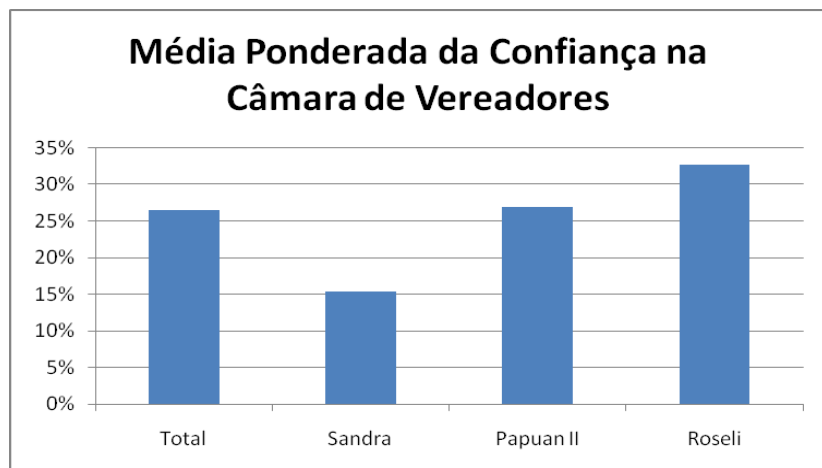


Figura 67 - Média ponderada - câmara de vereadores.

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 63 - Valores absolutos - câmara dos vereadores - dados gerais.

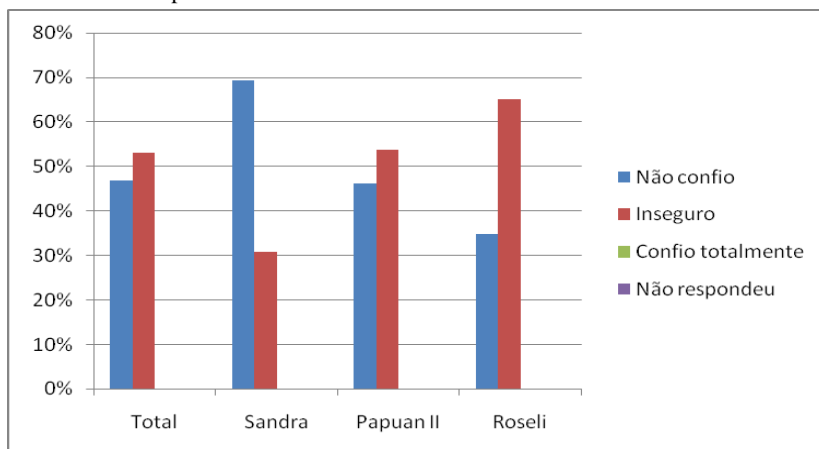
Câmara de Vereadores				
Nível de confiança	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Não confio	23	9	6	8
Inseguro	26	4	7	15
Confio totalmente	0	0	0	0
Não respondeu	0	0	0	0
Total	49	13	13	23

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 64 - Valores percentuais - câmara dos vereadores - dados gerais.

Câmara de Vereadores				
Nível de confiança	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Não confio	47%	69%	46%	35%
Inseguro	53%	31%	54%	65%
Confio totalmente	0%	0%	0%	0%
Não respondeu	0%	0%	0%	0%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

**Figura 68** - Valores percentuais - câmara dos vereadores - dados gerais.

Fonte: elaborada pelo autor.

6.5.3 Prefeitura Municipal

A prefeitura municipal de Abelardo Luz teve um nível de confiança percebido pela pesquisa de 54% para o assentamento Sandra, 50% para o assentamento Papuan II, e 43% para o assentamento Roseli Nunes. A média geral de aprovação foi de 48% de confiança. Pode-se fazer uma observação que o assentamento que pior avaliou a confiança no governo municipal foi o Roseli Nunes. O que melhor avaliou foi o assentamento Sandra, porém sem diferença significativa. Há uma certa coerência na avaliação da prefeitura municipal por parte dos três assentamentos, pois os indicadores se aproximam. Há de se considerar

que embora esteja dentro da avaliação regular, em se tratando do poder público municipal, cujas ações impactam diretamente nos assentamentos, é de se esperar uma melhor avaliação de confiança. Isso não significa que a média ponderada de confiança de 48%, das famílias consultadas, seja o real³².

Tabela 65 - Média ponderada - governo municipal.

Média ponderada - Governo Municipal				
	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Confiança	48%	54%	50%	43%

Fonte: elaborada pelo autor.

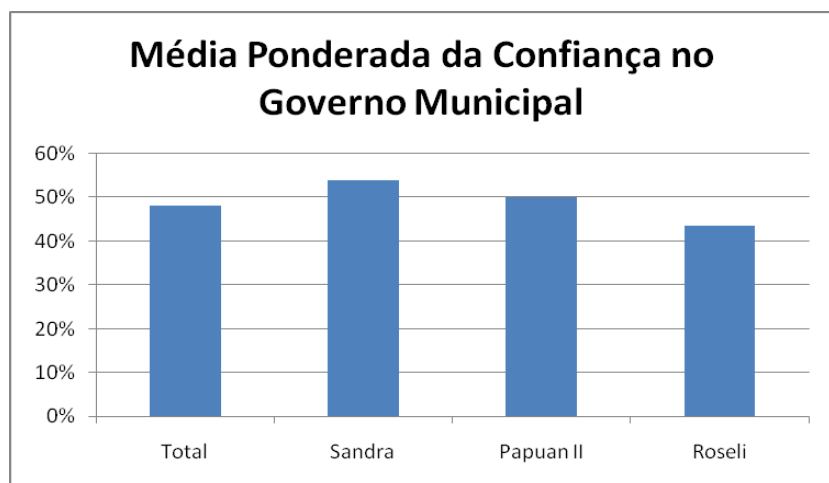


Figura 69 - Média ponderada - governo municipal.

Fonte: elaborada pelo autor.

³² Doravante, todas as médias ponderadas de confiança nos demais atores pesquisados não significa que seja o valor real considerado pelas famílias.

Tabela 66 – Valores absolutos - governo municipal - dados gerais.

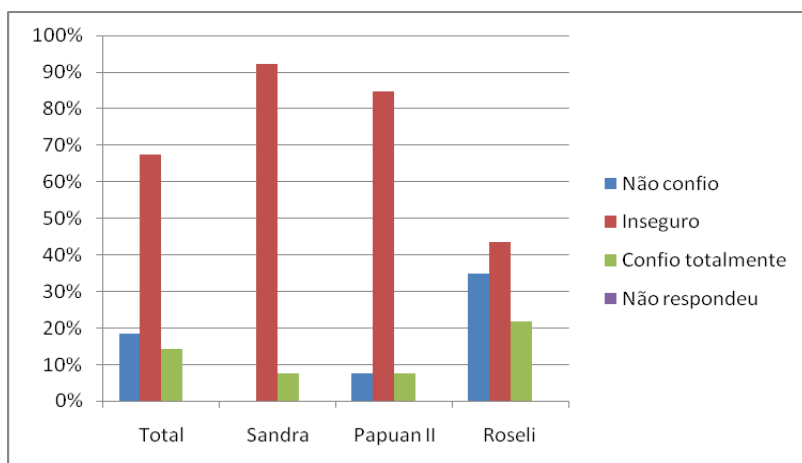
Governo Municipal				
Nível de confiança	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Não confio	9	0	1	8
Inseguro	33	12	11	10
Confio totalmente	7	1	1	5
Não respondeu	0	0	0	0
Total	49	13	13	23

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 67 - Valores percentuais - governo municipal - dados gerais.

Governo Municipal				
Nível de confiança	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Não confio	18%	0%	8%	35%
Inseguro	67%	92%	85%	43%
Confio totalmente	14%	8%	8%	22%
Não respondeu	0%	0%	0%	0%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

**Figura 70** - Valores percentuais - governo municipal - dados gerais.

Fonte: elaborada pelo autor.

6.5.4 Governo Estadual

O governo do estado teve avaliado seu nível de confiança em 23% pelo assentamento Sandra, 46% pelo assentamento Papuan II, e 54% pelo assentamento Roseli Nunes, tendo uma média geral de confiança de 44%. Semelhante com a prefeitura o governo do estado também não tem uma boa avaliação segundo resultado das respostas obtidas com os assentados pesquisados.

Tabela 68 - Média ponderada - governo estadual.

Média ponderada - Governo Estadual				
	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Confiança	44%	23%	46%	54%

Fonte: elaborada pelo autor.

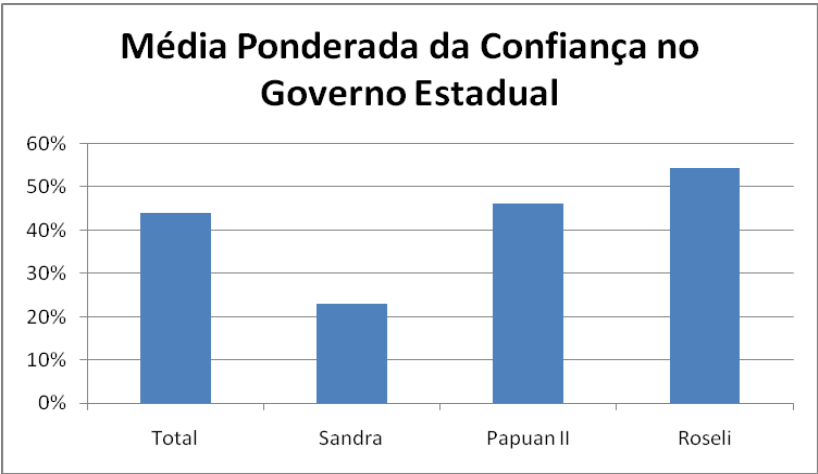


Figura 71 - Média ponderada - governo estadual.

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 69 - Valores absolutos - governo estadual - dados gerais.

Governo Estadual				
Nível de confiança	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Não confio	15	7	3	5
Inseguro	25	6	8	11
Confio totalmente	9	0	2	7
Não respondeu	0	0	0	0
Total	49	13	13	23

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 70 - Valores percentuais - governo estadual - dados gerais.

Governo Estadual				
Nível de confiança	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Não confio	31%	54%	23%	22%
Inseguro	51%	46%	62%	48%
Confio totalmente	18%	0%	15%	30%
Não respondeu	0%	0%	0%	0%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

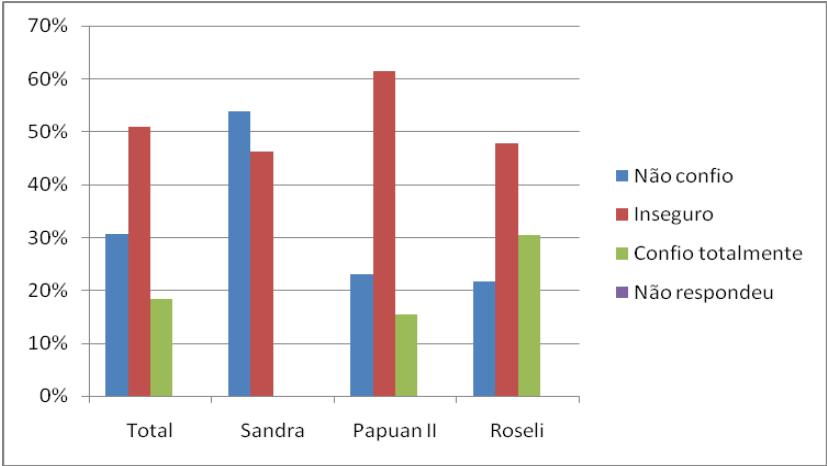


Figura 72 - Valores percentuais - governo estadual - dados gerais.
Fonte: elaborada pelo autor.

6.5.5 Governo Federal

O governo federal teve o nível de confiança identificado pela pesquisa no assentamento Sandra na ordem de 73%; no Papuan II de 62%, e no assentamento Roseli Nunes de 67%, dando uma média geral ponderada de confiança de 67%. Destaca-se que diferente da câmara de vereadores, da prefeitura municipal, e do governo estadual, o governo federal teve uma melhor avaliação nos três assentamentos. Pode-se considerar uma média ponderada aceitável.

Tabela 71 - Média ponderada - governo federal.

Média ponderada - Governo Federal				
	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Confiança	67%	73%	62%	67%

Fonte: elaborada pelo autor.

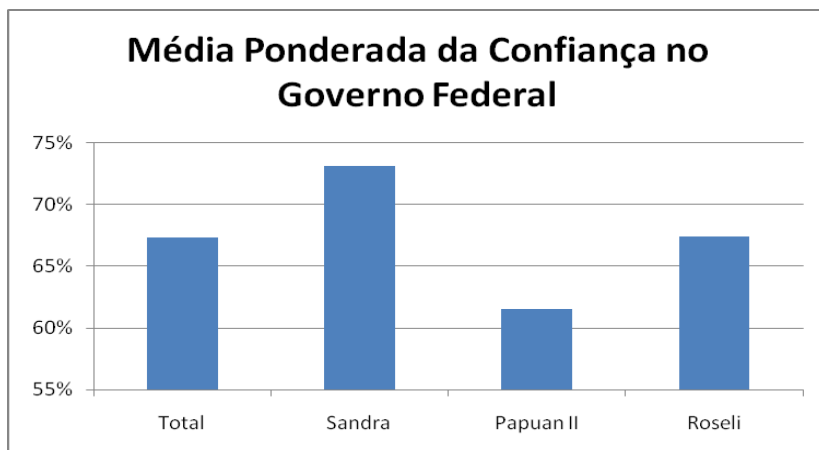


Figura 73 - Média ponderada - governo federal.

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 72 - Valores absolutos - governo federal - dados gerais.

Governo Federal				
Nível de confiança	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Não confio	4	0	1	3
Inseguro	24	7	8	9
Confio totalmente	21	6	4	11
Não respondeu	0	0	0	0
Total	49	13	13	23

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 73 - Valores percentuais - governo federal - dados gerais.

Governo Federal				
Nível de confiança	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Não confio	8%	0%	8%	13%
Inseguro	49%	54%	62%	39%
Confio totalmente	43%	46%	31%	48%
Não respondeu	0%	0%	0%	0%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

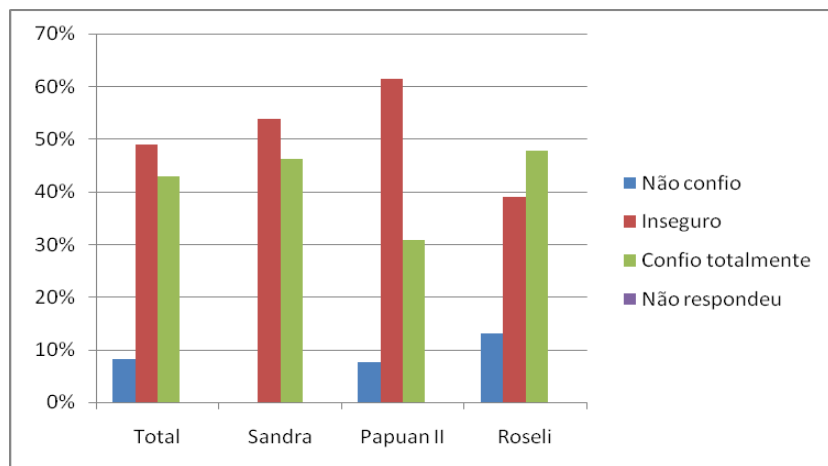


Figura 74 - Valores percentuais - governo federal - dados gerais.

Fonte: elaborada pelo autor.

6.5.6 COOPEAL

A Cooperativa de Pesca de Abelardo Luz (COOPEAL) teve um nível de confiança anunciado de 50% para o assentamento Sandra, 46% para o assentamento Papuan II, e 30% para o assentamento Roseli Nunes. A cooperativa foi objeto de visita do pesquisador que conversou com o corpo diretivo. Está claro que a cooperativa pertence aos assentamentos, entretanto, parece que os assentamentos ainda não estão produzindo os peixes para a cooperativa, o que obriga a cooperativa a buscar sua matéria prima fora do ambiente dos assentamentos. Isto pode ser um fato que manifesta um nível não tão bom de confiança, especialmente no assentamento Roseli Nunes, que está na ordem de 30%.

Tabela 74 - Média ponderada - COOPEAL.

Média ponderada - Cooperativa de Pesca (COOPEAL)				
	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Confiança	40%	50%	46%	30%

Fonte: elaborada pelo autor.

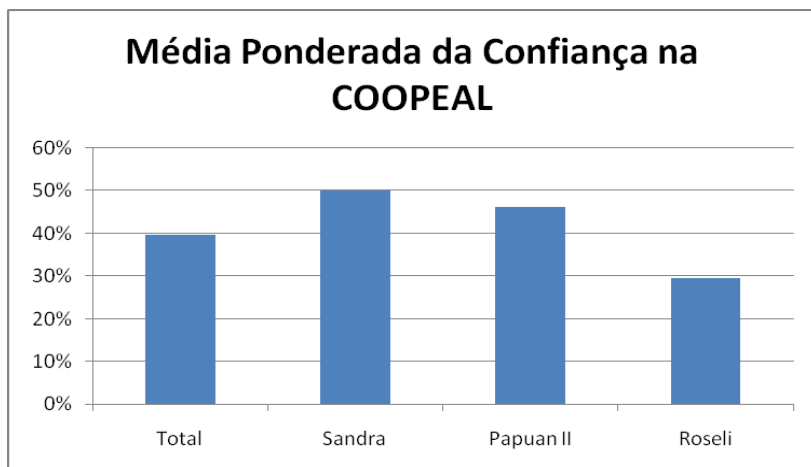


Figura 75 - Média ponderada - COOPEAL.

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 75 - Valores absolutos - COOPEAL - dados gerais.

Cooperativa de Pesca (COOPEAL)				
Nível de confiança	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Não confio	16	3	2	11
Inseguro	26	7	10	9
Confio totalmente	6	3	1	2
Não respondeu	1	0	0	1
Total	49	13	13	23

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 76 - Valores percentuais - COOPEAL - dados gerais.

Cooperativa de Pesca (COOPEAL)				
Nível de confiança	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Não confio	33%	23%	15%	48%
Inseguro	53%	54%	77%	39%
Confio totalmente	12%	23%	8%	9%
Não respondeu	2%	0%	0%	4%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

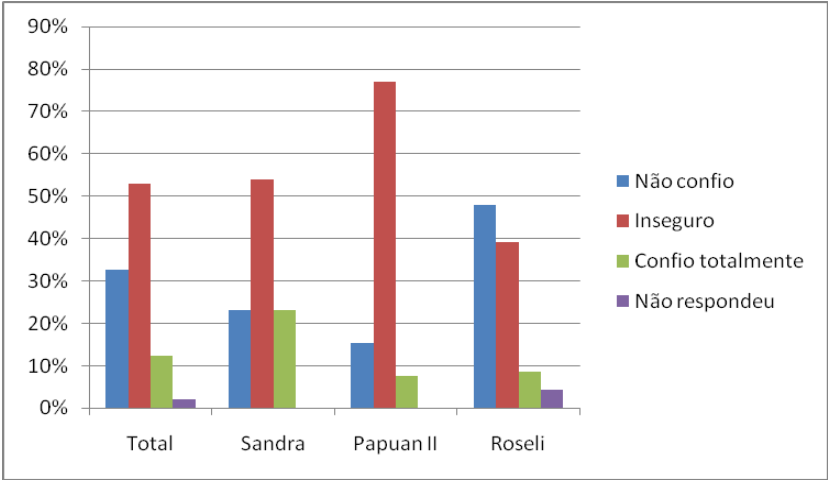


Figura 76 - Valores percentuais - COOPEAL - dados gerais.
Fonte: elaborada pelo autor.

6.5.7 CooperOeste

A Cooperativa do Oeste de Santa Catarina (CooperOeste) tem um nível de confiança identificado de 65% no assentamento Sandra, 65% no assentamento Papuan II, e 83% no assentamento Roseli Nunes, sendo que a média ponderada de confiança dos três assentamentos segundo as respostas dos pesquisados é de 73%. Isto pode ser considerado como um bom nível de confiança.

Tabela 77 - Média ponderada - CooperOeste.

Média ponderada - CooperOeste				
	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Confiança	73%	65%	65%	83%

Fonte: elaborada pelo autor.

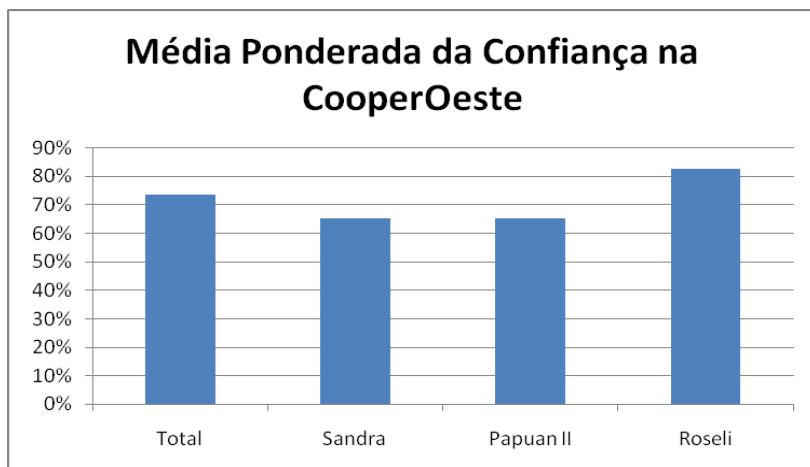


Figura 77 - Média ponderada - CooperOeste.

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 78 - Valores absolutos - CooperOeste - dados gerais.

CooperOeste				
Nível de confiança	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Não confio	5	2	2	1
Inseguro	16	5	5	6
Confio totalmente	28	6	6	16
Não respondeu	0	0	0	0
Total	49	13	13	23

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 79 - Valores percentuais - CooperOeste - dados gerais.

CooperOeste				
Nível de confiança	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Não confio	10%	15%	15%	4%
Inseguro	33%	38%	38%	26%
Confio totalmente	57%	46%	46%	70%
Não respondeu	0%	0%	0%	0%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

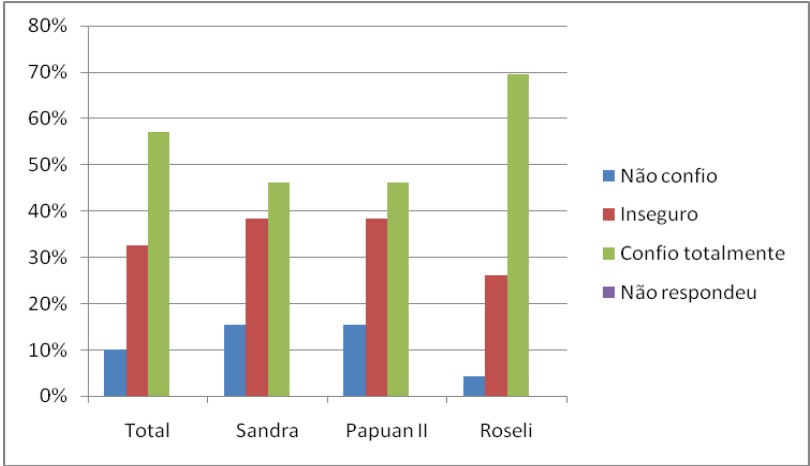


Figura 78 - Valores percentuais - CooperOeste - dados gerais.
Fonte: elaborada pelo autor.

6.5.8 INCRA

A Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) teve o nível de confiança identificado pela pesquisa de 65% no assentamento Sandra, 58% no assentamento Papuan II, e 65% no assentamento Roseli Nunes. A média geral ponderada de confiança dos três assentamentos é de 63%.

Tabela 80 - Média ponderada - INCRA.

Média ponderada - INCRA				
	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Confiança	63%	65%	58%	65%

Fonte: elaborada pelo autor.

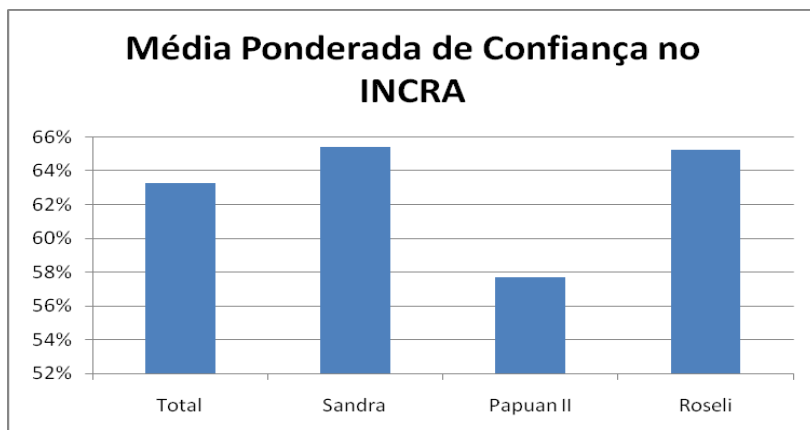


Figura 79 - Média ponderada - INCRA.

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 81 - Valores absolutos - INCRA - dados gerais.

INCRA				
Nível de confiança	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Não confio	4	0	2	2
Inseguro	28	9	7	12
Confio totalmente	17	4	4	9
Não respondeu	0	0	0	0
Total	49	13	13	23

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 82 - Valores percentuais - INCRA - dados gerais.

INCRA				
Nível de confiança	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Não confio	8%	0%	15%	9%
Inseguro	57%	69%	54%	52%
Confio totalmente	35%	31%	31%	39%
Não respondeu	0%	0%	0%	0%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

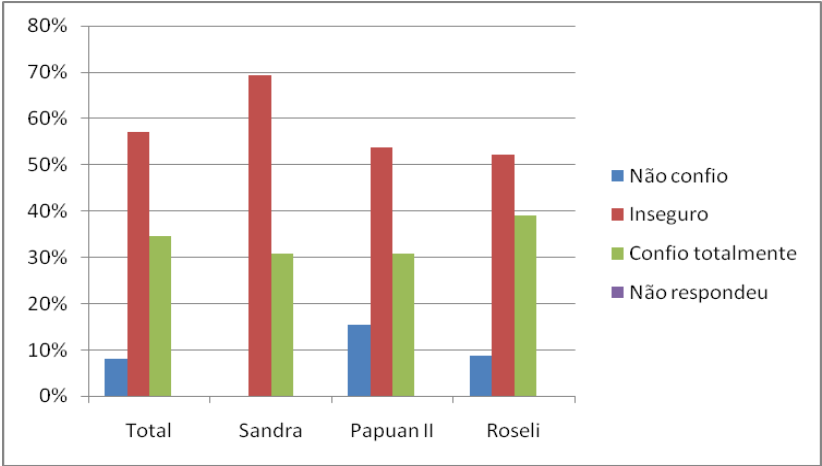


Figura 80 - Valores percentuais - INCRA - dados gerais.
Fonte: elaborada pelo autor.

6.5.9 MST

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), umbilicalmente ligado aos assentamentos desde sua concepção, teve um nível de confiança identificado no assentamento Sandra de 65%, 58% no assentamento Papuan II, e 63% no assentamento Roseli Nunes. A média geral de confiança ponderada dos três assentamentos na presente pesquisa é de 63%.

Tabela 83 - Média ponderada - MST.

Média ponderada - MST				
	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Confiança	63%	65%	58%	63%

Fonte: elaborada pelo autor.

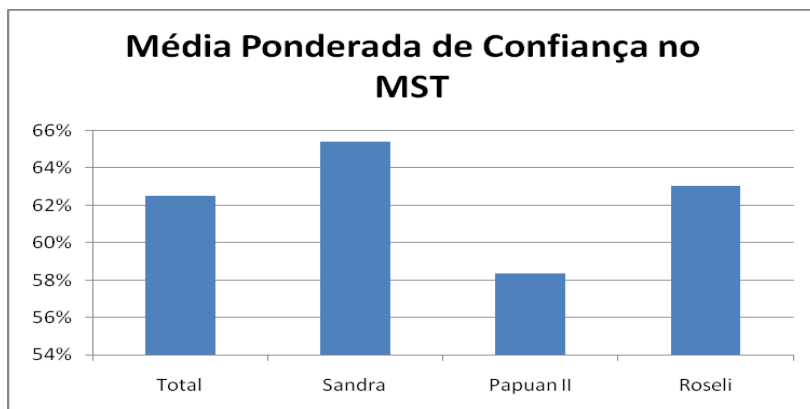


Figura 81 - Média ponderada - MST.

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 84 - Valores absolutos - MST - dados gerais.

MST				
Nível de confiança	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Não confio	5	2	2	1
Inseguro	26	5	6	15
Confio totalmente	17	6	4	7
Não respondeu	1	0	1	0
Total	49	13	13	23

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 85 - Valores percentuais - MST - dados gerais.

MST				
Nível de confiança	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Não confio	10%	15%	15%	4%
Inseguro	53%	38%	46%	65%
Confio totalmente	35%	46%	31%	30%
Não respondeu	2%	0%	8%	0%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

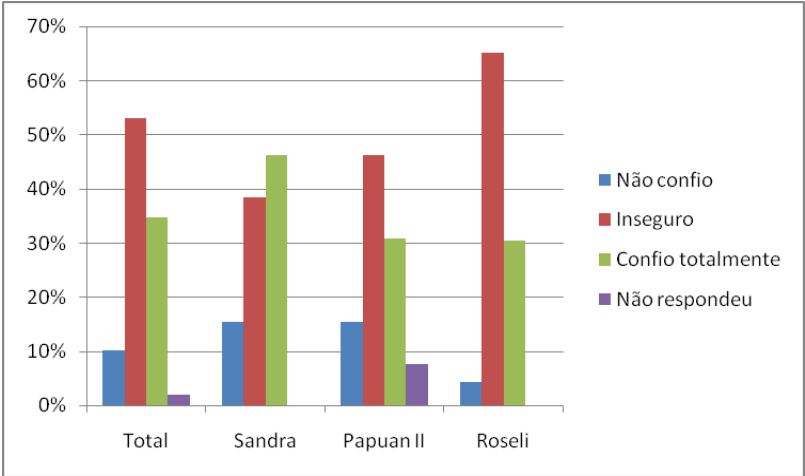


Figura 82 - Valores percentuais - MST - dados gerais.
Fonte: elaborada pelo autor.

6.5.10 Partido Político

Não há nessa questão a medição sobre qualquer partido político especificamente. O partido político em avaliação de confiança é o partido político do respondente. Logo, o nível de confiança identificado no assentamento Sandra foi da ordem de 58%, também 58% no assentamento Papuan II, e 41% no assentamento Roseli Nunes. A média geral ponderada de confiança nos três assentamentos é de 50%. Este indicador fez com que o pesquisador percebesse a fragilidade dos partidos políticos, no ambiente dos assentamentos pesquisados, uma vez que cada um estava manifestando sua confiança apenas no seu partido.

Tabela 86 - Média ponderada - partido político.

Média ponderada - Partido Político				
	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Confiança	50%	58%	58%	41%

Fonte: elaborada pelo autor.

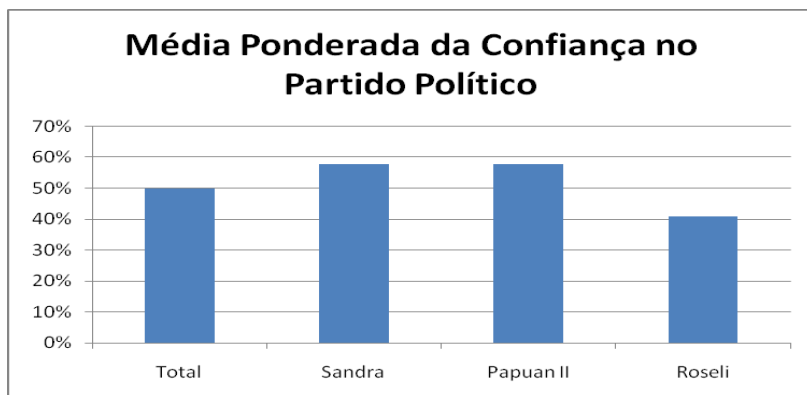


Figura 83 - Média ponderada - partido político.

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 87 - Valores absolutos - partido político - dados gerais.

Partido Político				
Nível de confiança	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Não confio	10	1	2	7
Inseguro	28	9	7	12
Confio totalmente	10	3	4	3
Não respondeu	1	0	0	1
Total	49	13	13	23

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 88 - Valores percentuais - partido político - dados gerais.

Partido Político				
Nível de confiança	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Não confio	20%	8%	15%	30%
Inseguro	57%	69%	54%	52%
Confio totalmente	20%	23%	31%	13%
Não respondeu	2%	0%	0%	4%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

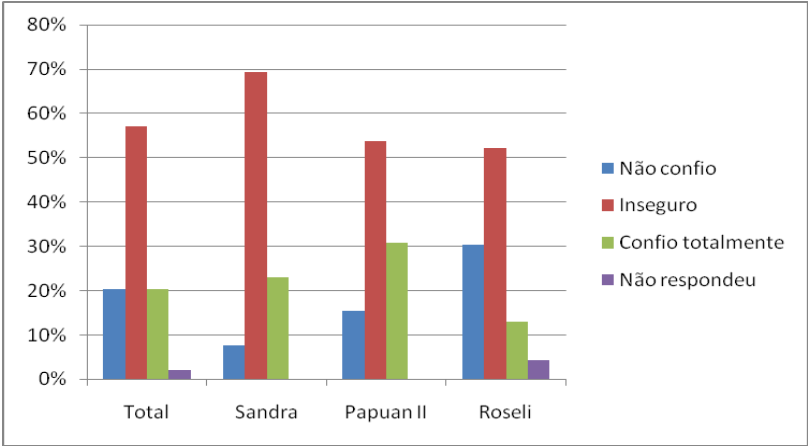


Figura 84 - Valores percentuais - partido político - dados gerais.
Fonte: elaborada pelo autor.

6.5.11 EPAGRI

A Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) foi avaliada com relação a confiança em 46% pelo assentamento Sandra, 62% pelo assentamento Papuan II, e 65% pelo assentamento Roseli Nunes. A média geral de confiança apresentada pela pesquisa nos três assentamentos foi de 59%. Há de considerar que, embora esse número aparente um baixo nível de confiança, a assistência técnica é realizada pela Cooperativa de Trabalhadores na Reforma Agrária de Santa Catarina (COOPTRASC), o que pode explicar de alguma maneira esse relativamente baixo nível de confiança na assistência técnica prestada pela EPAGRI.

Tabela 89 - Média ponderada - EPAGRI.

Média ponderada - Epagri				
	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Confiança	59%	46%	62%	65%

Fonte: elaborada pelo autor.

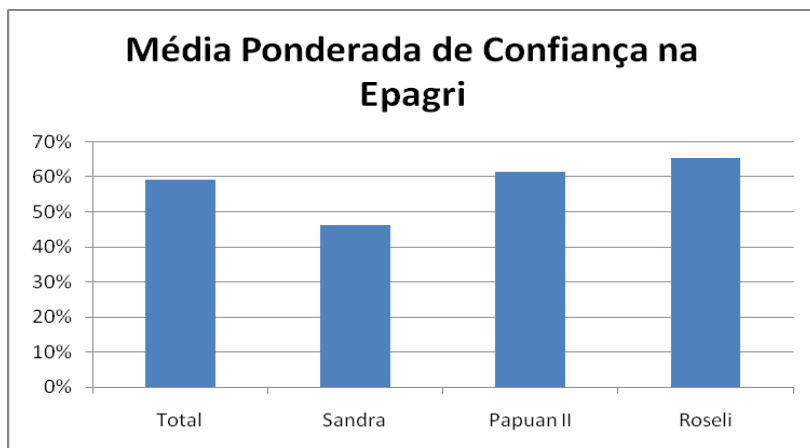


Figura 85 - Média ponderada - EPAGRI.

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 90 - Valores absolutos - EPAGRI - dados gerais.

Epagri				
Nível de confiança	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Não confio	8	3	2	3
Inseguro	24	8	6	10
Confio totalmente	17	2	5	10
Não respondeu	0	0	0	0
Total	49	13	13	23

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 91 - Valores percentuais - EPAGRI - dados gerais.

Epagri				
Nível de confiança	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Não confio	16%	23%	15%	13%
Inseguro	49%	62%	46%	43%
Confio totalmente	35%	15%	38%	43%
Não respondeu	0%	0%	0%	0%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

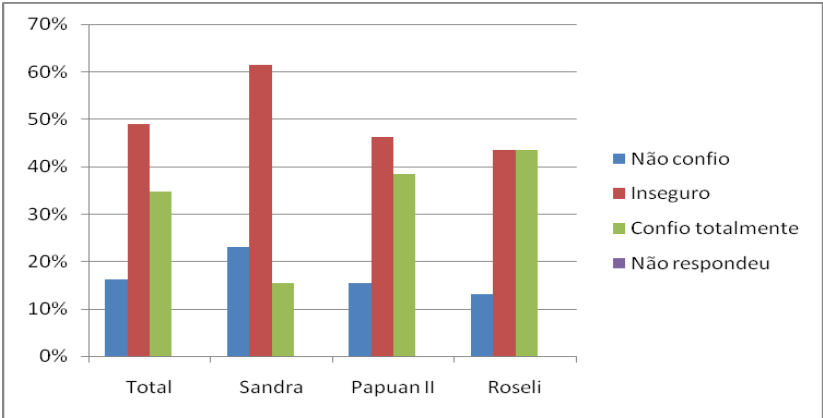


Figura 86 - Valores percentuais - EPAGRI - dados gerais.
Fonte: elaborada pelo autor.

6.5.12 CIDASC

O nível de confiança na Companhia Integrada de Desenvolvimento Agropecuário de Santa Catarina (CIDASC) identificado na presente pesquisa foi de 58% no assentamento Sandra, 50% no assentamento Papuan II, e 50% no assentamento Roseli Nunes. A média ponderada de confiança geral na CIDASC é de 52%.

Tabela 92 - Média ponderada - CIDASC.

Média ponderada - Cidasc				
	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Confiança	52%	58%	50%	50%

Fonte: elaborada pelo autor.

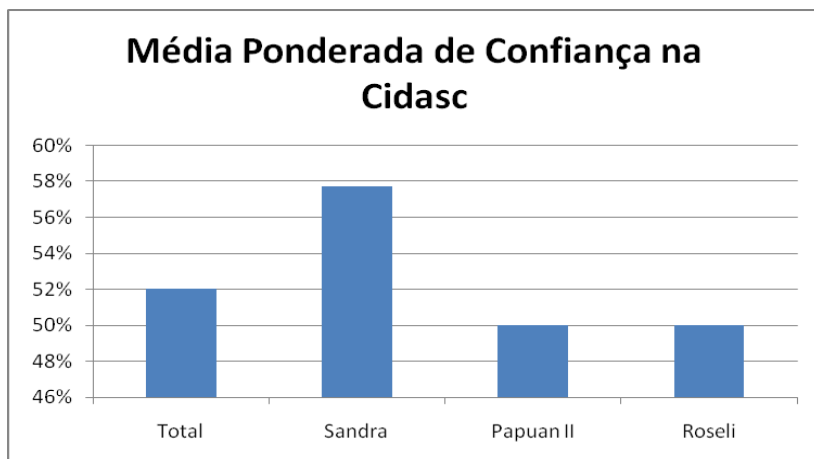


Figura 87 - Média ponderada - CIDASC.

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 93 - Valores absolutos - CIDASC - dados gerais.

Cidasc				
Nível de confiança	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Não confio	9	0	3	6
Inseguro	29	11	7	11
Confio totalmente	11	2	3	6
Não respondeu	0	0	0	0
Total	49	13	13	23

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 94 - Valores percentuais - CIDASC - dados gerais.

Cidasc				
Nível de confiança	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Não confio	18%	0%	23%	26%
Inseguro	59%	85%	54%	48%
Confio totalmente	22%	15%	23%	26%
Não respondeu	0%	0%	0%	0%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

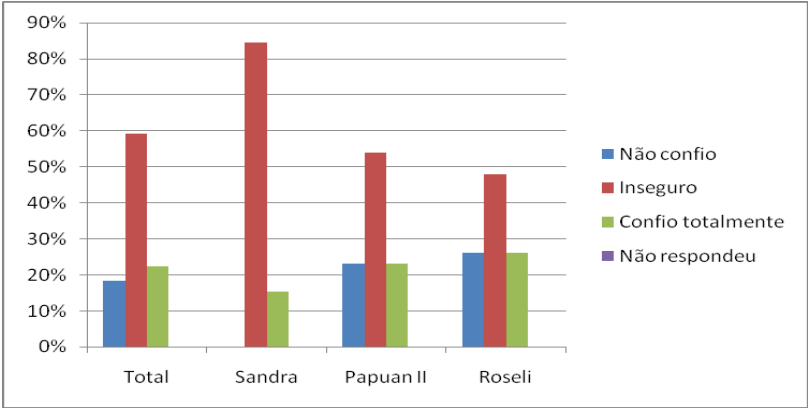


Figura 88 - Valores percentuais - CIDASC - dados gerais.
Fonte: elaborada pelo autor.

6.5.13 FATMA

A Fundação do Meio Ambiente (FATMA) teve sua confiança avaliada na presente pesquisa no assentamento Sandra em 62%, 46% no assentamento Papuan II, e 61% no assentamento Roseli Nunes. Chamou a atenção a avaliação do assentamento Papuan II de 46%. A média ponderada de confiança na FATMA nos três assentamentos foi de 57%.

Tabela 95 - Média ponderada - FATMA.

Média ponderada - Fatma				
	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Confiança	57%	62%	46%	61%

Fonte: elaborada pelo autor.

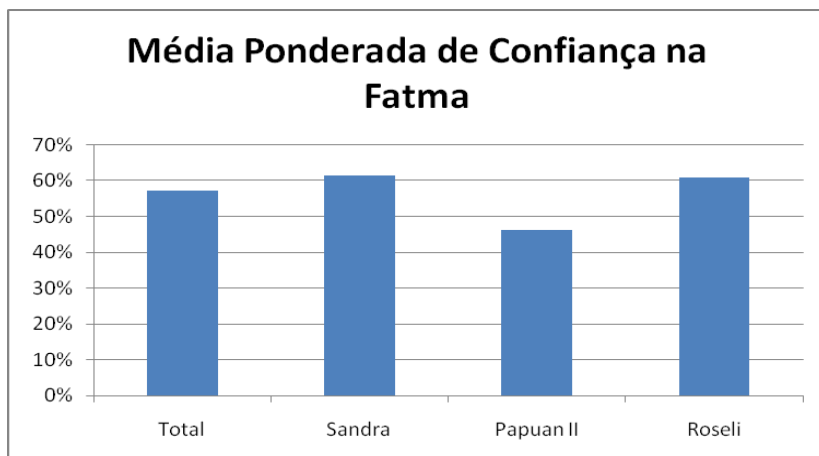


Figura 89 - Média ponderada - FATMA.

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 96 - Valores absolutos - FATMA - dados gerais.

Fatma				
Nível de confiança	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Não confio	7	1	3	3
Inseguro	28	8	8	12
Confio totalmente	14	4	2	8
Não respondeu	0	0	0	0
Total	49	13	13	23

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 97 - Valores percentuais - FATMA - dados gerais.

Fatma				
Nível de confiança	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Não confio	14%	8%	23%	13%
Inseguro	57%	62%	62%	52%
Confio totalmente	29%	31%	15%	35%
Não respondeu	0%	0%	0%	0%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

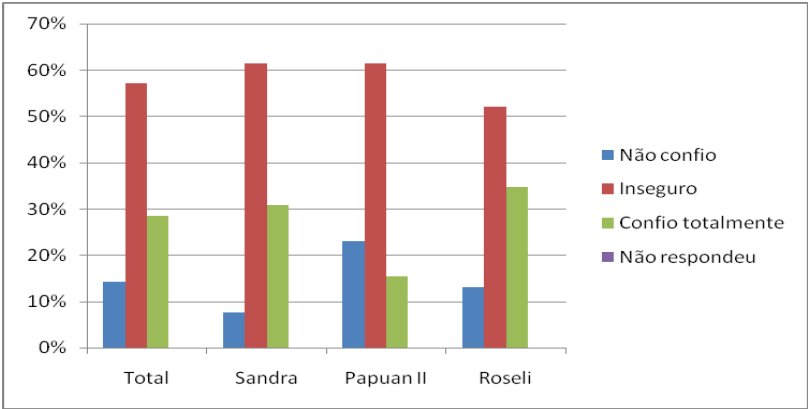


Figura 90 - Valores percentuais - FATMA - dados gerais.
Fonte: elaborada pelo autor.

6.5.14 IBAMA

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) teve avaliado seu nível de confiança, sendo identificado 50% no assentamento Sandra, 50% também no assentamento Papuan II, e 72% no assentamento Roseli Nunes. A média ponderada de confiança no IBAMA nos três assentamentos é de 60%. Destaca-se a avaliação feita pelo Roseli Nunes, a melhor de todas, como 72%.

Tabela 98 - Média ponderada - IBAMA.

Média ponderada - Ibama				
	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Confiança	60%	50%	50%	72%

Fonte: elaborada pelo autor.

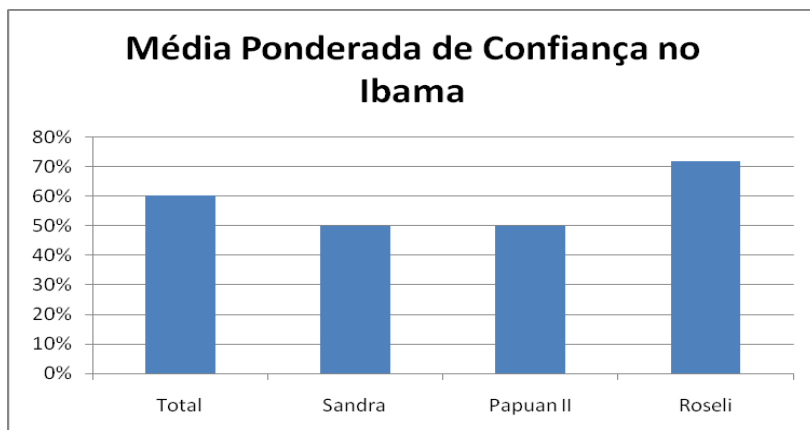


Figura 91 - Média ponderada - IBAMA.

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 99 - Valores absolutos - IBAMA - dados gerais.

Ibama				
Nível de confiança	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Não confio	9	4	3	2
Inseguro	21	5	7	9
Confio totalmente	19	4	3	12
Não respondeu	0	0	0	0
Total	49	13	13	23

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 100 - Valores percentuais - IBAMA - dados gerais.

Ibama				
Nível de confiança	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Não confio	18%	31%	23%	9%
Inseguro	43%	38%	54%	39%
Confio totalmente	39%	31%	23%	52%
Não respondeu	0%	0%	0%	0%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

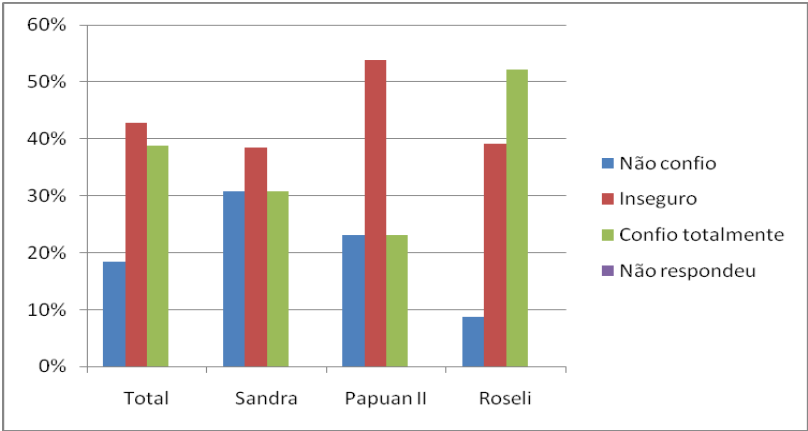


Figura 92 - Valores percentuais - IBAMA - dados gerais.
Fonte: elaborada pelo autor.

6.5.15 ONGs

O nível de confiança apresentado no assentamento Sandra foi de 35%, 50% para o assentamento Papuan II, e 41% no assentamento Roseli Nunes. Apresentando uma média ponderada nas Organizações Não Governamentais (ONGs) nos três assentamentos de 42%. É evidente que dada a relevância das ONGs esta avaliação pode ser considerada fraca.

Tabela 101 - Média ponderada - ONGs

Média ponderada - ONGs				
	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Confiança	42%	35%	50%	41%

Fonte: elaborada pelo autor.

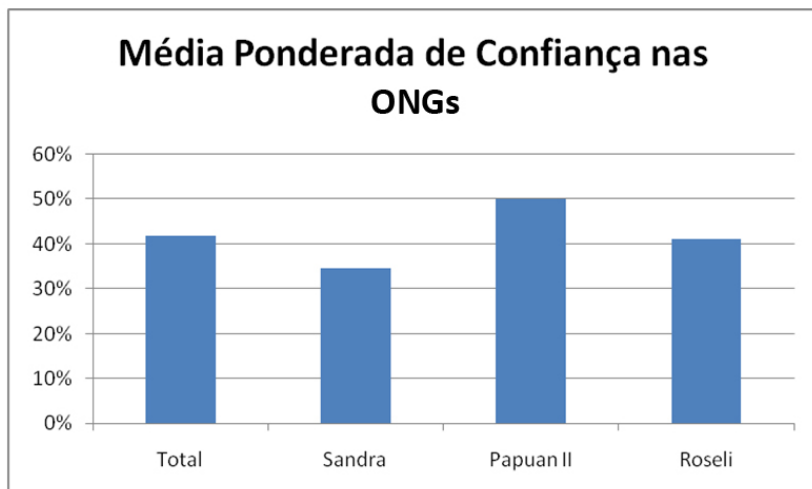


Figura 93 - Média ponderada - ONGs.

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 102 - Valores absolutos – ONGs - dados gerais.

ONGs				
Nível de confiança	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Não confio	13	6	2	5
Inseguro	24	5	9	10
Confio totalmente	6	2	2	2
Não respondeu	6	0	0	6
Total	49	13	13	23

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 103 - Valores percentuais - ONGs - dados gerais.

ONGs				
Nível de confiança	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Não confio	27%	46%	15%	22%
Inseguro	49%	38%	69%	43%
Confio totalmente	12%	15%	15%	9%
Não respondeu	12%	0%	0%	26%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

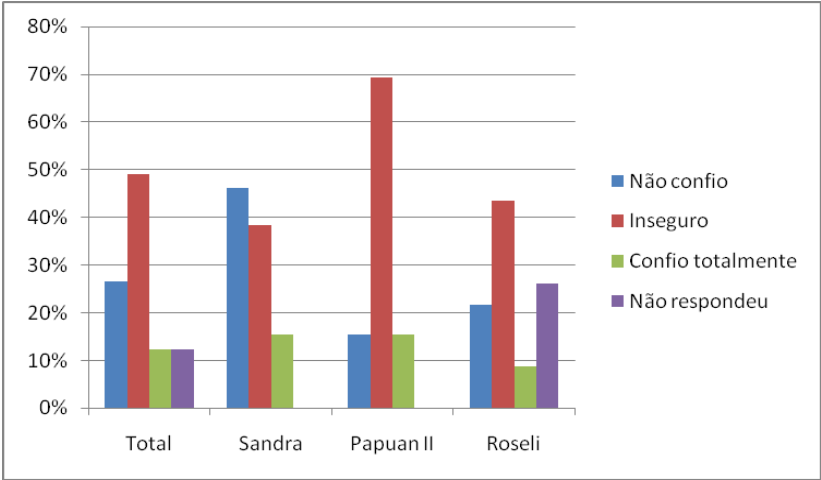


Figura 94 - Valores percentuais - ONGs - dados gerais.
Fonte: elaborada pelo autor.

6.5.16 Sindicatos

Não foi feita avaliação específica dos diferentes sindicatos. Procurou-se avaliar o sindicato com quem os entrevistados mantinham maiores relações. Neste sentido 58% foi a confiança identificada no assentamento Sandra, 54% no assentamento Papuan II, e 37% no assentamento Roseli Nunes. A média geral ponderada nos sindicatos foi de 47%. Chamou a atenção não só a baixa avaliação geral, mas especialmente no assentamento Roseli Nunes onde os sindicatos tiveram uma avaliação de confiança de 37%.

Tabela 104 - Média ponderada - sindicatos.

Média ponderada - Sindicatos				
	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Confiança	47%	58%	54%	37%

Fonte: elaborada pelo autor.

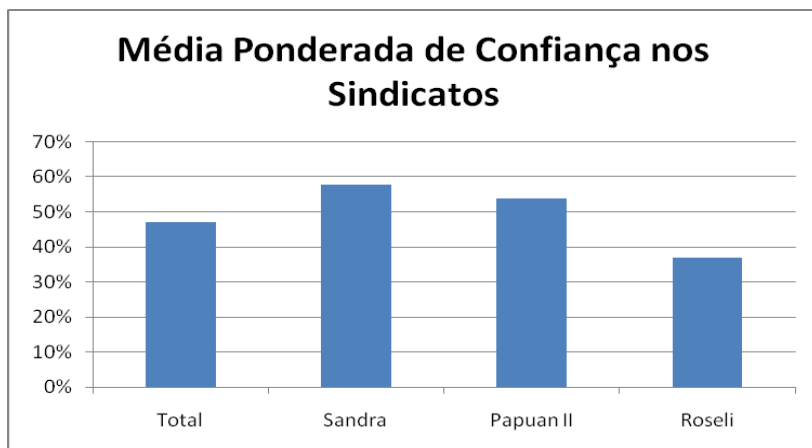


Figura 95 - Média ponderada - sindicatos.

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 105 - Valores absolutos - sindicatos.

Sindicatos				
Nível de confiança	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Não confio	13	2	2	9
Inseguro	26	7	8	11
Confio totalmente	10	4	3	3
Não respondeu	0	0	0	0
Total	49	13	13	23

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 106 - Valores absolutos - sindicatos.

Sindicatos				
Nível de confiança	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Não confio	27%	15%	15%	39%
Inseguro	53%	54%	62%	48%
Confio totalmente	20%	31%	23%	13%
Não respondeu	0%	0%	0%	0%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

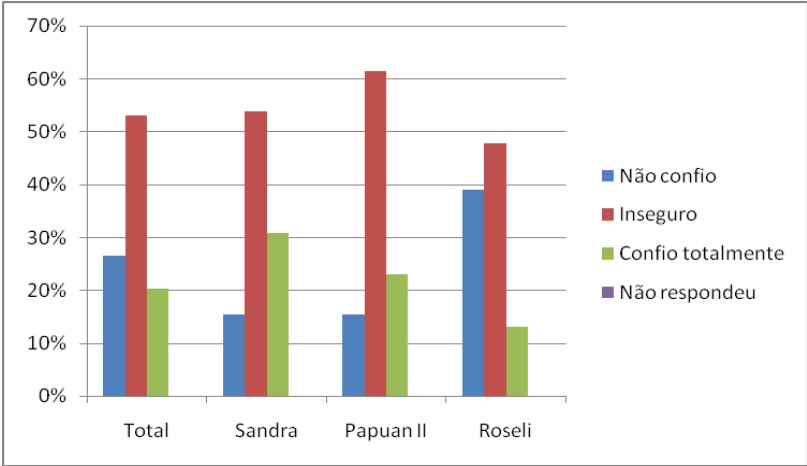


Figura 96 - Valores absolutos - sindicatos.
Fonte: elaborada pelo autor.

6.5.17 SEAP

A Secretaria Especial de Agricultura e Pesca (SEAP) é uma secretaria da prefeitura municipal. Seu nível de confiança no assentamento Sandra foi de 50%, 46% no assentamento Papuan II, e 42% no assentamento Roseli Nunes, tendo uma média ponderada de confiança de 45%. Sendo confirmado que a SEAP presta serviço aos assentamentos e aos assentados o nível de confiança apresentado é preocupante.

Tabela 107 - Média ponderada - SEAP.

Média ponderada - Secretaria Esp. Agr. e Pesca (Mun.)				
	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Confiança	45%	50%	46%	42%

Fonte: elaborada pelo autor.

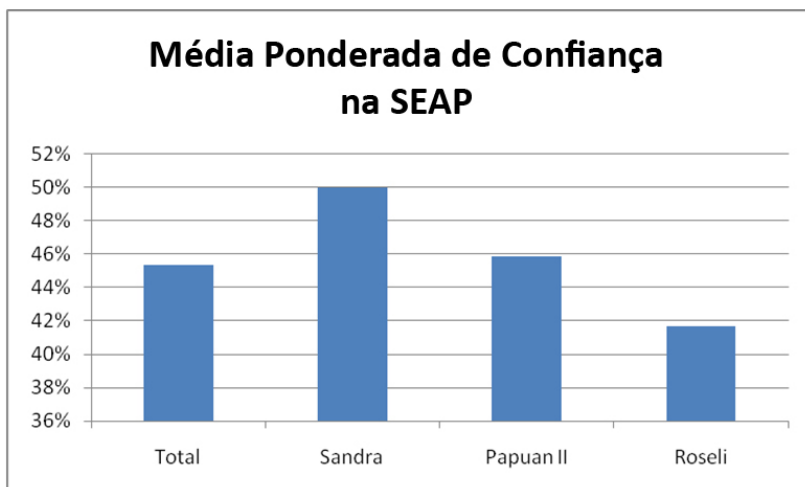


Figura 97 - Média ponderada - SEAP.

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 108 - Valores absolutos - SEAP - dados gerais.

Secretaria Esp. Agr. e Pesca (Mun.)				
Nível de confiança	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Não confio	6	0	2	4
Inseguro	35	13	9	13
Confio totalmente	2	0	1	1
Não respondeu	6	0	1	5
Total	49	13	13	23

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 109 - Valores percentuais - SEAP - dados gerais.

Secretaria Esp. Agr. e Pesca (Mun.)				
Nível de confiança	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Não confio	12%	0%	15%	17%
Inseguro	71%	100%	69%	57%
Confio totalmente	4%	0%	8%	4%
Não respondeu	12%	0%	8%	22%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

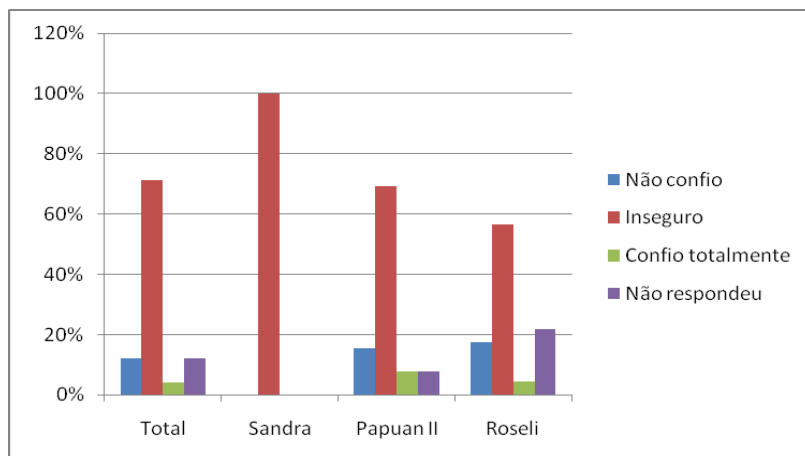


Figura 98 - Valores percentuais - SEAP - dados gerais.

Fonte: elaborada pelo autor.

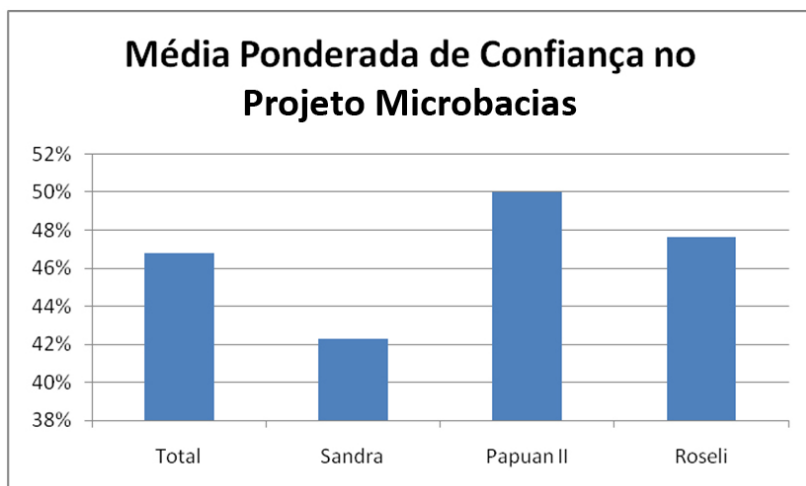
6.5.18 Microbacias

O projeto Microbacias foi considerado um ator importante pelo objetivo de contribuir para melhoria da qualidade de vida e recuperação do meio ambiente. Objetivo do projeto Microbacias é “Contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população rural de Santa Catarina, através da preservação, recuperação e conservação dos recursos naturais, do aumento da renda, das condições de moradia e estimulando uma maior organização e participação no planejamento, gestão e execução das ações”, conforme informações da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca de Santa Catarina (MICROBACIAS, 2012). Assim, o projeto Microbacias teve sua confiança identificada no assentamento Sandra em 42%, 50% no assentamento Papuan II, e 48% no assentamento Roseli Nunes. A média ponderada de confiança no projeto Microbacias é de 47%.

Tabela 110 - Média ponderada - Microbacias.

Média ponderada - Microbacias				
	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Confiança	47%	42%	50%	48%

Fonte: elaborada pelo autor.

**Figura 99** - Média ponderada - Microbacias.

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 111 - Valores absolutos - Microbacias - dados gerais.

Microbacias				
Nível de confiança	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Não confio	12	4	3	5
Inseguro	26	7	7	12
Confio totalmente	9	2	3	4
Não respondeu	2	0	0	2
Total	49	13	13	23

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 112 - Valores percentuais - Microbacias - dados gerais.

Microbacias				
Nível de confiança	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Não confio	24%	31%	23%	22%
Inseguro	53%	54%	54%	52%
Confio totalmente	18%	15%	23%	17%
Não respondeu	4%	0%	0%	9%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

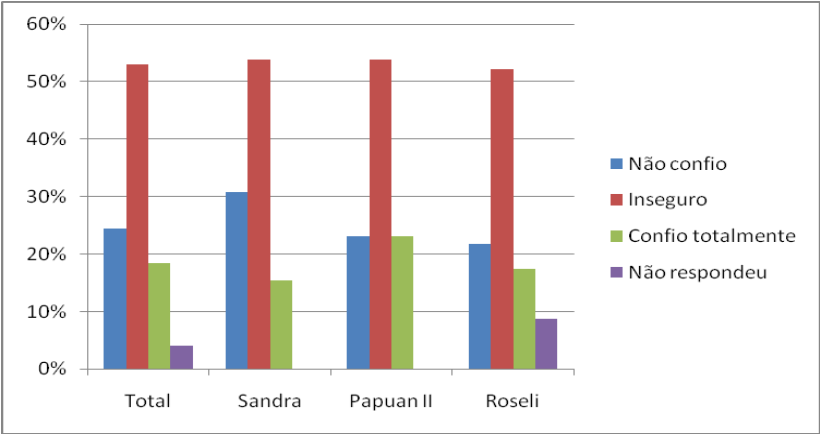


Figura 100 - Valores percentuais - Microbacias - dados gerais.

Fonte: elaborada pelo autor.

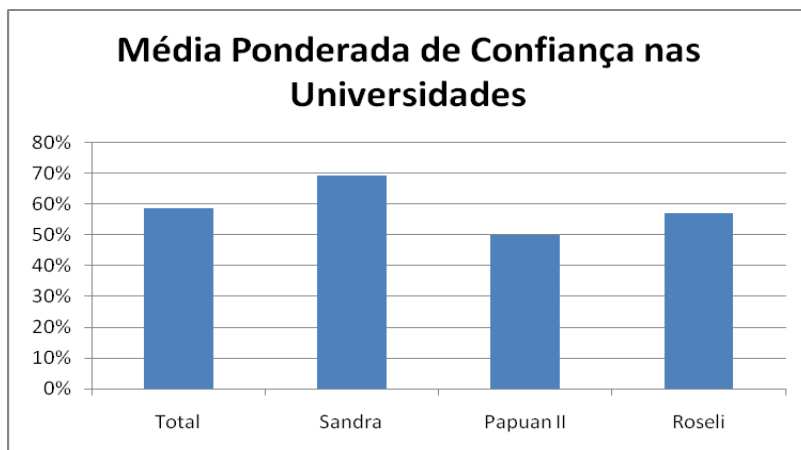
6.5.19 Universidades

As universidades tiveram uma avaliação de confiança de 69% no assentamento Sandra, 50% no assentamento Papuan II, e 57% no assentamento Roseli Nunes. A média ponderada de confiança nas universidades nos três assentamentos pesquisados foi de 59%. Destaca-se o assentamento Sandra onde o índice de confiança foi de 69%, obtido a partir das respostas dos entrevistados.

Tabela 113 - Média ponderada - Universidades.

Média ponderada - Universidades				
	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Confiança	59%	69%	50%	57%

Fonte: elaborada pelo autor.

**Figura 101** - Média ponderada - Universidades.

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 114 - Valores absolutos - Universidades - dados gerais.

Universidades				
Nível de confiança	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Não confio	3	0	1	2
Inseguro	33	8	11	14
Confio totalmente	11	5	1	5
Não respondeu	2	0	0	2
Total	49	13	13	23

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 115 - Valores percentuais - Universidades - dados gerais.

Universidades				
Nível de confiança	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Não confio	6%	0%	8%	9%
Inseguro	67%	62%	85%	61%
Confio totalmente	22%	38%	8%	22%
Não respondeu	4%	0%	0%	9%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

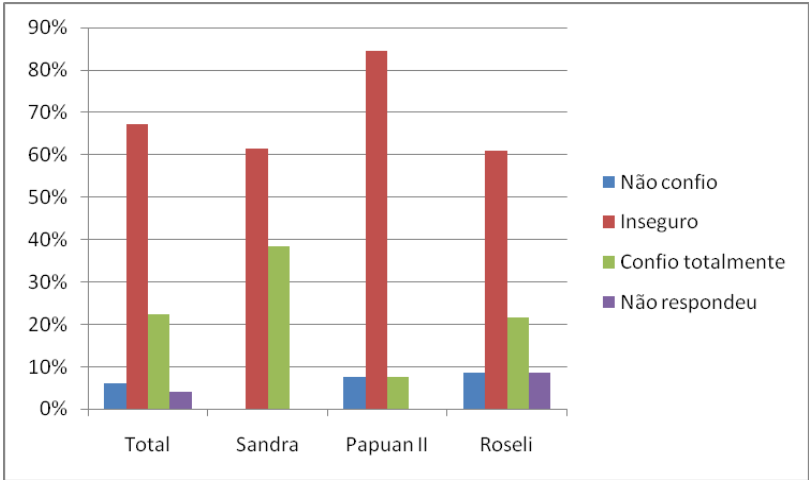


Figura 102 - Valores percentuais - Universidades - dados gerais.

Fonte: elaborada pelo autor.

6.5.20 Bancos

Os bancos foram avaliados num ambiente geral. Não há banco específico em discussão. A avaliação é dos bancos (ou do banco) com o qual a família dos entrevistados se relaciona com mais frequência. Assim, 31% foi a confiança apontada pelo assentamento Sandra, 46% foi a confiança identificada para o assentamento Papuan II, e 39% para o

assentamento Roseli Nunes. Isto significa que os entrevistados, tendo uma média geral ponderada de 39% de confiança nos bancos, permite concluir que a confiança nos bancos é baixa.

Tabela 116 - Média ponderada - bancos.

Média ponderada - Bancos				
	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Confiança	39%	31%	46%	39%

Fonte: elaborada pelo autor.

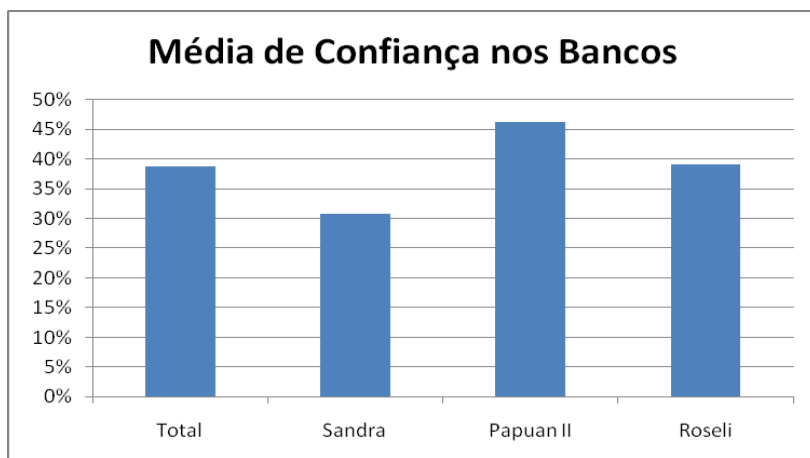


Figura 103 - Média ponderada - bancos.

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 117 - Valores absolutos - bancos - dados gerais.

Bancos				
Nível de confiança	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Não confio	15	6	2	7
Inseguro	30	6	10	14
Confio totalmente	4	1	1	2
Não respondeu	0	0	0	0
Total	49	13	13	23

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 118 - Valores percentuais - bancos - dados gerais.

Bancos				
Nível de confiança	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Não confio	31%	46%	15%	30%
Inseguro	61%	46%	77%	61%
Confio totalmente	8%	8%	8%	9%
Não respondeu	0%	0%	0%	0%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

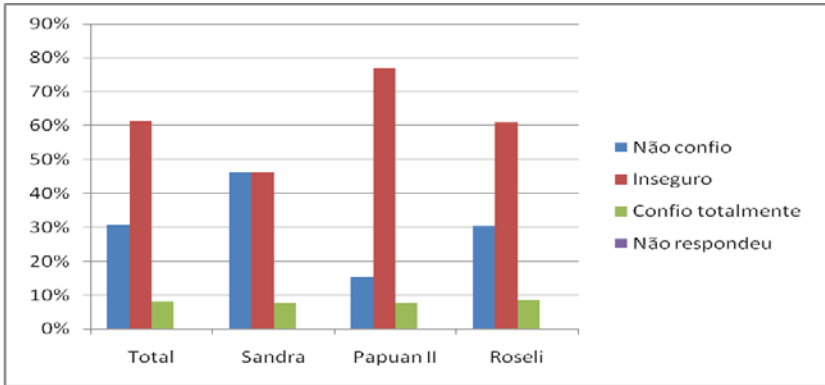


Figura 104 - Valores percentuais - bancos - dados gerais.

Fonte: elaborada pelo autor.

6.5.21 Compradores e Fornecedores de Bens e Serviços

Os compradores e fornecedores de bens e serviços tiveram nível de avaliação de 38% no assentamento Sandra, 39% no assentamento Papuan II, e 35% no assentamento Roseli Nunes. A média geral ponderada de confiança nos compradores e fornecedores de bens e serviços foi de 37%.

Tabela 119 - Média ponderada - compradores e fornecedores de B&S.

Média ponderada - Compradores e Fornecedores B&S				
	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Confiança	37%	38%	39%	35%

Fonte: elaborada pelo autor.

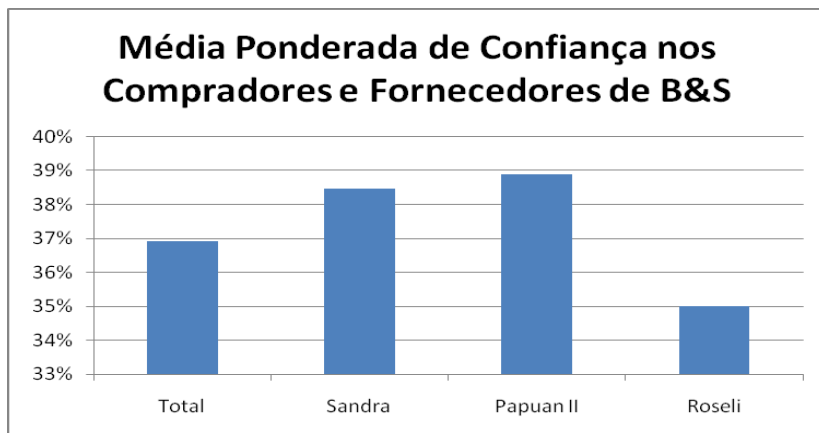


Figura 105 - Média ponderada - compradores e fornecedores de B&S.

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 120 - Valores absolutos - compradores e fornecedores de B&S - dados gerais.

Compradores e Fornecedores B&S				
Nível de confiança	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Não confio	13	3	3	7
Inseguro	27	10	5	12
Confio totalmente	2	0	1	1
Não respondeu	7	0	4	3
Total	49	13	13	23

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 121 - Valores percentuais - compradores e fornecedores de B&S - dados gerais.

Compradores e Fornecedores B&S				
Nível de confiança	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Não confio	27%	23%	23%	30%
Inseguro	55%	77%	38%	52%
Confio totalmente	4%	0%	8%	4%
Não respondeu	14%	0%	31%	13%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

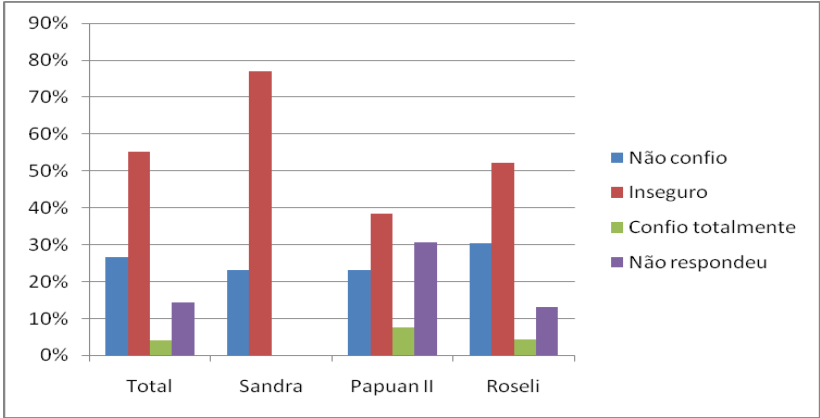


Figura 106 - Valores percentuais - compradores e fornecedores de B&S - dados gerais.

Fonte: elaborada pelo autor.

6.5.22 EMBRAPA

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) teve uma avaliação no nível de confiança no assentamento Sandra de 54%, 69% no assentamento Papuan II, e 61% no assentamento Roseli Nunes. A média ponderada de confiança na EMBRAPA foi de 61%.

Tabela 122 - Média ponderada - EMBRAPA.

Média ponderada - Embrapa				
	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Confiança	61%	54%	69%	61%

Fonte: elaborada pelo autor.

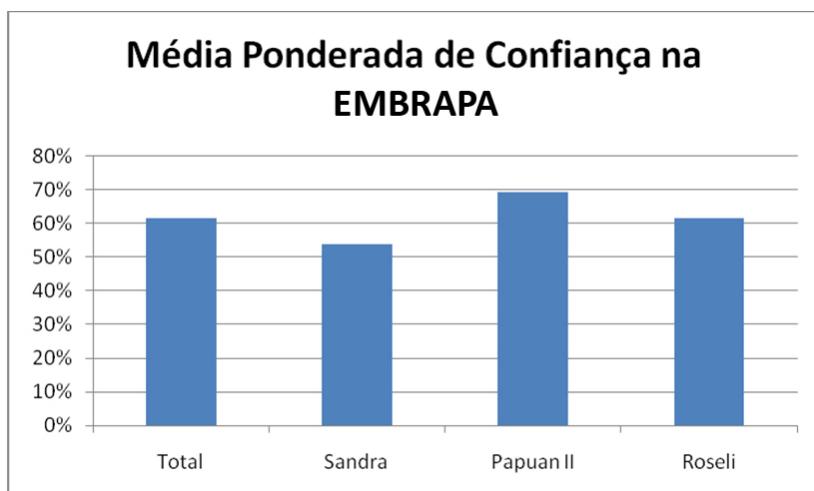


Figura 107 - Média ponderada - EMBRAPA.

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 123 - Valores absolutos - EMBRAPA - dados gerais.

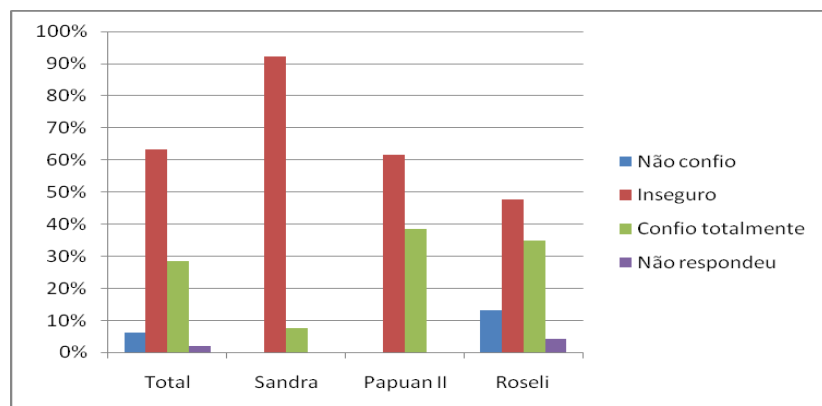
Embrapa				
Nível de confiança	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Não confio	3	0	0	3
Inseguro	31	12	8	11
Confio totalmente	14	1	5	8
Não respondeu	1	0	0	1
Total	49	13	13	23

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 124 - Valores percentuais - EMBRAPA - dados gerais.

Embrapa				
Nível de confiança	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Não confio	6%	0%	0%	13%
Inseguro	63%	92%	62%	48%
Confio totalmente	29%	8%	38%	35%
Não respondeu	2%	0%	0%	4%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

**Figura 108** - Valores percentuais - EMBRAPA - dados gerais.

Fonte: elaborada pelo autor.

6.5.23 PRONAF (Assistência Técnica)

O Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) foi identificado como um ator, enquanto responsável pela assistência técnica prestada diretamente pela COOPTRASC. No assentamento Sandra a avaliação de confiança foi de 58%, no assentamento Papuan II foi de 62%, e no assentamento Roseli Nunes foi de 61%. A média ponderada de confiança no PRONAF (assistência técnica) foi de 60%. Destaca-se, neste ponto, que ao se deixar uma pergunta aberta para que identificassem outros atores que não constam na lista várias vezes foi citado a COOPTRASC, o que permite dizer que algumas pessoas não conseguem separar bem o PRONAF (assistência técnica) da COOPTRASC, mesmo deixando bem claro que a COOPTRASC era o instrumento para prestar assistência técnica com o recurso do PRONAF.

Tabela 125 - Média ponderada - PRONAF.

Média ponderada - PRONAF (Assistência técnica)				
	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Confiança	60%	58%	62%	61%

Fonte: elaborada pelo autor.

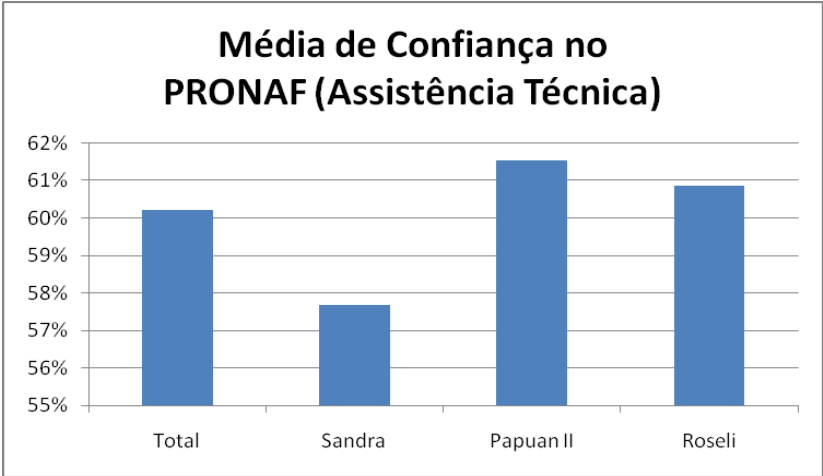


Figura 109 - Média ponderada - PRONAF.

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 126 - Valores absolutos - PRONAF - dados gerais.

PRONAF (Assistência técnica)				
Nível de confiança	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Não confio	4	2	0	2
Inseguro	31	7	10	14
Confio totalmente	14	4	3	7
Não respondeu	0	0	0	0
Total	49	13	13	23

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 127 - Valores percentuais - PRONAF - dados gerais.

PRONAF (Assistência técnica)				
Nível de confiança	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Não confio	8%	15%	0%	9%
Inseguro	63%	54%	77%	61%
Confio totalmente	29%	31%	23%	30%
Não respondeu	0%	0%	0%	0%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

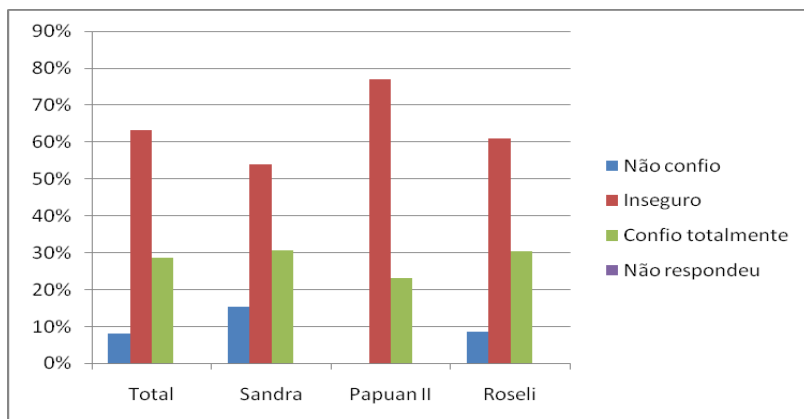


Figura 110 - Valores percentuais - PRONAF - dados gerais.

Fonte: elaborada pelo autor.

6.5.24 Assistência Social

A Assistência Social teve sua avaliação percebida no assentamento Sandra em 65%, 54% no assentamento Papuan II, e 52% no assentamento Roseli Nunes. A média geral de confiança na Assistência Social do município foi de 56%. Necesita-se deixar claro que a Assistência Social aqui identificada remete-se à Prefeitura Municipal, não estão consideradas as outras formas de Assistência Social.

Tabela 128 - Média ponderada - Assistência Social.

Média ponderada - Assistência Social				
	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Confiança	56%	65%	54%	52%

Fonte: elaborada pelo autor.

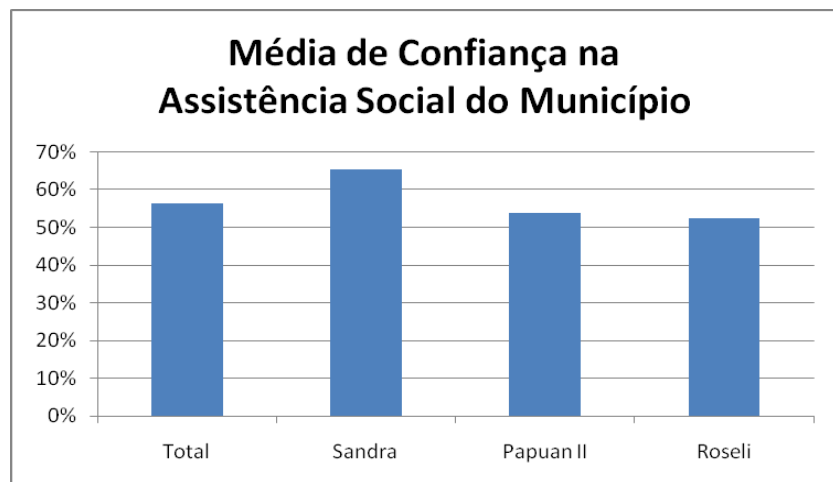


Figura 111 - Média ponderada - Assistência Social.

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 129 - Valores absolutos - Assistência Social.

Assistência Social				
Nível de confiança	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Não confio	4	0	0	4
Inseguro	33	9	12	12
Confio totalmente	10	4	1	5
Não respondeu	2	0	0	2
Total	49	13	13	23

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 130 - Valores percentuais - Assistência Social.

Assistência Social				
Nível de confiança	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Não confio	8%	0%	0%	17%
Inseguro	67%	69%	92%	52%
Confio totalmente	20%	31%	8%	22%
Não respondeu	4%	0%	0%	9%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

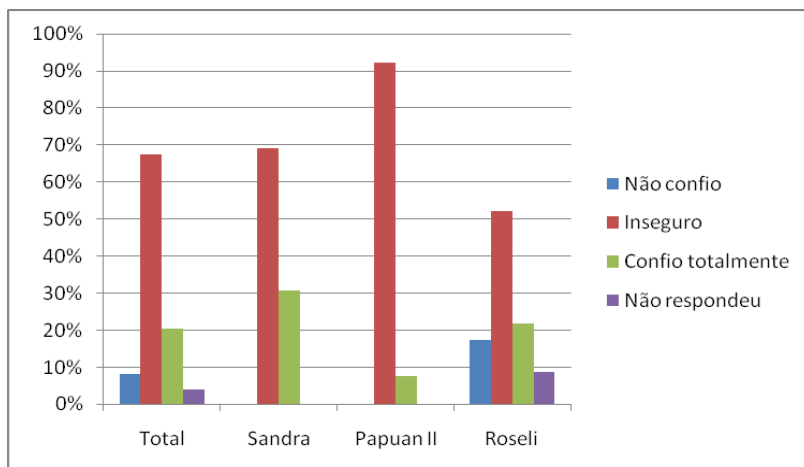


Figura 112 - Valores percentuais - Assistência Social.

Fonte: elaborada pelo autor.

6.5.25 Igreja

Ao se perguntar qual é a confiança depositada na sua igreja, ou seja, na igreja de cada um, percebeu-se um índice de confiança de 92% no assentamento Sandra, 56% no assentamento Papuan II, e 76% no assentamento Roseli Nunes. A média ponderada de confiança na igreja é de 74%. Observou-se o índice relativamente baixo no assentamento Papuan II de confiança na igreja, e isso pode ter ocorrido por desentendimentos da diretoria da igreja e não propriamente da igreja, objeto de investigação.

Tabela 131 - Média ponderada - igreja.

Média ponderada - Igreja				
	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Confiança	74%	92%	54%	76%

Fonte: elaborada pelo autor.

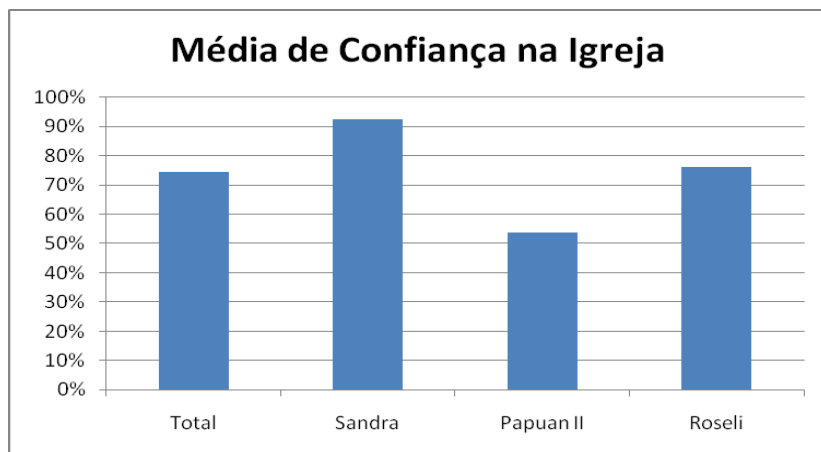


Figura 113 - Média ponderada - igreja.

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 132 - Valores absolutos - igreja - dados gerais.

Igreja				
Nível de confiança	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Não confio	4	0	2	2
Inseguro	17	2	8	7
Confio totalmente	28	11	3	14
Não respondeu	0	0	0	0
Total	49	13	13	23

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 133 - Valores percentuais - igreja - dados gerais.

Igreja				
Nível de confiança	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Não confio	8%	0%	15%	9%
Inseguro	35%	15%	62%	30%
Confio totalmente	57%	85%	23%	61%
Não respondeu	0%	0%	0%	0%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

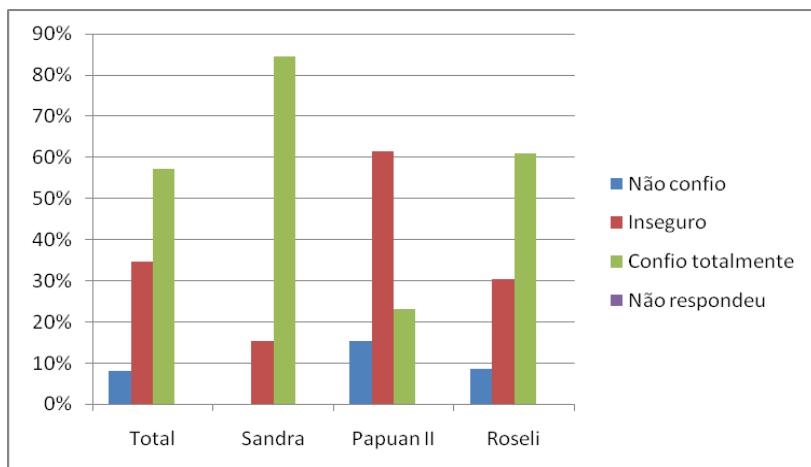


Figura 114 - Valores percentuais - igreja - dados gerais.

Fonte: elaborada pelo autor.

6.5.26 Escola Comunitária

A escola da comunidade Sandra teve um nível de confiança de 85%; do assentamento Papuan II 64%, e do assentamento Roseli Nunes 70%, portanto, a média ponderada de confiança na escola comunitária nos três assentamentos foi de 72%.

Tabela 134 - Média ponderada - Escola Comunitária.

Média ponderada - Escola Comunitária				
	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Confiança	72%	85%	64%	70%

Fonte: elaborada pelo autor.

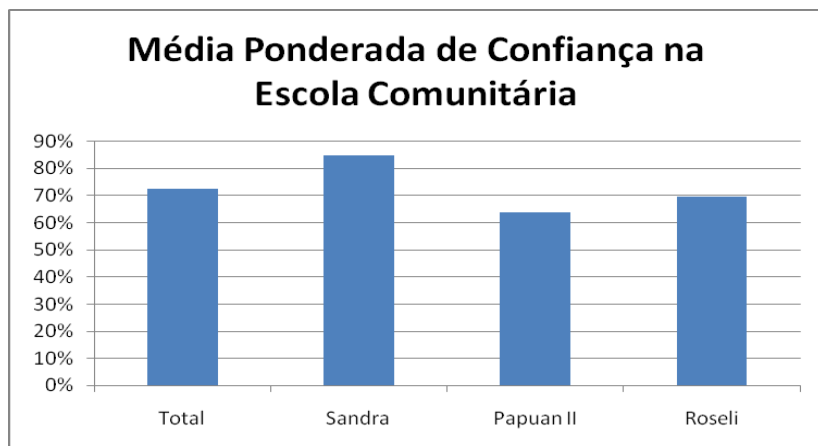


Figura 115 - Média ponderada - Escola Comunitária.

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 135 - Valores absolutos - Escola Comunitária - dados gerais.

Escola Comunitária				
Nível de confiança	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Não confio	3	0	1	2
Inseguro	20	4	6	10
Confio totalmente	24	9	4	11
Não respondeu	2	0	2	0
Total	49	13	13	23

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 136 - Valores percentuais - Escola Comunitária - dados gerais.

Escola Comunitária				
Nível de confiança	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Não confio	6%	0%	8%	9%
Inseguro	41%	31%	46%	43%
Confio totalmente	49%	69%	31%	48%
Não respondeu	4%	0%	15%	0%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

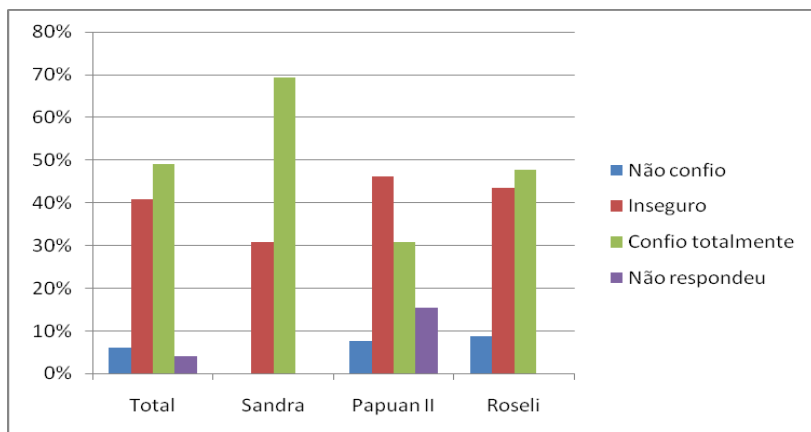


Figura 116 - Valores percentuais - Escola Comunitária - dados gerais.

Fonte: elaborada pelo autor.

6.5.27 Associações Comunitárias

As Associações Comunitárias, como por exemplo grupo de idosos, grupo de jovens, coral, clube de mães, dentre outros, tiveram uma avaliação de 73% no assentamento Sandra, 69% no assentamento Papuan II, e 53% no assentamento Roseli Nunes. A média ponderada de confiança nas Associações Comunitárias foi 63%.

Tabela 137 - Média ponderada - Associações Comunitárias.

Média ponderada - Associações Comunitárias				
	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Confiança	63%	73%	69%	53%

Fonte: elaborada pelo autor.

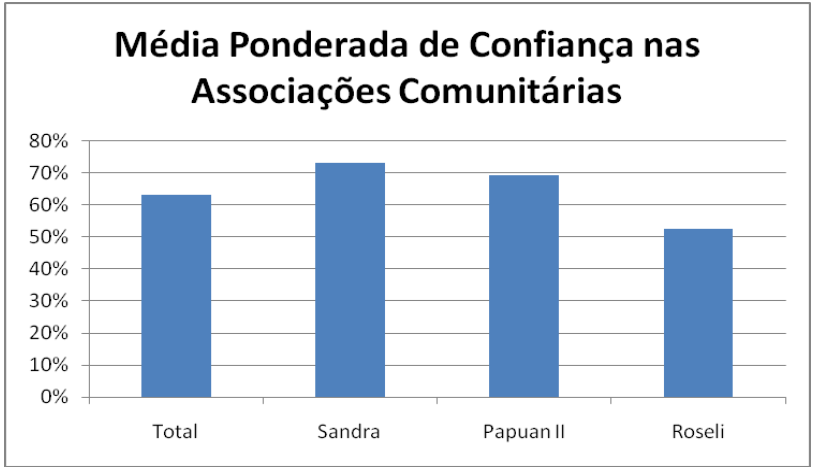


Figura 117 - Média ponderada - Associações Comunitárias.
Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 138 - Valores absolutos - Associações Comunitárias - dados gerais.

Associações Comunitárias				
Nível de confiança	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Não confio	3	0	1	2
Inseguro	28	7	6	15
Confio totalmente	15	6	6	3
Não respondeu	3	0	0	3
Total	49	13	13	23

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 139 - Valores percentuais - Associações Comunitárias - dados gerais.

Associações Comunitárias				
Nível de confiança	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Não confio	6%	0%	8%	9%
Inseguro	57%	54%	46%	65%
Confio totalmente	31%	46%	46%	13%
Não respondeu	6%	0%	0%	13%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

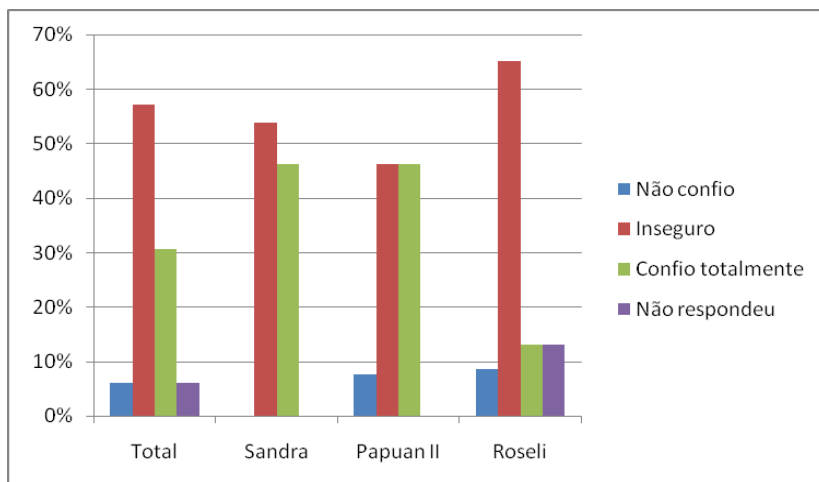


Figura 118 - Valores percentuais - Associações Comunitárias - dados gerais.
Fonte: elaborada pelo autor.

6.5.28 Posto de Saúde

O Posto de Saúde vinculado à prefeitura municipal teve uma avaliação de 63% no assentamento Sandra, 50% no assentamento Papuan II, e 37% no assentamento Roseli Nunes. A média geral ponderada de confiança no Posto de Saúde foi de 47%. Este dado é preocupante notadamente no assentamento Roseli Nunes cujo indicador aponta para 37%. Pode-se entender que não há um bom serviço de atendimento à saúde neste assentamento, de parte do Posto de Saúde.

Tabela 140 - Média ponderada - Posto de Saúde.

Média ponderada - Posto de Saúde				
	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Confiança	47%	63%	50%	37%

Fonte: elaborada pelo autor.

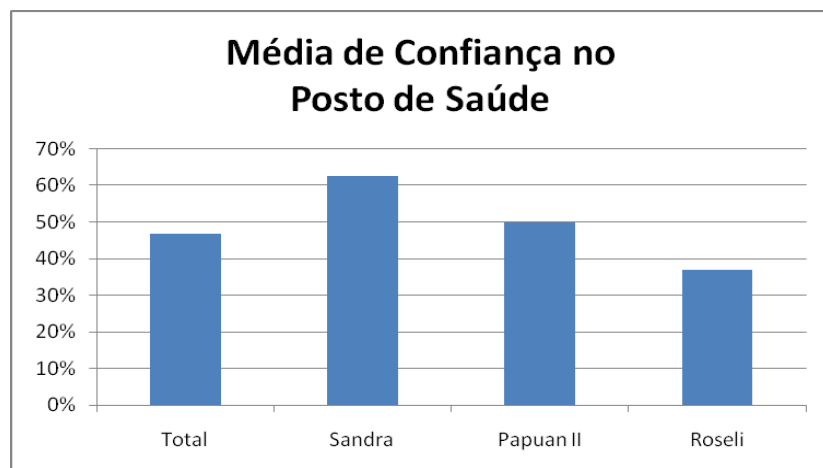


Figura 119 - Média ponderada - Posto de Saúde.

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 141 - Valores absolutos - Posto de Saúde - dados gerais.

Posto de Saúde				
Nível de confiança	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Não confio	10	0	2	8
Inseguro	31	9	9	13
Confio totalmente	7	3	2	2
Não respondeu	1	1	0	0
Total	49	13	13	23

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 142 - Valores percentuais - Posto de Saúde - dados gerais.

Posto de Saúde				
Nível de confiança	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Não confio	20%	0%	15%	35%
Inseguro	63%	69%	69%	57%
Confio totalmente	14%	23%	15%	9%
Não respondeu	2%	8%	0%	0%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

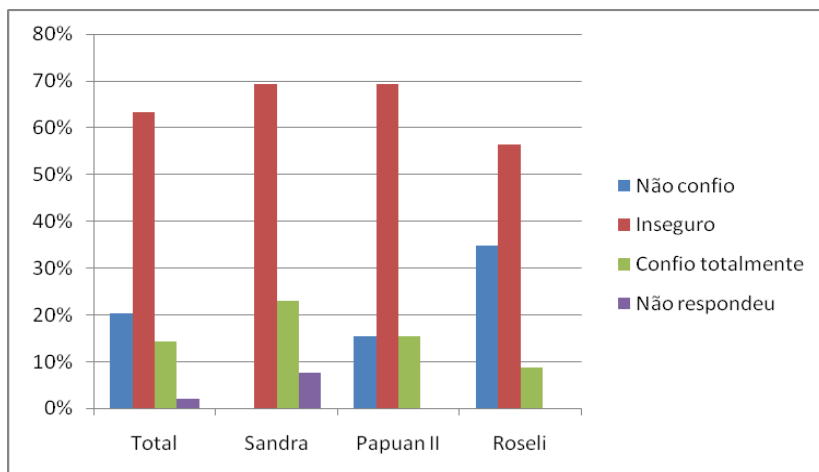


Figura 120 - Valores percentuais - Posto de Saúde - dados gerais.

Fonte: elaborada pelo autor.

6.5.29 Rádio Comunitária

A Rádio Comunitária teve uma avaliação de confiança de 73% no assentamento Sandra, 58% no assentamento Papuan II, e 76% no assentamento Roseli Nunes. A média geral ponderada de confiança na Rádio Comunitária é de 71%. Nota-se que, devido ao alcance pequeno, houveram algumas reclamações de que o sinal não chegava, ou chegava com dificuldade nos receptores. Entretanto, a confiança na Rádio Comunitária pode ser considerada boa.

Tabela 143 - Média ponderada - Rádio Comunitária.

Média ponderada - Rádio Comunitária				
	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Confiança	71%	73%	58%	76%

Fonte: elaborada pelo autor.

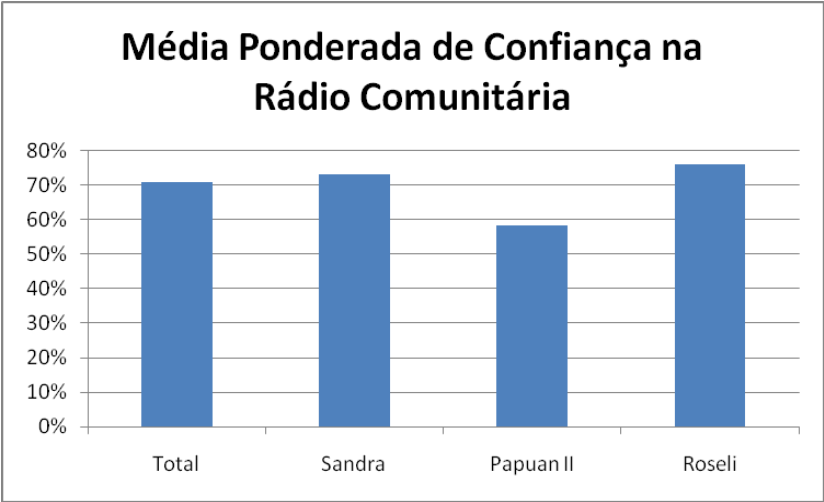


Figura 121 - Média ponderada - Rádio Comunitária.

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 144 - Valores absolutos - Rádio Comunitária - dados gerais.

Rádio Comunitária				
Nível de confiança	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Não confio	4	0	2	2
Inseguro	20	7	6	7
Confio totalmente	24	6	4	14
Não respondeu	1	0	1	0
Total	49	13	13	23

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 145 - Valores percentuais - Rádio Comunitária - dados gerais.

Rádio Comunitária				
Nível de confiança	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Não confio	8%	0%	15%	9%
Inseguro	41%	54%	46%	30%
Confio totalmente	49%	46%	31%	61%
Não respondeu	2%	0%	8%	0%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

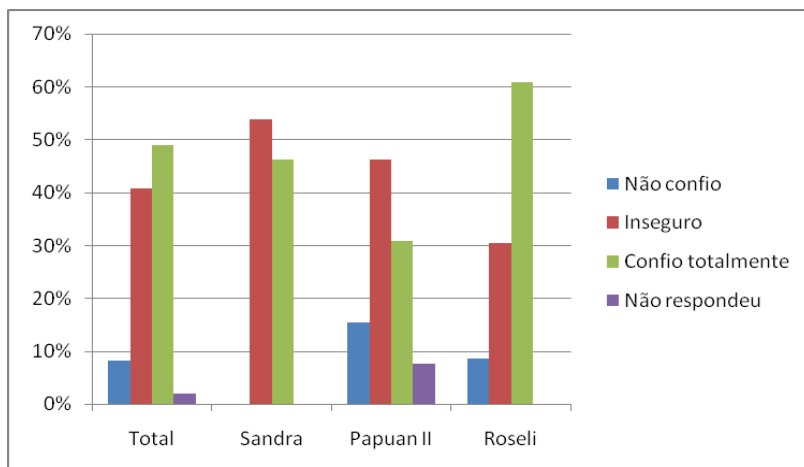


Figura 122 - Valores percentuais - Rádio Comunitária - dados gerais.
Fonte: elaborada pelo autor.

6.5.30 Atores adicionais

Outros atores que não constam na lista acima foram identificados: coleta de lixo, conselho tutelar, segurança pública, transporte escolar, e falta de policiamento. Como elemento negativo nas observações foi identificado fortemente a falta de segurança, e como elemento positivo a COOPTRASC, que presta assistência técnica conforme descrevemos no item do PRONAF.

Foi apontada, por um entrevistado, a nota zero com relação à confiança para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e aos bancos em prol da agricultura. Outro entrevistado atribuiu nota zero a polícia. O ponto crítico, parece, e não identificado como ator, é o sistema de segurança do assentamento, que pelas observações feitas deixa muito a desejar.

6.6 SISTEMATIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DE CONFIANÇA

Estratificação por esfera de poder, onde foram identificados no

mesmo quadro os atores ligados ao nível de poder federal, estadual, municipal, local, e sem enquadramento, e chegou-se à tabela 146. Os atores identificados por dimensão são: ambiental, econômico, técnico, social, e político. Os que não conseguem aderência a estes ambientes foram considerados sem enquadramento.

Tabela 146 - Atores - ordenados por esfera de poder.

Confiança	Total	Sandra	Papuan II	Roseli	Nível de Poder
Governo Federal	67%	73%	62%	67%	Federal
INCRA	63%	65%	58%	65%	Federal
EMBRAPA	61%	54%	69%	61%	Federal
IBAMA	60%	50%	50%	72%	Federal
PRONAF (Assistência Técnica)	60%	58%	62%	61%	Federal
Partido Político	50%	58%	58%	41%	Federal
CooperOeste	73%	65%	65%	83%	Estadual
EPAGRI	59%	46%	62%	65%	Estadual
FATMA	57%	62%	46%	61%	Estadual
CIDASC	52%	58%	50%	50%	Estadual
Microbacias	47%	42%	50%	48%	Estadual
Governo Estadual	44%	23%	46%	54%	Estadual
Assistência Social	56%	65%	54%	52%	Municipal
Governo Municipal	48%	54%	50%	43%	Municipal
Sindicatos	47%	58%	54%	37%	Municipal
Posto de Saúde	47%	63%	50%	37%	Municipal
SEAP	45%	50%	46%	42%	Municipal
Câmara de Vereadores	27%	15%	27%	33%	Municipal
Igreja	74%	92%	54%	76%	Local
Escola Comunitária	72%	85%	64%	70%	Local
Rádio Comunitária	71%	73%	58%	76%	Local
Conselho Comunitário	69%	71%	85%	59%	Local
Associações	63%	73%	69%	53%	Local

Comunitárias					
COOPEAL	40%	50%	46%	30%	Local
MST	63%	65%	58%	63%	Sem enquadramento
Universidades	59%	69%	50%	57%	Sem enquadramento
ONGs	42%	35%	50%	41%	Sem enquadramento
Bancos	39%	31%	46%	39%	Sem enquadramento
Compradores e Fornecedores B&S	37%	38%	39%	35%	Sem enquadramento

Fonte: elaborada pelo autor.

Pelo disposto na tabela 146 em esfera federal o melhor avaliado foi o Governo Federal, em esfera estadual a CooperOeste, em esfera municipal a Assistência Social, em esfera local a Igreja, e sem enquadramento o MST. Os pior avaliados a esfera federal foi o Partido Político, a esfera estadual o Governo Estadual, a esfera municipal a Câmara dos Vereadores, a esfera local a COOPEAL, e sem enquadramento os Compradores e Fornecedores de Bens e Serviços.

A seguir se apresenta a figura 123 que mostra os atores por esfera de poder.

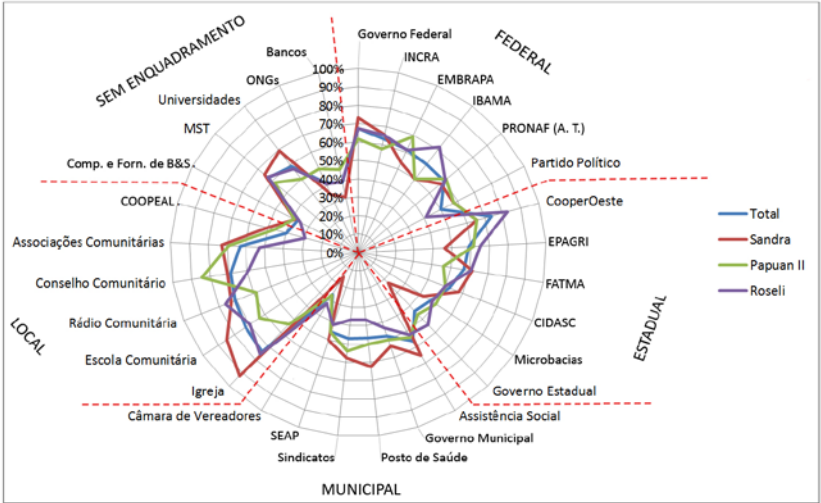


Figura 123 - Atores - ordenados por esfera de poder.
Fonte: elaborada pelo autor.

A síntese quantitativa da média de confiança permite visualizar que o maior poder de confiança se concentra nos atores locais, e o de menor poder de confiança nos atores municipais. Este dado se apresentará mais claramente em considerações finais deste capítulo, na figura 135.

Tabela 147 - Atores - ordenados por dimensão.

Confiança	Total	Sandra	Papuan II	Roseli	Dimensão
IBAMA	60%	50%	50%	72%	Ambiental
Universidades	59%	69%	50%	57%	Ambiental
FATMA	57%	62%	46%	61%	Ambiental
Microbacias	47%	42%	50%	48%	Ambiental
ONGs	42%	35%	50%	41%	Ambiental
CooperOeste	73%	65%	65%	83%	Econômica
COOPEAL	40%	50%	46%	30%	Econômica
Bancos	39%	31%	46%	39%	Econômica
Compradores e Fornecedores B&S	37%	38%	39%	35%	Econômica
Conselho Comunitário	69%	71%	85%	59%	Política

Governo Federal	67%	73%	62%	67%	Política
Partido Político	50%	58%	58%	41%	Política
Governo Municipal	48%	54%	50%	43%	Política
Sindicatos	47%	58%	54%	37%	Política
Governo Estadual	44%	23%	46%	54%	Política
Câmara de Vereadores	27%	15%	27%	33%	Política
Igreja	74%	92%	54%	76%	Social
Escola Comunitária	72%	85%	64%	70%	Social
Rádio Comunitária	71%	73%	58%	76%	Social
Associações Comunitárias	63%	73%	69%	53%	Social
MST	63%	65%	58%	63%	Social
Assistência Social	56%	65%	54%	52%	Social
Posto de Saúde	47%	63%	50%	37%	Social
INCRA	63%	65%	58%	65%	Técnico
EMBRAPA	61%	54%	69%	61%	Técnico
PRONAF (Assistência Técnica)	60%	58%	62%	61%	Técnico
EPAGRI	59%	46%	62%	65%	Técnico
CIDASC	52%	58%	50%	50%	Técnico
SEAP	45%	50%	46%	42%	Técnico

Fonte: elaborada pelo autor.

Pelo apresentado na tabela 147, pode-se perceber que na dimensão ambiental o melhor avaliado é o IBAMA, na dimensão econômica a CooperOeste, na dimensão política o Conselho Comunitário, na dimensão social a Igreja, e na dimensão técnica o INCRA. Os atores de menor avaliação são: na dimensão ambiental as ONGs, na dimensão econômica os Compradores e Fornecedores de Bens e Serviços, na dimensão política a Câmara de Vereadores, na dimensão social o Posto de Saúde, e na dimensão técnica a SEAP.

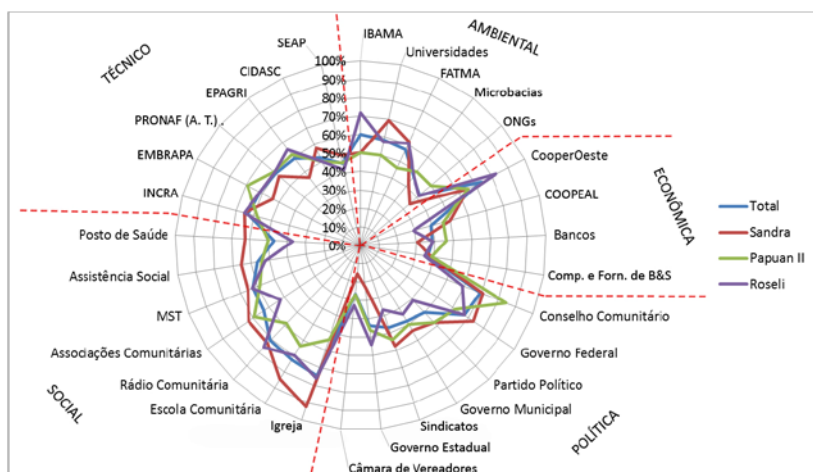


Figura 124 - Atores - ordenados por dimensão.

Fonte: elaborada pelo autor.

Da mesma forma da figura 123, a figura 124 apresenta a síntese quantitativa da média ponderada de confiança de poder por ator e por dimensões. Permite visualizar que o maior poder de confiança encontra-se na dimensão social, e o menor na dimensão política. Esse dado se consolida nitidamente nas figuras 136 e em considerações finais deste capítulo.

Fazendo-se uma identificação por ordenação decrescente da confiança nos atores em relação ao geral obtivemos a tabela 148 e a figura 125.

Tabela 148 - Atores - ordenados de forma crescente.

Confiança	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Igreja	74%	92%	54%	76%
CooperOeste	73%	65%	65%	83%
Escola Comunitária	72%	85%	64%	70%
Rádio Comunitária	71%	73%	58%	76%
Conselho Comunitário	69%	71%	85%	59%
Governo Federal	67%	73%	62%	67%
INCRA	63%	65%	58%	65%
Associações Comunitárias	63%	73%	69%	53%
MST	63%	65%	58%	63%
Embrapa	61%	54%	69%	61%
IBAMA	60%	50%	50%	72%
PRONAF (Assistência Técnica)	60%	58%	62%	61%
EPAGRI	59%	46%	62%	65%
Universidades	59%	69%	50%	57%
FATMA	57%	62%	46%	61%
Assistência Social	56%	65%	54%	52%
CIDASC	52%	58%	50%	50%
Partido Político	50%	58%	58%	41%
Governo Municipal	48%	54%	50%	43%
Sindicatos	47%	58%	54%	37%
Posto de Saúde	47%	63%	50%	37%
Micro Bacias	47%	42%	50%	48%
SEAP	45%	50%	46%	42%
Governo Estadual	44%	23%	46%	54%
ONGs	42%	35%	50%	41%
COOPEAL	40%	50%	46%	30%
Bancos	39%	31%	46%	39%
Compradores e Fornecedores B&S	37%	38%	39%	35%
Câmara de Vereadores	27%	15%	27%	33%

Fonte: elaborada pelo autor.

Analisando a tabela 148 pode-se perceber que independente de assentamento, de dimensão, ou de esfera, os atores de maior confiança são: Igreja, CooperOeste, Escola Comunitária, Rádio Comunitária e Conselho Comunitário. E os de menor avaliação de confiança são: ONGs, COOPERAL, Bancos, Compradores e Fornecedores de Bens e Serviços, e Câmara de Vereadores. A figura 125 apresenta os atores ordenados de forma crescente, de forma a ilustrar a tabela 148.

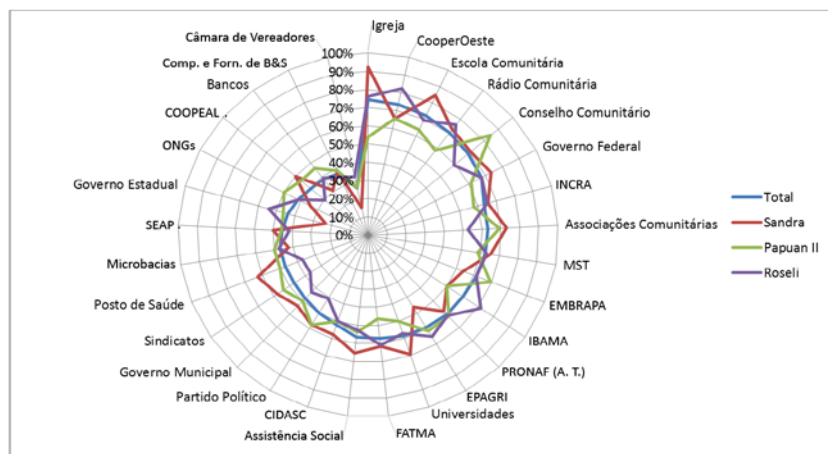


Figura 125 - Atores - ordenados de forma crescente.

Fonte: elaborada pelo autor.

6.7 PRINCÍPIOS DA GOVERNANÇA E INFORMAÇÕES ADICIONAIS

A seguir será aferido o comprometimento, o consenso, a responsabilidade, consulta às famílias, respeito à opinião própria, confiança nos vizinhos, proteção ao meio ambiente, e flexibilidade e cooperação. E se as informações que surgem dentro ou fora do assentamento são informadas aos assentados.

6.7.1 Comprometimento e pertencimento

Ao se perguntar se você se sente comprometido com o seu assentamento e fazendo parte dele 62% do assentamento responderam que sim, e 38% responderam às vezes. O assentamento Papuan II, 85% responderam que sim, e 15% se sentem comprometidos às vezes. No geral dos três assentamentos pesquisados 71% disseram se sentir comprometidos com o seu assentamento e fazendo parte dele, e 29% às vezes. Nota-se que nesta pergunta nenhuma resposta não apareceu, o

que é altamente significativo quanto à ideia de comprometimento e pertencimento. O sim está caracterizado no quadro abaixo como “comprometido”, o não como “não comprometido”, às vezes como “depende”, e “não respondeu”.

Este quesito pode ser relacionado com o valor da responsabilidade. Notou-se que nos princípios de confiança em Gomides e Silva (2009) o índice melhor avaliado foi a responsabilidade que cada um sentia com o seu assentamento, o que deu uma média 80%, e neste caso 71%. Há uma correlação de coerência entre estes dois quesitos avaliados.

Tabela 149 - Valores absolutos - comprometimento e pertencimento.

	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Comprometido	35	8	11	16
Não Comprometido	0	0	0	0
Depende	14	5	2	7
Total	49	13	13	23

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 150 - Valores percentuais - comprometimento e pertencimento.

	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Comprometido	71%	62%	85%	70%
Não Comprometido	0%	0%	0%	0%
Depende	29%	38%	15%	30%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

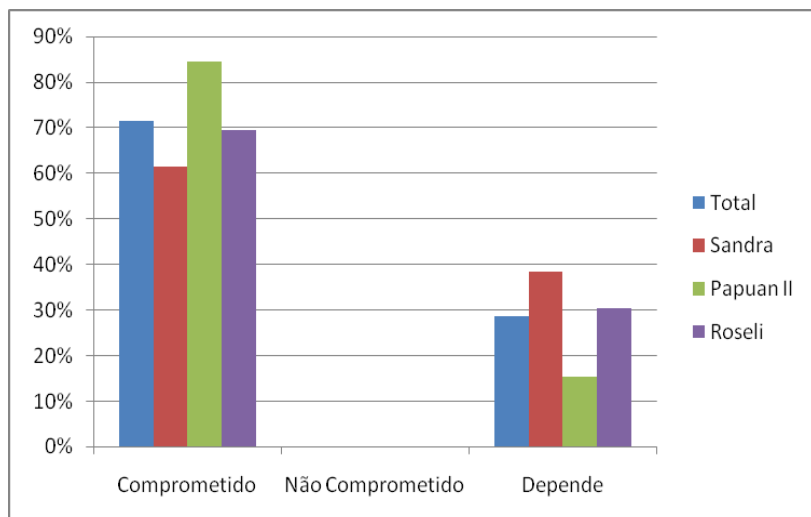


Figura 126 - Valores percentuais - comprometimento e pertencimento.

Fonte: elaborada pelo autor.

Quanto ao porque você se sente fazendo parte, sim, não ou às vezes, no assentamento Sandra foram obtidos as seguintes respostas: “às vezes por causa de interesses próprios”, “às vezes porque não sou convidado”, outro disse “nem sempre participo das ações”, e o último respondeu “porque nós temos outros interesses próprios com a nossa família”. E um não fez comentários, sendo assim um total de às vezes de cinco. Os que responderam sim, um não fez comentários; outro escreveu: “é o esforço que foi conquistado com muito suor e aqui conseguimos melhor qualidade de vida”; outro que respondeu sim, “por interesse próprio”; o outro escreveu “participação, decisões e opiniões”, o seguinte “porque a minha vida eu construí aqui, foi uma grande conquista pra quem mora aqui, que enfrentou dificuldades desde o primeiro dia”; outro respondeu que é um bom lugar para se viver; outro disse que “eu participo sempre que necessário”; e o último que respondeu sim o fez dizendo “tem à ver com a melhoria”.

Do assentamento Papuan II houve 11 respostas sim, e duas às vezes. As duas às vezes comentaram “as pessoas são muito individualistas” e também que “deixam a gente fora das decisões”. Os que responderam sim, dois não fizeram comentários, e os demais: “começamos a vida aqui, foi aqui que crescemos, e de onde tiramos

nosso meio de vida”; “conheço e tenho confiança em todos”; “é uma organização que envolve pessoas responsáveis para continuar organizando cada vez mais”; “sim, porque moro aqui”; “sim, porque moro nele (assentamento)”; “nós somos famílias assentadas e fazemos parte dessa luta e desta história”; “sim, porque só assim recebi a terra”; outro “sempre participo”; e o último “uma busca de independência”.

No assentamento Roseli Nunes, quatro não fizeram comentários, três fizeram comentários a respeito de às vezes: “dentro do assentamento como em outros lugares tem diferenças de opiniões, religiões e outros”; outro escreveu “não me sinto confiante”; e o terceiro às vezes respondeu “porque tem muita discriminação”. Dos que responderam sim, sete não fizeram comentários, e os demais fizeram as seguintes considerações: “assim é uma organização séria na qual faço parte e é reconhecida nacionalmente”; “é dele que tiro tudo que preciso para viver e criar os filhos”, outro “estou criando minha família e todos tem o direito”, “eu sou assentado e moro nele”; “eu sou assentado e tento fazer o melhor ao assentamento”; “me sinto comprometido porque somos bem amigos”; “participo, porque moro nele e gosto daqui”; e outro “sempre participo”.

6.7.2 Consenso

A pergunta a seguir se expressa: as decisões que dizem respeito ao assentamento são tomadas por consenso? No assentamento Sandra 46% responderam que sim, e 54% que não. No assentamento Papuan II 38% responderam que sim, 54% responderam que não, e 8% não responderam. No assentamento Roseli Nunes 22% responderam sim, 4% não, e 74% às vezes, isso significa que esta pergunta nos três assentamentos, no geral apontam para 33% sim, 2% não, 63% às vezes, e 2% não responderam. Apresentando as tabelas e o gráfico ficou convencionado que sim é “decisão por consenso”, não é “decisão sem consenso”, às vezes “depende”, e “não respondeu”. O sim está caracterizado no quadro abaixo como “decisões por consenso”, o não como “decisões sem consenso”, às vezes como “depende”, e “não respondeu”.

Tabela 151 - Valores absolutos - consenso.

	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Decisões por consenso	16	6	5	5
Decisões sem consenso	1	0	0	1
Depende	31	7	7	17
Não Respondeu	1	0	1	0
Total	49	13	13	23

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 152 - Valores percentuais - consenso.

	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Decisões por consenso	33%	46%	38%	22%
Decisões sem consenso	2%	0%	0%	4%
Depende	63%	54%	54%	74%
Não Respondeu	2%	0%	8%	0%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

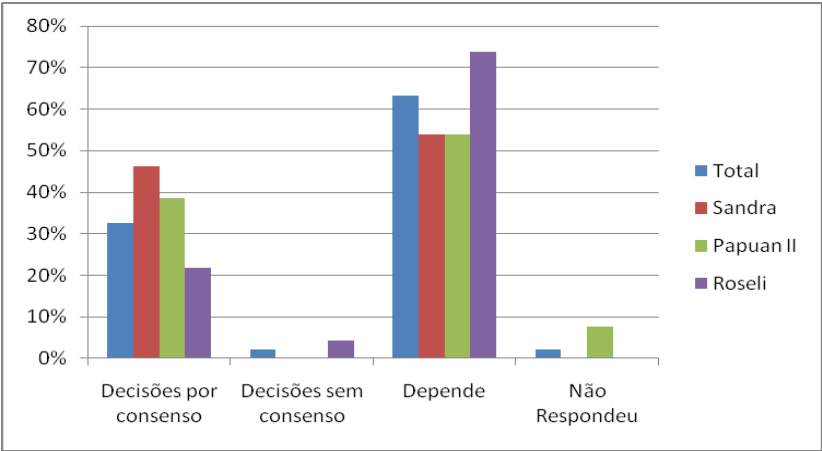


Figura 127 - Valores percentuais - consenso.

Fonte: elaborada pelo autor.

No assentamento Sandra, com relação à resposta “às vezes” cinco não comentaram, e dois comentaram: “às vezes a gente não aceita todas as coisas”; e “nem sempre a gente concorda com certas decisões”. Com relação a resposta sim, no assentamento Sandra, seis pessoas responderam sim, dois sem comentários, e os outros quatro responderam que: “a maioria decide o que é melhor”; “a participação de todas as famílias nas decisões”; “as decisões são por consenso”; e o último respondeu “sim porque é importante”.

Do assentamento Papuan II sete responderam “às vezes”, três sem comentários, e os outros quatro responderam: “a participação não é muito constante”; “nem todos tem a mesma ideia”; “porque as decisões não são favoráveis”; e o último “porque tem pessoas que fazem a base com palito”. Cinco responderam sim, com o seguinte teor: “a maioria decide”; “pela maioria”; “porque é bom pra todos”; “porque o objetivo é o mesmo”; e outro “tem as lideranças e os conselhos”. E uma pessoa do assentamento Papuan II não respondeu, portanto não fez comentário.

Do assentamento Roseli Nunes, dezessete responderam às vezes, doze sem comentários. Os cinco que comentaram fizeram no seguinte teor: “às vezes mudam as decisões”; “muitas vezes tem acordo e outras vezes não”; “nem sempre os integrantes são comunicados”; “nem todos tem compreensão política e ideológica”; e o último respondeu “porque nunca decidem nada”. Os que responderam sim, que são cinco, três não fizeram comentários, e dois o fizeram: “as decisões são tomadas pelos assentados”; e o outro “todos participam das decisões”. Houve uma resposta “não há consenso”, e o respondente não fez comentários.

6.7.3 Responsabilidade

A pergunta direta foi: a responsabilidade é um valor presente no assentamento? No assentamento Sandra 38% responderam que sim, 0% que não, e 62% às vezes, e 0% não respondeu. No assentamento Papuan II, 69% responderam que sim, 9% responderam que não, 31% às vezes, e não responderam 0%. No assentamento Roseli Nunes 30% responderam que sim, 13% responderam que não, 57% responderam às vezes, e 0% as vezes. Obtendo-se na média dos três assentamentos 43% de sim, 6% de não, 51% às vezes, e 0% não respondeu. Destaca-se que sim significa nas tabelas e no gráfico que “há responsabilidade”, não que “não há responsabilidade”, às vezes como “depende”, e não respondeu. Nota-se que a percepção da responsabilidade pessoal é diferente da

percepção do assentamento. Enquanto a responsabilidade pessoal expressou-se como 80%, não se percebe neste caso a mesma coerência à partir da responsabilidade que emana do assentamento como um valor presente.

Tabela 153 - Valores absolutos - responsabilidade.

	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Há responsabilidade	21	5	9	7
Não há responsabilidade	3	0	0	3
Depende	25	8	4	13
Não Respondeu	0	0	0	0
Total	49	13	13	23

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 154 - Valores percentuais - responsabilidade.

	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Há responsabilidade	43%	38%	69%	30%
Não há responsabilidade	6%	0%	0%	13%
Depende	51%	62%	31%	57%
Não Respondeu	0%	0%	0%	0%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

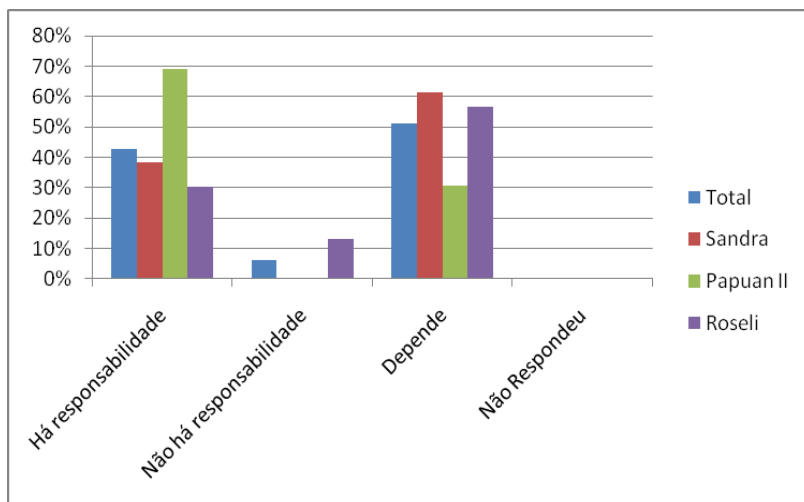


Figura 128 - Valores percentuais - responsabilidade.

Fonte: elaborada pelo autor.

No assentamento Sandra houveram oito resposta “às vezes”, três sem comentários. Os cinco que comentaram fizeram nos seguintes termos: “deveria ser, mas nem todos são responsáveis”; “muitos não acompanham”; “nem todas as vezes se preocupam com os outros”; “nem todos assumem suas responsabilidades”; e “um concorda de um tipo e outro de outro”. No total cinco responderam sim, dois sem comentários, e três o fizeram no seguintes termos: “a gente convida para participar e poucos aceitam certas decisões”; “sem ela não podemos chegar onde queremos, e com ela vamos em frente”; e “todas as famílias são responsáveis pelos seus lotes e assentamentos”.

No assentamento Papuan II houveram quatro respostas às vezes, e os dois que fizeram comentários o fizeram nos seguintes termos: “nem todos tem responsabilidade e compromisso”; e “porque muitos não agem com responsabilidade”. Nove respondentes do assentamento Papuan II responderam sim, um sem comentários, dois responderam “cada um é responsável pelos seus atos”, e os demais o fizeram nos seguintes termos: “as lideranças coordenadores devem manter a honestidade e responsabilidade no assentamento”; “bastante comprometimento”; “é o compromisso de cada assentado”; “precisa responsabilidade para construir uma sociedade”; “sem responsabilidade

“você não é nada”; e “todo mundo é responsável pelos seus atos”.

No assentamento Roseli Nunes treze entrevistados responderam às vezes, doze não fizeram comentários, e um afirmou: “muitos não tem responsabilidade em nada”. Três responderam não, dois sem comentários, e um disse: “pouco se dispõe”. E sete responderam sim, três sem comentários, e os outros os fizeram nos seguintes termos: “é bem planejado”; “porque os movimentos sociais com MST foram criadas antes do povo vir para a terra”; “são muito unidos”; e o último disse que “todos se comprometem”.

6.7.4 Consulta à família

Ao se perguntar se, nas decisões adotadas, que dizem respeito ao assentamento, você e sua família são consultados, nas decisões do assentamento? 15% do assentamento Sandra responderam que sim, 15% responderam que não, 62% responderam às vezes, e 8% não responderam. No assentamento Papuan II 31% responderam que sim, 8% responderam que não, 62% às vezes, e 0% não respondeu. No assentamento Roseli Nunes 13% responderam que sim, 22% responderam que não, 65% às vezes, e 0% não respondeu. Em sendo assim, na média geral dos três assentamentos, 18% responderam que sim, 16% que não, 63% às vezes, e 2% não respondeu. Entende-se como sim “decisões com consulta”, não “decisões sem consulta”, às vezes como “depende”, e “não respondeu”.

Nota-se que o indicador mais forte é que depende da situação, pois há casos onde as famílias são consultadas, e em outros casos não. Nesta pergunta os três assentamentos mantêm uma significativa coerência no quesito “depende” (tabela 155, 156, e figura 129).

Tabela 155 - Valores absolutos - consulta a família.

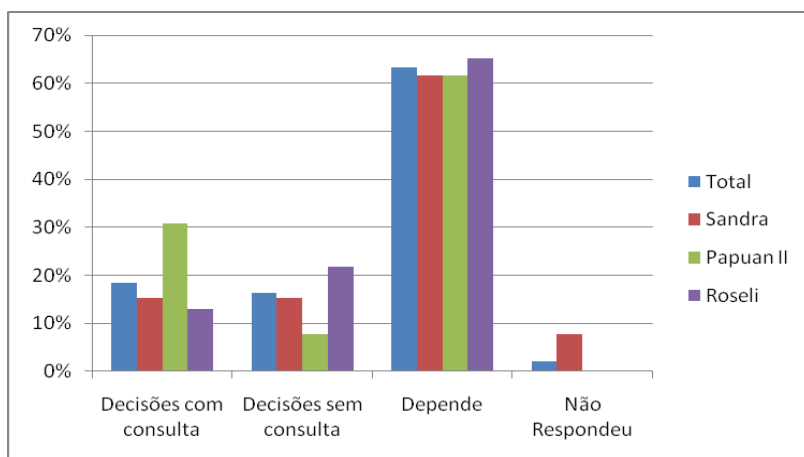
	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Decisões com consulta	9	2	4	3
Decisões sem consulta	8	2	1	5
Depende	31	8	8	15
Não Respondeu	1	1	0	0
Total	49	13	13	23

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 156 - Valores percentuais - consulta a família.

	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Decisões com consulta	18%	15%	31%	13%
Decisões sem consulta	16%	15%	8%	22%
Depende	63%	62%	62%	65%
Não Respondeu	2%	8%	0%	0%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

**Figura 129** - Valores percentuais - consulta a família.

Fonte: elaborada pelo autor.

Quanto às respostas descritivas, o sim, não, às vezes, e por que, no assentamento Sandra oito responderam às vezes, seis sem comentários, e dois o fizeram dizendo: “porque alguns querem mandar”; “temos pessoas que não acreditam no santo de casa”. Dois responderam não, mas não fizeram comentários. Dois responderam sim, um sem comentários e o outro comentou: “participação das reuniões e assembléias”. E dois responderam não, e o fizeram sem comentários.

No assentamento Papuan II oito responderam às vezes, cinco sem comentários, e os três que responderam o fizeram com o seguinte teor: “alguém quer ficar com as decisões e não repassa as leis para o

assentamento, por isso a gente não participa corretamente”; “nem sempre a gente participa”; “nem sempre podemos estar presentes”. Um respondeu não e o fez sem comentários. Quatro responderam sim, um sem comentários e os outros três o fizeram nos seguintes termos: “participamos e damos a nossa sugestão”; “porque opinamos sobre os assuntos”; “são reconhecidos e se sentem bem”.

No assentamento Roseli Nunes 15 responderam às vezes, 13 sem comentários, e os dois que comentaram o fizeram da seguinte forma: “nem sempre as pessoas tem compreensão de igualdade”; e o outro respondeu “por diferença ou falta de interesse por quem o coordena”.

6.7.5 Respeito à opinião

Ao se perguntar você sente que sua opinião é respeitada, no assentamento Sandra 54% responderam que sim, 8% que não, 38% às vezes e 0% não respondeu. No Papuan II 54% responderam que sim, 0% que não, 38% às vezes, e 8% não responderam. No Roseli Nunes 22% responderam que sim, 22% que não, 57% às vezes, e 0% não respondeu. Neste caso o sim “a opinião pessoal é respeitada”, o não “a opinião pessoal é desrespeitada”, “depende”, e “não respondeu” (tabela 157, 158, e figura 130).

Tabela 157 - Valores absolutos - respeito à opinião.

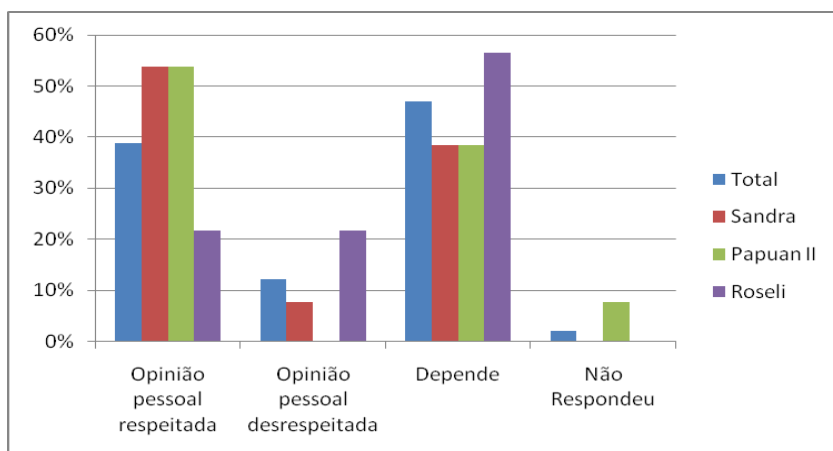
	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Opinião pessoal respeitada	19	7	7	5
Opinião pessoal desrespeitada	6	1	0	5
Depende	23	5	5	13
Não Respondeu	1	0	1	0
Total	49	13	13	23

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 158 - Valores percentuais - respeito à opinião.

	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Opinião pessoal respeitada	39%	54%	54%	22%
Opinião pessoal desrespeitada	12%	8%	0%	22%
Depende	47%	38%	38%	57%
Não Respondeu	2%	0%	8%	0%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

**Figura 130** - Valores percentuais - respeito à opinião.

Fonte: elaborada pelo autor.

Na pergunta “você sente que sua opinião é respeitada?”, no assentamento Sandra cinco respostas foram às vezes, sendo quatro sem comentários, e um respondeu “cada um tem uma opinião”. Uma respondeu não, dizendo “porque não aceitam a minha opinião”. Sete pessoas responderam que sim, cinco sem comentários, e dois responderam “participo das decisões do assentamento”; e outro respondeu “traz benefícios para a comunidade e para o conjunto da organização”.

No assentamento Papuan II cinco responderam às vezes, dois sem comentários, um respondeu “não sei”; o outro “nem sempre”; e outro

“são idéias de vários”. Sete pessoas responderam sim, três sem comentários, os quatro que responderam utilizaram os seguintes termos: “confiança”; “porque o pessoal escuta”; “porque todos se respeitam”; e o último “todos se respeitam”. Ninguém respondeu não no assentamento Papuan II, e um não respondeu o questionário e também não fez comentários.

Treze responderam às vezes no assentamento Roseli Nunes, dez não fizeram comentários, e os três que fizeram afirmaram que: “cada um tem a sua visão”; “nem todos são iguais”; “quando a minha opinião é melhor do que a dos outros”. Cinco disseram não, dois sem comentários, e os outros três responderam: “manda quem pode”; “nem pedem nossa opinião”; “por meus conhecimentos”. Cinco pessoas responderam sim, quatro sem comentários, e um escreveu: “porque tudo é decidido pelo grupo”.

6.7.6 Confiança nos vizinhos

Embora vizinho não tenha sido considerado como um interlocutor nos assentamentos, portanto não foi medido seu nível de confiança, aqui se pergunta: você confia em seus vizinhos? No assentamento Sandra 100% confia nos vizinhos, no assentamento Papuan II 69% confiam nos vizinhos, 0% não confiam, 23% confiam às vezes, e 8% não responderam. No assentamento Roseli Nunes 39% responderam que sim, 17% que não, 43% às vezes, e 0% não respondeu. Destaca-se que apenas 39% confiam no vizinho no assentamento Roseli Nunes, enquanto que no assentamento Sandra 100% confiam. Como média geral dos assentamentos, 63% responderam que sim, 8% que não, 27% às vezes, e 2% não responderam. Para efeito de entendimento das tabelas e do gráfico, sim significa “confio no vizinho”, não significa “não confio no vizinho”, às vezes significa “depende”, e não respondeu (tabela 159, 160, e figura 131).

Tabela 159 - Valores absolutos - confiança nos vizinhos.

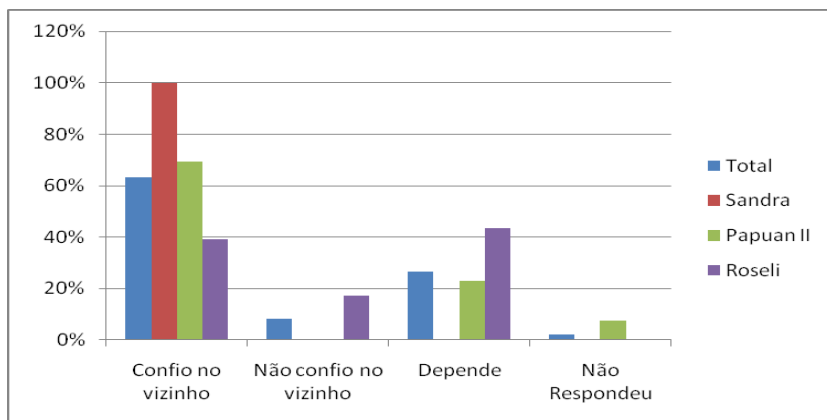
	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Confio no vizinho	31	13	9	9
Não confio no vizinho	4	0	0	4
Depende	13	0	3	10
Não Respondeu	1	0	1	0
Total	49	13	13	23

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 160 - Valores percentuais - confiança nos vizinhos.

	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Confio no vizinho	63%	100%	69%	39%
Não confio no vizinho	8%	0%	0%	17%
Depende	27%	0%	23%	43%
Não Respondeu	2%	0%	8%	0%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

**Figura 131** - Valores percentuais - confiança nos vizinhos.

Fonte: elaborada pelo autor.

Nos comentário abertos sobre o porque você confia ou não confia nos vizinhos, ou as vezes, as respostas escritas foram: no assentamento Sandra 13 pessoas responderam que sim, e os que se justificaram fizeram nos seguintes termos: “as pessoas que a gente tem como vizinho a gente tem confiança”; “existe ajuda e cooperação entre os vizinhos”; “porque são gente boa e ajudam”; “porque temos bons vizinhos e bons relacionamentos”; “quanto a gente necessita do vizinho é o primeiro que a gente procura”; “são pessoas abertas e que tem clareza com o assentamento”; “são todos muito bons”.

No assentamento Papuan II três responderam às vezes, dois sem comentários, e um escreveu: “sempre tem alguém que não acompanha a ocupação e eles não acompanham o movimento”. Nenhum disse que não, um não respondeu, nove disseram que sim, e que comentaram o seguinte: “é com eles que convivemos e nos ajudamos”; “é o primeiro parente”; “nos conhecemos a anos”; “nunca deram motivo para desconfiança”; “são honestos”; “são os primeiros a nos ajudar”; “são pessoas de respeito e de ajudar um ao outro”; e duas respostas foram “são pessoas do bem”.

No assentamento Roseli Nunes dez pessoas responderam às vezes, três sem comentários, e os que comentaram disseram: “cada um tem sua opinião”; “não dá pra confiar em todo mundo”; “não se pode confiar em alguns vizinhos porque são suspeitos”; “não se pode confiar totalmente em outras pessoas, pois nem em si mesmo pode confiar”; “nem sempre, só em alguns vizinhos”; “nem todos são iguais”; “sempre tem alguém de confiança”. Quatro responderam não, três sem comentários, e um disse “não se pode confiar em ninguém”. Nove pessoas responderam sim, sete não comentaram, e um disse “que o vizinho é confiável”, e outro “que os conheço a onze anos”.

6.7.7 Proteção ao meio ambiente

Ao se perguntar se “você percebe ações de proteção ao meio ambiente na sua propriedade e no assentamento?”, no assentamento Sandra 77% responderam sim, 15% que não, 8% às vezes, e 0% não respondeu. No assentamento Papuan II 38% responderam que sim, 0% que não, 62% às vezes, e 0% não respondeu. No assentamento Roseli Nunes 26% respondeu que sim, 26% respondeu que não, 48% às vezes, e 0% não respondeu. No geral, dos três assentamentos, 46% percebem ações de proteção ao meio ambiente, 16% não, 41% às vezes, e 0% não

respondeu. Para entender as tabelas e o gráfico, sim significa “há proteção ao meio ambiente”, não significa “não há proteção ao meio ambiente”, às vezes significa “depende”, e “não respondeu” (tabela 161, 162, e figura 132).

Tabela 161 - Valores absolutos - proteção ao meio ambiente.

	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Há proteção ao meio ambiente	21	10	5	6
Não há proteção ao meio ambiente	8	2	0	6
Depende	20	1	8	11
Não Respondeu	0	0	0	0
Total	49	13	13	23

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 162 - Valores percentuais - proteção ao meio ambiente.

	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Há proteção ao meio ambiente	43%	77%	38%	26%
Não há proteção ao meio ambiente	16%	15%	0%	26%
Depende	41%	8%	62%	48%
Não Respondeu	0%	0%	0%	0%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

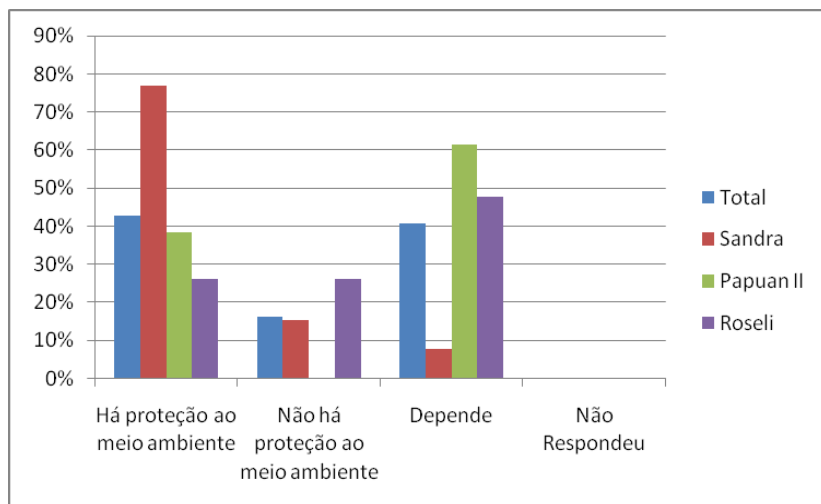


Figura 132 - Valores percentuais - proteção ao meio ambiente.

Fonte: elaborada pelo autor.

No assentamento Sandra, perguntado o porquê se percebem ações de proteção ao meio ambiente, um respondeu às vezes e não fez comentários, dois responderam que não, um não comentou e outro disse “uso de agrotóxicos e utilização da água”. Dez pessoas responderam que sim, que sentem proteção ao meio ambiente, seis sem comentários, e os quatro que responderam o fizeram da seguinte forma: “a gente protege as árvores, a água, e cuida para não poluir”; “os assentados tem ciência de preservar a natureza”; “porque preciso ajudar o meio ambiente”; “porque não queimamos lixo e sim plantamos árvores nativas”.

No assentamento Papuan II perguntado se percebem ações de proteção ao meio ambiente, oito responderam às vezes, três sem comentários, e os cinco que responderam fizeram da seguinte maneira: “as pessoas ainda não tomaram total consciência do quanto é importante preservar a natureza”; “As pessoas não tomaram consciência de que estão fazendo o mal a si mesmos”; “ocorreu muito desmatamento”; “por falta de planejamento”; “tem algumas pessoas que acham que o dinheiro é o mais importante”. Cinco pessoas responderam que sim, um sem comentários, e os outros comentaram que: “cada um tem a responsabilidade de manter seu lote sempre limpo e protegido de agrotóxicos”; “há consciência de respeito a natureza”; “precisamos

cuidar e proteger porque precisamos de água para nós e para todos os seres vivos”; “preservamos”. Nenhum respondeu não perceber.

No assentamento Roseli Nunes onze entrevistados responderam às vezes, dos quais oito sem comentários, e três nos seguintes termos: “devemos conscientizar mais as pessoas da importância”; “falta mais conscientização”; “há sempre alguém preocupado”. Seis pessoas disseram que não se percebe proteção ao meio ambiente, três não fizeram comentários, e os outros três nos seguintes termos: “muitas pessoas não se importam com isso, porque na reserva tem muito lixo”; “tem muitos que não respeitam nada”. Seis pessoas responderam que sim, cinco sem comentários, e um disse “a lei é responsabilidade de cada assentado”.

6.7.8 Flexibilidade e cooperação

Ao perguntar “você tem percebido flexibilidade e cooperação por parte das pessoas envolvidas no assentamento?”, no assentamento Sandra 62% responderam que sim, 0% que não, e 38% responderam às vezes, e 0% não respondeu. No assentamento Papuan II 15% responderam que sim, 8% que não, e 77% às vezes, e 0% não respondeu. No assentamento Roseli Nunes 13% responderam que sim, 9% que não, e 57% às vezes, e 22% não responderam. A percepção geral indica que 27% responderam que sim, 6% que não, 57% às vezes, e 10% não responderam. Para efeito demonstrativo das tabelas e do gráfico utilizou-se sim “há flexibilidade e cooperação”, não como “não há flexibilidade e cooperação”, às vezes como “depende”, e “não respondeu” (tabela 163, 164, e figura 133).

Tabela 163 - Valores absolutos - flexibilidade e cooperação.

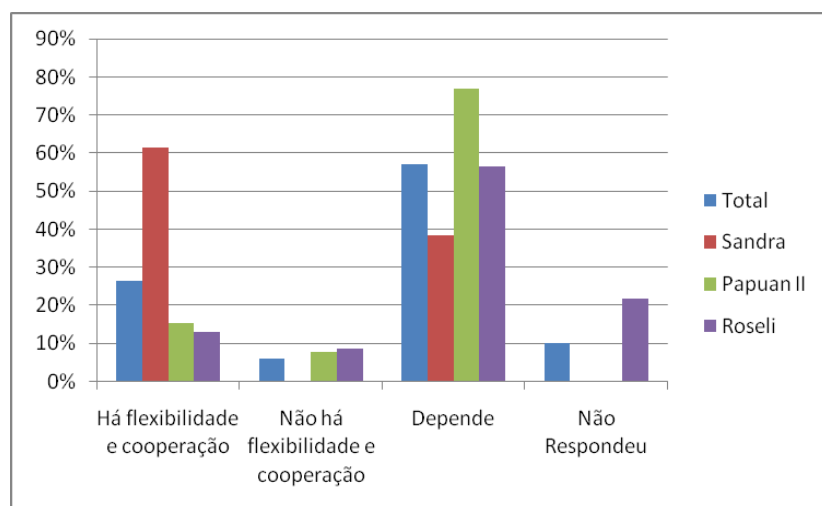
	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Há flexibilidade e cooperação	13	8	2	3
Não há flexibilidade e cooperação	3	0	1	2
Depende	28	5	10	13
Não Respondeu	5	0	0	5
Total	49	13	13	23

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 164 - Valores percentuais - flexibilidade e cooperação.

	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Há flexibilidade e cooperação	27%	62%	15%	13%
Não há flexibilidade e cooperação	6%	0%	8%	9%
Depende	57%	38%	77%	57%
Não Respondeu	10%	0%	0%	22%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

**Figura 133** - Valores percentuais - flexibilidade e cooperação.

Fonte: elaborada pelo autor.

Quando foi solicitado porque você respondeu se há ou não, ou às vezes, flexibilidade e cooperação entre as pessoas envolvidas no assentamento, no assentamento Sandra cinco responderam às vezes. Quatro sem comentários, e um escreveu: “o povo tenta cooperar e participar mais, mas não são todos que compreendem e sabem interpretar”. Oito pessoas responderam que sim, quatro sem comentários, e os três que responderam assim o fizeram: “existem cooperativas para produção e comercialização dos produtos e existe cooperação entre as famílias”; “há uma cooperação entre as famílias em

todos os sentidos, até no trabalho”; outro “nós merecemos a participação”; e o último respondeu “porque as pessoas são merecedoras”. Não houve nenhuma resposta não.

Dez pessoas responderam às vezes no assentamento Papuan II, quatro o fizeram sem comentários, dois responderam “as coisas estão mudando um pouco”, e os outros quatro: “nem sempre concordam com as idéias da maioria”; “nem sempre serve para todas as pessoas”; “no começo era melhor”; e o último “o que é bom para um não é bom para o outro”. Um pessoa respondeu não e o fez sem comentários. Duas pessoas responderam que sim, uma não fez comentário, e a outra escreveu: “todos se ajudam e se entendem”.

Treze pessoas responderam às vezes, dos quais onze sem comentários, e dois o fizeram nos seguintes termos: “cada família tem uma visão”; “nem sempre temos coordenadores dispostos a enfrentar as dificuldades, mesmo assim sempre encontramos pessoas que cooperam conosco”. Duas pessoas responderam não, uma sem comentários, e a outra respondeu “não tem a cooperação de todos”. Três pessoas responderam sim, e sem comentários. E cinco pessoas não responderam e não comentaram.

6.7.9 Comunicação geral

Ao se perguntar “as informações que surgem dentro ou fora do assentamento de interesse de todas as famílias assentadas são comunicadas a todos os membros do assentamento?”. No assentamento Sandra, 46% responderam que sim, 23% que não, 31% às vezes, e 0% não respondeu. No assentamento Papuan II, 31% responderam que sim, 15% que não, 46% às vezes, e 8% não responderam. No assentamento Roseli Nunes, 13% responderam que sim, 30% que não, 39% às vezes, e 17% não respondeu. Isso significa que a percepção geral indica, 27% sim, 24% não, 39% às vezes, e 10% não respondeu. É preocupante o fato que a informação comunicada a todos os membros do assentamento no geral de sim represente apenas 27%. Nas tabelas 165 e 166, e na figura 134 utilizou-se sim “há comunicação geral”, não significa “não há comunicação geral”, o às vezes significa “depende”, e o último “não respondeu”.

Tabela 165 - Valores absolutos - comunicação geral.

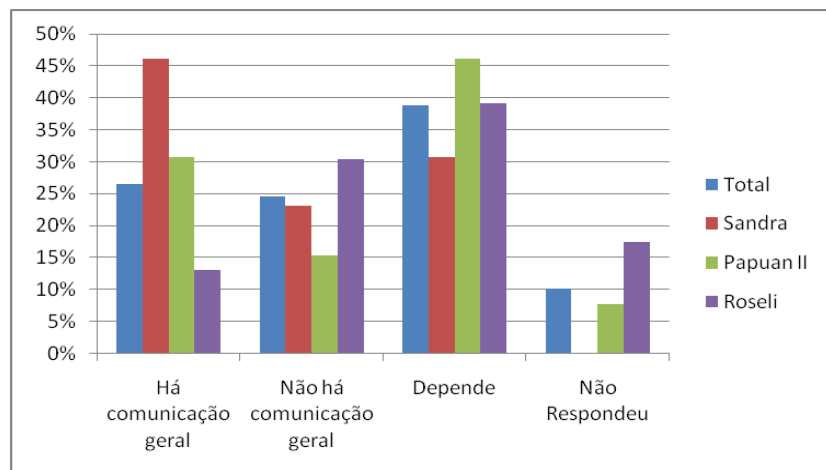
	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Há comunicação geral	13	6	4	3
Não há comunicação geral	12	3	2	7
Depende	19	4	6	9
Não Respondeu	5	0	1	4
Total	49	13	13	23

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 166 - Valores percentuais - comunicação geral.

	Total	Sandra	Papuan II	Roseli
Há comunicação geral	27%	46%	31%	13%
Não há comunicação geral	24%	23%	15%	30%
Depende	39%	31%	46%	39%
Não Respondeu	10%	0%	8%	17%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

**Figura 134** - Valores percentuais - comunicação geral.

Fonte: elaborada pelo autor.

No assentamento Sandra quatro pessoas responderam às vezes, três não fizeram comentários, e um respondeu “falta mais comunicação”. Três responderam não, sem comentários. E seis responderam que sim, cinco sem comentários, e um disse que “as comunicações acontecem através de reuniões, assembléias, e programas de rádio”.

No assentamento Papuan II seis pessoas responderam às vezes, quatro sem comentários, e dois responderam: “nem sempre todos estão reunidos”, e “os avisos são dados nos cultos e nem todos participam”. Dois responderam que não há, e justificaram: “a rádio comunitária tem pouca potência”; e “falta comunicação”. Um não respondeu e não comentou. Quatro responderam que sim, um sem comentários, e três o fizeram; “comunicação é aberta”; “quem participa está sempre informado”; “são informados pela rádio e pela igreja”.

Do assentamento Roseli Nunes nove responderam às vezes sem comentários, sete responderam não, dois sem comentários, e os outros por: “falta interesse”; “mas é em geral”; “nem sempre somos comunicados”; “nem todos ficam sabendo das informações”; “pouca gente é informada”. Quatro pessoas não responderam e não comentaram. Três pessoas responderam que sim, que há comunicação geral, dois não comentaram, e um disse “para que todos os assentados se sintam informados”.

A seguir são apresentadas contribuições qualitativas onde os pesquisados escrevem sobre sua evolução social e econômica, identificam o que ajuda a unir ou desunir o assentamento, identificam as instituições (atores) com que mais se relaciona, apresentam sugestões de melhorias, e identificam as perspectivas futuras. Para manter a fidelidade apresentamos as respostas em quadros, seguindo fielmente a manifestação do entrevistado.

6.8 CONTRIBUIÇÕES

6.8.1 Evolução social e econômica dos assentados a partir de sua própria perspectiva

Foi solicitado aos assentados para escreverem livremente como foi sua evolução social e econômica desde antes da conquista do lote até os dias atuais. As respostas estão transcritas nos quadros 1, 2 e 3

respectivamente, assentamento Sandra (quadro 1), assentamento Papuan II (quadro 2) e assentamento Roseli Nunes (quadro 3).

Entrevistado	Opinião
1	“Desde quando chegamos aqui, nossa família apenas evoluiu, nós não tínhamos quase nada, e hoje consideramos que estamos muito bem, graças aos frutos alcançados aqui...”
2	Não respondeu
3	“O acampamento é a melhor escola, é mais do que uma faculdade. Aprendemos a valorizar a vida, ou seja, ter uma visão além do umbigo de cada um. No assentamento melhoramos a nossa qualidade de vida e buscamos resultados para a família e o conjunto de pessoas”
4	“Antes nos morávamos no município de Campo Erê. Meus pais eram arrendatários para conseguir sobreviver, quando surgiram os grupos sociais como o MST, organizando as pessoas para ocuparem as terras – latifúndios – aí surgiu nossos horizontes. Não foi fácil, mas com persistência e coragem das pessoas que aqui estavam, hoje estamos com um nível de vida bem melhor. Tivemos ajuda dos movimentos: MST, movimento das mulheres, ajuda de pessoas particulares relacionadas para ajudar que as coisas tivessem seu desenvolvimento igualitário para todos”
5	“Desde a primeira ocupação até hoje, houve melhorias na parte produtiva, onde os produtos dos assentados são concretizados por cooperativas ligadas a organização. Na parte social, melhoria nas habitações, nas comunidades e espaços comunitários. Na educação há escolas para que os jovens fiquem no campo até completarem o ensino médio. Participação das organizações sociais, onde as decisões são tomadas em conjunto”
6	Não respondeu.
7	“Sou... fui pessoa muito sofrida por ser arrendatário e dava lucro apenas para o dono da terra. Há 27 anos que estamos aqui assentados e adquirimos muitas coisas boas. Em primeiro lugar damos estudos para os filhos. Fizemos financiamento para corrigir a terra para sustento da nossa família. Juntamente com o Incra e os técnicos que nos incentivaram para o caminho certo para produzir. Hoje, me sinto muito feliz e realizado por todas essas conquistas. Obrigado por todo o ocorrido”.
8	“Melhorou bastante, mas precisa melhorar mais”.
9	“Morava em Campo Erê, erramos arrendatários. Acampamos em baraco de lona. Aqui estamos mais ou menos. Trabalhamos muito para poder conquistar o que temos”
10	“melhorou muito a nossa vida no assentamento, mas precisamos melhorar muito mais”
11	Não respondeu.

12	“Foi muito bom porque melhoramos bastante a questão econômica. A organização que existe dentro do assentamento nos ajudou muito na evolução social”.
13	“Enquanto existiam boas lideranças tudo funcionava, mas depois surgiu o capitalismo e estragou tudo. Por voltas de 1985 a 1994, se não pode os mesmos, que seja igual na dignidade e não na falsidade.”

Quadro 1 - Evolução social do assentamento - opiniões dos assentados - Sandra.

Fonte: elaborada pelo autor.

Entrevistado	Opinião
1	não respondeu
2	não respondeu
3	“Eu vim da cidade de Pinhalzinho, trabalhava com os pais e não tinha propriedade (terra). Eu vim para Abelardo Luz em 1985, na ocupação, e 27 anos depois estamos aí com propriedade no assentamento Papuan II, com filhos, neto e a companheira (esposa)”.
4	“Antes trabalhava de arrendatário, virando pedras no morro, lavrando com bois, plantio e colheita manual. Hoje trabalhamos no que é nosso, temos um terreno bom para trabalhar, a maioria do serviço é feito com máquinas. Temos uma vida confortável, mas precisa muito a melhorar”
5	“Antes de arrendatário sem condição nenhuma para sobrevivência. Hoje com o lote conseguimos viver pacificamente”.
6	“Antes não tinha onde morar, era agregado. Agora carro, casa, autonomia, e terra para produzir, que nunca mais sairá da mão da gente”
7	“Antes de vir para o assentamento nós trabalhávamos de meeiro. Mudou muito aqui no assentamento, nossa família está feliz, conseguimos terra, casa, com isso nossa vida mudou muito. Nossos filhos estão felizes, a terra é a realização da família e dela tiramos o sustento. Este ano de 2012 conseguimos o que faltava para realização completa, ganhamos um carro através da CooperOeste. Somos muito felizes e amigos de todos.”
8	“Eu vim morar fazem 19 anos, eu cresci e me criei aqui. No começo meus pais sofreram bastante, não era fácil. Não tinha nem luz. Com muito trabalho eles conseguiram conquistar uma vida melhor. Hoje podemos dizer que temos uma vida confortável, temos uma casa boa, e uma vida digna”.
9	“Há 20 anos atrás, quando nós vimos morar aqui, não era fácil. Mas nós trabalhamos muito para conquistar a nossa terra. Foi muito sofrido, e não conseguimos nada de graça. Hoje podemos dizer que

	a vida já é mais fácil porque temos mais condições. Precisamos continuar lutando porque nada vem de graça. E pedir a Deus para não deixar faltar chuva.”
10	“Na noite de 25 de maio de 1985 saiu a primeira ocupação no estado de Santa Catarina, foi uma noite muito gelada, mas os sem terra se aqueceram com a força e graça de Deus. Ali começou a aparecer problemas como fome, doenças, falta de lonas, como todos eram de lugares diferentes foi difícil conhecer a cada um com sua geração. Em seguida começou a ordem de despejo. Sempre teve alguém que tinha mais força e coragem para buscar negociação. Depois a demarcação de lotes, créditos para casa, compra de animais, para destoca, troca-troca de sementes, liberação de dinheiro para calcário. E sempre teve quem ia negociar com o governador estadual ou governo federal. Hoje comparando de 1985 a 2012 essas famílias estão com terra produzindo, casas boas, estradas boas, e saúde. E o mais importante é que nós, das famílias, vamos repassando para nossos filhos e netos, que sempre ficam firmes nessa luta, que vale a pena lutar e viver. M.S.T.”
11	“Desde o início foi muito trabalhoso. Era tudo muito difícil, sem acesso a crédito. E ainda tem que melhorar essa questão. Tudo foi conquistado com muito esforço e suor.”
12	“Nós éramos sem terra, sem valor nenhum para a sociedade. A partir da conquista da terra reconquistamos a autoestima. Passamos a fazer parte da vida da comunidade. Reconhecidos como pessoas humanas. Temos agora espaço para falar o que sentimos. Seja na igreja, partido, em todos os movimentos sociais que fazem parte da sociedade no modo geral. Agora somos reconhecidos como movimento social, até fora do país. Essa luta foi uma grande escola na vida de cada um de nós.”Ass: Izair Lavratti e Solange Rossatto Lavratti
13	“Quando chegamos aqui tínhamos pouco ou quase nada. Com o passar do tempo fomos conquistando algo mais. Construímos uma casa boa, adquirimos nossos animais que são nosso sustento (leite). Conseguimos carro, trator. Estamos vivendo uma vida tranquila. E nunca faltou alimento e investimento a nossos filhos.”

Quadro 2 - Evolução social do assentamento - opiniões dos assentados - Papuan II.

Fonte: elaborada pelo autor.

Entrevistado	Opinião
1	“Cheguei debaixo de uma lona, passando dificuldades e hoje tenho uma casa boa, com alimentação diária de três vezes”.
2	“Social: estradas um pouco melhores, linha de ônibus, colégio de primeiro e segundo grau, o que é um grande avanço para nós

	assentados, e postos de saúde. Econômico: melhorou. Hoje temos várias empresas que recolhem a nossa principal fonte de renda, o leite, entre outros produtos que produzimos. Já na agricultura se plantam vários produtos, o que não se vende se consome”.
3	“Quando chegamos no lote era tudo tapera e mato, e hoje temos uma casa boa e plantamos para nosso sustento”.
4	Não respondeu.
5	Não respondeu.
6	Não respondeu.
7	Não respondeu.
8	Não respondeu.
9	“Quando chegamos nos lotes estava tudo muito desorganizado e faltava fazer tudo em cima do lote. E agora estamos morando numa casa boa, o lote está organizado em relação ao começo e pretendemos morar aqui até a morte”.
10	“Antes de ser assentado eu trabalhava de empregado ou diarista, hoje tenho uma vida bem mais digna”.
11	Não respondeu.
12	“Foi muito além do que eu explorava em todos os ângulos, principalmente no lado social. Foi mesmo uma transformação”.
13	“A minha evolução foi cem por cento após a conquista da terra”.
14	Não respondeu.
15	Não respondeu.
16	“Melhorou muito, pois éramos empregados, não tínhamos onde morar. Hoje faz dez anos que estamos aqui. Está muito bom”.
17	“Foi desenvolvido vaca de leite.”
18	“A minha vida melhorou, tenho uma casa para minha vida morar.”
19	Não respondeu.
20	Não respondeu.
21	Não respondeu.
22	Não respondeu.
23	Não respondeu.

Quadro 3 - Evolução social do assentamento - opiniões dos assentados - Roseli Nunes.

Fonte: elaborada pelo autor.

Nestes três quadros, representando o assentamento Sandra (quadro 1), Papuan II (quadro 2), e Roseli Nunes (quadro 3), percebe-se a emoção da realização pessoal e familiar, resultado de muito trabalho. Está claro para este pesquisador que houve uma significativa melhora, e isso se expressa na evolução social e econômica dos assentados e suas famílias, entretanto, alguns manifestam preocupação de que há muito a melhorar.

6.8.2 O que ajuda a unir

Ao se perguntar “o que ajuda a unir ou desunir o assentamento?”, foram obtidas as seguintes respostas apresentadas no quadro 4.

Assentamento	Entrevistado	UNIR	DESUNIR
SANDRA	1	“A organização”	“Partidos políticos ou a política em si mesma.”
	2	Não respondeu	Não respondeu
	3	“Quando o assentamento necessita de alguma coisa importante.”	Não respondeu
	4	“Cooperativas, grupos sociais, grupo de jovens”	“Pessoas com interesses próprios, ganâncias e questões partidárias.”
	5	“Cooperação, assembleias, reuniões, festas de igreja, MST, Organização, cooperativas.”	“Individualismo, política partidária”
	6	Não respondeu	Não respondeu
	7	“A comunidade se comunica com as famílias.”	“O povo da cidade discrimina o povo do assentamento.”
	8	“As famílias, festas, reuniões, cultos, grupo de danças, grupo de idosos, grupo de reflexão.”	“Violência, preconceito, que as pessoas do assentamento foram chamadas de ladrão de banco com todos que estavam assistindo um jogo de bola.”
	9	“Festas, culto, grupo de idosos, grupo de reflexão.”	“Conflitos (violência). Falsa comunicação no assentamento, preconceito com os assentados.”
	10	“Festas”	“Violência.”
	11	“Grupo de idosos, grupo de danças, grupo de reflexão e	Não respondeu

		cultura.”	
	12	“Festas, grupo de danças, grupo de idosos, celebração da comunidade.”	“Violência e preconceito.”
	13	“Festas, danças, grupo de idosos.”	“Calúnia e falsa comunicação.”
PAPUAN II	1	“A organização.”	“Intrigas.”
	2	“Bom relacionamento entre os vizinhos.”	“Intrigas, fofocas e brigas.”
	3	“Encontro comunitário, amizade, e conversa.”	“Não ter trabalho e ficar fazendo fofoca. Falta respeito e comprometimento.”
	4	“Clube de mães, jogo de futebol, reuniões, jogo de bochas, festas, bodega (salão) final de semana.”	“Fofoca.”
	5	“A participação.”	“Desentendimento.”
	6	“Festas comunitárias, amizade e respeito.”	Não respondeu
	7	“Participação, amizade e diálogo.”	“Fofoca e inveja.”
	8	“Afé e a amizade.”	“Fofoca e falta de informação.”
	9	“A fé.”	“As fofocas e as intrigas entre vizinhos.”
	10	“A participação, amizade, compreensão das pessoas, interesse, e bom trabalho.”	“Fofoca, liderança que não são responsáveis.”
	11	“O esporte e a igreja.”	“Políticas, fofocas, desrespeito um com o outro.”
	12	A organização, a participação e a confiança entre as pessoas.”	“Fofocas e inveja.”
	13	Interesses comuns.”	“Picuinhas.”
ROSELI NUNES	1	“Organização.”	“Comodismo.”
	2	“Unir é muito difícil, mas com bom senso e paciência e muita insistência é possível. Mas união é muito	“Fofocas, intrigas, partidos políticos, preconceitos e falta de auto estima.”

		preciso.”	
	3	“A participação.”	“Fofocas e brigas.”
	4	“Fazendo uma boa vizinhança.”	“Brigas e desorganização.”
	5	“Colaboração.”	“Fofocas.”
	6	“Organização.”	“Intrigas e fofocas.”
	7	“A união de todos.”	“É que nem todos ajudam.”
	8	Não respondeu	“Falta de informação.”
	9	“Boa vivência.”	“Discórdia do público.”
	10	Não respondeu	“Desigualdade social.”
	11	“Interesses coletivos.”	Não respondeu
	12	“Boa liderança e honestidade.”	“Quando falta comunicação.”
	13	Não respondeu	“O roubo.”
	14	Não respondeu	Não respondeu
	15	Não respondeu	Não respondeu
	16	“Confiança.”	“Muita confusão.”
	17	“Confiança e informação.”	Não respondeu
	18	Não respondeu	“Falta de educação.”
	19	Não respondeu	“Fofocas e intrigas.”
	20	Não respondeu	“Brigas entre vizinhos.”
	21	Não respondeu	Não respondeu
	22	Não respondeu	Não respondeu
	23	“Bom relacionamento.”	“Brigas e fofocas.”

Quadro 4 - O que ajuda a unir - opiniões dos assentados.

Fonte: elaborada pelo autor.

O quadro 4, identifica a manifestação dos assentados pesquisados no que ajuda a unir e desunir a comunidade do assentamento.

O que ajuda a unir no assentamento Sandra se manifesta, vivamente, os eventos sociais. No assentamento Papuan II também os eventos sociais e acrescentam: organização, bom relacionamento com os vizinhos, amizade, diálogo, participação, respeito, compreensão, interesse e fé. No assentamento Roseli Nunes destacou-se: bom senso, paciência, participação, organização, colaboração, interesses coletivos,

honestidade, informação e bom relacionamento. Percebe-se que nos três assentamentos há interesse em interação social ampla e com valores existenciais presentes.

Na identificação do que ajuda a desunir, no assentamento Sandra são: partidos políticos, egoísmo, discriminação, preconceitos, violência, calúnia e falsa comunicação. No assentamento Papuan II: intrigas, fofocas, falta de respeito, falta de comprometimento, líderes irresponsáveis, falta de informação, intrigas com vizinhos e comodismo. No assentamento Roseli Nunes se manifestam os mesmos problemas, mas aparecem também: discórdia, desigualdade social, confusão, falta de educação e briga entre vizinhos.

Identificados estes problemas que negam o conceito de capital social e dificultam a governança, pode-se dizer que a falta de integração social e a negação dos bons valores não permitem o crescimento solidário do assentamento.

6.8.3 O relacionamento com as instituições

Ao se perguntar “quais as instituições (atores) com os quais você mais se relaciona?”, foram apresentadas as seguintes respostas.

Assentamento	Entrevistado	Instituições (atores)
SANDRA	1	“MST, Incra, Igreja, Comunidade, cooperativa.”
	2	“Não respondeu.”
	3	“MST, cooperativas, prefeitura.”
	4	“CooperOeste, Incra, prefeitura, bancos, comunidade.”
	5	“MST, CooperOeste, Coopeal, Prefeitura, Cooptrasc.”
	6	Não respondeu.
	7	“Grupo de danças, grupo de idosos, grupo de teatro, grupo de reflexão, esporte.”
	8	“Prefeitura, cooperativa, MST.”
	9	“Prefeitura, cooperativas, MST.”
	10	“Prefeitura, cooperativa, MST, escola.”
	11	Não respondeu.
	12	“Comunidade, cooperativa de crédito, MST”
	13	Não respondeu
PAPUAN II	1	“MST, Incra, Igreja, Comunidade, cooperativa.”
	2	Não respondeu

	3	“MST, cooperativas, prefeitura.”
	4	“CooperOeste, Incra, prefeitura, bancos, comunidade.”
	5	“MST, CooperOeste, Coopeal, Prefeitura, Cooptrasc.”
	6	Não respondeu
	7	“Prefeitura, COOPETRASC, CooperOeste e MST”
	8	“Prefeitura, cooperativa, MST.”
	9	“Prefeitura, cooperativas, MST.”
	10	“Prefeitura, cooperativa, MST, escola.”
	11	Não respondeu
	12	Não respondeu
	13	“Comunidade, assistência social, prefeitura e igreja.”
ROSELI NUNES	1	“CooperOeste e bancos.”
	2	“Bancos, cooperativas e mercado.”
	3	“Bancos, cooperativas, mercado, agropecuária e Coopetrasc.”
	4	“CooperOeste, Coopetrasc e Coopeal.”
	5	“CooperOeste, Coopetrasc, Banco do Brasil.”
	6	“CooperOeste.”
	7	“CooperOeste, Coopetrasc.”
	8	Não respondeu
	9	Não respondeu
	10	“CooperOeste, Coopetrasc.”
	11	Não respondeu
	12	“Movimentos sociais.”
	13	“MST, Epagri e Prefeitura.”
	14	“CooperOeste, Incra, Comunidade, Vizinhos e Sindicatos.”
	15	“CooperOeste, Incra e vizinhos.”
	16	Não respondeu
	17	“Prefeitura, Posto de saúde e CooperOeste.”
	18	“Coopetrasc, Sindicato, Prefeitura e cooperativas.”
	19	“Prefeitura, escola e comunidade.”
	20	“CooperOeste, Sulcred, Banco do Brasil.”
	21	“Bradesco, CooperOeste, comércio.”
	22	“CooperOeste, Sulcred, Banco do Brasil, Coopetrasc.”
	23	“Bancos, Comércio e Coopetrasc.”

Quadro 5 - O relacionamento com as instituições - opiniões dos assentados.

Fonte: elaborada pelo autor.

Ao se perguntar quais os atores com os quais você mais se relaciona destacaram-se: cooperativas nos três assentamentos como o principal ator; a Prefeitura Municipal se apresentou como segundo colocado também nos três assentamentos; o terceiro colocado é o MST, mas pouco citado no assentamento Roseli Nunes. Nota-se que os atores com quem mais se relacionam não apresentam a igualdade de confiança como apresentado na tabela 148 e figura 125.

6.8.4 Sugestões de melhorias

Ao se perguntar “o que você acha que seja o mais importante para que seu assentamento funcione bem?”, foram apresentadas as seguintes respostas dispostas no quadro 6.

Assentamento	Entrevistado	Sugestões
SANDRA	1	“Ter um pouco mais de comunicação.”
	2	“Que o povo precisa pensar mais em Deus. Sem Deus as coisas não funcionam.”
	3	“Manter organizado e buscar as necessidades coletivas.”
	4	“A não discriminação entre as pessoas que convivem nos assentamentos da nossa região.”
	5	“Organização, produção bem organizada, participação das famílias nas comunidades.”
	6	Não respondeu
	7	Não respondeu
	8	“Mais união. Maior participação em tudo que acontece.”
	9	Não respondeu
	10	“Participar de todas as reuniões.”
	11	“Que o Incra resolva todo o problema pela melhor forma, sem deixar sem teu lote.”
	12	Não respondeu
	13	“Reforçar a comunicação. Ser mais comunicativo.”
PAPUAN II	1	“Organização.”
	2	“Organização e respeito uns com os outros.”
	3	“Uma boa integração dos assentados com as instituições.”
	4	“Participação de todos.”
	5	“Participação e lealdade.”
	6	“Lideranças agindo pelo certo.”
	7	“Participação coletiva.”

	8	“União entre as pessoas em busca de uma vida melhor para todos.”
	9	“A união entre as pessoas e uma vida melhor para todos
	10	“Em primeiro lugar saúde, estradas, crédito, e legalização dos lotes.”
	11	“Facilidade de acesso a tecnologias, asfaltamento das estradas, melhores condições de saúde pública, e maior possibilidade de cursos técnicos e superiores.”
	12	Não respondeu
	13	“Que não haja rivalidades, considerando todos irmão, e as pessoas unidas.”
ROSELI NUNES	1	“Organização.”
	2	“Respeito, disponibilidade de lazer, boas estruturas, que é muito importante um assentamento ser mais ou menos estruturado.”
	3	“Recursos, e debates entre movimentos, bancos e assentados.”
	4	“Que todos se dêem bem.”
	5	“Organização.”
	6	“É muito importante um relacionamento entre os assentados.”
	7	“União de todos.”
	8	Não respondeu
	9	“Legalizar os lotes que estão em pendência.”
	10	“Devem ser mais unidos em todos os aspectos.”
	11	Não respondeu
	12	“O mais importante para que os assentamentos melhorem ainda mais é ter mais apoio da sociedade e entidades em geral.”
	13	Não respondeu
	14	Não respondeu
	15	“As pessoas se unirem juntos aos outros para ajudar a melhorar.”
	16	“Mais amizade, menos confusão.”
	17	Não respondeu
	18	“Comunidade.”
	19	“Mais união entre as pessoas.”
	20	Não respondeu
	21	“Mais investimentos.”
	22	Não respondeu
	23	Não respondeu

Quadro 6 - Sugestões de melhorias - opiniões dos assentados.

Fonte: elaborada pelo autor.

O assentamento Sandra, como sugestões de melhoria, apresentou: reforçar a comunicação e buscar atender às necessidades coletivas, evitando a discriminação e fortalecendo a união de todos.

O assentamento Papuan II, como sugestão de melhoria apresentou: organização, integração, participação, respeito, lealdade, liderança correta com todos, união, melhorar a saúde, crédito, tecnologia, legalizar os lotes, asfaltar estradas, e não haver rivalidade entre os assentados.

O assentamento Roseli Nunes, como sugestão de melhoria, apresentou: união, amizade, respeito, organização e mais investimento, dentre outras sugestões.

6.8.5 Perspectivas futuras

Ao se perguntar “Você acredita que para manter o assentamento em condições boas no futuro, precisa melhorar algo? sugira por favor,”, foram apresentadas as seguintes respostas.

Assentamento	Entrevistado	Sugestões
SANDRA	1	“Que tudo em volta de uma organização funcione.”
	2	Não respondeu
	3	“Melhorar cada vez mais a vida dos assentados, fortalecer as comunidades, melhorar o lazer.”
	4	“Sim. Devemos ter mais opções para a juventude, para que consigam se manter nos assentamentos, desenvolvendo o que aprenderam durante o tempo de estudo.”
	5	“Sim. Política de crédito diferenciado para os assentamentos da reforma agrária, assistência técnica, renegociação das dívidas, melhorias na infraestrutura do assentamento.”
	6	Não respondeu
	7	“Maior participação.”
	8	“O lixo, desmatamento, a saúde, as escolas, as estradas, entre outros.”
	9	“Melhor convivência e morar somente os assentados no assentamento.”
	10	“Sim.”
	11	“Mais segurança, mais participação do MST,

		melhor estradas.”
	12	Sim. Temos que melhorar a questão do meio ambiente.”
	13	Melhorar a liderança. Sendo membro da direção seja mais competente e não ser falso.”
PAPUAN II	1	Não respondeu
	2	Não respondeu
	3	“Sim, estrada melhorada e asfaltada, grupo de estudo, internet, saúde, posto de saúde atuante.”
	4	“Sim, o título dos lotes, motivações para que o jovem permaneça na roça.”
	5	“O Incra distribua os títulos gratuitamente e mais incentivo aos jovens.”
	6	“Sim, relacionamento entre as pessoas, melhor preparo técnico e uma escola melhor.”
	7	“Sim, assistência técnica permanente e melhor segurança no assentamento.”
	8	“Sim, precisa melhorar muito. Mais incentivos para os jovens continuarem no campo. Precisamos de estudo, escolas melhores, faculdades, e principalmente mais segurança.”
	9	“Sim, precisa melhorar e muito. Por exemplo nas escolas, para ter mais segurança, mais incentivos para os jovens continuarem no campo.”
	10	“Sim. Organização por parte dos assentados, com liderança de fora. Incra e outras entidades, sempre incentivando os jovens de ficarem no jovem.”
	11	“Sim, apoio à juventude para que fiquem nos lotes.”
	12	“Sim, temos que melhorar o jeito de trabalhar a terra, plantar mais alimentos para o consumo da família, ter uma boa horta, ter várias alternativas de manter a comunidade.”
	13	“Sim, melhorar créditos para investimentos e aumentar a assistência técnica.”
ROSELI NUNES	1	“Incentivo aos agricultores.”
	2	“Mais investimentos por parte do Incra e governo federal com juros baixos. Recuperação de nossas moradias, que são bem precárias, e os investimentos são insuficientes.”
	3	Não respondeu
	4	“Mais responsabilidade de cada assentado.”
	5	“Melhorar o convívio com todos.”
	6	“Organização.”

	7	“É necessário ter técnico que atue no assentamento, pois não existe.”
	8	Não respondeu
	9	“Disciplina entre movimento e Incra.”
	10	“Estradas, saúde e escolas.”
	11	“Melhorar mais a linha de crédito para a agricultura familiar.”
	12	“Ter uma política de governo que traga mais condições para o povo plantar e que garanta também a compra e o preço.”
	13	“Manter a amizade e dar condições de vida aos nossos filhos no assentamento.”
	14	“Melhorar as estradas para o assentamento.”
	15	“As estradas, a limpeza da comunidade, não só da comunidade mas também nas beiradas das estradas.”
	16	“Melhorar a limpeza dos lixos na reserva, pois isto está acabando com os córregos.”
	17	“Melhorar as estradas.”
	18	“Educação.”
	19	“Muita coisa: organização, o pessoal se entender mais e se reunir mais.”
	20	“A relação entre os assentados.”
	21	Não respondeu
	22	Não respondeu
	23	“Mais investimentos.”

Quadro 7 - Perspectivas futuras - opiniões dos assentados.

Fonte: elaborada pelo autor.

Quando perguntados sobre sugestão de melhoria futura, destaca-se algumas sugestões apresentadas no quadro 7. No assentamento Sandra: organização funcionando, mais qualidade de vida, opções para a juventude, política de crédito, assistência técnica, melhoria na infraestrutura do assentamento, coleta de lixo, maior segurança, maior participação do MST, cuidar do meio ambiente e melhorar a ação da liderança. No assentamento Papuan II: estradas asfaltadas, grupos de estudo, internet, posto de saúde atuante, motivar os jovens a permanecer no assentamento, melhor preparo técnico, assistência permanente, melhor segurança no assentamento e crédito para investimentos. No assentamento Roseli Nunes, sobre sugestões de melhoria futura, foram apresentados: investimentos, recuperação de moradias, responsabilidade dos assentados, melhor convívio, organização, apoio técnico, linhas de

crédito, política de preços, melhores estradas, limpeza na comunidade e coleta de lixo, e melhorar as relações entre os assentados.

6.9 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

Neste capítulo foram apresentados os dados coletados, a partir de um questionário (apêndice 1). Esses dados foram analisados e discutidos. Ao iniciar este capítulo foram apresentadas as percepções dos assentados quanto ao conceito de governança adotado e os princípios de governança também adotados para a presente pesquisa, cujos resultados se resumem nas figuras 60 e 64, onde a responsabilidade pessoal e a coerência se apresentam melhores enquanto a transparência e normas externas apresentaram os menores resultados.

Na sequência foi verificada a importância da confiança dos assentados nos atores identificados, percebeu-se ali que os cinco melhores atores avaliados foram: Igreja, CooperOeste, Escola Comunitária, Rádio Comunitária e Conselho Comunitário. Os com avaliação de confiança menor foram: ONGs, COOPEAL, Bancos, Compradores e Fornecedores de Bens e Serviços, e por último a Câmara de Vereadores do município de Abelardo Luz (figura 125 e tabela 148). Ao se classificar os níveis de confiança por esfera de poder, ou seja, os atores que se classificam dentre: local, municipal, estadual, federal e sem enquadramento obteve-se o resultado conforme tabela 167, 168, 169 e 170, apresentadas a seguir, e figura 135, que os representa.

Tabela 167 - Síntese da confiança - esfera de poder - Sandra.

Esfera de Poder	Sandra
Estadual	49%
Federal	60%
Local	74%
Municipal	51%
Sem enquadramento	48%
Média	57%

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 168 - Síntese da confiança - esfera de poder - Papuan II.

Esfera de Poder	Papuan II
Estadual	53%
Federal	60%
Local	63%
Municipal	47%
Sem enquadramento	49%
Média	54%

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 169 - Síntese da confiança - esfera de poder - Roseli Nunes.

Esfera de Poder	Roseli
Estadual	60%
Federal	61%
Local	60%
Municipal	41%
Sem enquadramento	47%
Média	54%

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 170 - Síntese da confiança - esfera de poder - Média.

Esfera de Poder	Total
Estadual	55%
Federal	60%
Local	65%
Municipal	45%
Sem enquadramento	48%
Média	55%

Fonte: elaborada pelo autor.

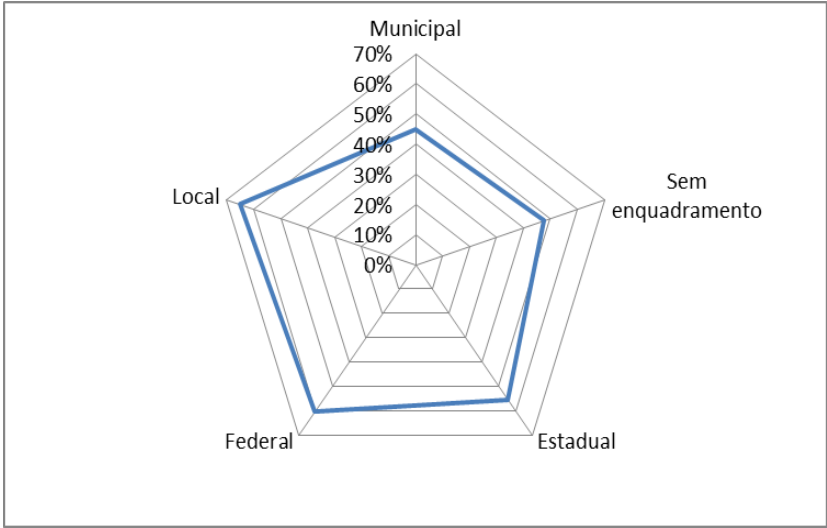


Figura 135 - Síntese da confiança - esfera de poder - Média.

Fonte: elaborada pelo autor.

Destaca-se que os atores locais apresentam maior poder de confiança, enquanto os atores municipais o menor poder de confiança.

Quando avaliado por dimensão, seguindo o sistema proposto (figura 9) percebe-se, conforme as tabelas 171, 172, 173 e 174, e figura 136, os atores classificados por dimensão social, político, econômico, técnico e ambiental.

Tabela 171 - Síntese da confiança - dimensão - Sandra.

Dimensão	Sandra
Ambiental	52%
Econômica	46%
Política	50%
Social	74%
Técnico	55%
Média	57%

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 172 - Síntese da confiança - dimensão - Papuan II.

Dimensão	Papuan II
Ambiental	49%
Econômica	49%
Política	54%
Social	58%
Técnico	58%
Média	54%

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 173 - Síntese da confiança - dimensão - Roseli Nunes.

Dimensão	Roseli
Ambiental	56%
Econômica	47%
Política	48%
Social	61%
Técnico	57%
Média	54%

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 174 - Síntese da confiança - dimensão - Média.

Dimensão	Total
Ambiental	53%
Econômica	47%
Política	50%
Social	64%
Técnico	57%
Média	55%

Fonte: elaborada pelo autor.

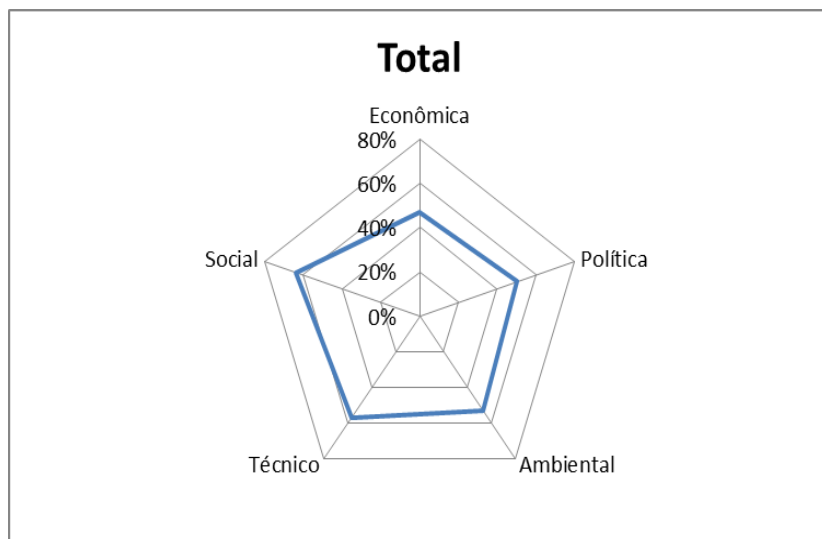


Figura 136 - Síntese da confiança - dimensão - Média.

Fonte: elaborada pelo autor.

Os atores que representam, neste caso, maior poder de confiança, estão na dimensão social, e os de menor confiança na dimensão econômica (figura 136).

Nos princípios de governança e informações adicionais se percebeu que o comprometimento e pertencimento apresentou: 71% são comprometidos e 29% depende (tabela 150 e figura 126).

Aos se perguntar se as decisões que dizem respeito ao assentamento são tomadas por consenso, 33% responderam que sim, 63% responderam que depende, e 2% disseram que não (tabela 152 e figura 127).

Se a responsabilidade é um valor presente no assentamento: 43% responderam que há responsabilidade, 51% responderam que depende, e 6% responderam que não há responsabilidade (tabela 154 e figura 128).

Ao se perguntar se a família é consultada na tomada de decisões do assentamento 18% responderam que sim, 63% que depende, e 16% que as decisões são tomadas sem consulta (tabela 156 e figura 129).

Perguntando sobre se sua opinião pessoal é respeitada: 39% concordaram, 47% responderam que depende, e 12% responderam que sua opinião pessoal não é respeitada (tabela 158 e figura 130).

Na pergunta que se remete à confiança no vizinho 63% responderam que confiam, 27% que depende, e 8% responderam que não confiam (tabela 160 e figura 131).

Ao perguntar se há ações de proteção ao meio ambiente, 43% responderam que há, 41% que depende, e 16% responderam que não proteção ao meio ambiente (tabela 162 e figura 132).

Perguntado se foi percebido flexibilidade e cooperação por parte das pessoas envolvidas no assentamento, 27% responderam que há flexibilidade e cooperação, 57% responderam que depende, e 6% que não há flexibilidade e cooperação (tabela 164 e figura 133).

Se as informações que surgem dentro e fora do assentamento são comunicadas a todos os membros do assentamento, 27% responderam que há comunicação geral, 39% responderam que depende, e 24% responderam que não há comunicação geral (tabela 166 e figura 164).

Entende-se que com estas considerações se tem claro a consolidação da teoria apresentada e a realidade encontrada.

CAPÍTULO 7 - CONCLUSÕES

Este estudo teve por finalidade propor um sistema de governança em assentamentos rurais em Santa Catarina. A pretensão era a de que o sistema tivesse um grau de especificidade tal, que atendesse as peculiaridades destes assentamentos rurais, mas que, concorrentemente, fosse flexível e pudesse ser aplicável a outros contextos com características assemelhadas. Fundamentado em uma pesquisa exploratória, o modelo proposto sustentou-se no estudo de caso e estudo de campo dos assentamentos rurais Sandra, Papuan II e Roseli Nunes. O sistema em foco é contextualizado no domínio da Governança.

Os objetivos da pesquisa foram atingidos:

Quanto ao objetivo específico 1, seja: “identificar e analisar as principais abordagens teóricas relacionadas à governança, ao capital social, à sustentabilidade, e a informação e comunicação para identificar aquelas que possam contribuir para a apresentação de um sistema conceitual de governança”. Realizada a revisão bibliográfica, foram identificados os conceitos de Sorensen e Torfing (2008), apud Denhardt (2012), e os valores da boa governança de Gomides e Silva (2009): transparência, participação, responsabilidade, eficácia e coerência. Esta pesquisa bibliográfica é apresentada no Capítulo 3 e o modelo proposto decorrente é apresentado no Capítulo 4.

Quanto ao objetivo específico 2: “caracterizar a realidade dos assentamentos rurais”. Foi realizado através de pesquisa documental e pesquisa de campo. Na pesquisa documental foram apresentadas as seguintes características dos três assentamentos estudados (Sandra ou 25 de Maio, Papuan 2 e Roseli Nunes): histórico; número de famílias assentadas; perfil populacional; religião, cultura e lazer; principais produtos e atividades; distribuição do uso do solo; associações, organizações e núcleos.

Na pesquisa de campo identificou-se: número de residentes por família, tamanho dos lotes, principal fonte de renda da família, renda familiar (não considerada a produção para consumo próprio), nível de escolaridade do assentado respondente, gênero do respondente, idade, tempo de assentado, luz elétrica, água encanada, carro próprio, bois como força de trabalho, trator individual, trator coletivo, horta individual, horta coletiva, pomar individual, pomar coletivo, criação individual para consumo, criação coletiva para consumo, linha de ônibus, mercado e loja agropecuária pertencem ao assentamento, igreja, prática de cultos ou missas, convites para eventos sociais, código de

condutas escrito, código de valores implícito, existência de computador, telefone celular e, por último, se a diretoria presta conta de suas ações. Estes dados foram analisados e apresentados no Capítulo 5.

Quanto ao objetivo específico 3, “Identificar as percepções dos assentados quanto ao conceito e princípios de governança. Pretende-se chegar com isso à obtenção de dados que mostrem principalmente os níveis de confiança, problemas de relacionamentos e participação nas decisões entre os assentados e os atores envolvidos” e objetivo específico 4 “apresentar, analisar e discutir os dados obtidos”; Na pesquisa de campo, foi avaliado o sentimento dos assentados, quanto ao conceito adotado e os valores eleitos. Foram avaliados os níveis de confiança dos 29 atores identificados, por dimensão (social, econômico, político, técnico e ambiental). O mesmo procedimento foi adotado, separando-se os atores por esferas de poder (locais, municipais, estaduais, federais e sem enquadramento). Foram percebidos os problemas de relacionamentos, em que nível os assentados se sentem partícipes de processo decisório e atendidos os seus interesses. Na pesquisa de campo, foram coletadas informações também sobre a evolução socioeconômica das famílias; o que ajuda a unir e desunir o assentamento; atores com quem mais se relacionam e sugestões de melhorias e perspectivas futuras. Estas informações foram apresentadas, analisadas e discutidas no Capítulo 6.

Quanto ao objetivo específico 5 “Aplicar e analisar o sistema de governança proposto”. O sistema de governança em assentamentos rurais e sua aplicação são apresentados nos Capítulos 4, 5 e 6.

Em relação ao sistema proposto, cabe destacar:

A variável confiança foi eleita a partir dos escritos de Santos e Rocha (2011) quando afirma; “confiança parece ser a medida de Capital Social mais largamente utilizada, embora não a única e longe de ser a ideal”. Outros pesquisadores também se remetem a confiança: Abramovay (2000), Fukuyama (2002), Durston (2003), Ocampo (2003), Marteleto e Silva (2004), Campos e Sapeli (2007).

A Participação é elemento indispensável na construção da governança e também no capital social. Há expressões que nos permitem entender a participação: sociedade horizontalizada (Zapata, 2009), inter-relação dos atores sociais (Araújo 2009), mesmo propósito (Sorensen e Torfing, 2008, apud Denhardt 2012), decisões coletivamente vinculante (BORZEL e PANKE, 2008, apud DENHRADT 2012), políticas de cooperação, desenvolvimento, sinergia, relações sociais (GOEDERT, 2005).

A Flexibilidade é um valor considerado importante, pois

possibilita a aceitação da diversidade, administração dos conflitos e das contradições, pela via das negociações.

A Informação e Comunicação se fazem presentes, pois um ambiente de confiança e participação, requer informação de qualidade e comunicada a todos os envolvidos, numa relação de troca, e no campo do diálogo é uma necessidade.

A Governança em assentamentos rurais também implica em sustentabilidade, pois é pelas ações de hoje que se pode perceber o que virá amanhã. Portanto, tanto na dimensão social, quanto na econômica, na política, na técnica e na ambiental, se faz necessário saber o que será feito hoje que permita uma melhor perspectiva futura. As famílias assentadas se manifestaram sobre a sua realidade. A fragilidade nos relacionamentos, entendimento de trabalhos cooperativos que protejam a coletividade, preocupação com a segurança e educação dos filhos para que permaneçam no campo. Eis uma preocupação concreta com a sustentabilidade do assentamento.

O pensamento sistêmico está presente em todos os elementos e se expressam sobre todas as dimensões, esferas de poder, valores, atores, e marco regulatório para atingir os propósitos comuns, sob a mesma norma legal.

A governança em assentamentos rurais é (1) a conciliação e a interdependência nas dimensões sociais, políticas, econômicas, técnicas e ambientais, (2) com valores impactando o comportamento dos atores, (3) sob o mesmo dispositivo normativo e regulatório, (4) para atingir os objetivos comuns.

Os principais resultados obtidos com a pesquisa são:

- Representação dos conhecimentos científicos obtidos nos domínios estudados;
- Proposta de um sistema de governança em assentamentos rurais em Santa Catarina;
- Subsídios para a governança em assentamentos rurais;
- Nove publicações de artigos científicos em eventos internacionais;
- Duas submissões de artigos científicos em periódico nacional;
- Uma submissão de artigo científico em periódico internacional.

Como sugestões para trabalhos futuros tem-se:

- Elaborar manual que identifique os atores envolvidos e quais as principais funções, escrito de forma clara, para que os assentados tenham conhecimento da integração necessária e

qual o papel a desempenhar para que a responsabilidade pessoal e presente ou não nos assentamentos, possa ser melhorada;

- Estudar as causas da falta de confiança percebida em alguns atores e sugerir mecanismos para melhorar esta relação;
- Verificar qual a causa da falta de participação e consenso nas decisões do assentamento e porque a opinião pessoal não é respeitada, tabela 158 e figura 130;
- Qual o fundamento que aponta para que a proteção ao meio ambiente esteja sendo considerada por 43% e qual a dificuldade existente para que 41% tenham respondido que depende, (tabela 162 e figura 132);
- Um dos valores da governança é comunicação geral (tabela 166 e figura 134). Neste particular, 27% responderam que há comunicação geral, 39% responderam que “depende”, 10% não responderam. Esse tema pode ser investigado. Cabe aqui uma reflexão específica, pois é sabido, que no sistema proposto a informação e comunicação são pilares da governança.
- Esta investigação se focou na pergunta: “você tem percebido flexibilidade e cooperação por parte das pessoas envolvidas nos assentamentos?” Essa pergunta resultou que 27% entendem que há flexibilidade e cooperação, 57% depende e 10% não respondeu. Isso pode ser explorado em trabalho futuro, talvez a pergunta certa seria, Depende de que, para estes 57%?
- Outro ponto que merece trabalhos específicos é apresentado no quadro 4, o que ajuda a unir e desunir o assentamento, fortalecendo-se o que ajuda a unir e corrigir o que ajuda a desunir;

Ao encerrar, permitimo-nos a fazer uma metáfora sobre esta experiência vivida:

O sistema apresentado é uma árvore com mais de 30 anos de existência. Possui raízes profundas e ramos fortes. Cresceu em solo fértil, com ar puro, sol e água abundantes. Existem flores e o período da colheita social é uma possibilidade real, assim, parece a este pesquisador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMONAY, Ricardo. O capital social dos territórios. Repensando o desenvolvimento rural. In: _____. O Futuro das regiões Rurais. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003. p. 83-100.

ABRAMOVAY, Ricardo. O Capital Social e Desenvolvimento Sustentável. Seminário Sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável. Fortaleza – CE, 1998.

ABRAMOVAY, Ricardo. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: FREIRE, Paulo et al. (Orgs.). **Desenvolvimento territorial no Brasil: subsídios para uma política de fomento**. Florianópolis: APED: Secco, 2010. p. 27-44.

ABRAMOVAY, Ricardo. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**. Economia Aplicada, n.2, v.4, 2000.

ALBUQUERQUE, Francisco. **Desenvolvimento Econômico Local: caminhos para uma nova agenda política**. Rio de Janeiro: BNDES, 2001.

ALMEIDA, Luiz Manoel et al. Modelo de investigação das redes de segurança alimentar baseadas na agroindustrialização da agricultura familiar em assentamentos rurais. XLVI Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural. Rio Branco. **Anais...** SOBER, 20 a 23 de julho de 2008. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/9/696.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2011.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Os doze trabalhos da boa governança. **Revista eletrônica Espaço Acadêmico**, n. 34, mar. 2004. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/034/34pra.htm>>. Acesso em: 17 jul. 2011.

ALSTON, Lee J.; LIBECAP, Gary D.; MUELLER, Bernardo. A model of rural conflict: violence and land reform policy in Brazil. **Environment and Development Economics**, v. 4, 1999, p. 135-160.

ALVAREZ, R. R.; SILVA FILHO, S. J. M.; PROENÇA, A. **Redes simétricas e seu processo de definição de estratégia coletiva e modelo de governança**: propostas no âmbito das redes de incubadoras e parques tecnológicos, 2000. Disponível em: <<http://www.gpi.ufjf.br/pdf/artigos>>. Acesso em: 01 set. 2011.

ALVES, Flamarion Dutra; SILVEIRA, Vicente Celestino Pires. A metodologia sistêmica na geografia agrária: um estudo sobre a territorialização dos assentamentos rurais. **Soc. nat.** (Online), Uberlândia, v. 20, n. 1, jun. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198245132008000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 jul. 2011.

ALVEZ, Lauro Eduardo Sontello. Governança e cidadania empresarial. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 41, n. 4, 2001.

ANDION, Maria Carolina Martinez. **Atuação das ONGs nas políticas dinâmicas de desenvolvimento Territorial Sustentável no Meio Rural de Santa Catarina**: Os casos da APACO, do Centro Vianei e Educação Popular e da AGRECO. Tese (doutorado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

ARAUJO, Paulo. **Uma definição de Governança**. Disponível em: <<http://www.pauloaraujosociologo.com/2009/08/uma-definicao-de-governanca.html>>. Acesso em: 17 jul. 2011.

ASSMANN, S. J.; SCHEIBE, L. F.; GUIVANT, J. (Orgs.). **Desenvolvimento e conflitos no ambiente rural**. Florianópolis: Insular, 2005.

ATRIA, Raúl. Capital social: concepto, dimensiones y estrategias para su desarrollo. In: CEPAL y UNIVERSIDAD Del ESTADO DE MICHIGAN – MSU. **Capital social y reducción da la pobreza em América Latina y El Caribe**: en busca de um nuevo paradigma, Atria, Raul et al. compiladores. Chile: CEPAL/ Michigan State University, enero de 2003. Disponível em: <www.eclad.cl/publicaciones>. Acesso em: 25 jul. 2011

BARBOSA, Thalita Pereira. Governança na empresa familiar: implementação e prática. **Rev. adm. contemp.**, Curitiba, v. 13, n. 3, set. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141565552009000300011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 jul. 2011.

BAUMAN, Sygmunt. **Amor Líquido**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BAUMAN, Sygmunt. **Tempos Líquidos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BAUMAN, Sygmunt. **Vida Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BARNARD, Chester. **The Functions of The Executive**. Cambridge: Harvard University Press, 1971.

BECKER, B. K. **Reflexões sobre políticas de integração nacional e desenvolvimento regional**. Ministério da Integração Nacional, Departamento de Políticas Regionais. Brasília, set. 2000.

BRASIL, Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário – MIRAD. 1º Seminário Internacional Sobre Experiências de Reforma Agrária. **Anais...** Brasília: MIRAD, 1987.

BRASIL - Planalto. **A Concentração Fundiária no Brasil. Índice de Gini – INCRA e IBGE**. 1997. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/REFAGR3.HTM>.
Acesso em: 10 set. 2011.

BRASIL, lei nº601, de 18 de setembro de 1850. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm>.

BRASIL, lei nº4.504, de 30 de novembro de 1964. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm>.

BRASIL, Constituição federal de 1988. Disponível em: <
http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf>.

BRASIL, Plano Nacional da Reforma Agrária, decreto 90.766, de 10 de outubro de 1985.

BITTENCOURT, Gilson Alceu. **Principais Fatores que Afetam o Desenvolvimento dos Assentamentos de Reforma Agrária no Brasil.** Brasília (DF), INCRA, 1999.

BRITO, Jorge Nogueira de Paiva. **Características estruturais e modus-operandi das redes de firmas em condições de diversidade tecnológica.** 1999, 271p. Tese (doutorado em economia) – IE-UFRJ. Rio de Janeiro, 1999.

BRUNDTLAND, G. H. (1987). **Our common future.** Oxford: Oxford University Press.

CAMPOS, Lucila Maria de Souza; SAPELI, Denise Maria. Indicadores de capital social numa organização de terceiro setor: uma visão comparativa entre a percepção de terceiro setor. In: XXXI Encontro ANPAD. Rio de Janeiro. **Anais...** 22 a 26 de setembro de 2007.

CÂNDIDO, G. A. **Fatores críticos de sucesso no processo de formação, desenvolvimento e manutenção de redes interempresariais do tipo agrupamento industrial entre pequenas e médias empresas**: um estudo comparativo de experiências brasileiras. 2001. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

CAPRA, F. **A teia da vida**: uma nova compreensão científica dos seres vivos. São Paulo: Cultrix, 1996.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Política e Desenvolvimento em Sociedades Dependentes**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

CARRIÈRE, Jean-Paul; Cazella, Ademir Antônio. Abordagem introdutória do conceito de desenvolvimento territorial, In: _____. **Eisforia**. Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. v. 1, n. 1, jan./jun. Florianópolis: PPGAGR, 2003. p. 23-47.

CARLSON, Raquel. **Primavera Silenciosa**. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

CASAROTTO FILHO, Nelson; PIRES, Luiz Henrique. **Redes de Pequenas e Médias Empresas e Desenvolvimento Local**. São Paulo: Atlas, 1999.

CASAROTTO, Rosangela Mauzer. **Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local**: estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana. São Paulo: Atlas, 2001.

CASTELLS, M. **A Sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAUCHICK MIGUEL, Paulo A. Adoção do Estudo de Caso na Engenharia da Produção. In: _____. **Metodologia de pesquisa em engenharia de produção e gestão de operações**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CENTELLES, Josep. **El buen gobierno de La ciudad**. Barcelona: IIGC, 2006.

CEPAL; MSU. **Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe**: en busca de un nuevo paradigma. Impreso en Naciones Unidas. Santiago do Chile: CEPAL, 2003. Disponível em: <<http://www.cepal.cl/publicaciones>>. Acesso em: 26 jul. 2011.

CHANLAT, Jean-François (org.). O Indivíduo na Organização: dimensões esquecidas; tradução e adaptação Arakcy Martins Rodrigues. São Paulo: Atlas, 1993.

COELHO, A.; COELHO, F. A mudança organizacional das empresas ibéricas num ambiente dinâmico. In: XXIII JORNADA HISPANO-LUSAS DE GESTIÓN CIENTIFICA. LA EMPRESA FAMILIAR EN UN MUNDO GLOBALIZADO. **Anais...** Lugo, Espanha. 2003. Disponível em: <http://www.ti.usc.es/lugo-xiii-hispano-lusas/04_programa.htm>. Acesso em: 08 ago. 2010.

COELHO, Marcos. **O Estatuto da Terra de 1964**. Disponível em: <<http://www.frigoletto.com.br/GeoRural/estatutoterra.htm>>. Acesso em: 08 ago. 2011.

CONDÉ, Paulo Afonso Amato. **O acesso a terra e visão do público não mobilizado no município de Caçador (SC)**. Dissertação (Mestrado em Agro ecossistema). Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis (SC), 2006.

COOPTRASC. Entrevista obtida na Cooperativa de Trabalhadores na Reforma Agrária de Santa Catarina. 2012.

CORAL, E. **Modelo de planejamento estratégico para a sustentabilidade empresarial**. Tese (doutorado em engenharia da Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

COSTA, Luiz Fernandes da et al. Democracia e desenvolvimento local em assentamentos rurais. **Interações**, Campo Grande, v. 11, n. 2, dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151870122010000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 jul. 2011.

COVEY, Stephen R. **A Velocidade da Confiança**: o elemento que faz a diferença. Rio de Janeiro: Elsevier; São Paulo: FranklinCovey, 2008.

COVEY, Stephen. **O 8º Hábito**: da eficácia à grandeza. São Paulo: FranklinCovey, 2005.

CUNHA, Idaulo José. **Análise das formas e dos mecanismos de governança e dos tipos de confiança em aglomerados produtivos de móveis no sul do Brasil e em Portugal e na Espanha (Galícia) e a associação com a inserção internacional e com a competitividade**. Tese (doutorado) Florianópolis: EPS/UFSC, 2006. 426p.

CUNHA, Idaulo. J. **Governança, internacionalização e competitividade**. Chapecó: Arcus, 2007.

DAVENPORT, Thomas. Conhecimento empresarial: como as organizações gerenciam o seu papel intelectual. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

DEGENNE, Alain. Social capital: a theory of social structure and action. **Tempo Soc.**, São Paulo, v. 16, n. 2, nov. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010320702004000200014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 jul. 2011.

DENHARDT, Janet Vinzant; DENHARDT, Robert B. **The new public service: serving not steering**. New York: M.E.Sharpe, 2003.

DENHARDT, Robert B. **Teorias da Administração Pública**. São Paulo: Ed Cengage Learning, 2012.

DOERR-SMITH, L.; POWELL, W. W. Networks and economic life the handbook of economic sociology. **Russel Sage Foundation and Pricenton University Press**. mar. 2003.

DORST, Jean. **Antes que a natureza morra: por uma ecologia política**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.

DOWBOR, Ladislau. Inovação social e sustentabilidade. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**. v. 1, 2009. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=193114456010>>. Acesso em: 21 jul. 2011.

DRUKER, Peter Ferdinand. **Administrando para o futuro: os anos 90 e a virada do século**. São Paulo: Pioneira, 1998.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1991.

ESTEVES, Sérgio (Org.). **O dragão e a Borboleta: sustentabilidade e Responsabilidade Social nos Negócios**. São Paulo: Axiss Mundi: AMCE, 2000.

FAORO, Raimundo. **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**. 7. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1987, 2 v.

FILIPIM, Eliete Salete; FEGER, José Elmar. Consensos e controvérsias

no entendimento do desenvolvimento. In: FILIPPIM, Eliete Salete; ROSSETO, Adrian (Org.). **Políticas públicas, federalismo e redes de articulação para o desenvolvimento**. Joaçaba: Ed. Unoesc, 2008.

FILIPIM, Eliete Salete; ROSSETO, Adrian (Org.). **Políticas públicas, federalismo e redes de articulação para o desenvolvimento**. Joaçaba: Ed. Unoesc, 2008.

FREY, Klaus. **Governança Urbana e Participação Pública**. RAC-eletrônica, v.1, n.1, 2007.

FUKUYAMA, Francis. Capital social y desarrollo: la agenda venidera. In: _____. **Capital social y desarrollo**: La agenda vinidera. CEPAL y UNIVERSIDAD Del ESTADO DE MICHIGAN – MSU. Capital social y reducción da la pobreza em América Latina y El Caribe: em busca de um nuevo paradigma, Atria, Raul [et.al.] compiladores. Chile: CEPAL/ Michigan State University, enero de 2003. p. 33-50. Disponível em: <www.eclad.cl/publicaciones>. Acesso em: 25 2011.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1986.

GARCIA, Manuel Garcia. Governança em rede de empresas: Estudo do setor moveleiro da Região Metropolitana de São Paulo. In: XV Simpósio de Engenharia de Produção – SIMPEP. São Paulo. 10 a 12 de novembro de 2008. **Anais...** Disponível em: <http://www.simpep.feb.unesp.br/anais/anais_13/artigos/21.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2011.

GIEHL, Alexandre Luís. **Entre o extraordinário e o cotidiano: os processos decisórios dos agricultores assentados**. Dissertação (Mestrado em Agro ecossistemas). Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis (SC), 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GOEDERT, Adriano Rogério. **Governança em rede de desenvolvimento e a experiência em Santa Catarina**. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). PPGE, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis (SC), 2005.

GOULART, Sueli; VIEIRA, Marcelo Milano Falcao; COSTA, Camila Furlan da; KNOPP, Glauco da Costa. Articulações em rede e acontecimentos no território: subsídios teóricos para a formação de políticas públicas para o desenvolvimento. Cad. EBAPE.BR [online]. 2010, vol.8, n.3, pp. 388-403. ISSN 1679-3951.

GOLDRATT, Eliyahu. **A Meta**. São Paulo: Claudiney Fulmann, 1992.

GOMIDES, J.; SILVA, A. O surgimento da expressão “governance”, governança e governança ambiental: um resgate teórico. **Revista de Ciências Gerenciais**, Brasil, v. 13, n. 18, p. 177-194, 2010. Disponível em:

<<http://sare.unianhanguera.edu.br/index.php/rcger/article/view/1253/865>>. Acesso em: 04 ago. 2011.

GONÇALVES, Alcindo. O Conceito de governança. In: XIV Congresso CONPEDI. **Anais...** Fortaleza, nov. 2005.

HAJER, Maarten A.; WAGENAAR, Hendrick. **Deliberative policy analysis: understanding governance in the network society**. Cambridge – UK: Cambridge University Press, 2003.

HAMMOND, A. et al. **Environmental indicators: a systematic approach to measuring and reporting on environmental policy performance in the context of sustainable development**. Washington, D.C.: World Resources Institut, 1995. Disponível em:

<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp000026.pdf>>.

Acesso em: 28 jul. 2011.

HUMPHREY, J.; SCHMITZ, H. **Governance and upgrading: linking industrial cluster and global value chain research**. Brighton: Institute of Development Studies – Working Paper 120, 2000.

IACOCCA, Lee. **Uma Autobiografia**. São Paulo: Livraria Cultura Editora, 1985.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao>. Acesso em: 04 ago. 2011.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **O INCRA e a Reforma Agrária em Santa Catarina – 1985-1986**. Março de 1987.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Plano Regional de Reforma Agrária**. Florianópolis: Superintendência Regional do INCRA/SC, 2005.

INCRA - Definição do módulo fiscal de Abelardo Luz. Disponível em: <www.jacto.com.br/portarias/INCRA.xls>. Acesso em 7 out. 2012.

INCRA. **Plano Regional de Reforma Agrária**. Florianópolis: Superintendência Regional do INCRA, 2005.

INSTITUTO CIDADANIA. **Política nacional de apoio ao desenvolvimento local**. São Paulo: Instituto Cidadania, 2006.

IADH – Instituto de Assessoria Para o Desenvolvimento Humano. **Desenvolvimento Local e a Nova Governança**. Recife: Ed. Livro

Rápido, 2009.

JORDÁN, Arturo. Experiência de Planejamento como Ferramenta da Governança para o Desenvolvimento Local. In: IADH - Instituto de Assessoria Para o Desenvolvimento Humano. **Desenvolvimento Local e a Nova Governança**. Recife: Ed. Livro Rápido, 2009.

KALBUSCH, A. **Critérios de avaliação de sustentabilidade ambiental dos sistemas prediais e sanitários em edifícios de escritório**. 2006. 162p. Dissertação (Mestrado em Engenharia) – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

KEINERT, Tânia Margarete Mezzomo. Sustentabilidade: caminho ou utopia?. **Rev. adm. contemp.**, Curitiba, v. 12, n. 2, jun. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141565552008000200013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 21 jul. 2011.

KISSLER, Leo; HEIDEMANN, Francisco G.. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade?. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, jun. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003476122006000300008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 21 jul. 2011.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2005.

LEVY, Evelyn. Organizações sociais no Estado de São Paulo: estratégias de implantação e resultados. In: IX Congresso Internacional Del CLAD sobre la reforma del Estado y de La Administración Pública. Madrid – ES, **Anais...** Noviembre Del año de 2004.

LIEBOWITZ, Jay (editor). **Knowledge Management Handbook**.

University of Maryland - Baltimore Country, 1999.

LIMA, A. J. de. **Bases Epistemológicas das principais propostas teóricas na formulação do planejamento estratégico para Bibliotecas Universitárias**. Tese (Doutorado). UFSC, 2003.

LOPES, Fernando dias; BALDI, Mariana. Redes como perspectiva de análise e como estrutura de governança: uma análise das diferentes contribuições. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 5, out. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003476122009000500003&lng=en>. Acesso em 21 jul. 2011.

LUSSIER, Robert N. Fundamentos de Administração. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

LUTZENBERGER, José. **Fim do Futuro?:** manifesto ecológico brasileiro. Porto Alegre: Movimento, 1986.

KEINERT, Tânia Margarete Mezzomo. A utopia do século XXI: novos conceitos de desenvolvimento e sustentabilidade. **Rev. adm. empres.**, São Paulo, v. 46, n. 4, dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003475902006000400011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 21 jul. 2011.

MARTELETO, Maria Regina. **Redes e capital social:** o enfoque da informação para o desenvolvimento local. Brasília set./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n3/a06v33n3.pdf>>. Acesso em 21 jul. 2011..

MARTINS, Roberto Antonio. Abordagens Quantitativa e Qualitativa. In: MIGUEL, Paulo Augusto Cauchick (Org.). **Metodologia de pesquisa em engenharia de produção e gestão de operações**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

MATTELART, Armand e Michèle. História das teorias da comunicação. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

MELLO, Paulo Freire. Coesão social e evasão em assentamentos rurais no extremo-sul do Brasil. **Cad. CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010349792008000300012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 21 jul. 2011.

MICROBACIAS. Projeto de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - PRAPEM/MICROBACIAS 2. Disponível em: <<http://www.microbacias.sc.gov.br/prtProjeto.jsp>>. Acesso em: 16 ago. 2012.

MIGUEL, Paulo Augusto C. (Org.) **Metodologia de pesquisa em engenharia de produção e gestão de operações**. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2010.

MDA. Portaria do Ministério do Desenvolvimento Agrário, nº80 de 24 de abril de 2002. Disponível em: <<https://legisweb.com.br/legislacao/?legislacao=184224>>. Acesso em: 16 set. 2012.

MST. **O assentamento como um espaço de organização**. por Danilo Augusto. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/book/export/html/319>>. Acesso em: 16 set. 2012.

NAISBITT, John. **Paradoxo Global**. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

NAKANO, Davi. Métodos de Pesquisa Adotadas na engenharia de produção e Gestão de operações. In: , Paulo Augusto Cauchick (Org.). **Metodologia de pesquisa em engenharia de produção e gestão de operações**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

OBERKAMPF, W.L., TRUCANO, T.G., Verification and validation benchmarks, Nuclear Eng. Design, Validation and Uncertainty Estimation Department, **Sandia National Laboratories**, vol 238 p. 716-743, 2007.

ORSSATTO, C. **A formulação das estratégias da empresa em um ambiente de aglomeração industrial**. 2002. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

PAIVA, Paulo. Ética e Boa Governança. In: V Encontro Internacional de fundações. **Anais...** Capital Social, gerador de um mundo melhor. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, RS.

PEREIRA, João Mário Mendes;. **O modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial em nquestão**: o debate internacional e o caso brasileiro. Teoria, luta política, e balanço de resultados. 2004. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em desenvolvimento, agricultura e sociedade (CPDA). 2004. Disponível em: <http://www.fmra.org/archivo/pereira2_abr05.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2011.

PIMENTEL, Thiago Duarte. Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa. **Rev. adm. contemp.**, Curitiba, v. 9, n. 4, dez. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141565552005000400014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 jul. 2011.

PORTER, M. E. **Competição**: estratégias competitivas essenciais. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

PORTER. **A vantagem competitiva das nações**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

PRESSMAN, R. S. Engenharia de Software. 6ª ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2006.

RATTNER. Henrique. **Prioridade:** construir o capital social. Disponível em: <<http://www.mundodigital.unesp.br/sulamericana/materias/6prioridadeconstruircapitalsocial-henriquerattner.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2011.

RELATÓRIO de Posição na CoP 12/CoP-MoP2 negociações em Nairobi. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.vitaecivilis.org.br/anexos/gt_clima_port_nairobi.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2011.

RODRIGUEZ-SEDANO, Alfredo; COSTA-PARIS, Ana; AGUILERA, Juan Carlos. The Decline of the Family as a Source of Social Capital in the EU: Some Indicators. **educ. educ., Chia**, v. 12, n. 3, dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S012312942009000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 jul. 2011.

RUIZ, J. A. **Metodologia** científica: guia para eficiência nos estudos. São Paulo: Atlas, 2001.

RUSCHEINSKY, Aloísio. Controvérsias, potencialidades e arranjos no debate da sustentabilidade ambiental. **Ambient. soc.**, Campinas, v. 13, n. 2, dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2010000200016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 jul. 2011.

SANTOS, Manoel Leonardo; ROCHA, Enivaldo Carvalho da. Capital social e democracia: a confiança realmente importa?. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 19, n. 38, fev. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010444782011000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 jul. 2011.

SELLTIZ, C. et al. **Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais**. São Paulo: Herder/EDUSP, 1967.

SEMLER, Ricardo. **Você está louco!:** uma vida administrada de outra forma. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

SENGE, Peter. **A quinta disciplina:** arte e prática da organização de aprendizagem. Rio de Janeiro: Best Seler, 2006.

SERRA, J. Paulo. Manual de Teoria da Comunicação. Covilhã: Livros Labcom, 2007. 203 p. p. 93-101

SILVA, Helliana Vilela de O. **O uso de indicadores ambientais para alimentar a efetividade da gestão ambiental municipal**. 2008, Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2008.

SILVA, José Graziano da. **Para Entender o Plano Nacional d Reforma Agrária**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

SILVA. José Graziano. **O que é Questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SILVEIRA, Caio. Lugares que viram redes: Democracia e Território. Em: IADH - Instituto de Assessoria Para o Desenvolvimento Humano. **Desenvolvimento Local e a Nova Governança**. Recife: Ed. Livro Rápido, 2009.

SIMAN, Renildes Fortunato. **Estudo dos entendimentos das performances socioeconômicas dos assentamentos de reforma agrária do Rio Grande do Sul:** análise comparada nas perspectivas do capital social e da nova economia institucional. 2009. Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-

Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre, 2009

SIMMEL, Johannes Mario. **Ninguém é uma Ilha**. São Paulo: Círculo do Livro, 1986.

SIMON, Paulo Henrique. **Tierra Y Trabajo. Estructura Agraria Brasileña**: período colonial. Florianópolis: UDESC/EPAGRI, 1997.

SLOMSKI, Valmor. et al. **Governança Corporativa e Governança na Gestão Pública**. São Paulo: Atlas, 2008.

SMITH, M.; THORPE, R.; LOWE, A. **Pesquisa gerencial em Administração** um guia para monografias, dissertações, pesquisas internas e trabalhos de consultoria. São Paulo: Pioneira, 1999.

SMITH, M.; THORPE, R.; LOWE, A. **Pesquisa gerencial em Administração**: um guia para monografias, dissertações, pesquisas internas e trabalhos de consultoria. São Paulo: Pioneira, 1999.

SORENSEN, E.; TORFING, J. Theories of Democratic Network Governance. Nova York: Palgrave Macmillan. 2008.

SOUZA, Celina. Governos locais e gestão de políticas sociais universais. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 18, n. 2, jun. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/ez46.periodicos.capes.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000200004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 jul. 2011.

STAMER, J. M. Estratégias de desenvolvimento local e regional: clusters, políticas de localização e competitividade sistêmica. **Policy Paper**, n. 28, p. 1-25, set. 2001.

STRAPAZZON, João Paulo Lajus. **A Experiência da reforma agrária em Santa Catarina**. Florianópolis: PalavraCom Editora, 2011. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/porta1/images/arquivos/experiencia_da_reforma_agraria_livro.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2011.

SUZIGAN, Wilson; GARCIA, Renato; FURTADO, João. Estruturas de governança em arranjos ou sistemas locais de produção. **Gest. Prod.**, São Carlos, v. 14, n. 2, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-530X2007000200017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 jul. 2011.

TERRA, Ademir. **Reforma Agrária por conveniência ou por pressão? Assentamento Itamaraty em Ponta Porã** – MS. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, 2009. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/09/ademirterra.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2011.

TOFFLER, Alvin. **A Terceira Onda**. 16. ed. Rio de Janeiro: Record, 1980.

TOFFLER, Alvin. **Powershift: as mudanças do poder**. Rio de Janeiro: Record, 1990.

TORRESI, Susana I. Córdoba de; PARDINI, Vera L.; FERREIRA, Vitor F. O que é sustentabilidade?. **Quím. Nova**, São Paulo, v. 33, n. 1, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010040422010000100001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 jul. 2011.

TRIVINOS, A. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2002.

TURITA, César; LIMA, Juvêncio. Governança e mecanismos de controle social. **Revista Organizações Rurais & Agroindústrias**,

Lavras, v. 8 n. 1 p. 58-70, 2006.

WALLIN, C. **Verification and Validation of Software Components and Components Based Software Systems.** - Based Software Systems. ArtechHouse Publishers, 2002. fonte: http://www.idt.mdh.se/cbse-book/extended-reports/05_Extended_Report.pdf acessado em 01/10/2011.

WEGNER, Douglas; PADULA, Antonio Domingos. Tendências da cooperação em redes horizontais de empresas:: o exemplo das redes varejistas na Alemanha. **RAUSP**, São Paulo, v. 45, n. 3, ago. 2010. Disponível em: http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-21072010000300003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 29 jul. 2011.

WELCH, Jack. **Jack definitivo**: segredos do executivo do século. Rio de Janeiro: Campus, 2001;

WIKIPEDIA. **Mapa do Município de Abelardo Luz (SC)**. 2011. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Abelardo_Luz. Acesso em: 29 jul. 2011.

WILLIAMSON, Oliver E. **The mechanisms of governance**. New York: Oxford University Press. 1996.

WILLIAMSON, Oliver E. **The mechanisms of governance**. New York: Oxford University, 1989.

WILLIAMSON, Oliver E. Transition-cost economics: The governance of contractual relations. **Jornal of Law and Economics**, v. 22, p. 223-261, 1999.

WILSON, Edward O. **Diversidade da Vida**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZALESKI, João. **Formação de redes flexíveis no contexto do programa regional**. Tese (doutorado em Engenharia de produção). Florianópolis: PPGEP-EPS/UFSC, 2000.

ZAPATA, T. et al. **Desenvolvimento Local e participação social**. Recife: IADH, 2007.

ZAPATA, Tania. A Importância da Nova Governança para construir uma Outra Cultura Política no Brasil. In: IADH - Instituto de Assessoria Para o Desenvolvimento Humano. **Desenvolvimento Local e a Nova Governança**. Recife: Ed. Livro Rápido, 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - QUESTIONÁRIO



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Engenharia de Produção e Sistemas
Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção

QUESTIONÁRIO

(BLOCO 1 - Identificação e Dados Complementares)

a) Identificação:

Nome do Assentamento: () Sandra () Papuan II () Roseli
Nunes

Número de pessoas residentes em sua casa:

Tamanho do lote em ha:

Principal fonte de renda da família:

() Assalariado () Produção Própria () Cooperativa

() Outro

qual?.....

Podes informar a renda bruta mensal?

() até R\$1.000,00 () de R\$1.000,00 até R\$3.000,00

() mais de R\$3.000,00

Nível de escolaridade:

() Fundamental incompleto () Fundamental () Médio ()

Superior

Gênero: () Homem () Mulher

Idade: () até 30 anos () de 31 a 50 () mais de 51

Tempo de assentado: () até 10 anos () de 10 a 20 anos () mais de 20 anos

b) Dados Complementares

Na tua casa tem Luz da CELESC? () Sim () Não
Se não, qual?.....

Tem água encanada? () Sim () Não

Tem carro próprio? () Sim () Não

Utiliza cavalo como meio de transporte? () Sim () Não

Bois como força de trabalho? () Sim () Não

Trator individual? () Sim () Não

Trator de utilização coletiva? () Sim () Não

A propriedade possui horta? () Sim () Não

Existe horta coletiva? () Sim () Não

Na tua propriedade possui pomar? () Sim () Não

Existe pomar de utilização coletiva? () Sim () Não

Há criações para consumo próprio? () Sim () Não

Na tua comunidade tem linha de ônibus? () Sim () Não

Há criações para consumo de propriedade coletiva? () Sim
() Não

O mercado que atende a comunidade é do assentamento? () Sim
() Não

A loja agropecuária que atende as criações e a agricultura é do assentamento? ☐ Sim ☐ Não

Há salão de festas no assentamento? () Sim () Não

Campo de futebol? () Sim () Não

O assentamento tem igreja? () Sim () Não

Existe o hábito de rezar (cultos) na igreja aos finais de semana?
() Sim () Não

Nas comemorações de aniversários, casamentos, festas religiosas, e outras festas comunitárias, toda a comunidade é convidada?

() Sim () Não

O assentamento possui um código de conduta em forma escrita que ajuda na melhoria da gestão?

() Sim () Não

No caso de não ter um código de conduta, o assentamento considera um conjunto de valores que mesmo não escritos são seguidos por todos os componentes?
() Sim () Não

Na tua casa tem computador conectado na Internet ? () Sim
() Não

Caso sim, você o utiliza em benefício de seus negócios e do Assentamento? () Sim () Não

Você possui e utiliza telefone celular ? () Sim () Não

O assentamento (diretoria) cumpre o princípio de prestação de contas de suas ações?

() Sim () Não

Queres fazer algum comentário adicional sobre os dados acima?

(BLOCO 2 - Dos Princípios da Governança)

1. Há articulação entre os assentados, mas com o respeito e independência de cada um?

Não Concordo	1	2	3	4	5	Concordo Totalmente
-----------------	---	---	---	---	---	------------------------

2. As decisões acontecem por meio de negociações?

Não Concordo	1	2	3	4	5	Concordo Totalmente
-----------------	---	---	---	---	---	------------------------

3. As negociações ocorrem dentro de normas comuns?

Não Concordo	1	2	3	4	5	Concordo Totalmente
-----------------	---	---	---	---	---	------------------------

4. As normas do item anterior são estabelecidas por mecanismos externos?

Não Concordo	1	2	3	4	5	Concordo Totalmente
-----------------	---	---	---	---	---	------------------------

5. Todos contribuem para a produção do mesmo propósito?

Não Concordo	1	2	3	4	5	Concordo Totalmente
-----------------	---	---	---	---	---	------------------------

6. Princípio da transparência está presente?

Não Concordo	1	2	3	4	5	Concordo Totalmente
-----------------	---	---	---	---	---	------------------------

7. Você é convidado a participar das decisões?

Não Concordo	1	2	3	4	5	Concordo Totalmente
-----------------	----------	----------	----------	----------	----------	------------------------

8. Você se sente responsável pelo seu assentamento?

Não Concordo	1	2	3	4	5	Concordo Totalmente
-----------------	----------	----------	----------	----------	----------	------------------------

9. As decisões definidas em assembleia do assentamento têm resultados?

Não Concordo	1	2	3	4	5	Concordo Totalmente
-----------------	----------	----------	----------	----------	----------	------------------------

10. Você percebe que as decisões do assentamento são de interesse também de sua família?

Não Concordo	1	2	3	4	5	Concordo Totalmente
-----------------	----------	----------	----------	----------	----------	------------------------

(BLOCO 3 - Confiança, Participação e Flexibilidade)

Para responder a questão de número 11, você deve utilizar a seguinte escala: (0 - zero) você não confia nada, (5 - cinco) você confia 50%, (10 - dez) você confia totalmente.

11. Qual o grau de confiança que você define para os atores abaixo relacionados:

Conselho Comunitário: () 0 () 5 () 10

Câmara de vereadores: () 0 () 5 () 10

Prefeitura Municipal: () 0 () 5 () 10

Governo do Estado: () 0 () 5 () 10

Governo Federal: () 0 () 5 () 10

COOPEAL: () 0 () 5 () 10

CooperOeste: () 0 () 5 () 10

INCRA: () 0 () 5 () 10

MST: () 0 () 5 () 10

Partido Político: () 0 () 5 () 10

EPAGRI: () 0 () 5 () 10

CIDASC: () 0 () 5 () 10

FATMA: () 0 () 5 () 10

IBAMA: () 0 () 5 () 10

ONGs: () 0 () 5 () 10

Sindicato: () 0 () 5 () 10

SEAP: () 0 () 5 () 10

Micro Bacias: () 0 () 5 () 10

Universidades: () 0 () 5 () 10

Bancos: () 0 () 5 () 10

Compradores e fornecedores de bens e serviços: () 0 () 5
() 10

EMBRAPA: () 0 () 5 () 10

PRONAF (assistência técnica): () 0 () 5 () 10

Assistência Social: ☐ 0 ☐ 5 ☐ 10

IGREJA: ☐ 0 ☐ 5 ☐ 10

Escola Comunitária: ☐ 0 ☐ 5 ☐ 10

Associações comunitárias: ☐ 0 ☐ 5 ☐ 10

Posto de saúde: ☐ 0 ☐ 5 ☐ 10

Rádio Comunitária: ☐ 0 ☐ 5 ☐ 10

Outros atores que não constam na lista acima, cite-os:

..... ☐ 0 ☐ 5 ☐ 10

..... ☐ 0 ☐ 5 ☐ 10

..... ☐ 0 ☐ 5 ☐ 10

..... ☐ 0 ☐ 5 ☐ 10

..... ☐ 0 ☐ 5 ☐ 10

12. Você se sente comprometido com o seu assentamento e fazendo parte dele?

☐ Sim ☐ Não ☐ Às vezes

Porque?.....

.....

.....

13. As decisões que dizem respeito ao assentamento são tomadas por consenso?

☐ Sim ☐ Não ☐ Às vezes

Porque?.....

14. A responsabilidade é um valor presente no Assentamento?

() Sim () Não () às vezes

Porque?.....

15. Nas decisões adotadas, que dizem respeito ao assentamento, você e sua família são consultados?

() Sim () Não () Às vezes

Porque?.....

16. Você sente que sua opinião é respeitada?

() Sim () Não () Às vezes

Porque?.....

17. Você confia nos teus vizinhos?

() Sim () Não () Às vezes

Porque?.....

18. Na tua propriedade e no assentamento você percebe ações de proteção ao meio ambiente?

() Sim () Não () Às vezes

Porque?.....

19. Você tem percebido flexibilidade e cooperação por parte das pessoas envolvidas no assentamento?

() Sim () Não () Às vezes

Porque?.....
.....
.....

20. As informações que surgem no assentamento ou fora, e que estão relacionadas com as pessoas e instituições envolvidas, e que também são de interesse de todas as famílias assentadas, são comunicadas a todos os membros do assentamento?

() Sim () Não () Às vezes

Porque?.....
.....
.....

21. O que ajuda a unir ou desunir a comunidade (assentamento)?

Unir :

.....
.....
.....

Desunir :

.....
.....
.....

22. Quais as instituições (atores) com quem você mais se relaciona? Cite as cinco principais.

.....
.....
.....
.....

23. O que você acha que seja o mais importante para que o seu assentamento funcione bem.

.....
.....
.....

24. Você acredita que para manter o assentamento em condições boas no futuro, precisa melhorar algo? Sugira, por favor.

.....
.....
.....
.....
.....

25. Escreva, livremente, como foi sua evolução social e econômica dentro do assentamento desde antes da conquista do lote até hoje. (se precisar escreva no verso da página)

.....
.....
.....
.....

MUITO OBRIGADO !

Assine se quiser.

ANEXOS

ANEXO 1 - PROJETOS DE ASSENTAMENTOS EM SANTA CATARINA

Nº	SIPRA	MUNICIPIO	Proj. Assent.	Área (ha)	Port. e Data	Nº. Fam.
1	SC0017000		Aparecida	278,3107	060 - 22/01/87	18
2	SC0018000	Anchieta	Sanga Azul	218,7773	059 - 22/01/87	13
			Sub Total	497,088		31
3	SC0088000	Araquari	Justino Dranszevski	51,8508	004 - 06/06/97	10
			Sub Total	51,8508		10
4	SC0028000		Capão Grande	1.285,0000	908 - 28/06/88	91
5	SC0004000		Papuan I	359,0311	013 - 14/01/86	27
6	SC0010000		Papuan II	890,8287	286 - 01/04/87	63
7	SC0008000		Sandra	1.001,4421	008 - 14/01/86	58
8	SC0013000		Santa Rosa I	1.193,7123	065 - 22/01/87	82
9	SC0021000		Santa Rosa II	669,5105	307 - 10/04/87	52
10	SC0043000		Volta Grande	1.326,3100	162 - 08/03/89	74
11	SC0060000	Abelardo Luz	Indianópolis	1.337,2527	006 - 10/01/95	90
12	SC0069000		Juruá	419,4737	068 - 21/12/95	40
13	SC0246000		Santa Rosa III	232,7000	001 - 05/01/96	16
14	SC0074000		Recanto do Olho D'Água	470,4472	034 - 05/08/96	25
15	SC0078000		São Sebastião	323,0000	044 - 14/10/96	32
16	SC0080000		Três Palmeiras	734,5936	042 - 14/10/96	70
17	SC0086000		Treze de Novembro	1.797,0000	001 - 26/02/97	105
18	SC0087000		Novo Horizonte	760,3088	002 - 11/04/97	60
19	SC0092000		José Maria	3.995,7000	026 - 06/11/97	270
20	SC0100000		Bela Vista	1.295,0415	049 - 09/12/98	84
21	SC0104000		Nova Araça	94,9857	011 - 08/07/99	7
22	SC0106000		Nova Aurora	749,1504	016 - 08/11/99	50
23	SC0105000		João Batista	419,4195	018 - 29/11/99	30
24	SC0112000		Roseli Nunes	1.108,2435	015 - 21/08/2000	84

25	SC0346000		Maria Silveston	87,4959	02 - 22/03/2002	8
			Sub Total	#####		1.418
26	SC0062000	Água Doce/Var	Perdizes	1.567,0814	013 - 30/03/95	100
27	SC0081000	gem Bonita	Olaria	393,6110	052 - 24/12/96	25
28	SC0347000		Oziel Alves Pereira	430,2546	02-18/02/2003	26
29	SC0351000		1º de Agosto	840,8924	001-14/07/2004	52
30	SC0354000		Terra Vista	247,4822	004-05/11/2004	17
				3.479,3216		
			Sub Total			220
31	SC0033000	Bandeirantes	Bandeirantes	170,1210	1391 - 20/10/88	9
			Sub Total	170,1210		9
32	SC0044000	Bela Vista Do Toldo	São Francisco	537,9572	165 - 08/03/89	25
			Sub Total	537,9572		25
33	SC0065000	Bom Jesus	Serra dos Buracos	199,9298	041 - 23/08/95	18
			Sub Total	199,9298		18

34	SC0006000	Barra Bonita	Rabo de Galo	405,8060	Resol 11-14/01/86	32
			Sub Total	405,8060		32
35	SC0003000	Coronel Martins	Saudades	918,9087	Resol.265 - 22/11/83	84
			Sub Total	918,9087		84
36	SC0042000	Chapecó	Baronesa de Limera	251,2256	166 - 08/03/89	13
	SC0375000		Dom Jose Gomes	395,6687	012 - 11/12/08	32

			Sub Total	646,8943		45
37	SC0373000	Campo Erê	Olívio Albani	443,5836	001 - 22/01/2008	36
			Sub Total	443,2256		36
	SC0374000	Campo Belo do	17 de Abril	907,0624	007 - 22/08/2008	45
		Sul				
			Sub Total	907,0624		45
38	SC0026000	Calmon	Jangada	2.115,1935	339 - 15/12/87	110
39	SC0012000		Putinga	4.339,3635	066 - 22/01/87	220
			Sub Total	6.454,5570		330
40	SC0084000	Caçador	Herminio G.S.	1.561,0000	054 - 27/12/96	114
			Sub Total	1.561,0000		114
41	SC0036000		30 de Outubro	2.004,3914	1489 - 11/11/88	85
42	SC0047000	Campos Novos	São José	1.234,3914	Resol. 017 - 12/10/90	67
43	SC0059000		Vitória	403,3662	005 - 10/01/95	18
44	SC0108000		Sepe Tiarajú	379,0648	013 - 14/09/99	29
45	SC0111000		Herbert de Souza	424,0402	014 - 03/05/2000	30
			Sub Total	4.445,2540		229
46	SC0353000	Canoinhas	Herdeiro Argemiro de	356,1000	003 - 30/09/2004	25
			Oliveira			
			Sub Total	356,1000		25
47	SC0055000	Catanduvas	Santa Rita I	513,9878	Resol. 029 - 29/04/93	35
48	SC0097000		Santa Rita II	60,1732	007 - 02/03/98	5
49	SC0356000		25 de Julho	204,414	001 - 22/04/2005	10

			Sub Total	778,5750		50
50	SC0053000	Itatiba	Campo Erê (Eletrosul)	1.105,5283	Port-758/92- 24/08/92	50
			Sub Total	1.105,5283		50
51	SC0361000	Correa Pinto	Patria Livre	1.169,0275	03- 21/12/2006	80
	SC0381000		25 de Março	1.314,1455	06-15/04/2009	70
			Sub Total	2.483,1730		150
52	SC0091000	Curitibanos	1 de Maio	461,0000	027 - 06/11/96	30
53	SC0345000		Herdeiros do Contestado	273,0457	36-22/11/01	20
54	SC0358000		Indio Galdino	864,1267	09 - 11/11/2005	58
			Sub Total	1598,1724		108
55	SC0030000	Dionisio Cerqueira	Tracutinga	1.198,2480	1394 - 20/10/88	60
56	SC0073000		União	465,6900	Port 33/99 - 06/08/99	44
			Sub Total	1.663,9380		104
57	SC0048000		Contestado	353,0000	Resol. 010 - 02/04/91	24
58	SC0019000		Faxinal dos Domingues I	508,5492	288 - 01/04/87	34
59	SC0023000	Fraiburgo	Faxinal dos DominguesII	855,6600	585 - 17/07/87	45
60	SC0024000		Rio Mansinho	247,2407	584 - 17/07/87	12
61	SC0089000		Chico Mendes	487,4888	023 - 22/10/97	40
62	SC0314000		Dandara	439,9875	009- 06/02/01	33
63	SC0329000		Argemiro de Oliveira	30,7324	010- 06/02/01	3
64	SC0343000		Butia Verde	1.058,2897	033 - 21/09/01	83
65	SC0357000		São João Maria II	221,1056	002 - 27/09/2005	17
			Sub Total	4.202,0539		291

66	SC0011000	Guatambú	Chapecó	411,5570	546 - 25/08/86	33
			Sub Total	411,5570		33
67	SC0094000	Garuva	Conquista no Litoral	93,6819	033 - 16/12/97	15
			Sub Total	93,6819		15
68	SC0340000	Itaiópolis	Bromélias	155,3523	30-19/11/2001	12
69	SC0027000		Rio do Pito	211,9964	620 - 06/05/88	7
			Sub Total	367,3487		19
70	SC0352000	Iriepópolis	Manoel A. Ribeiro(mimo)	133,1000	002-30/09/2004	20
71	SC0372000		Vale da Conquista	136,8858	013-05/10/2007	10
			Sub Total	269,9858		30
72	SC0056000	José Boiteux	Comunidade Cafuza	1.014,3987	Resol. 104 - 12/08/93	33
			Sub Total	1.014,3987		33
73	SC0029000		Corrego Segredo I	228,3478	906 - 28/06/88	15
74	SC0031000		Corrego Segredo II	408,5846	1393 - 20/10/88	26
75	SC0054000	Lebon Regis	Rio Agua Azul	374,8160	Resol. 025 - 29/04/93	26
76	SC0040000		Rio dos Patos	844,9900	1551 - 30/11/88	49
77	SC0020000		Rio Timbo	718,5432	287 - 01/04/87	44
78	SC0079000		Conquista dos Palmares	416,1383	045 - 06/11/96	32
79	SC0348000		Eldorado dos Carajas	212,8968	03-17/02/2003	19
			Sub Total	3.204,3167		211
80	SC0350000	Mafra	Herança do Contestado	149,241	019- 03/12/2003	13

			Sub Total	149,2410		13

81	SC0046000		Nova Esperança	545,7238	Resol. 13 - 29/08/89	27
82	SC0049000		13 de Outubro	699,4102	Resol. 01 - 02/04/91	35
83	SC0058000	Matos Costa	São Roque	875,1497	004 - 10/01/95	45
84	SC0082000		São João	617,4151	049 - 09/12/96	35
85	SC0101000		Santa Rita III	290,6371	049- 28/01/99	16
86	SC0102000		São João II	283,5849	009- 01/06/99	20
			Sub Total	3.311,9208		178

87	SC0038000	Monte Castelo	Rio da Serra	473,4374	1487 - 11/11/88	22
			Sub Total	473,4374		22

88	SC0318000	Monte Carlos	Florestan Fernandes	139,2189	008 - 06/02/01	10
			Sub Total	139,2189		10

89	SC0045000	Palma Sola	São Luiz I	100,0078	270 - 03/05/89	8
90	SC0050000		São Luiz II	227,3100	Resol. 26 - 02/04/91	24
			Sub Total	327,3178		32

91	SC0007000	Paraíso	Entre Rios	1.028,2988	009- 14/01/86	73
			Sub Total	1.028,2988		73

92	SC0093000		Conquista dos Palmares	442,9500	030 - 25/11/97	25
93	SC0051000		Quigay	184,0068	Resol. 32 - 11/07/91	13
94	SC0035000		Sapateiro I	218,9485	1434 - 27/10/88	12
95	SC0057000	Passos Maia	Sapateiro II	242,0000	003 - 10/01/95	19
96	SC0034000		Taborda	214,6574	1437 - 27/10/88	11
97	SC0085000		20 de Novembro	1.272,0000	055 - 27/12/96	50

98	SC0083000		Zumbi dos Palmares	1.745,3014	053 - 27/12/96	102
99	SC0090000		Maria Rosa	223,8554	022 - 25/11/97	11
##	SC0098000		29 de Junho	812,1250	014 - 27/03/98	41
##	SC0110000		União do Oeste	707,9641	020 - 29/11/99	43
##	SC0109000		13 de Junho	745,7504	019 - 29/11/99	44
##	SC0331000		Madre Cristina	251,5920	022 - 13/03/01	19
##	SC0342000		Conquista do Horizonte	600,9250	032 - 06/08/01	30
##	SC0355000		Che Guevara	187,5000	005-30/11/2004	11
##	SC0359000		Conquista de Sepé	513,5828	001-29/09/2006	25
			Sub Total	8.363,1588		456
##	SC0009000	Ponte Serrada	Derrubada	598,1981	Resol. 10 - 14/01/86	32
			Sub Total	598,1981		32
##	SC0095000	Papanduvás	São Joao Maria	177,2000	044- 31/12/97	13
			Sub Total	177,2000		13
##	SC0349000	Ponte Alta	Anita Garibaldi	520,2351	015-05/08/2003	45
			Sub Total	520,2351		45
##	SC0039000	Rio dos Cedro	Rio do Norte	713,0828	1552 - 30/11/88	25
			Sub Total	713,0828		25
##	SC0066000	Rio Negrinho	Campinas	113,4726	058 - 17/10/95	8
##	SC0103000		Domingos Carvalho	564,1728	053 - 04/02/99	34
##	SC0107000		Tres Rosas	91,7152	01'2- 08/08/99	7
##	SC0041000		Butia	755,3571	1551- 30/11/89	45
##	SC0037000		Rio da Lagoa	207,2156	1499 -11/11/88	10
##	SC0064000		Vassoura Branca	148,5971	028- 14/06/95	10

##	SC0360000		Norilda de Cruz	1.397,6183	02- 21/12/2006	80
			Sub Total	3278,1487		194
##	SC0052000	Romelandia	Rosário	278,1957	Resol. 88 - 03/09/91	21
			Sub Total	278,1957		21
##	SC0016000	São José do Cedro	Barra Escondida	491,1692	061 - 22/01/87	34
##	SC0015000		Lageado Grande	1.264,6172	062 - 22/01/87	89
			Sub Total	1.755,7864		123

##	SC0032000		Antas	491,1166	1392 - 20/10/88	32
##	SC0005000	São M. do Oeste	Jacutinga	390,4236	Resol. 12 - 14/01/86	30
			Sub Total	881,5402		62

##	SC0068000	Santa Rosa do Sul	Sombrio (Estado)	2.192,0000	067 - 08/12/95	50
			Sub Total	2.192,0000		50

##	SC0022000		Morro do Taio	1.397,2000	439 - 26/05/87	34
##	SC0063000	Santa Terezinha	Nova Conquista	313,7000	014 - 30/03/95	8
##	SC0025000		25 de Maio	1.396,0400	583 - 17/07/87	51
			Sub Total	3.106,9400		93

##	SC0096000	Santa Cecilia/ Major Vieira	São Roque II	757,5741	006 - 02/03/98	43
##	SC0344000		Vida Nova	698,3800	035- 15/10/01	35
			Sub Total	1.455,9541		78

##	SC0067000		Cristo Rei	484,0000	063 - 09/11/95	35
##	SC0075000	Timbó Grande	Nova Cultura	491,3135	039 - 20/08/96	33

##	SC0077000		Perdiz Grande	552,4330	043 - 10/10/96	38
			Sub Total	1.527,7465		106
	SC0382000	Taio	Miguel Fortes da Silva	937,5000	014- 10/11/2009	45
			Sub Total	937,5000		45
##	SC0061000	Vargeão	Boa Vista do Jardim	658,2851	007 - 10/01/95	50
			Sub Total	658,2851		50
##	SC0076000	Vargem	Vitória dos Palmares	443,3220	041 - 08/10/96	30
			Sub Total	443,3220		30

##	SC0014000	Vargem Bonita	Fazenda Velha	497,9941	063- 22/01/87	25
			Sub Total	497,9941		25
##	SC0071000	Vidal Ramos	Itajaí Mirim	476,6041	009 - 09/04/96	29
##	SC0072000		Águas Cristalinas	437,5000	010 - 09/04/96	34
			Sub Total	914,1041		63
##	SC0341000	Vitor Meireles	Santa Cruz dos Pinhais	2976,9101	031- 02/08/2001	40
			Sub Total	2.976,9101		40
			Total de Área	#####		
			Total Famílias			5.703
			Total Projetos	141		

Fonte: INCRA (2011)